

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CRISTINA PASQUALETTO RODRIGUES

**A AMÉRICA LATINA NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS JORNAIS *FOLHA DE S.PAULO* E *O GLOBO***

Porto Alegre

2009

CRISTINA PASQUALETTO RODRIGUES

**A AMÉRICA LATINA NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS JORNAIS *FOLHA DE S.PAULO* E *O GLOBO***

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel em Comunicação Social,
habilitação em Jornalismo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Orientadora: Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Porto Alegre

2009

*A todos aqueles que lutaram e lutam pela
independência do povo latino-americano*

Agradecimentos

À UFRGS, pelo ensino gratuito.

À Virginia, por me orientar.

Aos professores Clarice Esperança e Wladimir Ungaretti, por me fornecerem as bases de um jornalismo crítico.

Aos meus amigos, pelo apoio e pelo carinho.

Ao vô Walter, por me ensinar o valor da solidariedade.

Aos meus pais, por terem me dado meu primeiro livro. Por me incentivarem sempre, incondicionalmente. Pelo amor. Pela paciência.

À minha mãe, por, além de tudo isso, revisar esta monografia.

“O vencido não está totalmente vencido até que fechem a sua boca.”

*“Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma
peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das
contradições nossas de cada dia.”*

Eduardo Galeano.

*“Para onde vai a América e quem a une e guia? Sozinha e como um só povo, levanta-se.
Luta sozinha. E, sozinha, vencerá.”*

José Martí

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar de que forma é feita a representação de América Latina pela grande imprensa brasileira, através da análise de dois veículos de referência, a *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Utilizando a pesquisa bibliográfica, faz-se uma revisão teórica do jornalismo praticado no Brasil, tendo em vista sua função social, com destaque para o Jornalismo Internacional. Retoma-se a história da América Latina e o conceito de latinidade. A análise de conteúdo dos dois jornais durante o período de uma semana baseia-se na identificação do espaço dedicado ao tema, no conteúdo manifesto das matérias em relação à integração regional e nas fontes utilizadas. Através dela, é possível concluir que os textos publicados pelos jornais são pouco representativos da realidade latino-americana, na medida em que apresentam uma visão oficial do continente.

Palavras-chave: América Latina – latinidade – Jornalismo Internacional – grande imprensa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de páginas e matérias – Folha de S.Paulo	74
Tabela 2 – Número de páginas e matérias – O Globo.....	74
Tabela 3 – Total de matérias dos dois jornais.....	75
Tabela 4 – Número de chamadas na capa nas sete edições.....	75
Tabela 5 – Número de matérias por país	77
Tabela 6 – Origem das matérias por país.....	79
Tabela 7 – Visão quanto à integração regional – Número de matérias por país – Folha de S.Paulo.....	82
Tabela 8 – Visão quanto à integração regional – Número de matérias por país – O Globo.	82
Tabela 9 – Fontes em matérias de países classificados como de esquerda radical – Folha de S. Paulo.....	85
Tabela 10 – Fontes em matérias de países classificados como de esquerda radical – O Globo	85
Tabela 11 – Fontes em matérias de países classificados como de esquerda moderada – Folha de S.Paulo.....	85
Tabela 12 – Fontes em matérias de países classificados como de esquerda moderada – O Globo	85
Tabela 13 – Fontes em matérias de países classificados como de direita – Folha de S.Paulo	86
Tabela 14 – Fontes em matérias de países classificados como de direita – O Globo.....	86
Tabela 15 – Fontes em matérias com visão regional – Folha de S.Paulo.....	86
Tabela 16 – Fontes em matérias com visão regional – O Globo	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de chamadas por região – Folha de S.Paulo.....	76
Gráfico 2 – Total de chamadas por região – O Globo	76
Gráfico 3 – Utilização de agências internacionais – Folha de S.Paulo	78
Gráfico 4 – Utilização de agências internacionais – O Globo.....	78
Gráfico 5 – Origem das matérias por região – Folha de S.Paulo.....	79
Gráfico 6 – Origem das matérias por região – O Globo	79
Gráfico 7 – Origem das matérias por região – Total	80
Gráfico 8 – Utilização do termo América Latina – Folha de S.Paulo	81
Gráfico 9 – Utilização do termo América Latina – O Globo	81
Gráfico 10 – Número total de matérias – Visão quanto à integração regional – Folha de S.Paulo	83
Gráfico 11 – Número total de matérias – Visão quanto à integração regional – O Globo ...	83
Gráfico 12 – Número total de matérias – Visão quanto à integração regional – Total	83
Gráfico 13 – Venezuela e sua entrada no Mercosul – Folha de S.Paulo	88
Gráfico 14 – Venezuela e sua entrada no Mercosul – O Globo	88
Gráfico 15 – Venezuela e sua entrada no Mercosul – Total	88
Gráfico 16 – Honduras – Origem das fontes – Folha de S.Paulo.....	89
Gráfico 17 – Honduras – Origem das fontes – O Globo	89
Gráfico 18 – Honduras – Origem das fontes – Total	89
Gráfico 19 – Honduras – Enfoque da matéria – Folha de S.Paulo	90
Gráfico 20 – Honduras – Enfoque da matéria – O Globo.....	90
Gráfico 21 – Honduras – Enfoque da matéria – Total.....	90
Gráfico 22 – Honduras – Natureza das fontes – Folha de S.Paulo	91
Gráfico 23 – Honduras – Natureza das fontes – O Globo	91
Gráfico 24 – Honduras – Natureza das fontes – Total	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 JORNALISMO E INTERESSE PÚBLICO	15
1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO	15
1.2 JORNALISMO INTERNACIONAL	20
2 UMA LATINA AMÉRICA	30
2.1 QUEM É ESSA GENTE	30
2.2 UM SENTIMENTO EM COMUM	33
2.3 UMA HISTÓRIA DE LUTA	39
2.3.1 As civilizações pré-colombianas	40
2.3.2 Antecedentes	41
2.3.3 A conquista	43
2.3.4 A colonização	44
2.3.5 A emancipação	47
2.3.6 Repúblicas agroexportadoras e oligárquicas e os EUA	50
2.3.7 Crise, industrialização e populismo	52
2.3.8 Revolução cubana	56
2.3.9 Ditaduras militares	57
2.3.10 Redemocratização e neoliberalismo	58
2.3.11 América Latina hoje	61
3 O QUE DIZEM OS JORNAIS	65
3.1 SOBRE A <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	65
3.2 SOBRE <i>O GLOBO</i>	67
3.3 METODOLOGIA	69
3.4 DESCRIÇÃO DO MATERIAL	71
3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO	72
3.5.1 Distribuição de espaço	73
3.5.2 Conteúdo das matérias	80
3.5.3 Fontes	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

O processo de formação da sociedade brasileira se deu, em muitos aspectos, de forma semelhante à dos outros países latino-americanos. As colonizações portuguesa e espanhola têm em comum a herança de desigualdade e subdesenvolvimento que deixaram. Muitas das características do povo lusitano coincidem com as dos vizinhos espanhóis e influenciaram nas dos colonizados na América. Ainda que difiram em muitos aspectos entre elas, ambas contrapõem-se claramente à inglesa, que deu origem aos países da América do Norte e que visava à ocupação e não apenas a exploração.

Nesse sentido, e por ser a cultura lusitana, em sua raiz, semelhante à cultura espanhola e à francesa (as três são latinas e foram as que colonizaram regiões na América do Sul e Central), como sustenta Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil possui uma identificação com a população desses que viriam a ser os países dessa região, embora tenha que se considerar que essa identificação não é irrestrita. Sua estrutura social é muito semelhante e sua relação com o resto do mundo também. Apesar disso, por muito tempo a cultura dos países latino-americanos foi muito pouco valorizada, por ser uma região mais pobre, subdesenvolvida, tal qual o Brasil. Os valores que procuramos importar e valorizar ao longo da história foram os que se sobressaíram como valores dominantes: primeiramente os europeus e, na sequência, os norte-americanos, e que contribuíram para diminuir a proximidade do Brasil com os outros países latino-americanos.

Recentemente, a América Latina vem ganhando mais espaço na mídia. Um dos motivos são as possibilidades que uma integração da região ofereceria a sua população, como uma força maior no cenário internacional a partir da atuação como um grupo grande e coeso e não mais como países isolados. O papel do Brasil como liderança nesse processo contribui para isso. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991 e integrado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, apontava para uma possibilidade de integração do ponto de vista econômico. Juntamente com outras iniciativas nesse sentido – como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) –, tornou-se um espaço continental de resistência às políticas econômicas norte-americanas para a América Latina, que visam incorporar a região como um alicerce de sustentação para sua política globalizante em que os Estados Unidos da América se mantêm como centro privilegiado.

Dessa forma, fica clara a importância da economia nas disputas regionais ideológicas, que vão influenciar inclusive nos aspectos culturais dos povos, pela política de assimilação de valores. A economia torna-se, portanto, um fator de interesse direto no jornalismo, na medida

em que é um dos fatores mais discutidos nessa relação intercontinental e, conseqüentemente, uma das principais pautas jornalísticas.

Ainda assim, o processo de assimilação dessa perspectiva, como de qualquer uma que mexa na forma de pensar das pessoas, é lento, e muitos são os que ainda valorizam mais os Estados Unidos ou países europeus do que Argentina, Uruguai, Venezuela, Equador...

A imprensa tem papel fundamental na formação de uma percepção de América Latina, seja qual for. Tem importância crucial também nas modificações da cultura, na forma de perceber outras perspectivas. Por isso, é preciso estudá-la no contexto da formação de identidades nacionais. Os grandes jornais são um dos elementos que mais influenciam o processo de formação de representações na população de um país. Dessa forma, um estudo da representação da América Latina na grande imprensa do Brasil¹, a partir da análise de conteúdo de dois jornais de referência, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, faz-se relevante não apenas para um estudo específico do jornalismo e da construção da notícia, mas para a sociedade, que tem nesses jornais uma fonte de conhecimento sobre a realidade. Coloca-se, portanto, como questão de pesquisa, identificar qual é a representação de América Latina expressa nos conteúdos jornalísticos publicados na *Folha de S.Paulo* e em *O Globo*.

Quem escreve em um jornal, não escreve para si, escreve para os outros lerem. O objetivo do jornalismo, portanto, é voltado para o outro, é muito mais social do que individual. Está na natureza da profissão, é o cerne do jornalismo, é aquilo que o sustenta. Ainda que a maioria das empresas de comunicação, e também dos profissionais que atuam nelas, tenham esquecido isso, é nosso dever como jornalistas lembrar constantemente. O jornalista está inserido na sociedade, e a representação que ele faz dela é parte de sua construção. A notícia, nesse sentido, não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Traquina fornecerá as bases para identificar esse conceito de notícia. Cabe aqui, tendo como base a notícia como construção social, o questionamento de que modo é feita a representação da América Latina pelos grandes jornais brasileiros.

O jornalismo internacional tem uma relevância fundamental por inserir o país no mundo, por nos mostrar como parte de algo maior e estabelecer um contexto mais amplo de compreensão da sociedade. A cobertura internacional passou por muitas transformações desde o final do século XIX, e de forma mais intensa nas últimas décadas. Além das agências de notícias, que pasteurizam a informação que chega ao leitor, passou-se por crises econômicas que fizeram diminuir a quantidade de correspondentes internacionais – tendência que está

¹ Considera-se grande imprensa os veículos que definem a agenda de discussões, que são muito poucos. O capítulo 1 aborda mais detalhadamente a concentração dos meios de comunicação brasileiros nas mãos de algumas poucas famílias.

sendo revertida nos últimos anos – e, acima de tudo, surgiu a internet, que transformou completamente a forma de obter informações e divulgar notícias, ampliando o acesso à informação e possibilitando uma contextualização maior do fato, ao mesmo tempo em que torna mais frio e impessoal o jornalismo praticado.

A função do jornalismo é servir à sociedade e, por isso, um estudo da representação do conceito de América Latina na grande imprensa é fundamental. A partir do conceito de construção social da notícia, tem-se que ela não traduz uma verdade absoluta, mas visões e abordagens da realidade. Propõe-se, portanto, um estudo do jornalismo brasileiro para, a partir da abordagem teórica do objetivo da profissão, avaliar se o que a mídia produz em relação ao continente corresponde a essa finalidade. Afinal, o Jornalismo reproduz visões de poder e, nos veículos tradicionais, ele chama as vozes relacionadas ao poder – que incluem as internas, de dentro dos países da América Latina, e as externas, os países de poder hegemônico que constituem o chamado primeiro mundo – para falar a respeito. Nesse sentido, considera-se que essa imprensa não seja um espaço democrático de vozes que compõem a sociedade, ao excluir da notícia os pobres, os oprimidos. Vozes que, se aparecessem nos jornais, possibilitariam o exercício de um jornalismo mais condizente com sua função social, que deve levar em consideração a existência de todos que fazem parte da sociedade, e não vê-la apenas a partir da ótica oficial que rege o jornalismo tradicional, qual seja a de tratar apenas das pautas prontas de política e economia ligadas aos interesses governamentais.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar de que forma a América Latina é representada pela grande imprensa brasileira. Para atingi-lo, faz-se necessário estabelecer objetivos específicos, que são os seguintes:

- Identificar o conceito de América Latina trabalhado pela grande imprensa brasileira;
- Analisar os assuntos destacados como notícia em relação aos países latino-americanos e o enfoque que lhes é conferido nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.
- Identificar a quantidade de matérias feitas por correspondentes internacionais ou enviados especiais, a origem dessas matérias e a quantidade de textos publicados tendo como fontes agências de notícias internacionais.
- Definir o que é América Latina e latinidade.
- Discutir criticamente a função social da imprensa e a importância do jornalismo internacional.

Para atingir esses objetivos, opta-se pela utilização de dois métodos de pesquisa preferencialmente. O primeiro é a pesquisa bibliográfica, que contribui para o estudo da América Latina e do jornalismo enquanto prática social constitutiva do processo de formação

de opinião. Através desse procedimento de pesquisa, será possível apurar o que é América Latina e como se formou o conceito de latinidade, com o objetivo de, por fim, a partir dessa contextualização, realizar a crítica da visão inferida pela análise dos jornais da grande mídia. Além disso, a pesquisa bibliográfica deverá fornecer os meios para estudar o jornalismo em sua função social e a relevância do jornalismo internacional, através de uma recuperação histórica da sua evolução.

Para a definição do conceito de América Latina estabelecido pela imprensa tradicional, opta-se pela análise de conteúdo dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, em um período de sete dias. Considerou-se que um período menor que esse poderia fornecer certas armadilhas, devido a acontecimentos específicos que criassem uma movimentação diferenciada nas editorias de Mundo dos jornais e, conseqüentemente, falsas impressões de maior ou menor espaço dedicado ao tema. Ao mesmo tempo, um período maior inviabilizaria o trabalho pela grande quantidade de material a ser analisado e a escassez de tempo da pesquisa. A escolha dos jornais se deu pela influência que exercem na sociedade, já que *Folha de S.Paulo* e *O Globo* integram o restrito grupo da chamada grande imprensa.

Antes de partir para a análise do conteúdo dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, é importante ter uma base teórica do assunto a ser tratado. Um trabalho que se propõe a questionar a visão de América Latina praticada pela imprensa brasileira deve antes analisar as perspectivas teóricas na área do jornalismo. Uma apreciação da ética no exercício da profissão e das disputas de poder na sociedade que se refletem no jornalismo, fornecidas principalmente por Eugênio Bucci, Pedrinho Guareschi e Bernardo Kucinski, permitirá discutir a função social da profissão e se ela vem sendo cumprida nas matérias de América Latina na editoria de Mundo dos jornais trabalhados. Afinal, o jornalista, ao narrar a realidade, também a constrói. Daí vem a importância da mídia na realidade contemporânea. A obra de Nelson Traquina se torna um importante referencial nesse campo, oferecendo as bases do estudo das teorias do jornalismo que fornecerão subsídios para analisar o processo de construção da notícia. As teorias construcionistas estudam as notícias como uma construção da realidade feita pelo jornalista, que se dá de forma subjetiva e serão úteis no debate da cobertura de América Latina.

Por mais que o Brasil esteja geográfica e culturalmente próximo dos demais países latino-americanos, a cobertura de América Latina é feita pela editoria Mundo, ou seja, constitui Jornalismo Internacional. As transformações sofridas por essa editoria foram agudas e influenciam diretamente na forma de selecionar e construir as matérias. Visando atingir o objetivo de identificar se as matérias de América Latina são redigidas a partir da redação do jornal, através da utilização da internet e de agências de notícias, ou feitas por

correspondentes internacionais ou enviados especiais, e de que forma essa escolha interfere no resultado final da notícia, se faz mister uma visão do que já foi escrito sobre Jornalismo Internacional. Quem fornece as bases para a compreensão dessa evolução no setor é João Batista Natali, uma das raras bibliografias a tratar do assunto.

Mas, para falar em América Latina, é preciso entender a que região e a que pessoas está-se referindo. Será feita, portanto, uma perspectiva histórica do desenvolvimento da América Latina, passando rapidamente pelo processo de colonização até chegar às sociedades contemporâneas, para compreender o processo de formação da latinidade e de identidade de povo latino-americano. Para o estudo da formação do povo latino-americano, é essencial a leitura de Eduardo Galeano e Emir Sader, que fornecem uma visão crítica de desenvolvimento da região. Luiz Roberto Lopez dá as bases históricas para se chegar a esse processo. As condições atuais do continente são baseadas prioritariamente em dados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O conceito de América Latina foi proposto pela primeira vez pelo revolucionário cubano José Martí, a partir da sugestão da ideia de “Nossa América”, de forma que se faz necessário recorrer a seus escritos para entender a questão da latinidade. Quem também trabalhou essa questão foi o sociólogo Gilberto Freyre e as professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Carla Brandalise e Cláudia Wasserman. O referencial teórico para a concepção de identidade de povo latino-americano será fornecido principalmente por eles.

Por fim, depois de compreendida e esclarecida a teoria que serve de base para o estudo, pode-se partir para a consecução do objetivo principal deste trabalho, a análise das matérias dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. O procedimento metodológico utilizado para a realização do estudo, como já foi mencionado, é a análise de conteúdo, fornecido por Laurence Bardin, que propiciará um olhar sobre o conteúdo manifesto da palavra. Será feita, primeiramente, uma análise quantitativa que permitirá inferir o interesse dos jornais em publicar América Latina e de que forma isso é feito, para, posteriormente, passar-se ao estudo qualitativo e analisar as relações de poder reveladas pelos dados coletados.

O referencial teórico permitirá averiguar se a representação de América Latina feita pela mídia está de acordo com o que acontece na região, segundo os autores utilizados. Se estão retratados nas matérias dos jornais os personagens que, na sua percepção, efetivamente participam da construção da América Latina. Dessa forma, pensa-se poder analisar se a mídia vem cumprindo de forma eficaz com a sua função social.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. Os dois iniciais se propõem a fazer a análise teórica, com base em pesquisa bibliográfica. O primeiro trata do jornalismo e é dividido entre uma discussão crítica acerca da função social da profissão, tendo em vista que o

jornalista constrói a realidade na medida em que a narra, e um estudo da conjuntura do jornalismo internacional. O segundo capítulo dá conta da definição de América Latina e latinidade, através de uma revisão histórica. O último capítulo explicita a metodologia utilizada e apresenta uma síntese histórica de cada um dos veículos que compõem o *corpus* da análise, para por fim dedicar-se, em sua maior parte, à análise de conteúdo, baseada em Bardin.

A partir da revisão teórica realizada, recorre-se à análise de conteúdo propriamente dita dos jornais utilizados como base para definir a conceituação de América Latina trabalhada pela grande imprensa brasileira. A *Folha de S.Paulo* e *O Globo* são analisados do ponto de vista da construção da notícia, com o objetivo de identificar os enfoques dos temas tratados como notícia nos dois veículos e de que forma isso é feito, para perceber, assim, que tipo de informação eles buscam transmitir ao leitor.

1 JORNALISMO E INTERESSE PÚBLICO

Este capítulo tem como objetivo discutir criticamente o papel do jornalismo na sociedade. Para tanto, retoma-se a formação histórica da imprensa, com o foco na concentração dos meios de comunicação, com a finalidade de compreender quais interesses ela representa e de que forma as notícias sobre a América Latina são construídas. Entender de que maneira evoluiu a forma de se fazer jornalismo internacional é determinante para o sucesso do estudo.

Este capítulo propõe-se à realização de uma fundamentação teórica que defina qual é a real finalidade do jornalismo. Objetiva-se, com isso, embasar as conclusões a que se pretende chegar através da análise de conteúdo, proposta como metodologia para observar de que maneira os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* constroem suas notícias referentes à América Latina. Dentro da ótica de profissão voltada para o interesse público, sua perspectiva ética ganha uma dimensão fundamental. As relações de poder do jornalismo brasileiro adquirem relevância no estudo na medida em que influenciam no enfoque priorizado nas notícias relativas ao continente. Nessa perspectiva, parte-se do princípio de notícia como uma construção da realidade para mostrar a que interesses ela – a notícia – é submetida no Brasil e que realidade ela representa.

1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

Para um estudo do jornalismo, qualquer que seja ele, e especialmente um que se proponha a analisar o Jornalismo Internacional, que envolve relações de poder – político, econômico, cultural, tecnológico – muito fortes, é imprescindível uma discussão teórica a respeito do objetivo primário do jornalismo. Eugênio Bucci (2000) define o jornalismo como um serviço para o público, que está no cerne dos valores democráticos. A liberdade de expressão e o direito à informação são garantidos pela Constituição Federal do Brasil, artigo 5º, parágrafos IV: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”; e IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. Da mesma forma acontece em todo o mundo democrático, sobretudo desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, porque a informação é o meio de acesso da população à cidadania. O jornalismo é, portanto, uma instituição da cidadania e dos direitos humanos, uma profissão voltada para o interesse público. “Ninguém precisa ter frequentado aulas numa faculdade de comunicação social para intuir que ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público, que o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio”, define Bucci (2000, p. 30).

É no sentido de jornalismo como um serviço público que se faz necessária uma discussão ética. Afinal, o cidadão será o maior beneficiado ou o maior prejudicado pela (não) existência de ética no exercício do jornalismo. A palavra ética vem do grego, *ethos*, e refere-se aos costumes. Segundo Marilena Chauí (apud BUCCI, 2000, p. 16), a ética baseia-se na racionalidade, na liberdade e na responsabilidade. Como forma de busca do bom e do justo, pode ser compreendida do ponto de vista individual ou social, ou seja, da construção do próprio caráter ou da construção do bem comum (BUCCI, 2000, p. 16). O jornalismo como um serviço para o público é analisado dentro dessa ótica, pois trabalha com valores públicos, não privados ou governamentais.

A ética jornalística, portanto, é a manutenção da independência e da liberdade no exercício da profissão para cumprir com sua função social de interesse público, independente de questões menores do dia-a-dia do repórter ou da redação – que também são fundamentais, mas servem a esse objetivo maior. É necessário, portanto, “manter a autonomia para apurar, investigar, editar e difundir toda informação que seja de interesse público, o interesse do cidadão, e não permitir que nenhum outro interesse prejudique essa missão” (BUCCI, 2000, p. 56).

Por essa função social inerente ao jornalismo, porque ele é voltado para o público e para a democracia, sua ética deve ser discutida publicamente, e só é capaz de se consolidar e se aprimorar na medida em que as instituições democráticas sejam sólidas. E a discussão deve questionar a atuação do jornalista, mas também dos padrões e das empresas de comunicação, já que a atividade jornalística transformou-se num mercado. Se a ética do jornalista é a mesma ética do cidadão, como afirma Cláudio Abramo (1997), a ética do jornalismo é a ética da sociedade, ela reflete os valores que regem a sociedade de um modo geral, e também suas relações de poder. Em uma sociedade com valores de mercado, o mais provável é que o jornalismo adquira valores de mercado (BUCCI, 2009, p. 115).

Toma-se a discussão teórica sobre ética do jornalismo em sua teoria para verificar de que forma ela é observada na prática. No Brasil, de acordo com o site Donos da Mídia, apenas 41 grupos de comunicação têm abrangência nacional. Desses, cinco mantêm o controle sobre a mídia nacional, segundo Lima (2009), em artigo no Observatório da Imprensa. A situação é ainda mais grave com a constatação de que nos anos 1990, esses grupos eram nove¹. Há que

¹ As famílias eram Abravanel (*SBT*), Bloch (*Manchete*), Civita (*Abril*), Frias (*Folha*), Levy (*Gazeta*), Marinho (*Globo*), Mesquita (*O Estado de S.Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e Saad (*Band*). Hoje as famílias Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita já não exercem mais o controle sobre seus antigos veículos. A primeira faliu, levando à extinção da *Manchete*, em 2000. As famílias Nascimento Brito e Levy arrendaram seus títulos, também em função de falência, e os Mesquita retiraram-se para cargos de administração, deixando a gestão dos jornais nas mãos de executivos.

se considerar que, apesar de a família Mesquita não exercer mais o controle direto d'*O Estado de S.Paulo*, o veículo continua exercendo grande influência e ainda faz parte do grupo chamado de “grande imprensa”.

De acordo com Kucinski (1998), quatro grandes jornais (que pertencem a esses grupos) são os principais definidores da agenda de discussões: *O Globo*, *Jornal do Brasil*², *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, pois, apesar da evolução tecnológica, os parâmetros dos jornais impressos ainda são referência para o jornalismo praticado no Brasil (BUCCI, 2009, p. 128). A existência desse oligopólio impede que haja pluralidade de opiniões e faz com que a imprensa se constitua, na sociedade capitalista, como um espaço privilegiado da burguesia.

A visão burguesa que Marques de Melo atribui à imprensa brasileira (2006) é escamoteada pela homogeneização dos veículos identificada por Kucinski (1998), o que mascara seu caráter ideológico, fazendo parecer que todos os jornais são neutros e imparciais. Como se não bastasse a presença de muito poucos grupos no cenário jornalístico brasileiro, a tendência é de que, mesmo nesses poucos grupos dominantes, a informação seja pasteurizada. Os jornais impressos trazem manchetes frequentemente muito semelhantes e layouts quase iguais. É o que ele chama de “mesmice jornalística” (KUCINSKY, 1998, p. 25).

Não há mercado de ideias no jornalismo neoliberal brasileiro. No espaço midiático em que deveria acontecer esse processo de intercâmbio de idéias, deu-se no Brasil a uniformização ideológica. [...] Os jornais de referência nacional se tornaram tão parecidos que é comum confundir um com o outro nas bancas de revistas (KUCINSKI, 2005, p. 114).

Essa uniformização ideológica sustenta o discurso dominante das elites, ainda segundo o autor, o que leva a uma sustentação de políticas públicas que interessem às elites e ajudam a manter o *status quo*.

Os meios de comunicação não podem permanecer à mercê dos interesses do poder econômico e político. Eles têm que estabelecer uma mediação, uma intermediação, ser ponte entre os governos, o cidadão, a opinião pública e a sociedade. É um direito do cidadão e da cidadania ter informação e participar, por vias democráticas, do rumo das decisões políticas (KUNSCH, 2008, p. 8).

Mas não é isso que se vê no modelo brasileiro.

Da forma como a comunicação está organizada institucionalmente no Brasil, “exclui-se a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de

² O *Jornal do Brasil* fazia parte desse seleto grupo nos anos 1990, mas não o integra mais. Foi arrendado ao empresário Nelson Tanure em 2001 e perdeu prestígio e poder econômico. Hoje não pode mais ser circunscrito à chamada “grande imprensa”.

comunicação” (KUCINSKI, 1998, P. 26). Ou seja, de acordo com essa ótica, não se cumpre, no Brasil, de um modo geral, com o objetivo do jornalismo, com a sua função social. Cria-se um paradoxo, em que há um discurso único em uma sociedade neoliberal extremamente polarizada, de diferenças agudas entre ricos e pobres, entre Norte e Sul. “Eis a questão fundamental: enquanto não se romperem os grilhões que amarram e impossibilitam os oprimidos de falarem, de dizerem o que pensam, de manifestarem seu pensamento, não teremos democracia”, diz Pedrinho Guareschi (2000, p. 67). Como só há a opção burguesa de imprensa no Brasil, a liberdade de imprensa não ocorre na prática, e o leitor tem acesso a uma só ideologia.

John B. Thompson (apud GUARESCHI, 2000) vê a ideologia como forma de se estabelecer ou manter relações sociais, como um sistema de representações. O poder é instituído, estático, enquanto a dominação é uma relação, estabelecida ou reproduzida pelo uso de formas simbólicas. A comunicação e, mais especificamente, o jornalismo, em seu processo de representação simbólica, são, portanto, eminentemente ideológicos, de formação de subjetividades. Partindo dessa concepção, tem-se que quem tem acesso aos meios de comunicação – que são umas poucas famílias, como já visto – é quem detém o poder simbólico na sociedade, é quem cria as verdades que chegam à população.

Isso porque o relato de um fato é sempre uma versão, então é necessário que haja versões diversas para que o acontecimento se forme de maneira mais completa no imaginário do leitor. “A verdade dos fatos é sempre uma *versão* dos fatos. O relato, qualquer que seja ele, é um discurso e, como tal, é inevitavelmente ideológico” (BUCCI, 2000, p. 51), é no máximo uma verdade aproximada. Como tal e de acordo com a definição de Thompson, o discurso é uma relação de dominação antes de ser uma representação de poder. De acordo com José Marques de Melo (2006, p. 56), os jornalistas “atuam como mediadores entre os acontecimentos, seus protagonistas e os indivíduos que compõem um universo sociocultural (público destinatário)”, e projetam a sua visão de mundo.

Seu público destinatário, a sociedade de um modo geral, é, por conseguinte, duplamente afetada, por não poder dizer o que pensa e por receber um conteúdo parcial através dos veículos de imprensa. Assim, o direito à comunicação é violado. E, com ele, violada também a democracia.

A abordagem da notícia como construída por um jornalista que tem uma visão de mundo própria dá margem à interpretação de que o profissional, na medida em que interpreta a realidade e reflete de volta o que vê, projetando no seu público as suas subjetividades, está contribuindo para uma construção dessa realidade. Cada notícia é, assim, uma construção da realidade. Diversas teorias dão conta do estudo do jornalismo, a partir de diferentes pontos de

vista. As que trabalham com a ideia de notícia como construção da realidade e que servem de base para este estudo são as construcionistas. Conforme Traquina (2004), os teóricos que trabalham com esse paradigma são Halloran et. al., 1970; Berger e Luckman, 1971; Cohen e Young, 1973; Hall et. al., 1973; Molotch e Lester, 1974/1993, 1975; Roscho, 1975; Schlesinger, 1978; Hall et. al., 1978; Tuchaman, 1978 (TRAQUINA, 2004, p. 168). Todos eles rejeitam a Teoria do Espelho, que identifica o jornalismo como uma “transmissão não expurgada da realidade, um *espelho*” (TRAQUINA, 2004, p. 146).

Duas teorias, nascidas nas décadas de 60 e 70 do século XX, partem do paradigma de notícia como construção: a *estruturalista* e a *interacionista*.

Para ambas as teorias, as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização (TRAQUINA, 2004, p. 173).

Por considerar todas essas relações, dentro do ambiente organizacional em que os jornalistas trabalham e com a sociedade de forma mais ampla, as duas teorias são consideradas microssociológicas e macrossociológicas. Seu aspecto microssociológico se aproxima da visão *organizacional*, defendida por Warren Breed nos anos 1950. Mas, por ir além dessa perspectiva, elas são consideradas *transorganizacionais*.

Elas se diferenciam das teorias de ação política, tanto de esquerda, cujas referências são Herman e Chomsky (na década de 1980), como de direita, defendida por Kristol e Efron (nos anos 1970) – Traquina aborda de forma mais aprofundada as especificidades de cada uma delas – por acreditar que as notícias, como construção, projetam uma visão de mundo, mas não com o objetivo de manipular a realidade ou fazer ficção. As teorias construcionistas não são conspiratórias e não consideram o efeito de distorção que baseia as teorias de ação política – centradas na questão da manipulação.

Na perspectiva construcionista, as notícias são vistas como estórias, e abarcam a ideologia do jornalista e a sua relação com outros fatores externos a ele. O jornalista constrói a notícia na medida em que a realidade se apresenta a ele, e, no final da sequência, seu relato contribui para a construção da realidade.

A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o quê? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade (TRAQUINA, 2004. P. 174).

A visão de notícia como construção, quando trata da relação que os jornalistas estabelecem com as fontes, percebe, porém, uma dependência das fontes oficiais. A proximidade do relato jornalístico com o poder é vista não apenas a partir do mercado e da concentração dos meios de comunicação, que impedem o acesso das massas à produção de conteúdo, como também a partir da construção da notícia no cotidiano profissional. As fontes oficiais são as mais utilizadas por representarem credibilidade e serem de fácil acesso e rápida definição, considerando que o tempo é crucial na rotina de produção jornalística. Os poderosos tornam-se, assim, “definidores primários”, ou seja, definem todo o enquadramento a ser dado ao relato. Essa conexão entre jornalistas e fontes faz com que as notícias se tornem uma ferramenta importante dos governos e autoridades (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2001, p. 88).

As notícias construídas dessa forma refletem as relações de poder existentes na sociedade. “Quando o poder age no sentido de subtrair ao cidadão a informação que lhe é devida, está corroendo as bases do jornalismo ético, que é o bom jornalismo, e corrompendo a sociedade” (BUCCI, 2000, p. 33). Essa promiscuidade, como Kucinski chama a relação entre jornalistas e fontes oficiais e, de forma mais ampla, entre os jornalistas e o *establishment*, opera para a produção de consenso, o que leva de volta à “mesmice jornalística” referida anteriormente (1998, p. 22 e 23).

Fechando um ciclo, tem-se que, em função da dependência das fontes oficiais e da concentração dos meios de comunicação, o leitor tem acesso a uma ideologia apenas, a burguesa. De acordo com Marques de Melo,

da mesma maneira que a burguesia constrói uma noção de Estado a serviço do bem comum, dos interesses da coletividade etc., ela também engendra uma concepção de jornalismo como quarto poder, como espaço de interesse público. E, com isso, ocorre um processo de ‘desideologização’, despolitização do jornalismo (2006, p. 57).

Assim, cria uma ideia de que os conflitos de classe não existem, ao mesmo tempo em que afasta os mais pobres da notícia (BUCCI, 2009, p. 128) – eles não têm representatividade como segmento social dentro da ideologia de mercado que toma conta dos meios de comunicação.

1.2 JORNALISMO INTERNACIONAL

No Jornalismo Internacional, a ideologia de mercado aparece de forma ainda mais explícita, por uma razão bastante lógica: a própria ideologia foi importada dos países que influenciam de forma mais direta não apenas nas notícias que chegam ao Brasil, como também

na forma de se fazer jornalismo. Apesar disso, a influência no agendamento da área de Mundo dos jornais brasileiros será tratada com mais dedicação nessa parte do capítulo.

Nas notícias de Mundo, notam-se algumas diferenças no tratamento dado à notícia e no resultado do que aparece no jornal. O domínio da produção da informação continua sendo da burguesia local, já que os jornais são os mesmos que praticam o jornalismo nacional, mas as fontes mudam. A diferença primordial entre as duas formas de se fazer jornalismo está na obtenção da informação. No entanto, é importante destacar o papel de organismos internacionais inclusive na área de produção. Embora se tenha afirmado que praticamente toda a informação jornalística produzida no Brasil está nas mãos de cinco famílias – e que são todas brasileiras –, o fato de elas terem esse caráter familiar não as afastou do mundo capitalista globalizado. Um dos quatro principais jornais impressos do país, por exemplo, pertence ao grupo Globo, muito poderoso principalmente por manter um quase monopólio do jornalismo e do entretenimento para televisão. Seu principal veículo impresso, *O Globo*, tem circulação nacional, embora seja mais focado no Rio de Janeiro.

As Organizações Globo nasceram nos anos 1920, com a criação do jornal *O Globo*, mas se fortaleceram na década de 1960 com uma ajuda de 5 milhões de dólares do grupo norte-americano *Time-Life*, embora a legislação brasileira não permitisse tal intervenção. Esses dólares, segundo Pedrinho Guareschi,

entraram no Brasil por caminhos indiretos e seriam destinados a assistência técnica e administrativa, implantação de novas técnicas de programação, controle financeiro, assistência para compra de equipamentos, treinamento de pessoal no estrangeiro (leia-se nos EUA), assistência no que concerne a venda de anúncios etc. (1981, p. 46).

Não cabe agora contar a história da Rede Globo, mas importa nessa questão o investimento de capital estrangeiro em uma empresa de comunicação nacional, o que era proibido pelas leis de então.

No episódio das Organizações Globo, o investimento foi em dinheiro diretamente, mas há outras formas de fazê-lo – e que são feitas. “Os principais *players* internacionais (News Corporation, Viacom, Time Warner, Disney, Bertelsmann, Vivendi, Sony) têm alianças com grupos multimídias nacionais controlados por dinastias familiares” (MORAES, 2008, p. 92). Mesmo que sua participação mais direta e efetiva seja na indústria do entretenimento, ela exerce influência na produção de informação, que acontece de acordo com a visão da fatia de maior força do conglomerado, isto é, dos países ricos. Sua força faz com que prevaleça a lógica comercial e elitista nos meios midiáticos brasileiros, que levam a uma supervalorização do consumo e de bens internacionais. Os produtos nacionais perdem valor, e organizações sociais,

como movimentos sociais, perdem espaço nas pautas e coberturas. Os países ricos acabam pautando ou definindo a agenda do noticiário produzido no Brasil, em uma “adesão à globalização capitalista” (MORAES,2008, p. 91).

Mas, para compreender como o noticiário internacional chegou a esse nível de dependência (que não é total, como vamos avaliar mais adiante), é preciso estudar um pouco de história, desde o nascimento do jornalismo até os dias atuais, mantendo o foco, é claro, no jornalismo internacional.

A possibilidade de imprimir palavras em papel e disseminá-las se deu pela primeira vez com a impressão da Bíblia, por Gutenberg, em 1456. De acordo com João Batista Natali (2004), o embrião do jornalismo moderno formou-se ainda no Renascimento, em Augsburg, região que atualmente fica em território alemão. No início do século XVI, o banqueiro Jacob Függer enviou agentes para territórios distantes para captar informações que pudessem ser úteis no seu negócio. Esse tipo de atividade pode ser interpretada como os primórdios das *newsletters*.

No início do século seguinte, primeiramente na Holanda e depois pelo resto da Europa, nasceram publicações chamadas de “corantos”, que traziam notícias correntes de terras distantes e eram vendidas. Mas elas ainda traziam apenas informações que pudessem ser úteis aos negócios e tinham público restrito. Por conta dessas publicações, Natali afirma que “o jornalismo nasceu internacional” (2004, p. 22).

Mas é preciso ter cuidado. Desses episódios, merecem destaque duas questões. A primeira é que as fronteiras na época não eram definidas como hoje. Não existia ainda o conceito de país. Então, utilizar o termo “internacional” é temerário. Em segundo lugar, o que se produzia era uma informação destinada a incrementar os negócios. Não se produzia informação no seu sentido estrito de informar um público. Portanto, o que se fazia na época não condiz com a definição de jornalismo como a estudada na primeira parte do capítulo, que tem como objetivo o interesse público. Essa descrição de Natali sobre a atividade desenvolvida por Jacob Függer na Alemanha e os “corantos” holandeses é de produção de informação para interesses privados, que contribuía para a manutenção do *status quo*. Fica, pois, a ressalva de que esse era apenas um *embrião*, um precursor do jornalismo, não jornalismo propriamente dito.

Foi à época da Revolução Francesa, no século XVIII – a revolução propriamente foi em 1789 – que o embrião começou a tomar ares de jornalismo de verdade, embora já tivesse havido um periódico de circulação diária na Inglaterra de 1702 a 1735. O *Daily Courant* era editado por Samuel Buckley e mantinha seu foco na política (CHAPARRO, 2008). Antes utilitário, agora o jornal passava a informar apenas pela necessidade das pessoas de se manterem informadas. Notícias sobre crimes, política, fofoca – sobre reis, rainhas, aristocracia

– circulavam entre regiões distantes da Europa. Informações sobre a Revolução Francesa se espalharam por Inglaterra, Holanda, Itália, Alemanha, Áustria.

Só que essas notícias levavam ideias “perigosas” de liberdade, igualdade e fraternidade, o que não interessava aos privilegiados da época (aristocracia). Nasce, então, entre o final do século XVIII e o início do XIX, a censura, para impedir a disseminação de “ideias inovadoras e importadas” (NATALI, 2004, p. 29), que incluem as da Revolução Francesa, as da Revolução Americana (1776) e ideias de Estado-nação contidas nas invasões napoleônicas. Invasões, aliás, que ajudaram a expandir também os ideais iluministas, já que Napoleão era discípulo de Rousseau, segundo Eric Hobsbawm (1996, p. 56).

No século XIX, aumenta a velocidade de disseminação da notícia, com novas tecnologias de impressão e de transporte da informação. Em uma clara demonstração de que se transformava a forma de fazer jornalismo, 150 repórteres foram enviados para cobrir a Guerra Civil norte-americana (1861-1865). Surgiu, então, a ideia de enviar um grupo de repórteres para fazer a cobertura para um grupo de jornais. Eram os primórdios das agências de notícias.

A primeira agência oficial foi concebida por Charles Havas, na França. Em 1835, ele criou uma agência de tradução de informações. Mais tarde, começou a mandar repórteres para produzirem eles mesmos essas informações. Formou-se, então, a Agência Havas, precursora da Agência France Presse (AFP). Em 1851, um de seus repórteres, o alemão Paul Julius Reuter, começou, em Londres, a produzir notícias da Europa continental e dos Estados Unidos para uso dos assinantes europeus. Nasce a Reuters. Na América, a Associated Press (AP) surge a partir da iniciativa de seis jornais de Nova York de fazer um *pool* para a cobertura da guerra contra o México (1846-48).

Natali (2004) defende a ideia de que o impacto do desenvolvimento tecnológico foi muito maior no jornalismo internacional do que no local. No início do século XX, a invenção do teletipo e posteriormente a sua variação, o telex, deram ainda mais agilidade à produção de notícias. Mas sua abrangência ainda era muito limitada, se comparada com as possibilidades atuais. A partir dos anos 1960, entram no jogo os satélites de telecomunicações, que representam um salto para a editoria de internacional.

No Brasil, o início da imprensa foi bastante tardio. O primeiro jornal brasileiro, *Correio Braziliense*, foi criado no mês seguinte à chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, por Hipólito José da Costa, e era escrito em Londres. Cinco meses depois, começa a ser editada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil. Nenhum deles era diário e pouco tratavam de jornalismo internacional, assim como a maioria das publicações que surgiram depois. O motivo principal – e que não se aplica ao *Correio Braziliense*, embora

ele compartilhe dessa característica – é óbvio: devido à distância e à parca tecnologia, as notícias europeias demoravam cerca de seis semanas para chegar aqui.

Em 1874, o Brasil é ligado à Europa pelo telégrafo, o que facilita muito a confecção de notícias internacionais. Três anos depois, a agência Reuter-Havas – uma fusão das agências inglesa e francesa – abre uma sucursal no Rio de Janeiro. O *Jornal do Comércio* publica notícias simultaneamente aos jornais europeus nesse mesmo ano.

O fim do século XIX traz consigo diversos jornais com notícias da Europa para as comunidades de imigrantes, que eram principalmente alemães, italianos, espanhóis e árabes. Nessa época, o número de publicações brasileiras já chegava a 343, algumas militantes com ideias anarquistas e socialistas trazidas da Europa. A Primeira Guerra Mundial não contou com correspondentes brasileiros, as notícias divulgadas aqui eram apenas as de agências. Já a Segunda Grande Guerra teve uma cobertura extensa, com enviados de renome no jornalismo nacional, como Joel Silveira e Rubem Braga, mas seu objetivo era cobrir as movimentações das tropas brasileiras na Itália, então não chega a ser um jornalismo efetivamente internacional. Por outro lado, o fluxo de notícias provenientes de agências foi imenso. “Pelo fim da guerra, o Escritório Rockefeller [do diretor do Escritório de Coordenação das Relações Interamericanas Nelson Rockefeller] calculou que 75% das notícias mundiais que chegavam à América Latina tinham origem em Washington” (GUARESCHI, 1983, p. 42).

Nessa cobertura, o veículo que se destacou foi o rádio, que teve grande importância nas décadas seguintes para o jornalismo internacional de um modo geral, principalmente na voz do Repórter Esso. A televisão entra no cenário a partir do fim da década de 1960, principalmente, mas sem o mesmo destaque do rádio. Em 1992, chega ao Brasil a TVA, com programação paga e muito conteúdo internacional. O papel dos meios eletrônicos não interessa diretamente ao estudo aqui proposto, mas é citado porque influencia toda a forma de fazer jornalismo internacional, mexe na dinâmica da produção de notícias de um modo geral.

No princípio do jornalismo, muito poucas eram as imagens utilizadas nos veículos impressos, pela falta de tecnologia que propiciasse a isso e pela má qualidade das imagens. No jornalismo internacional, era ainda pior, pois, se a informação podia chegar de forma compreensível por telégrafo, a fotografia vinha com riscos e falhas. Surge, então, um mercado de imagens, que as pasteuriza na mesma medida em que pasteuriza a notícia que a acompanha. A partir da década de 1980, agências oferecem as mesmas fotografias para o mundo inteiro. Natali cita um caso recente para mostrar de que forma essa situação é prejudicial:

Não há reportagens destinadas exclusivamente ao telespectador senegalês, tcheco ou brasileiro. As imagens que chegaram ao Brasil em 11 de março de 2004, por exemplo, com os atentados terroristas islâmicos contra trens de subúrbio em Madri, não especificavam a nacionalidade das vítimas e não relatavam a existência de um morto paranaense (NATALI, 2004, p. 48).

E completa: “a concentração do mercado de imagens em poucas empresas provoca a produção e difusão de notícias homogeneizadas no plano global, desprovidas de diferenciais nacionais ou de pluralidade de enfoque”.

O jornalismo internacional brasileiro se fortaleceu por um descuido do regime ditatorial. Um golpe militar tomara o poder das mãos do presidente eleito, João Goulart, e cerceava as liberdades da população, inclusive a de imprensa. O questionamento à ordem e ao governo tornou-se inviável em qualquer outra seção do jornal, o que levou pautas um pouco mais delicadas a ganharem espaço nas editorias de Mundo. Nesses espaços era possível estabelecer uma discussão mais disfarçada, o que passou a despertar o interesse de muitos leitores. Assuntos como guerrilha não podiam aparecer na editoria de política, mas conseguiam abrir uma brecha na de internacional quando contavam das atividades do grupo guerrilheiro dos Tupamaros, de oposição à ditadura no Uruguai. Novidades como a vitória de Salvador Allende e as posteriores contestações ao regime do general-ditador Augusto Pinochet, no Chile, tinham espaço, assim como a derrota norte-americana no Vietnã e o escândalo Watergate, que levou à renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon.

Com isso, as editorias de internacional cresceram e, sem que os militares percebessem, tornaram-se um importante ponto de resistência ao sistema, já que outros setores do jornal sofriam mais com a censura. Criticar ditaduras de outros países era uma forma indireta de se posicionar contra o governo militar brasileiro.

Com a retomada da democracia, as discussões puderam voltar aos seus devidos lugares, e outras seções dos jornais recuperaram o espaço que lhes era de direito. Como consequência, diminuiu o do jornalismo internacional, que era de fato um espaço artificialmente formado e agora não era mais tão necessário para oxigenar a agenda de discussões. O fim da Guerra Fria também contribuiu para o encolhimento da editoria, uma vez que acabou a polarização entre duas grandes potências. Um jogo político de dois jogadores é sempre mais interessante, porque gera opiniões exaltadas nos leitores e propicia a discussão nos jornais. A emergência de uma só superpotência, os Estados Unidos, dificulta a cobertura. De acordo com Natali, “lidar com os Estados Unidos é a grande pedra no sapato do jornalismo internacional” (2004, p. 54).

Os anos de neoliberalismo, a partir de meados da década de 1980, mas especialmente nos anos 1990, trazem consigo uma crise muito grande. Os jornais não ficam de fora,

endividam-se, e uma das conseqüências mais óbvias e imediatas para cortar custos é repatriar os correspondentes que estão espalhados pelo mundo ganhando em dólar. O jornalismo internacional passa a ser feito prioritariamente de dentro da redação.

A revolução causada pela internet veio, então, no momento mais propício, pois coincidiu com essa crise. Não apenas as notícias enviadas pelas agências se multiplicaram e passaram a chegar com muito mais agilidade, mas também se tornou possível buscar diversos tipos de informações para incrementá-las. Ao mesmo tempo em que a internet se torna uma grande aliada, ela também propicia a pasteurização, já que serve de justificativa para o jornal não precisar enviar correspondentes para o exterior. Tendo condições de se fazer tudo de dentro da redação, pode parecer sem sentido para o dono de um jornal – que não necessariamente é jornalista e entende da atividade – gastar com enviados nessas circunstâncias. A internet, nesse sentido, deveria servir de apoio para a realização da matéria, não de fonte.

Evidentemente, como aliada, a internet é fundamental no processo de produção da notícia atualmente. Natali utiliza o conceito de superinformação para explicar melhor as possibilidades que ela oferece. Ele parte do princípio de que o jornalista utiliza a internet para obter muitas informações sobre um assunto, tantas quantas ele conseguir, para formar sua visão sobre o tema. O repórter não vai colocar todas as informações no texto final, mas isso não anula a sua utilidade, já que,

a superinformação, aquilo que não será utilizado diretamente, servirá para que eu hierarquize os fatos, escolha uma palavra forte em lugar de outra menos carregada de sentido no vocabulário diplomático. Ou seja, serei capaz de entregar ao leitor um texto, por menor que ele seja, incomparavelmente melhor (NATALI, 2004, p. 59).

No entanto, o outro lado desse excesso de informações também deve ser considerado. Eugênio Bucci chama a atenção para os perigos que ele pode trazer: “No meio da tempestade de conteúdos cujas intenções se embaralham e se dissimulam, uma pergunta inquieta o cidadão: ‘Em quem eu posso confiar?’” (2009, p. 131). É um questionamento válido, principalmente ao se partir da constatação de que alguns organismos, assim como alguns Estados, têm mais condições de produzir conteúdo globalizado, de se integrar no mundo virtualizado e de expandir sua influência. Para Leonardo Valente, essa nova Era da Informação, com excesso de conteúdo virtual, não contribui para uma maior democratização e redistribuição de poder. Antes “possui o risco de solidificar ainda mais o *status quo* do poder atual, fortalecendo ainda mais os Estados mais fortes, e deixando ainda mais vulneráveis os que historicamente são mais fracos” (2007, p. 32).

Nesse contexto, a seleção dos conteúdos e a responsabilidade do repórter atribuem valor ao jornalismo realizado.

Credibilidade, independência, foco no cidadão e compromisso em expandir progressivamente o universo daqueles que têm acesso à informação: nisso se resume a sua responsabilidade social. É desse modo que ele contribui para a democracia inclusiva e para o desenvolvimento humano (BUCCI, 2009, p. 131).

Como esses critérios subjetivos de atribuição de valor só podem ser desenvolvidos pelo repórter, e tendo em vista que a apuração dos fatos no local em que eles ocorrem ainda pode trazer informações muito mais ricas do que qualquer rede de informações, o próprio João Batista Natali ressalta que “o uso da internet não substitui a existência de uma boa rede de correspondentes” (2004, p. 59).

Infelizmente, parece que não foram todos os veículos que perceberam isso, pois a utilização de textos de agências disseminou-se durante o *boom* da internet. Hoje, quatro agências concorrem pelo domínio da informação no Ocidente: as americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI), a inglesa Reuters e a francesa Agência France Presse (AFP). Outras agências de destaque são a Ansa (italiana), a DPA (alemã) e a EFE (espanhola). Mais influentes no Leste Europeu e na Ásia, aparecem a soviética Tass e a Nova China. A mais rentável e que mais produz material é a Reuters, enquanto a AFP tem um território maior de cobertura (140 países). Cada uma das quatro grandes agências conta com uma equipe de 1.500 a 2 mil jornalistas, que incluem repórteres, fotógrafos, redatores e editores. À exceção da AFP, que é estatal, todas são de capital privado. O Brasil também tem suas agências de notícias, mas com produção nacional (BAHIA, 1990, p. 278 e 279).

Pedrinho Guareschi descreve como se dá todo o processo de produção da notícia para a editoria de internacional, quando é utilizado material de agência, desde a captação da informação até a publicação:

Somente um pequeno grupo de pessoas decide se determinada notícia será feita, e, depois de escrita, se será enviada, e, se enviada, a quem será enviada. A notícia, assim recebida, será depois editada de maneira a satisfazer às necessidades do meio de comunicação respectivo, sendo podada, muitas vezes, caso ultrapasse o espaço a ela destinado, combinada com outras histórias, ou com outras fontes noticiosas; reescrita para enfatizar determinadas facetas que o editor do meio de comunicação julgar importante (1983, p. 36).

O estudo de Guareschi é antigo porque as tecnologias que influenciam na produção da notícia evoluíram muito nas últimas décadas. Ainda assim, é válido porque retrata as mesmas relações de poder ainda vigentes, que demonstram uma tendência à concentração na produção da notícia que a elitiza, impede a democratização da informação. De acordo com o

relato do professor, é a agência que escolhe para quem enviar a notícia, por exemplo. No entanto, sabe-se que ela envia para quem paga por ela, ou seja, o papel de selecionar para onde a informação se destina é muito mais de quem recebe do que de quem envia. Mas isso não a torna menos elitizada, apenas transfere a responsabilidade de uma elite norte-americana ou europeia (a agência) para uma elite brasileira (os grupos de comunicação locais).

Essa elite brasileira de que se fala, os jornais e meios de comunicação, compram pacotes das agências, logo recebem muitas notícias que não utilizam, já que não compram cada matéria individualmente. Ou seja, muito material é excluído, o que faz dos critérios de seleção da notícia uma etapa muito importante no processo de confecção do noticiário internacional. Natali (2004) cita alguns fatores-notícia que definem pauta. Guerras, eleições, epidemias e inesperadas tragédias geralmente são de interesse da editoria. No entanto, já é feita a ressalva: algumas guerras têm mais visibilidade que outras, apenas eleições em determinados países são notícia e mesmo as tragédias passam por um crivo econômico. Natali sustenta que “queda de avião em país pobre é menos notícia que a queda de avião em país rico” (p. 14), por exemplo.

Fica clara com esse exemplo a relevância do poder e do dinheiro na seleção das notícias. Elas são escolhidas de acordo com a influência política e econômica dos países, o que faz com que saiam no jornal muito mais notícias do primeiro mundo. É essa influência que define a agenda, de forma direta ou indireta. O caso da queda dos aviões é um exemplo de agendamento indireto, quando o repórter define a notícia de acordo com critérios pessoais ou mesmo editoriais. Nesse caso, o repórter e o jornal já sofreram a influência desse pensamento primeiro-mundista. Mas há também um agendamento direto, quando um país define que pautas serão elencadas nos jornais de outro país. Dessa forma, “se um Estado tem a capacidade de incluir um tema de seu interesse na pauta da mídia de outro Estado-alvo [...], estará atuando diretamente sobre as elites ou sobre os atores democráticos responsáveis pela formulação e pela manutenção dos interesses nacionais” (VALENTE, 2007, p. 63 e 64).

O fato de se optar por utilizar apenas ou prioritariamente notícias de agências internacionais também é um definidor de agenda, porque o leque de opções de pautas fica restrito apenas ao que elas enviam. O jornal submete-se à decisão da agência de que notícias divulgar, a qual está vinculada aos fatores econômicos citados anteriormente. Ao mesmo tempo, a definição de onde manter correspondentes também tem um caráter político e econômico. Mesmo em épocas de maior número de enviados ao exterior, a maioria se concentra em Europa e América do Norte. A criação de postos de correspondentes em países da Ásia, como China e Japão, também decorre da importância econômica que esses países passam a ter.

A utilização de textos de agências de notícias faz com que as barreiras sejam suprimidas, a informação chega igual a qualquer lugar do mundo. Dênis de Moraes identifica nessa tendência uma exigência do neoliberalismo, que precisa de um espaço livre e ampliado para circulação de capital, sem limites geoculturais e de gostos e estilos de vida adaptados ao mesmo padrão de consumo. Dessa forma, o jornalismo globalizado contribui para dirimir as identidades culturais das regiões, “a identidade local é assim conduzida para se transformar em uma representação da diferença que a faça comercializável, isto é, submetida a maquiagens que reforçam seu exotismo e a hibridações que neutralizem suas classes mais conflitivas” (MARTÍN-BARBERO apud MORAES, 2007, p. 96). Mais de duas décadas antes, Guareschi já alertava para o uso de conotações negativas que vão na mesma direção das maquiagens que Martín-Barbero cita. O uso de rótulos e adjetivos atribuídos ao “exótico” servia para estigmatizar povos de Terceiro Mundo. “Essa semântica serve para evocar a imagem do que é *normal* do ponto de vista da *ordem* que as agências representam. Tudo o que se afasta dessa normalidade é tratado de maneira tal que, por inferência lógica, torna-se óbvio que deve ser rejeitado” (1983, p. 63).

Na tentativa de uniformizar o mundo, as agências produzem consensos que ajudam a acomodar as diferenças culturais e as divergências sociais. Juárez Bahia afirma que, “juntas, as quatro agências multinacionais constituem um verdadeiro monopólio da informação”, e, como se não bastasse, “o perfil editorial das agências de notícias não varia substancialmente” (1990, p. 278). Essa lógica leva ao sentido oposto do que aparenta, conforme desenvolvido na primeira parte do capítulo, quando se falou na homogeneização das notícias no jornalismo brasileiro. Em vez de criar uma sociedade socialmente igual, reforça a exclusão, não a aquisição da cidadania, de acordo com Kucinski. “A não-sujeição ao consenso é considerada subversiva e ilegítima” (1998, p.19), e essa visão tem predominado durante o processo de formação política da América Latina.

Para se descobrir como a grande imprensa brasileira representa a América Latina, estudou-se qual a noção de imprensa que norteia este trabalho. Com a explicitação das teorias jornalísticas baseadas na ideia de notícia como uma construção da realidade, em consonância com a perspectiva da atividade jornalística calcada em uma função social – que tem na relação do repórter com as fontes um dos pontos mais determinantes do resultado do conteúdo produzido –, é possível partir-se para o segundo ponto de estudo teórico que fundamenta a análise de conteúdo: a América Latina.

2 UMA LATINA AMÉRICA

Para analisar qual a representação de América Latina realizada pela imprensa, é preciso compreender a história dessa região, de seus povos, de suas culturas e, ao mesmo tempo, a da dominação sofrida e da luta para superá-la. Com essa finalidade, o presente capítulo define o tema desta pesquisa, apresentando dados estatísticos e demográficos que compõem um quadro geral do continente. Procura na historiografia as bases para a formação de uma identidade comum entre os povos que constitua um sentimento de “latinidade”.

A retomada histórica abrange o período anterior à chegada dos colonizadores europeus à América, a partir do pressuposto de que, como constituintes do povo e formadoras de sua cultura, as civilizações pré-colombianas devem ser incluídas no estudo. O trabalho transcorre, então, por todas as épocas a partir da conquista-massacre que se deu no início do século XVI, com a chegada de espanhóis e portugueses à América, passando pelo período de consolidação da colonização, a luta pela emancipação, as repúblicas, as ditaduras, o período democrático. Durante esse percurso, analisa-se a formação do povo latino-americano em sua luta contra a dominação estrangeira, que passou de mãos européias para outras, norte-americanas, e procura-se compreender o que levou o continente a adquirir as características descritas na parte do capítulo que precede essa retomada, quando da sua definição.

2.1 QUEM É ESSA GENTE

O território da região chamada de América Latina corresponde a cerca de 22 mil quilômetros. É o equivalente a duas Europas ou dois Estados Unidos, embora seja representada em tamanho menor que a Europa no mapa-múndi tradicional (GALEANO, 2007, p. 323). A definição dos países pertencentes à América Latina não é unânime, existindo diversas classificações diferentes em relação aos países que a compõem. A região do Caribe aparece ainda como um agravante, pois é vista como um território à parte por alguns autores.

Este trabalho parte da definição de Maria Izabel Mallman (2008, p.21), que considera como América Latina “o todo abaixo do rio Grande que separa o Texas do México”. Aceita-se a definição da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que inclui no território latino-americano 33 países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Domínica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela (ANEXO 1).

Apesar de não constituir oficialmente um continente¹, o termo é usado como forma de facilitar a leitura e a compreensão. Também faz-se referência à América Latina como um subcontinente.

Os países que compõem essa região apresentam grande diversidade étnica, com diferenças consideráveis no tamanho de seus territórios, na composição da sua população, na cultura, no grau de desenvolvimento, ainda que muitas dessas características adquiram contornos de similaridade na comparação com civilizações alheias à América Latina. A grande quantidade de povos e a sua miscigenação geraram uma cultura muito rica e variada. Em um espaço territorial tão grande, floresceram populações de diversos matizes, que vivem em climas e condições geográficas igualmente variados: “a América Latina conta com a mais fabulosa diversidade humana e vegetal do planeta”, diz o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano (2007, p. 333), autor de uma vasta bibliografia sobre o continente, de crítica enfática da sua situação social e grande defesa dos povos que o habitam.

A América Latina foi estudada pelo sociólogo Hélio Jaguaribe (1976, p. 5), que identifica no termo “uma ênfase exagerada à linhagem espanhola e portuguesa original (e uma pitada francesa) da população original”. Ele ressalva que é necessário considerar as imigrações posteriores de outros países que não os de colonização original e a importação de africanos na formação do povo da região. Além disso, “vários países latino-americanos [...] eram a sede de altas civilizações indígenas quando chegaram os europeus e mantiveram um número substancial, em muitos casos predominante, de povos de descendência indígena pura ou mestiça em sua população” (JAGUARIBE, 1976, p. 5).

Existem 582 milhões de latino-americanos em 2009, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sendo o Brasil o país mais populoso e o de maior área. Os idiomas falados no subcontinente, de acordo com a Biblioteca Virtual da América Latina, são espanhol, português, francês, quíchua, aimará, náuatle, guarani, crioulo, papiamento, inglês, maia, garífuna, mupudungun, rapa nui, shuar, híndi, urdu, misquito, sumo, rama, holandês, além de diversas outras línguas indígenas (apenas no México são mais de 50).

A desigualdade social está presente em toda a América Latina, “caracterizada por uma sociedade dualista que envolve uma concentração muito grande de riqueza, educação e influência nos 5% superiores da população, parcialmente desfrutados pelos 15% seguintes, e o desamparo completo ou quase que completo do resto da população, particularmente os 50% que constituem sua camada inferior” (JAGUARIBE, 1976, p. 6).

¹ Os atlas e livros de geografia consideram a existência de três Américas: do Norte, Central e do Sul.

Essa concentração expressa uma divisão de classes média e alta, de um lado, e a massa pobre de outro, de acordo com o autor. Para Eduardo Galeano (2007, p. 30), “em nenhum outro lugar se distribui tão mal os pães e os peixes; em nenhum outro lugar é tão imensa a distância que separa os poucos que têm o direito de mandar dos muitos que têm o dever de obedecer”. Em 2000, chegavam a 220 milhões o número de pobres, em estimativa da CEPAL publicada no “Panorama Social de América Latina 2000”. Essa cifra equivale a quase metade da população. Entre as crianças, o número aumenta para seis de cada dez (KLIKSBURG, 2001, p. 9). Nos oito países que concentram 75% da população (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá e Venezuela), no mesmo ano, 75% da população ocupada “recebe uma renda média que na maioria dos países não é suficiente por si só para tirar da pobreza uma família de tamanho e composição típica” (KLIKSBURG, 2001, p. 15).

A ferramenta usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para medir o grau de desigualdade nos países e regiões do mundo segundo a renda domiciliar per capita chama-se índice de Gini, o qual varia de 0 a 1 e indica maior desigualdade quanto mais alto for seu coeficiente. “Pelo índice de Gini, a América Latina é a região mais desigual do mundo” (BAQUERO, 2007, p. 25), com média 0,51. A distribuição de renda é o principal demonstrativo dessa desigualdade: “5% da população possui 25% da renda nacional; por outro lado, 30% da população tem apenas 7,5% da renda nacional. É a maior brecha do planeta” (KLIKSBURG, 2001, p. 27). À época em que o livro foi escrito, o índice de Gini era de 0,57, quase três vezes o dos países nórdicos.

A população indígena sofre mais essa realidade, em função de uma exploração e de uma discriminação que se retroalimentam e que vêm desde os tempos da conquista. “De cada dez guatemaltecos, seis são índios, mas na Guatemala a palavra ‘índio’ é usada como insulto” (GALEANO, 1993, p. 95). A pobreza na região aumenta quando se trata de índios ou negros. Na Guatemala, por exemplo, 65% da população é pobre. O índice entre não-índios é de 54%, enquanto o percentual de índios abaixo da linha da pobreza vai a 86% da população.

Para sair dessa situação e emergir da pobreza, a educação é uma poderosa arma. Ou melhor, seria, porque seus indicadores também são decepcionantes. A média de escolaridade da região, de 5,2 anos, é a metade do necessário para que os pobres deixem de ser pobres. O índice de educação dos chefes de família vai para 11,3 anos entre os 10% mais ricos e cai a 4,3 para os 30% de renda mais baixa (KLIKSBURG, 2001). A taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais em 2010, de acordo com a CEPAL, será de 8,3%. Embora pareçam, esses dados não são tão negativos se comparados com a situação em décadas anteriores. Em 2000, o analfabetismo era de 11,1%, e de 14,9% em 1990, o que indica uma tendência de melhora na situação da educação.

A desigualdade atinge também o acesso a saúde. “Na Venezuela, uma criança de sete anos dos estratos altos pesa em média 24,3 kg e mede 1,219 m. Uma criança da mesma idade dos setores pobres pesa somente 20 kg e mede 1,148 m” (KLIKSBURG, 2001, p. 20). Um terço da população não tem acesso a água potável e cerca de 18% dos partos são realizados sem assistência médica. Muito em função desse último dado, a taxa de mortalidade materna é cinco vezes maior do que em países desenvolvidos (KLIKSBURG, 2001). A mortalidade infantil é de 21,8 a cada 1.000 nascidos vivos (CEPAL). Dados de 2003 do site Index Mundi indicam que na Suécia ocorrem 2,75 mortes para o mesmo número de nascimentos.

A elevada taxa de mortalidade infantil é causada, em parte, pela insuficiência alimentar. Grande parte da população não tem sequer o suficiente para se manter diariamente, o que causa problemas sérios de saúde, como desnutrição e anemia. Dados da CEPAL de 2000 indicam que cerca de 36% das crianças com menos de dois anos estão em situação de alto risco alimentar (KLIKSBURG, 2001). “Um norte-americano consome, em média, a mesma coisa que 50 haitianos” (GALEANO, 1993, p. 11). Apesar de os números de mortalidade infantil virem diminuindo historicamente – desde 1990, na avaliação quinquenal, passou de 38,3 para 31,8, em seguida 25,6 até chegar aos atuais 21,8 –, a previsão é de um aumento nas taxas brutas de mortalidade, atualmente em 6% e com expectativa de atingir 9,3% em 2050, enquanto a taxa de natalidade tende a baixar, de acordo com a CEPAL.

O desemprego é um problema crônico latino-americano – embora os índices não sejam os maiores do mundo. A taxa média da região é de 7,5% em 2008, de acordo com dados da CEPAL, para uma população economicamente ativa de 278 milhões. Para fins de comparação, na Islândia, 1,6% da população não tem emprego. Na China são 4% (Index Mundi). A taxa de desemprego entre os jovens chega a ser o dobro da taxa geral, superando os 20% em muitos países.

Diante dessa desigualdade manifesta, a população latino-americana mostra-se insatisfeita com a sua situação, como não poderia deixar de ser. Apenas 17% acreditavam estar vivendo melhor do que seus pais em 1999. O restante achava que sua situação havia piorado. A pesquisa foi feita pelo Latín Barómetro, que identificou uma preferência pelo sistema democrático de governo, ao mesmo tempo que uma insatisfação com seu funcionamento. Apenas 35% se sentiam satisfeitos, contra 47% na União Europeia e 84% na Dinamarca.

2.2 UM SENTIMENTO EM COMUM

“Nosso norte é o sul”, disse o artista plástico Joaquín Torres García sobre a América Latina em 1935, provando que a interpretação sobre o continente depende dos olhos de quem

o vê. Ele desenhou o mapa da América “de cabeça para baixo” (ANEXO 2), ao contrário do que se instaurou como convencional. O Sul de Torres García fica no alto da imagem, em uma provocação que faz refletir sobre a forma com que os latino-americanos e o mundo veem a região.

Vários países unidos dentro de um conceito que não figura nos mapas e que não é a divisão oficial de um continente faz pensar em como surgiu essa junção, no que une tantos povos dentro do guarda-chuva da América Latina. A identidade dos países como algo que surgiu mais de uma negação do que de uma afirmação de pontos em comum. Eles precisaram se juntar para ganhar forças e enfrentar a ameaça externa, em um processo que só mais tarde virou uma política efetivamente afirmativa de uma identidade regional.

A América Latina é uma entidade social cuja denominação foi atribuída em contraposição ao domínio espanhol na região. Também já fora chamada de Iberoamérica, para designar os países de colonização portuguesa ou espanhola, e Indoamérica, com objetivo de congregar regiões habitadas por povos nativos, erroneamente chamados índios [...]. Subcontinental, periférica, subdesenvolvida: todos esses adjetivos atribuídos à América Latina estiveram destinados a dividir o continente americano em duas porções econômica e socialmente distintas. A unidade que aproximou os países localizados ao sul do Rio Bravo, os latino-americanos, foi portanto “*mais sofrida do que escolhida*” e é perceptível nas grandes fases da história e na identidade dos problemas que esses países enfrentam (WASSERMAN, 2003, p. 7).

Destarte, convém fazer uma breve retomada da formação do conceito de América Latina para se compreender o que ele representa. As tentativas de integração promovidas por diferentes governos de países do subcontinente – e também de fora dele – ao longo do tempo influenciaram na criação da ideia de latinidade dessa porção da América.

Ao mesmo tempo em que o Norte era o colonizador que explorava os países do Sul, era também exemplo de desenvolvimento e inspiração para superar os problemas dos ditos “subdesenvolvidos”. A formação de uma identidade latino-americana perpassa, pois, a dicotomia Norte/Sul, seja como uma negação do Norte ou como uma tentativa de copiá-lo.

Até hoje tem muita força essa oposição, que está presente em toda a elaboração teórica do jornalista e pensador uruguaio Eduardo Galeano, por exemplo. Ele identifica na sociedade latino-americana uma tendência a querer se tornar parecida com a estadunidense, em função dos valores que lhe foram passados historicamente através da dominação europeia e norte-americana: “Com devoção e entusiasmo, o sul do mundo copia e multiplica os piores costumes do norte” (GALEANO, 2006, p. 123). Galeano escreveu um livro intitulado “Ser como eles” (1993) a respeito da América Latina e de como a sua sociedade vive da ambição de ser igual à norte-americana, mas o assunto é recorrente em várias de suas obras: “Durante cinco séculos fomos adestrados para copiar ao invés de criar” (GALEANO, 2007, p. 250). Aponta

como um problema a não-valorização dos povos mantidos à margem e que formam a base da sociedade, como os índios e os negros, que são despojados dos seus símbolos de identidade. O autor identifica um racismo proveniente da visão distorcida que é transmitida para a América Latina, como a figura do índio como bandido nas histórias de faroeste importadas dos Estados Unidos.

Nossa identidade, que é múltipla, realiza sua vitalidade criadora a partir da fecunda contradição das partes que a integram. [...] O racismo, que é mutilador, impede que a condição humana resplandeça plenamente com todas as suas cores. A América continua doente de racismo: de norte a sul, continua cega de si mesma (GALEANO, 2007, p. 58).

Mais recentemente, a imposição de valores estrangeiros foi fortalecida pela presença dos meios massivos de comunicação, através dos quais “os donos do mundo nos comunicam a obrigação que temos todos de nos contemplar num único espelho, que reflete os valores da cultura de consumo” (GALEANO, 2007, p. 26).

Ainda dentro da dicotomia Norte/Sul, a obra “A Tempestade”, de Shakespeare, serviu como referência para diversos pensadores do subcontinente. Contrapondo os personagens Próspero e Caliban, surge a figura de Ariel, utilizada por José Enrique Rodó, em 1900. Ariel, personagem-título da obra de Rodó, oscila entre aceitar a cultura de Próspero, que denota uma admiração aos valores dos países hegemônicos do capitalismo, ou a de Caliban, o primitivo, representativo dos sistemas políticos corruptos, caudilhescos. “De um lado, as sociedades modernas e progressistas do norte e, de outro, as atrasadas do sul” (WASSERMAN, 2003, p. 10). Ariel remete, então, à contradição histórica entre aceitar a influência do norte ou fortalecer os valores do sul.

A maioria dos pensadores que trabalharam com a formação de uma identidade latino-americana tinha como objetivo alcançar para a América Latina o grau de desenvolvimento conseguido nas potências capitalistas. O argentino Domingo Faustino Sarmiento criou a contraposição entre civilização e barbárie para caracterizar essa dicotomia. Foi posteriormente muito criticado por valorizar excessivamente o europeu e o norte-americano e não enxergar qualidades no homem latino-americano, cuja tentativa de desenvolvimento teria fracassado, em um processo histórico incompleto, deformado, frustrado.

Ao mesmo tempo, diversos autores identificaram uma impossibilidade de se adotar os mesmos modelos de desenvolvimento das nações do norte, devido às diferentes características de formação dos países. “Desde então, toda a história do pensamento latino-americano esteve marcada pela luta entre a originalidade e a imitação” (WASSERMAN, 2003, p. 12).

Antes de Ariel, a perspectiva de união dos países ao sul do rio Bravo já aparecera como uma forma de fortalecimento para a obtenção da independência, uma forma de fazer frente à dominação espanhola, que representava a ameaça à cultura local na época. Existiam, então, de acordo com Carla Brandalise (2008, p. 28), manifestações de americanismo mais relacionadas a uma noção de Hispano-América: “Para obter a independência e, sobretudo, depois dela, era preciso criar uma certa imaginação de mundo próprio”. Ainda no final do século XVII, o venezuelano Simón Bolívar destacava-se pela formulação de uma proposta de liga entre os povos do sul com o objetivo de emancipar a América Latina de toda dominação. “Desde os primeiros momentos da formação dos estados nacionais compreendia-se que a associação de nações era um caminho fundamental para fazer face às pressões dos interesses adversos aos dos povos latino-americanos” (IANNI, p. 24).

Baseado nos ideais bolivarianos, e indo além deles, o cubano José Martí cria o conceito de “Nossa América”, em 1891, a partir de “uma necessidade de enfatizar o genuíno, o autóctone, diante da penetração colonialista e imperialista” (RETAMAR, 1983, p. 38). Martí viveu em Cuba, na Espanha, nos Estados Unidos, na Venezuela, no México, na Guatemala. Das passagens por várias repúblicas latino-americanas, ele compreende a existência de uma unidade maior, que chamará de “Nossa América”, uma América mestiça, de mistura de europeus, índios e africanos – que ele não chama de raças, pois afirma que elas não existem. Em sua obra, refere-se apenas como “América” à porção do continente correspondente ao que hoje se identifica como América Latina.

Ele vislumbra a necessidade de formação de uma única América através da união dos povos (apenas no sul, fique claro), cuja integração torna-se fundamental no processo de emancipação. A partir da formulação dessa necessidade, vai-se formando o conceito de uma América una, que posteriormente virará “latina”. Segundo a visão de Martí, é o sofrimento pela exploração comum e a necessidade de angariar forças para lutar contra ela que une povos com diversas características diferentes – ainda que muitas semelhantes – e cria neles uma identificação que posteriormente dará origem ao conceito de América Latina.

Os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer, como aqueles que vão lutar juntos. Os que se enfrentam como irmãos ciumentos, que querem os dois a mesma terra, ou o da casa menor que tem inveja do da casa melhor, devem se dar as mãos para que sejam um só (MARTÍ, 1983, p. 194).

Martí foi poeta, pensador, revolucionário. Morreu em combate pela independência de Cuba, em 1895. O conceito de “Nossa América” que ele criou não tinha como objetivo igualar o desenvolvimento da outra América, a anglo-saxônica. “[Os jovens da América] entendem

que se imita demais e que a salvação é criar”, (MARTÍ, 1983, p. 199). Martí repudia a oposição de Sarmiento entre civilização e barbárie, argumentando a favor das particularidades da América hispano-americana, em contraposição à admiração do autor argentino pelas instituições estadunidenses, as quais ele queria adotar. Ainda que essa outra América sirva como referência, ela aparece como símbolo do que deve ser combatido. A união como defesa dessa ameaça. Durante o Congresso de Washington, Martí está nos Estados Unidos, e reflete sobre a tentativa de formação de um pan-americanismo que englobaria também a América anglo-saxônica, por iniciativa dela: “o que começou como um ardil prematuro de um aspirante experto, chega a ser [...] a proposta desmascarada da era do predomínio dos Estados Unidos sobre os povos da América” (MARTÍ, 1983, p. 176).

Dessa forma, Martí cria um conceito de identificação a partir do aspecto econômico de resistência à dependência externa. Mais recentemente, Galeano (1993) permanece na análise econômica e atribui o subdesenvolvimento latino-americano não aos países colonizadores, mas ao sistema no qual estão inseridos. Identifica também aspectos históricos: “essa identidade, memória coletiva e tarefa compartilhada, vem da história e à história volta sem cessar, transfigurada pelos desafios e pelas necessidades da realidade” (GALEANO, 1993, p. 91). O autor também identifica na luta contra a opressão externa a alternativa para criar uma identidade latino-americana:

Somos o que fazemos, e sobretudo o que fazemos para mudar o que somos: nossa identidade reside na ação e na luta. Por isso a revelação do que somos implica na denúncia do que nos impede de ser o que podemos ser. Nos definimos a partir do desafio e por oposição ao obstáculo (GALEANO, 1988, p. 16).

A discussão sobre de que aspectos decorre a formação de uma identidade latino-americana não é definitiva. Muito se tem escrito sobre seus aspectos culturais, étnicos, religiosos, linguísticos, econômicos. Gilberto Freyre foi um dos autores a tentar identificar a origem do conceito, em ensaios publicados originalmente em 1942. Ele desmembra o termo e procura a origem da americanidade e da latinidade da América Latina. A primeira é relacionada ao indigenismo dos ameríndios que já habitavam o continente, enquanto a latinidade é identificada ao europeu que chegou depois. Dessa forma, afirma que,

*para nenhum de nós a chave de interpretação do *ethos* e da cultura latino-americana está num latinismo (europeu) rigidamente puro ou num indigenismo (americano) igualmente puro. Nenhum dos dois, em termos assim absolutos, definiria jamais o passado, o desenvolvimento ou o ideal latino-americano. Para serem compreendidos em seus significados mais característicos, [...] precisam de ser considerados [...] nos conjuntos de suas interpenetrações (FREYRE, 2003, p. 34).*

A característica mais marcante apontada por Freyre é o cristianismo, mais forte do que o etnocentrismo identificado a partir das interpenetrações – que fazem com que coexista uma unidade com a variedade de populações e culturas – entre os diferentes povos que deram origem à América Latina. É a interpretação latina do cristianismo que predomina na atitude do homem latino-americano em face da natureza e da sociedade e que, portanto, o caracteriza (FREYRE, 2003).

Carla Brandalise lembra da contribuição para a discussão de José María Torres Caicedo, um latino-americano que viveu muito tempo na França, na primeira metade do século XIX. Um dos primeiros a utilizar o termo “América Latina”, no poema “Las Dos Américas”, escrito na década de 1850, ele retomava a concepção bolivariana de necessidade de união entre os povos americanos. “As bases do conglomerado político estariam nas heranças culturais comuns: a ‘raça’ latina, a língua espanhola, o catolicismo, mas também o republicanismo e o antiescravagismo” (BRANDALISE, 2008, p. 24).

Maria Izabel Mallmann (2008) afirma que os critérios utilizados na definição de América Latina são sempre frágeis e cita a proposta de Aleixo de distinguir uma América Latina *stricto sensu* de outra, *lato sensu*. “A primeira aludiria aos países americanos de língua neolatina; a segunda designaria a região tomando o nível de desenvolvimento como parâmetro”, ao que acrescenta a ressalva de que os critérios culturais não encontrariam a mesma sustentação que os econômicos, na medida em que haveria “notória similitude das situações econômicas dos países da região se comparadas ao mundo desenvolvido” (MALLMANN, 2008, p. 26).

A autora busca as origens do termo para definir o conceito. A referência ao caráter “latino” de certas regiões da América remontaria à primeira metade do século XIX, quando o francês Michel Chevalier identificou a existência de duas “raças”, uma católica e latina, outra protestante e germânica. A consolidação do conceito de “América Latina”, de acordo com Brandalise (2008, p. 29), dá-se em meados de 1880. Mesmo nos Estados Unidos, que empreendia a defesa de uma outra concepção, o pan-americanismo, o conceito terminou por ser aceito e empregado ao fim do século. A primeira ocorrência do termo no Oxford English Dictionary é datada de 1890. Mallmann (2008, p. 32) atribui ao período posterior à Segunda Guerra Mundial a sua consolidação. “Nesses termos, a América Latina veio a firmar-se como um contra-conceito”, que, para Luís Cláudio Santos (apud MALLMANN, 2008, p. 32), acabou, por esse motivo, por ser relacionado a um caráter político-ideológico de resistência. Sua identidade, pois, consolidou-se pelo caráter autonomista, de defesa da soberania, anti-imperialista e associada às correntes políticas de esquerda.

Eduardo Galeano (1988, p. 35) afirma que, com base no respeito à diversidade de identidades nacionais, em consonância com as características que unem esses povos, “a América Latina é sobretudo uma tarefa a ser realizada”. Ela precisa quebrar os paradigmas da dominação estrangeira, que ainda persiste cultural e economicamente, para constituir uma entidade ampla e com cujas características todos os latino-americanos possam se identificar.

Muitas razões e mistérios fazem com que nos sintamos pedacinhos de uma pátria grande, onde seres do mundo inteiro e de todas as culturas marcaram um encontro, ao longo dos séculos, para misturar-se e, misturando-se, serem (GALEANO, 1988, p. 35).

E a identificação vem justamente do drama histórico comum, que faz com que uma história seja a história de todos, ou seja, “o patrimônio cultural do México ou do Equador pertencem também ao Uruguai e à Argentina, e vice-versa, na medida em que uns e outros podem dar-se chaves de resposta frente aos desafios que a realidade atual impõe” (GALEANO, 1988, p. 35). Para tanto, o conhecimento da história de todos os países do continente, ainda que vistos em conjunto e não cada um isoladamente, fornece as armas para a luta contra a dominação.

2.3 UMA HISTÓRIA DE LUTA

“No dia 12 de outubro de 1492, a América descobriu o capitalismo.” É assim que o jornalista uruguaio Eduardo Galeano descreve o momento em que aportaram navios espanhóis pela primeira vez em terras americanas. Quando Cristóvão Colombo, procurando um caminho para as Índias, chegou à América, encontrou povos que já habitavam a região. Mesmo assim, quando finalmente se confirmou que as terras eram as de um continente ainda não conhecido pelos europeus, determinou-se que um Novo Mundo havia sido descoberto. Dessa forma, ignorou-se a existência de inúmeros povos indígenas, com sua história e sua cultura, e anunciou-se a “descoberta” da América. O termo será mantido por já estar consolidado, mas com a ressalva de que, quando se fala em “descobrimento”, refere-se à chegada de aventureiros espanhóis às terras americanas, então oficialmente desconhecidas, e ao começo da colonização.

Ainda que a tentativa dos europeus que atracaram no continente recém descoberto nas décadas e séculos posteriores a essa data tenha sido a de extermínio da população nativa, ela sobreviveu e sobrevive, de forma muito reduzida em comparação ao século XVI, e deixou suas marcas na cultura da região. Ainda hoje, alguns países possuem maioria da população indígena, como Bolívia, Guatemala e Peru. Mesmo em nações onde os povos foram reduzidos

drasticamente ou dizimados, passou-se, em maior ou menor escala, por um processo de miscigenação. Assim, a herança indígena encontra-se em todas as regiões, mesmo quando não é evidente. Por isso, ao retratar a história da América Latina, ignorar a existência desses povos autóctones e partir de 1492 seria mutilar a identidade da região.

Os povos indígenas apresentam uma diversidade imensa. À época do descobrimento era ainda maior, visto que grande parte deles foi dizimada. Algumas civilizações, chamadas de pré-colombianas, destacaram-se por seu alto desenvolvimento cultural, político e econômico, além de serem as mais numerosas. Como tantos outros povos, sofreram um verdadeiro massacre quando da chegada dos espanhóis. Elas são abordadas em uma seção específica, mas considera-se, para este trabalho, a existência de inúmeros outros povos espalhados pelo continente, inclusive na porção ocupada pelos portugueses.

2.3.1 As civilizações pré-colombianas

A área ocupada pelas civilizações pré-colombianas é restrita – México, América Central, Antilhas e interior do sistema andino da América do Sul –, mas elas são muito numerosas e variadas, de forma que foi necessário separá-las em três grupos para definir características em comum e, ainda assim, incorrendo em generalizações.

O grupo da *mesoamérica* corresponde aos povos das regiões em que atualmente estão México, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Destaca-se o cultivo de cacau, chia e maguey (espécie de agave, para a fabricação de papel). Usavam hieróglifos em manuscritos conhecidos como códigos, que são livros dobrados em sanfona. “Encontra-se por toda parte a pirâmide escalonada, os pátios cobertos de estuque e os jogos de pelota. O sistema numérico vigesimal com meses de 20 dias, o duplo calendário solar e litúrgico e os ciclos de 52 anos são de praxe” (LEHMANN, 1990, p. 20). Muitos dos idiomas desenvolvidos ali ainda são falados atualmente. Nessa região desenvolveram-se duas das três maiores civilizações pré-colombianas.

Os maias, organizados primeiramente em clãs e tribos e posteriormente em castas, eram politeístas e construíram cidades religiosas com imponentes pirâmides, como Tikal e Uaxactun. Ocuparam o território correspondente a parte do México e de Honduras e a quase toda a Guatemala. Dinastias monárquicas governaram as cidades-Estado a partir do século V. “A civilização maia foi, com efeito, a mais prestigiosa de todas as da América Central e teve sobre as outras, especialmente sobre o mundo asteca, uma influência muito semelhante à dos gregos sobre os romanos” (LEHMANN, 1990, p. 50).

O povo asteca era também mesoamericano, assim como tantas outras civilizações menores, cuja influência ainda hoje é forte na região. Existiam diferentes tribos originariamente, sobre as quais uma delas impôs seu domínio, os Tenochcas, no vale do

México. Os astecas tinham uma estrutura interna democrática, com terras cultivadas em comum pelos clãs. No entanto, possuía uma hierarquia nítida, dividida entre os nobres, o povo e os servidores e escravos. Baseavam sua economia na agricultura e admitiam o divórcio. Como os maias, também tiveram uma arquitetura religiosa importante, incluindo a construção de pirâmides – a mais importante, de Tenochtitlán, foi destruída pelos espanhóis.

O segundo grupo das altas civilizações pré-colombianas é o da *área circumcaribe*, que compreende as Antilhas, Costa Rica, Panamá e parte da Colômbia e da Venezuela. Sua organização era mais simples, baseada no cultivo da mandioca e no trabalho do ouro, sem qualquer trabalho arquitetônico relevante (LEHMANN, 1990).

A *área andina* é o terceiro grupo de civilizações com características semelhantes estudado pelos antropólogos. Estende-se por toda a zona dos Andes, englobando Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, parte da Argentina e norte do Chile. O sistema de nós para cálculos foi desenvolvido nessa região, onde “encontramos o culto dos mortos, sua conservação em invólucros e os túmulos em forma de poço. A cabeça-troféu e uma de suas formas, a cabeça reduzida, o cacete estrelado, o trabalho do cobre e do bronze são típicos” (LEHMANN, 1990, p. 21). Destaca-se o cultivo de coca e batata. Pertence a essa área o Império Inca, em que não existia propriedade privada dos meios de produção, mas dividia-se em três classes estanques. Eram uma civilização autocrática, governada por monarcas – os Incas, chefes civis, religiosos e militares –, de muitas conquistas militares. Sua superioridade artística é revelada por uma arquitetura muito resistente, que nenhum terremoto pôs abaixo: “Os monumentos de Cuzco são compostos de blocos megalíticos pesando cada um várias toneladas, talhados com ângulos irregulares, mas encaixando-se perfeitamente uns nos outros” (LEHMANN, 1990, p. 96).

2.3.2 Antecedentes

Enquanto essas civilizações se desenvolviam no continente que viria a se chamar América, do outro lado do oceano grandes transformações sucediam-se. A sociedade migrava do feudalismo para o capitalismo, em um processo demorado e desigual, que tomou proporções diferentes nas diversas regiões europeias e modificou todos os setores sociais (WASSERMAN, 2003). As implicações desse processo são gigantescas. A transformação na forma de produção gerou uma guinada nas relações de trabalho, entre produtores e apropriadores, e na exploração da mão-de-obra. Antes servil e com coerção direta – ou extra-econômica – sobre o trabalhador, agora a exploração se tornava econômica, de coerção indireta, o que significa que a exploração passava a se basear em leis de mercado, o trabalhador tornava-se um assalariado (WOOD, 2001).

Para Immanuel Wallerstein (1990), a produção, no sistema capitalista, é voltada para o mercado. A acumulação, não mais apenas o lucro, tornava-se o referencial. É natural, com tantas mudanças de ordem econômica, que as relações sociais também se modifiquem. Novas classes surgiam, exigindo uma forma diferente de se lidar com o trabalhador. Uma burguesia urbana começava a aparecer, juntamente com uma ainda incipiente indústria. Pouco depois, ambos se tornariam protagonistas, pois supriam com as necessidades do capitalismo, de um mercado de massa unificado para produtos de consumo baratos e cotidianos.

No plano internacional, o surgimento do capitalismo implicou em novas relações entre povos, que passavam, à época, pelo processo de formação de nações, com a definição de fronteiras que abrangiam os planos econômico, político, social, cultural. A Inglaterra liderava com enorme margem sobre os demais países as transformações de ordem econômica, enquanto a França se tornou referência nos demais aspectos, especialmente na adoção do absolutismo, com monarcas fortes e centralizadores.

Com o objetivo de acumular capitais em busca de uma balança comercial favorável – saldo positivo na relação entre exportações e importações – deu-se uma política de expansão marítimo-comercial nos séculos XV e XVI, chamada de mercantilismo. Os países ibéricos, ressaltando-se o pioneirismo de Portugal, assumiram a frente dessa expansão, através do desenvolvimento de técnicas, como bússola, astrolábio, cartografia, caravelas, que permitiam atingir grandes distâncias. Os lusitanos vão conquistando a costa da África e, em 1498, Vasco da Gama chega às Índias, em busca de um comércio direto de especiarias.

A Espanha, enquanto isso, lida com a fase final de uma disputa contra os muçulmanos que durou toda a Idade Média e acabou expulsando-os do país (LOPEZ, 1989). O resultado foi uma fragmentação em vários reinos, com o predomínio de Aragão e Castela, e a presença muito forte da Igreja católica, acompanhada pela intolerância religiosa que geraria as condições para o estabelecimento da Inquisição e que exerceria grande influência na formação da cultura da América espanhola. Na tentativa de unificar a nação, é promovido o casamento entre Fernando, de Aragão, e Isabel, de Castela, em 1469. Por conta da pouca eficácia da tentativa, forma-se um sistema absolutista precoce e inacabado, voltado para privilégios regionais, que fez com que a burguesia não se desenvolvesse da mesma forma que no restante da Europa. Os objetivos da expansão, em toda a Península Ibérica, são ainda muito ligados a uma aristocracia pré-capitalista, que precisa de meios para sustentar seus luxos. Portanto, ela não impulsiona a economia da região como poderia, já que não se reverte em investimentos produtivos.

Para a América Latina, a transição do feudalismo para o capitalismo, que passa pelo mercantilismo, traduz-se em uma política de exploração de seu território e de seu povo. Foi

por conta dessa ânsia expansionista visando a acumulação, especialmente de metais, que fez-se necessária a descoberta de rotas alternativas e, como consequência, de novos mundos. É a conjunção de fatores de transformação social na Europa que leva à colonização. Contribuem para isso as mudanças internas, com o surgimento de novas relações econômicas e sociais que favorecem a exploração dos povos em busca de lucro nos negócios. Mas também as relações entre as nações, que marcam o pioneirismo de Portugal e Espanha na conquista de novos territórios, cujos povos ficarão, posteriormente, marcados por uma influência ibérica, diversa da do restante da Europa.

2.3.3 A conquista

Em 1492, o mesmo ano em que a Espanha tomou Granada aos mouros, marcando o fim da reconquista, Cristóvão Colombo dirige suas caravelas para a direção oeste na tentativa de buscar uma rota alternativa para as Índias e chega ao continente que no futuro seria a América. Dois anos depois, o Tratado de Tordesilhas fixa em 370 léguas das ilhas de Cabo Verde a divisão entre as terras de Espanha, a oeste, e de Portugal, a leste. Era a fase da conquista, em que aventureiros assinavam contrato com a Coroa e iam explorar o Novo Mundo. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 44) parte do pressuposto de que nos tempos da conquista e da colonização da América, praticamente não houve a presença do homem trabalhador. Em sua concepção dicotômica de tipos humanos entre o aventureiro e o trabalhador, afirma que a conquista do continente recém descoberto se deu por obra dos aventureiros, cujas “energias e esforços [...] se dirigem a uma recompensa imediata”. Essa característica da formação do povo latino-americano seria decisiva na construção futura da sociedade, especialmente pela capacidade de adaptação dela decorrente.

A descoberta das riquezas, que aconteceu de imediato na América espanhola, ao contrário do Brasil, onde os colonizadores demoraram ainda muito tempo para encontrar ouro e prata em abundância, substituiu a fase da conquista pela do regime monopolista, “que substituiu o aventureiro pelo funcionário e o massacre arbitrário dos nativos pelo genocídio civilizado nas minas e nas plantações” (LOPEZ, 1989, p.21). A voracidade pelo ouro explica o massacre que a fúria dos conquistadores promoveu com relação às civilizações indígenas. No México, Cortez dizimou os astecas em 1521, quando destruiu sua capital, Tenochtitlan. Pouco depois, Pizarro procedia de forma semelhante no Peru, quando Atahualpa, o filho do imperador do Império Inca, entregou imenso resgate em tesouros, mas acabou assassinado, e os índios, massacrados. Depois de uma revolta de índios remanescentes, os espanhóis finalmente derrotaram os incas em 1572, com o assassinato do líder rebelde Tupac-Amaru. Começava o saque de metais preciosos, base da política mercantilista espanhola, às custas de

muita exploração: desde a conquista, “a América Latina trata seus índios como as grandes potências tratam a América Latina” afirma Galeano (1993, p. 76), em uma clara referência à dicotomia Norte/Sul que permeia sua visão da história do continente.

2.3.4 A colonização

Na comparação com a América do Norte, Luiz Roberto Lopez (1989) identifica as diferenças na fase de colonização. Enquanto o Sul se tornou, para os portugueses e espanhóis, uma região de exploração de ouro e especiarias, para onde se dirigiam aventureiros com o objetivo tão somente de espoliar, para o Norte iam pioneiros fugindo de credores e da intolerância religiosa, tendo como finalidade encontrar um lar. Como no Sul, na América do Norte houve extermínio da população indígena, mas lá não foram encontrados ouro e especiarias, o que favoreceu o povoamento no lugar da exploração. Segundo Lopez, “o maior beneficiado da histórica dependência latino-americana são os Estados Unidos da América”, que se tornaram “parte integrante e cúmplice nas misérias da América mestiça”. Ainda assim, Holanda (1995, p. 98) identifica diferenças entre a colonização portuguesa e a espanhola. Enquanto os primeiros dedicam-se a uma exploração comercial, “os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu”.

Visando o lucro imediatista que Holanda (1995) já havia ressaltado como característica fundadora da sociedade latino-americana, os colonizadores espanhóis submeteram os índios ao trabalho forçado, dando origem a um sistema de produção e exploração de mão-de-obra chamado de *encomienda*, principal variação do trabalho compulsório na América espanhola. Essa situação contava com o apoio da Igreja católica, que legitimava a exploração pela necessidade de cristianizar os infiéis. Para Lopez (1989, p. 29), “o discurso religioso viabilizaria, nos séculos seguintes, a dominação e a espoliação, funcionando como amortecedor das vontades e das consciências”. Para o jornalista uruguaio Eduardo Galeano (1988, p. 52), “o cristianismo, nascido entre os oprimidos de um império, tinha-se tornado instrumento de opressão nas mãos de outro império [...]. Não havia, não podia haver outras religiões: [...] toda outra cultura era pura ignorância”.

Na América portuguesa, a Igreja também atuou como legitimadora da exploração sórdida, mas essa se deu de forma diferente. Como não foram encontrados ouro e prata em grandes quantidades na primeira fase da conquista, a principal atividade econômica dos anos iniciais, até 1535, foi a extração do pau-brasil, com o estabelecimento de feitorias, como as adotadas na costa africana, para as primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro (FAUSTO, 2001). A divisão, na fase seguinte, da região litorânea em capitâneas hereditárias

entregues a um pequeno grupo de nobres, comerciantes e burocratas deu origem aos grandes latifúndios característicos do sistema agrário brasileiro.

Os portugueses não conseguiram adaptar o índio ao trabalho forçado na mesma medida que os espanhóis, e “verificou-se [...] que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos” (HOLANDA, 1995, p. 48), o que criou um verdadeiro comércio de negros. A primeira leva aportou em 1538. A utilização de mão-de-obra diferente não representa uma menor exploração do trabalhador.

Enquanto no Brasil foi estabelecido um governo geral, em 1549 – embora ainda houvesse muita descentralização por conta das sesmarias distribuídas –, a América espanhola foi dividida em vice-reinos, o que caracterizou o fim da fase aventureira no Novo Mundo. Tanto em uma quanto em outra, reinava a burocracia (LOPEZ, 1989). Mas é leviano acreditar que essa mudança se deu também no caráter exploratório da colonização.

Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade (FAUSTO, 2001, p.21).

A utilização de trabalho escravo foi fortalecida pelo lucro obtido através do tráfico de negros, “uma das formas da chamada acumulação primitiva de capital” (LOPEZ, 1989, p. 46). O maior beneficiado com a situação foi a Inglaterra, país que se expandira muito em função do protagonismo na implantação do capitalismo e que mantinha uma posição privilegiada nas relações com Portugal. Juridicamente, os escravos eram considerados coisas e não pessoas, e não tinham direito algum. Trazidos principalmente para Salvador e Rio de Janeiro, os escravos africanos também impuseram resistência ao trabalho forçado, tal como os índios haviam feito. Apesar de, regra geral, não terem logrado êxito na empreitada, algumas iniciativas sobressaíram. Os quilombos existiram às centenas, como por exemplo o Quilombo dos Palmares, cujo líder, Zumbi, tornou-se símbolo da luta dos negros contra o preconceito racial, que se manteve desde os tempos de escravidão e permeia a sociedade latino-americana até os dias atuais, quando ainda seria verdade a afirmação do alemão Alexandre Von Humboldt de que a pele menos ou mais branca determina a classe a que pertence o homem na sociedade” (apud GALEANO, 2007, p. 66). A escravidão constituía-se em uma relação de total aviltamento e conseqüente alta mortalidade. “A vida massacrante dos escravos fazia muitas negras abortarem para evitar filhos que viessem a sofrer a mesma coisa: tratou-se de fato comum e deprimente em toda a América Latina” (LOPEZ, 1989, p. 46).

À sociedade essencialmente agrária brasileira, contrapõe-se uma civilização mais urbana na América espanhola. Para Sérgio Buarque de Holanda, isso se deveu a um interesse espanhol em fincar alicerces na América para assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole, o que não aconteceu com os portugueses. Por essa razão, as cidades da região de colonização espanhola teriam sido planejadas, enquanto as brasileiras teriam se originado de uma ocupação posterior desordenada.

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhe antes o acento voluntário da linha reta (HOLANDA, 1995, p.96).

“As cidades foram importantes como centro da política monopolista” (LOPEZ, 1989, p. 38), que exigia uma organização mais burocrática para o recolhimento de impostos. Se, por um lado, o excesso de burocracia emperrava o desenvolvimento, por outro, a urbanização trazia consequências positivas, como o precoce surgimento de universidades. Essa diferença na organização social teria sido um dos fatores responsáveis pelo fato de a América portuguesa ter dado origem a um único e grande país enquanto a espanhola fragmentou-se em diversas nações.

O Brasil caracterizou-se, desde o princípio, por uma agricultura latifundiária e monocultora de exportação. O Nordeste foi o primeiro centro de colonização, onde predominou o cultivo da cana de açúcar, principal atividade econômica até meados do século XVIII. A descoberta de minas de ouro teve grande impacto na sociedade brasileira. O interior do país, antes praticamente desabitado, foi desbravado, e o eixo da vida da colônia deslocou-se para o centro-sul, especialmente para o Rio de Janeiro. “Os metais preciosos realizaram um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil [...]; outra seguiu para Portugal [...]; outra parte [...] foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra” (FAUSTO, 2001, p. 53). A mineração favoreceu também uma maior urbanização do interior do Brasil e aumentou o controle burocrático de Portugal, que tinha medo de que as riquezas fossem contrabandeadas. “A circunstância do descobrimento das minas [...] foi, pois, o que determinou finalmente Portugal a pôr um pouco mais de ordem em sua colônia” (HOLANDA, 1995, p. 103).

No Brasil colonial, a relação entre um Estado penetrado por interesses particulares e uma sociedade patriarcal agrária oligárquica faz com que se forme “um governo que se exerce não segundo critérios de impessoalidade e de respeito à lei, mas segundo critérios de

lealdade” (FAUSTO, 2001, p.38). Essa ideia também é defendida por Sérgio Buarque de Holanda, que fala na organização compacta da entidade privada, fundada em laços afetivos:

Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p 82).

A principal atividade econômica da América hispânica era a mineração, mas havia também *plantations* e fazendas de produção agrícola e pecuária para abastecimento interno. Toda a América Latina possuía uma sociedade colonial altamente rígida e hierarquizada, com uma elite branca e europeizada (principalmente latifundiários, proprietários de minas e alto clero) no alto da pirâmide e uma massa popular de índios, negros e mestiços na base. As relações internas eram pré-capitalistas, e as externas, com a metrópole – que se encontrava estagnada em meio ao desenvolvimento europeu –, eram capitalistas, o que gerou um atraso mútuo. “Integrada periféricamente no emergente capitalismo europeu pela via do mercantilismo monopolista, a América espanhola era obrigada a produzir apenas o que interessava a outros”. Sem condições de expandir seu mercado, “em pleno século XX a divisão dos latifúndios espanhóis ainda era a mesma dos tempos de Fernando e Isabel” (LOPEZ, 1989, p. 63 e 64).

2.3.5 A emancipação

A expansão do capitalismo e do iluminismo na Europa contribuíram para o processo emancipatório no Novo Mundo, incentivado pela Inglaterra, que queria ampliar seus mercados, e pela elite *criolla* local, que queria negociar com outros países sem intermediação da metrópole. A Inglaterra passava pela Revolução Industrial e tinha interesse em vender seus produtos manufaturados para as colônias, no que passou a incentivar a sua modernização. Também agora já não interessava mais manter o regime de escravidão, pois havia necessidade de um mercado de consumo para esses bens. “Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses vão impondo ao mundo o livre-comércio e o abandono dos princípios mercantilistas” (FAUSTO, 2001, p.59), referidos na seção 2.3.2, sobre os antecedentes da conquista.

No Brasil, o século XVIII é marcado por diversos movimentos de rebeldia regionais com inspiração francesa e americana, com destaque para a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco. Eram revoltas de elite, que exigiam a independência, mas não tocavam no tema de mudanças sociais.

As emancipações não vão mudar a ordem social, a estrutura de classes e o caráter de dependência em relação à Europa, apenas consolidar o poder da elite burguesa, também por influência do pensamento liberal e da Revolução Francesa (1789). As circunstâncias que favoreceram esses processos são o iluminismo e a independência dos Estados Unidos (1776), no âmbito ideológico, e, no econômico, o declínio da Espanha, que não conseguia mais abastecer as colônias. Em 1797 os portos são abertos, e já nessa época era grande o comércio entre América Latina e Estados Unidos.

Na Europa, Napoleão promovia uma guerra contra a Inglaterra, procurando expandir os domínios franceses. Por conta do comércio que Portugal mantinha com os britânicos, o imperador francês invadiu o país, forçando a Corte lusitana a se mudar para o Brasil, o que faz no fim de 1807, junto com todo um aparelho burocrático. A chegada do príncipe Dom João ocorreu em janeiro de 1808, quando os portos brasileiros foram abertos às “nações amigas”, que beneficiou a Inglaterra antes de qualquer outra nação, inclusive Portugal ou Brasil. A colônia sofreu uma brutal transformação, esboçou-se uma vida cultural, o primeiro jornal foi criado, o Rio de Janeiro dobrou de tamanho, começou um processo de urbanização. Mas, dentro desse contexto, deve-se ressaltar que “a Coroa não deixou de ser portuguesa e de favorecer os interesses portugueses no Brasil” (FAUSTO, 2001, p. 69).

“Com o declínio da velha lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda, em 1808, da Corte portuguesa e depois pela Independência, os senhores rurais principiaram a perder muito de sua posição privilegiada” (HOLANDA, 1995, p.82). Uma característica que se vê nitidamente no país hoje, exacerbada pela mídia em sua concentração de poder e conseqüente distância dos interesses do povo brasileiro, foi atribuída por Holanda às circunstâncias da transformação da elite rural pela chegada da família real ao Brasil e o cosmopolitismo que ela acarretou: “começou a patentear-se a distância entre o elemento ‘consciente’ e a massa brasileira, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional” (HOLANDA, 1995, p. 161).

Também em 1808, Napoleão força a abdicação dos Bourbons na Espanha, rompendo o elo entre a metrópole e as colônias. Também na América espanhola, pululam as revoltas em vários países, todas fracassadas. Restauram-se os Bourbons em 1817, e suas políticas duras em relação às colônias reacendem as revoltas, dando origem a um processo de independências em cadeia. Até 1826, todos os países da América Latina estavam independentes, exceto Porto Rico e Cuba. Merece destaque a atuação do pensador revolucionário Simon Bolívar, que começou com a luta pela emancipação da Venezuela e se expandiu pela América, principalmente através de suas ideias voltadas para uma integração do continente.

A independência brasileira merece uma explicação à parte por conta de seu caráter diferenciado e nada popular. A presença da Corte portuguesa no Brasil, entre outros fatores, desencadeou uma revolta em Portugal em 1820², quando se estabeleceu uma Junta Provisória para governar em nome do rei e exigir sua volta, o que acontece no ano seguinte. Em seu lugar no Brasil, ficou como príncipe regente seu filho Pedro. Quando a Corte portuguesa determinou a volta de Dom Pedro para Portugal, ele decidiu enfrentá-la e ficar no país, no episódio conhecido como “Dia do Fico”. Nos meses seguintes, tomou diversas medidas que desagradaram a Lisboa, que determinou mais uma vez seu regresso. Em reação, a 7 de setembro de 1822, o príncipe regente declarou a independência do Brasil e se tornou imperador. “O Brasil se tornava independente, com manutenção da forma monárquica de governo. Mais do que isso, o novo país teria no trono um rei português” (FAUSTO, 2001, p. 74). Não houve no Brasil, como no resto da América Latina, um rompimento com a metrópole e o início de um Estado nacional, “foram dois momentos que integraram um mesmo processo político” (LOPEZ, 1989, p. 80).

Em função da permanência dos portugueses no Brasil, constituiu-se uma monarquia, nos moldes das europeias. A República brasileira só foi proclamada em 1889, com o poder concentrado nas mãos das oligarquias tradicionais. O coronelismo era muito forte durante a República Velha, que foi até 1930. Proprietários de terras tinham muito poder local e influenciavam o voto de toda a gente que estava dentro dos seus domínios. O café era a base da economia, de exportação. Nessa época, o país industrializava-se, e suas cidades, especialmente São Paulo, cresciam (FAUSTO, 2001).

A fragmentação da América espanhola em diversas nações enquanto a América portuguesa se concentrou em um único país deve-se a diversos fatores, sobre os quais não há consenso. Sérgio Buarque de Holanda (1995) identifica na matriz castelhana da colonização espanhola – dos dois reinos existentes na Espanha à época do descobrimento, foi Castela que tomou para si as responsabilidades da colonização do Novo Mundo – um dos motivos para essa falta de unidade. “A fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos [...] vem de um povo internamente desunido e sob permanente ameaça de desagregação” (p. 116). Por outro lado, a “unidade política, [Portugal] realizara-a desde o século XIII, antes de qualquer outro Estado europeu moderno” (p.117). Para Lopez (1989), os motivos da fragmentação são as diferenças regionais da América espanhola, em que cada elite tinha seus interesses particulares e não

² Conhecida como Revolução do Porto.

havia um poder central. No Brasil, a centralização interessava às diferentes frações da oligarquia porque garantia que a propriedade e a escravidão ficariam intocadas.

Um ano depois da independência brasileira, em 1823, os Estados Unidos proclamaram a Doutrina Monroe, cujo lema “A América para os americanos” representava um projeto voltado para evitar interferências europeias nos países americanos, mas cujo objetivo verdadeiro era facilitar a interferência norte-americana sobre os vizinhos do Sul. Até porque a frota britânica tomava conta do Atlântico, impedindo a aproximação de outros países, o que os Estados Unidos sozinhos não tinham ainda cacife para fazer (LOPEZ, 1989). Em 1826, ocorre o Congresso do Panamá, sob a direção de Simón Bolívar, visando à unificação da América.

2.3.6 Repúblicas agroexportadoras e oligárquicas e os EUA

Em função da luta armada no processo de emancipação das colônias espanholas, as instituições sofreram uma crescente militarização, que serviria aos interesses das elites – inclusive estrangeiras, no futuro. A América herdou uma tendência a resolver os impasses de forma violenta. Na falta de Estados juridicamente organizados, persistiu o caudilhismo, que consistia no poder centralizado na figura de um latifundiário. O poder, dessa forma, fragmentou-se no autoritarismo e na anarquia. Mesmo depois, o caudilhismo deixou como herança o personalismo e o militarismo. Os Estados nacionais foram constituídos para se integrarem ao contexto capitalista internacional hegemônico.

Os países capitalistas adiantados se transformaram em compradores de artigos primários e vendedores de artigos manufaturados e os países latino-americanos, entre eles o Brasil, se abasteciam com as manufaturas estrangeiras e vendiam suas matérias primas para os países centrais (LOPEZ, 1989, p. 84).

Por conta dessa política, a América Latina passou por um processo de modernização, para incrementar sua produção monocultora, com a construção de portos, ferrovias, estradas, entre outras benfeitorias. No nível político, adotava as formas liberais tradicionais: presidencialismo, órgãos representativos, Constituições, partidos políticos (normalmente um conservador e um liberal). Apesar dessa fachada liberal, o Estado se mantinha excludente e repressivo, controlado pelo capitalismo externo e pelas oligarquias internas. A transformação da terra em um bem capitalista provoca a expulsão do índio, ainda muito presente na América espanhola. A soberania nacional limitava-se, através da dependência de empréstimos, financiamentos e mercados externos. “Os países latino-americanos nasceram para a vida independente hipotecados pela banca britânica” (GALEANO, 2006, p. 125). A Europa continuava sendo o centro econômico e cultural.

Um estudo de Fernando Henrique Cardoso sobre as atividades de exportação divide a América Latina entre economias nacionalmente controladas (Brasil, Colômbia e países platinos, por exemplo), em que “a oligarquia interna manteve o controle sobre o setor dinâmico destinado ao mercado externo”, e economias de enclave (Bolívia, Venezuela e países centro-americanos, por exemplo), nas quais “o capital estrangeiro se apropriou da atividade exportadora mais importante, montando enclaves autônomos e dinâmicos dentro de nações juridicamente soberanas” (LOPEZ, 1989, p. 86).

Segundo Lopez (1989), a América Latina teve como consequências da inserção no capitalismo internacional certa urbanização, incremento demográfico, expansão da classe média, progresso dos mecanismos burocráticos e administrativos e europeização do aparelho ideológico e cultural.

O Paraguai teria sido um caso à parte no processo de constituição da sociedade. Não teria estabelecido um sistema segregador como o resto do continente, pois não se inseriria da mesma forma na economia capitalista global. Não tinha oligarquia econômica nem camponeses sem terra. No século XIX, possuía uma boa base industrial, sem analfabetos ou dívida com a Inglaterra. Essa auto-suficiência incomodava os britânicos, que financiaram e armaram o Brasil para “destruir o projeto nacionalista paraguaio” (LOPEZ, 1989, p. 97). Junto com o Uruguai e a Argentina, o Brasil dizimou o país entre 1865 e 1870, na Guerra do Paraguai. Depois disso, o país teve que recorrer a dívidas e adquiriu as mesmas características de desigualdade que marcam o resto da América Latina.

A intenção norte-americana de levar o progresso e a ordem aos “povos inferiores” serviu para legitimar o investimento de capitais e a obtenção de matérias-primas, primeiro na América Central (vista como um “quintal”) e depois no resto da América Latina – a partir de 1880, quando a Inglaterra recuou –, que virou um mercado seguro para os EUA a partir do século XVIII. Entrando na fase monopolista de grandes empresas, o imperialismo era uma necessidade do país para manter e reproduzir o sistema (LOPEZ, 1989). Em 1904, o Corolário Roosevelt, como parte da doutrina do *Big Stick*, definiu que os Estados Unidos tinham o direito a intervir nos países latino-americanos. “O presidente Theodore Roosevelt declarou ser necessário ‘falar macio e carregar um porrete grande’ (*big stick*, em inglês)” (p. 107).

Em uma tentativa de interferência mais discreta – mas não menos eficiente – o governo norte-americano convocou a Primeira Conferência das Nações Americanas, celebrada em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890. Durante a sua realização, o cubano José Martí (1983, p. 176) escreveu que ela “chega a ser [...] a proposta desmascarada da era do predomínio dos Estados Unidos sobre os povos da América”. Dali saíam, no futuro, a política do pan-americanismo e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Cuba ainda pertencia oficialmente à Espanha, mas a ilha passou a receber investimentos norte-americanos a partir de 1878, quando os EUA assumem o controle da produção de açúcar, principal atividade econômica do país. Em 1895, o pensador José Martí liderou uma revolução contra o domínio espanhol e foi morto em combate. Três anos depois, os norte-americanos invadiram Cuba e declararam guerra à Espanha. A ilha, então, trocou de mãos, e sofreu diversas e enfáticas intervenções em sua política e em sua economia, embora estivesse oficialmente independente. Foi então que Cuba cedeu o território de Guantánamo, hoje alvo de muitas críticas aos Estados Unidos. Já Porto Rico tornou-se um protetorado norte-americano.

Desde o fim do Império, em 1889, que o eixo da diplomacia brasileira migrava de Londres para Washington, de forma mais nítida a partir da década de 1920. “Os Estados Unidos mantiveram sua posição de principal mercado para o mais importante produto brasileiro de exportação – o café” (FAUSTO, 2001, p. 165), o que caracteriza uma relação de dependência econômica, embora os empréstimos ainda viessem majoritariamente da Inglaterra. Ainda que o Brasil fosse o país com a maior dívida externa da América Latina, essa era uma característica comum a todo o continente. Nas primeiras décadas do século XX, a intervenção do país norte-americano sobre a América Latina acontece com bastante frequência, através de diversas medidas. No entanto, a crise do imperialismo, deflagrada em 1929, obriga a disfarces ideológicos e a uma abordagem mais sutil, ainda que não menos prejudicial. A esse período corresponde uma situação problemática da América Latina, com moedas desvalorizadas, insegurança, desemprego e miséria, além do endividamento externo.

2.3.7 Crise, industrialização e populismo

A crise desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, teve escala mundial, mas interessa aqui falar das consequências para a América Latina. Foi um período de crise do sistema oligárquico, com tentativas de reformas, golpes, muita instabilidade, revoltas populares em todo o continente, substituição da maioria dos governos.

As tentativas de reforma, embora tenham se sucedido em diversos países, foram superficiais, sem atingir a distribuição de terras e dividir os privilégios. Durante as décadas seguintes, caracterizadas pela industrialização e por um grande número de revoltas populares, merecem destaque, pela força que obtiveram, a atuação populista com base popular e indígena da Aliança Popular Revolucionária (APRA), no Chile; a luta de Augusto César Sandino contra a ditadura da família Somoza, na Nicarágua; a rebelião camponesa em El Salvador, dirigida por Farabundo Martí; o movimento semi-insurrecional que derrubou a ditadura de Gerardo Machado em Cuba; além do governo precursor do reformismo de José Battle y

Ordoñez, no Uruguai, e da revolução de 1930 no Brasil. Apenas no Chile, no Uruguai e no Brasil esses movimentos obtiveram sucesso. No México, Emiliano Zapata e Pancho Villa lideraram um processo revolucionário que vai de 1911 a 1934, quando assume o também reformista Lázaro Cárdenas. Desde então, o presidente do país é sempre do Partido Revolucionário Institucional (PRI), ciclo só interrompido em 2000 com a eleição de Vicente Fox, do Partido Acción Nacional (PAN), que elegeu também seu sucessor, Felipe Calderón.

Com o baque sofrido pelos países ricos, os latino-americanos tiveram espaço – e necessidade – de desenvolver sua indústria. Deu-se um processo conhecido por “substituição de importações” para suprir o mercado interno, através da diversificação da produção sem reversão à economia pré-capitalista. “Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações – os quais são substituídos no mercado por produção interna – e ampliam-se aqueles itens se substituição mais difícil” (FURTADO, 1968, p. 73). Para Celso Furtado, ao contrário do que se poderia inferir, esse processo, que também conduziu a um crescimento demográfico e urbano muito grande, não apenas não diminuiu como agravou a concentração de renda. Galeano (1988, p. 8) segue o mesmo raciocínio e afirma que “o desenvolvimento de uma indústria restritiva e dependente, que aterrissou sobre as velhas estruturas agrárias sem alterar suas deformações essenciais, agudizou as contradições sociais em lugar de aliviá-las”.

Celso Furtado (1968, p. 11) vê um antagonismo na importação substitutiva. A exigência por parte dos trabalhadores de distribuição de renda conduz, indiretamente, ao avanço tecnológico e à produtividade. “Desta forma, o próprio antagonismo põe em movimento forças que engendram a sua superação”, o que fez com que a classe capitalista institucionalizasse esse processo, regulamentando greves e algumas reivindicações trabalhistas.

Os Estados, que conduziram essa industrialização, eram imbuídos de uma retórica populista, que neutralizava o potencial de luta dos grupos sociais inferiores através de artifícios ideológicos, em que o povo acreditava em uma real identificação com o governo. O Zapatismo mexicano, o Battlismo uruguaio, o Peronismo argentino e o Vargasismo brasileiro representam claramente esse período.

Segundo Luiz Roberto López (1989), a década de 1930 foi infame na Argentina, mas ele acrescenta que lá os efeitos da crise de 1929 foram menores do que no Brasil, porque seu sindicalismo era mais forte. O país portenho anulou conquistas progressistas anteriores e aumentou a dependência da Inglaterra. O resultado foi, depois de muitas idas e vindas, a eleição de Juan Domingos Perón, em 1946. O populista, de estilo autoritário e personalista, criou uma legislação social e sindical, com inegáveis avanços, mas permitiu que o capital estrangeiro continuasse atuando no setor petrolífero. Processo muito semelhante ao

brasileiro, com a diferença de que Getúlio Vargas, que chegou ao poder em 1930 através de uma revolução, nacionalizou o petróleo. Mas a base de seu governo, também autoritário e populista, foram as reformas trabalhistas, que serviam à industrialização. Getúlio também legalizou os movimentos sindicais. O carisma dos dois líderes fez com que eles falassem direto com o povo e mobilizassem as massas trabalhadoras.

O contexto mundial era o de retração pós-Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos saíram intactos da guerra e emergiam como a nação tecnologicamente mais avançada, capaz de abastecer os mercados mundiais. A expansão econômica e ideológica veio acompanhada de uma “histeria belicista” (LOPEZ, 1989, p. 170) motivada pelos prováveis lucros trazidos por novos conflitos. É a fase monopolista do capitalismo, com grandes empresas dominando a indústria e o comércio. Os grandes monopólios cooptavam as classes dominantes dos países, gerando uma aparente modernização acompanhada de muitos problemas: achatamento salarial, não-atendimento às necessidades populares, concentração de renda, evasão de divisas, dependência de capitais e tecnologias estrangeiros, exploração da mão-de-obra e infra-estrutura locais, alto grau de endividamento externo (LOPEZ, 1989). De acordo com Galeano (2006), que fornece dados da Organização Internacional do Trabalho, os Estados Unidos ratificaram apenas 14 convênios de regulamentação das relações de trabalho desde 1919, de 183 assinados, para garantir mão-de-obra barata para suas empresas no exterior.

Politicamente, tal processo foi comumente acompanhado da implantação de um Estado tecnoburocrático e autoritário. Os monopólios estrangeiros normalmente desenvolveram, em tal conjuntura, uma capacidade própria de ação e pressão política e os governos atrelados a semelhantes interesses geralmente só conseguiram viabilizar tal projeto desenvolvimentista restringindo os espaços das massas populares – pela repressão e pela ideologia (LOPEZ, 1989, p. 172).

É nesse período que surge nos Estados Unidos uma teoria para a América Latina conhecida como desenvolvimentista, ligada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Ela parte do pressuposto de que o capitalismo tem etapas, e que o desenvolvimento latino-americano ainda estava em um dos estágios iniciais desse processo. O subdesenvolvimento era visto como um problema interno. Para Theotonio dos Santos (1976), essa visão exclui da questão sua implicação política. A miséria não é recente, estanque, mas intrínseca às sociedades capitalistas dependentes. Para ele, o problema não é a América Latina ser menos capitalista, mas o papel que ela ocupa no contexto global do capitalismo, o qual depende da existência de regiões periféricas para se manter. “Para sobreviver, o sistema necessita a organização desigual do mundo da mesma forma que os pulmões necessitam de ar” (GALEANO, 1993, p. 51).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975) acreditam que o subdesenvolvimento nasce da relação – de dominação – entre os países centrais e periféricos. O grau de diferenciação do sistema produtivo é que varia de acordo com as economias, levando a diferentes posições dentro de uma mesma estrutura econômica internacional.

Entre os conceitos “desenvolvimento” e “sistema capitalista” produziu-se tal confusão que se chegou a supor que para se lograr o desenvolvimento nos países da periferia é necessário repetir a fase evolutiva das economias dos países centrais. Entretanto, é evidente que o processo capitalista supôs desde seu início uma relação das economias centrais entre si e outra com as periféricas; muitas economias “subdesenvolvidas” – como é o caso das latino-americanas – incorporaram-se ao sistema capitalista desde que se formaram as colônias [...] e nele permanecem ao longo de todo seu transcurso histórico, mas não se deve esquecer que o fazem como economias periféricas (CARDOSO e FALETTO, 1975, p. 32).

A teoria desenvolvida por esses dois autores na década de 1970 considera uma certa autonomia dos países latino-americanos dentro de uma relação de dependência em relação aos países centrais, primeiro com as metrópoles coloniais, depois com a Inglaterra e por fim com os Estados Unidos. Cria-se uma relação de submissão, da qual se origina o subdesenvolvimento, definido por Galeano (1993, p. 64) como “uma estrutura de impotência, montada para impedir que os povos submetidos pensem com sua própria cabeça, sintam com seu próprio coração e caminhem com suas próprias pernas”.

Essa situação, de acordo com a teoria da dependência, decorreu das vinculações econômicas, que continuaram sendo definidas em função do mercado externo mesmo depois da formação de nações a partir de lutas anticolonialistas, limitando a autonomia dos países.

Tanto o controle das decisões de investimento depende diretamente do exterior, como os lucros gerados pelo capital (impostos e salários) apenas ‘passam’ em seu fluxo de circulação pela nação dependente, indo incrementar a massa de capital disponível para investimentos da economia central (CARDOSO e FALETTO, p. 51).

Hélio Jaguaribe (1976, p. 22) chama esse processo de desnacionalização, que pode ser econômica, cultural ou político-militar e que se caracteriza justamente pela transferência de decisões a outra nação, que não precisa nem ser oficial, desde que efetiva, que “os agentes do controle [...] sejam leais a outra nação e/ou procedam de uma forma que tenda realmente a favorecer essa outra nação”.

A relação de dependência fica bastante clara no período posterior ao dos governos populistas e das manifestações populares. A América Latina entra em mais um período negro de sua história, com a ascensão dos governos militares, que evidenciam a fragilidade estrutural do projeto industrializante. Os anos 1960 marcam a consolidação da era das multinacionais, o auge da fase imperialista, com os investimentos norte-americanos se espalhando pelo exterior

– no fim da década de 1980, 20% estavam na América Latina. O custo da mão-de-obra é menor para as multinacionais, que exploram o trabalhador dos países periféricos. O estabelecimento dessas grandes empresas com capital internacional e sua expansão se deu com a ajuda dos governos centrais, mas depois elas desenvolveram políticas próprias e autônomas, inclusive operações para desestabilizar governos. Se aparentemente contribuem para a modernização dos países, também são responsáveis pela sua dependência e distorções sociais.

Em plena Guerra Fria, o mundo encontrava-se polarizado entre uma alternativa capitalista representada pelos Estados Unidos e uma socialista cuja força estava na URSS. Na América Latina, o período encontra três projetos políticos diferentes: “a alternativa socialista no continente, introduzida pela revolução cubana, o projeto de nacionalismo militar de Velasco Alvarado no Peru e o da ditadura militar no Brasil” (SADER, 2007, p. 104).

2.3.8 Revolução cubana

Especialmente a alternativa cubana destoava do resto do continente, e o país se tornou a grande exceção à regra de dominação por parte do capital internacional. A economia cubana era extremamente dependente dos Estados Unidos até a década de 1950, a ponto de ter se transformado em uma espécie de salão de jogos dos oligarcas do país vizinho, “um misto de cassino e bordel” (LOPEZ, 1989, p. 157). Já os cubanos conviviam com uma situação de miséria que Lopez chama de antidesenvolvimento. O ditador Fulgêncio Batista, aliado dos norte-americanos, administra a crise que baixa o preço do açúcar, o principal produto de exportação, e só faz aumentar os problemas sociais.

Depois de uma tentativa fracassada de assalto ao quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, em 26 de julho de 1953, os líderes do movimento de oposição, Fidel e Raul Castro, são presos e só libertados em 1955, quando vão para o exterior e conhecem o argentino revolucionário Che Guevara, com quem organizam um movimento para voltar a Cuba. No ano seguinte, invadem a ilha e começa a guerrilha da Sierra Maestra, com enorme adesão popular, que terminaria com a vitória dos revolucionários em janeiro de 1959. Inicia-se um período de rompimento com a política imperialista dos Estados Unidos, que boicotam a compra do açúcar cubano – ele passa a ser vendido para a URSS – e, em 1961, rompem relações com a ilha. A Baía dos Porcos, em Cuba, é invadida pela CIA, que fracassa na tentativa de retomar o controle do país. No mesmo ano, Fidel anuncia a adesão de Cuba ao marxismo-leninismo, coroando uma revolução que teve como referência as ideias de José Martí, pensador revolucionário do início do século, “usado como símbolo dos laços de união entre sua revolução nacional e as perplexidades da América Latina” (LOPEZ, 1989, p. 162).

O embargo norte-americano a Cuba faz com que a ilha passe por muitas dificuldades, mas a força do projeto revolucionário une a população, que, organizada em mutirões e contando com o apoio da URSS, viabiliza a implantação do socialismo. Dessa forma, Cuba seria “o último país do continente a se libertar da Espanha e o primeiro a se libertar dos EUA” (LOPEZ, 1989, p. 168). Che tentou expandir a experiência para o resto da América Latina, em uma visão internacionalista de união continental, mas não conseguiu mobilizar o campesinato boliviano, país em que foi assassinado por militares locais treinados pelos EUA, em 1967.

2.3.9 Ditaduras militares

Na grande maioria do continente, no entanto, as elites locais se uniram aos interesses externos anti-comunistas e, com grande apoio dos Estados Unidos – que criaram um modelo repressor único e de aplicação múltipla (GALEANO, 1993) –, forças militares assumiram o poder através de golpes de Estado e implantaram ditaduras orientadas pela doutrina de segurança nacional. Na Argentina, Perón foi destituído por um golpe militar, voltou ao poder, deixou em seu lugar sua vice Isabelita, que foi também derrubada por um golpe, em 1976. No Brasil, o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, adiou em alguns anos a tomada do poder pelos militares, que o fizeram em 1964, mesmo ano em que a Bolívia sofreu seu golpe, repetido em 1971. No sequência, foi a vez de Chile, onde o general Augusto Pinochet derrubou o governo de Salvador Allende, “única experiência política de transição institucional ao socialismo no mundo” (SADER, 2007, p. 116), que saiu morto do palácio no qual resistiu à entrada dos militares; e Uruguai, em 1973. Em quatro anos, de 1962 a 1966, foram nove golpes de Estado na América Latina, de acordo com Galeano (2007). No Paraguai, o general Alfredo Stroessner já tinha tomado o poder em 1954, no qual permaneceu até 1989.

As décadas seguintes foram um período de tortura, violência, massacre, assassinatos, desaparecimentos, censura, repressão. “Anos de sangue e sordidez e medo”, de combate às guerrilhas locais com extrema violência, “numa caçada que castigou qualquer expressão da aspiração humana de justiça, por mais inofensiva que fosse” (GALEANO, 2007, p. 208). Foi também um período de grande crescimento da esquerda, com a constituição dos partidos socialista e comunista como forças de massa. Emir Sader (2007) aponta a influência de Cuba, através da aproximação das ideias socialistas soviéticas à realidade latino-americana. É um momento de fortalecimento da esquerda no mundo inteiro e de crise do modelo capitalista de acumulação.

A guerra do Vietnã, com o desgaste [...]; a “revolução cultural” chinesa [...]; o triunfo argelino na luta anticolonial contra a França; as mobilizações da segunda metade dos anos 1960, particularmente na França, na Alemanha, na Itália, no México, mas com

tantas outras como no Japão e no Brasil; a própria morte de Che Guevara, embora um duro golpe aos movimentos revolucionários da América Latina e do mundo, tudo isso serviu de imediato como elemento fortalecedor do ânimo revolucionário (SADER, 2007, p. 114).

Têm origem desse contexto ciclos curtos de luta armada em todo o continente, tomando a ilha de Fidel como referência. Ao contrário de Cuba, todos os outros foram derrotados. Um último ciclo teve lugar na América Central na década de 1970. Na Nicarágua, houve uma tentativa de governo socialista através da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que tomou o poder em 1979 e foi duramente combatida pelos Estados Unidos, “não [...] por ter-se tornado satélite de uma grande potência e sim para que tornasse a sê-lo; não foi atacada por ser democrática e sim para que não o fosse” (GALEANO, 2007, p. 322), em um processo que lembra o cubano. A revolução foi derrotada nas urnas em 1990, depois de ter alfabetizado meio milhão de pessoas, diminuído em um terço a mortalidade infantil, promovido a reforma agrária, nacionalizado os bancos.

Os Estados Unidos apareciam, nessa época, como responsáveis pela defesa externa da América Latina, enquanto os exércitos se encarregavam de manter a ordem interna. O suporte diplomático do anticomunismo foi dado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), assinada em 1948 a partir das ideias desenvolvidas na Conferência de Washington de 1889. No início dos anos 1960, o governo norte-americano cria a Aliança para o Progresso, de ajuda financeira para a América Latina sair da miséria. “Em 1974, os países desenvolvidos se comprometeram a destinar 0,7% de seu Produto Interno Bruto à ajuda aos chamados ‘países em desenvolvimento’, o que vinha a ser algo assim como uma minúscula compensação pela quantidade de suco que lhe espremem”, critica Eduardo Galeano, e continua: “em 1997, a ajuda chegou apenas a 0,2%. [...] Segundo o economista espanhol Manuel Iglesia-Caruncho, a diferença entre o prometido e o cumprido, somando-se somente os últimos doze anos, bastaria para pagar toda a dívida externa do chamado Terceiro Mundo” (2006, p. 46). Aos Estados Unidos, não interessava a integração latino-americana, razão por que incentivam que as economias do continente permaneçam concorrentes. Ainda assim, em 1960 foi promovida a Conferência de Montevideú, onde foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), transformada, em 1980, na Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI). Elas não atingem resultados satisfatórios.

2.3.10 Redemocratização e neoliberalismo

Os anos 1970 marcaram o início do ciclo recessivo do capitalismo, que levou à chamada crise da dívida nos países latino-americanos e conduziu à adoção de políticas

neoliberais no final do século XX. De acordo com Sader (2007), o foco dos governos deixava de ser a busca pelo desenvolvimento, substituída pelo combate à inflação e pela tentativa de estabelecer uma estabilidade monetária, em combate aos grandes déficits e à hiperinflação. Governos de centro-esquerda se converteram ao neoliberalismo – Carlos Menem (Argentina), Salinas de Gortaria e Ernesto Zedillo (México), Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Fernando Henrique Cardoso (Brasil) são exemplos – e passam a defender políticas de ajuste fiscal, desregulação, privatização, abertura das economias ao mercado internacional, redução dos gastos públicos, “consensos” recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial em 1989, no que ficou conhecido como Consenso de Washington. Eduardo Galeano (2006), fornece o dado de que 177 dos 182 países que integram o FMI não têm voz, ou seja, as decisões que atingem países do mundo inteiro estão nas mãos de cinco países. No Banco Mundial, são sete.

O combate à inflação tornara-se uma obsessão, em um período marcado pela corrupção: “os países foram vendidos para pagamento da dívida externa, segundo mandavam os que de fato mandam, mas a dívida, misteriosamente, multiplicou-se, nas mãos ligeiras de Carlos Menem e muitos de seus colegas” (GALEANO, 2006, p. 99).

O mundo entrava em um período de hegemonia do capital financeiro e especulação, e a América Latina se enfraquecia. Os anos 1980 foram de um anticomunismo histórico nos Estados Unidos. O governo Ronald Reagan cria uma doutrina segundo a qual o país deve ter sempre forças militares prontas para intervir em qualquer nação do Terceiro Mundo³. A “década perdida” foi quando a euforia econômica ruiu e a oposição cresceu.

Foi também o período em que as ditaduras militares foram substituídas por regimes democráticos. O conceito de democracia é discutível, mas, na América Latina, é muito relacionado à “luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade”. Entretanto, “a redemocratização latino-americana insere-se na ofensiva deflagrada pelos Estados Unidos para, fazendo frente à crise internacional que viveu o capitalismo, reestruturar em proveito próprio a economia mundial” (MARINI, 2008, p. 12 e 13). Então, a instituição de governos civis, com a adoção de um modelo neoliberal, serve aos interesses ianques na medida em que insere o continente no processo de globalização, abrindo maior espaço ao livre jogo do capital e diminuindo a capacidade intervencionista do Estado. Isso não poderia ser feito no período ditatorial, pois a diminuição do Estado “contraria os interesses das Forças Armadas, cuja condição material de existência é o próprio aparelho estatal” (MARINI, 2008, p. 14). Mas os novos regimes não rompem

³ Termo criado em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia

radicalmente com os anteriores. Antes continuam governando para os mesmos privilegiados, prisioneiros das estruturas, estabelecendo o que Eduardo Galeano (1988, p. 65) chama de “democraduras”. Na medida em que governam para alguns em detrimento dos demais, a democracia deixa de ser democrática.

Em 1982, a Argentina perdeu a Guerra das Malvinas para a Inglaterra, que contava com apoio norte-americano em função da visão anti-soviética que ambos compartilhavam. Dessa forma, os EUA passaram por cima da Doutrina Monroe⁴, e se colocaram em situação desconfortável na OEA.

O ano de 1990 encontrou uma esquerda fragilizada, com quase todos os movimentos armados derrotados, os partidos comunistas impotentes e as centrais sindicais enfraquecidas. A queda do muro de Berlim, em 1989, representou o fim da alternativa socialista concreta, elevando os Estados Unidos à condição de única potência mundial. Cuba sobreviveu à desaparecimento do “campo socialista”, mas foi vitimada. Teve seus piores momentos entre 1989 e 1994, que a fizeram adotar mudanças drásticas na política econômica, aceitando uma abertura a empresas privadas e empresas estrangeiras e tolerando a circulação do dólar. A esquerda compunha-se, segundo Emir Sader (2007), por sobreviventes de forças anteriores, movimentos sociais e algumas forças *sui generis* – o Partido da Revolução Democrática (PRD), no México, a frente Farabundo Martí, em El Salvador, a Frente Ampla uruguaia e o brasileiro Partido dos Trabalhadores (PT) –, além do Partido Comunista cubano.

As crises mexicana (1994), asiática (1997), russa (1998) e brasileira (1999), mais o ciclo recessivo por que passaram os Estados Unidos em 2001 marcam um esgotamento do potencial hegemônico. “De aparentes soluções para a crise, as políticas de ajuste fiscal tornaram-se elas mesmas fontes de crise”, a pior desde os anos 1930, porque “não levaram o continente [...] a retomar o desenvolvimento, a recuperar o atraso na corrida tecnológica, a estabilizar e a estender regimes democráticos, a diminuir os problemas sociais” (SADER, 2007, p. 107). A Argentina entrou em colapso em 2001, “foi a primeira aplicação da nova política que o governo Bush adotou e conseguiu que o FMI fizesse sua, de que os países deveriam falir assim como as empresas”, o que caracterizou “a pior crise econômica e social que um país tenha vivido no período histórico recente do capitalismo” (SADER, 2007, p. 121). Equador e El Salvador sofriram com a dolarização. A tentativa de “terceira via” – que deu certo nos Estados Unidos com Bill Clinton e na Inglaterra com Tony Blair – de Ricardo Lagos, no Chile, Fernando de La Rúa, na Argentina, e Vicente Fox, no México, fracassou.

⁴ O lema da doutrina – “A América para os americanos” – levava à suposição de que ela seria uma iniciativa para defender o continente da dominação européia.

O neoliberalismo, ainda que a população tenha tentado freá-lo⁵, mergulhou o Uruguai em uma decadência semelhante à do resto do continente: um em cada seis uruguaios vive em condições de extrema pobreza. “Há vinte anos, a ditadura militar empurrou muita gente para o exílio. Em plena democracia, a economia condena ao desterro muita gente mais”. Eduardo Galeano (2006, p. 94) atribui a velhice da população à expulsão dos jovens promovida por um país em que muito poucos têm oportunidades, com uma enorme concentração de terras e desemprego nas cidades. E confronta o Uruguai recente com a tradição de vanguarda histórica do país: “aboluiu os castigos corporais nas escolas 120 anos antes da Grã-Bretanha, [...] adotou a jornada de trabalho de oito horas um ano antes dos Estados Unidos e quatro anos antes da França, [...] teve a lei do divórcio setenta anos antes da Espanha e voto feminino quatorze anos antes da França” e foi o primeiro país da América a fazer a reforma agrária, que a oligarquia rural tratou logo de reverter.

Os efeitos do neoliberalismo foram, no fim das contas, extremamente negativos para a sociedade: Estados enfraquecidos, desigualdade, desemprego, volta à dependência de exportação de matérias-primas, financeirização, crise da criatividade, corrosão dos conceitos de nação e soberania – os quais se baseavam no desenvolvimento econômico, na integração social e na independência externa (SADER, 2007).

Acordos bilaterais de livre comércio entre Chile, Guatemala e El Salvador e os EUA e a tentativa de implantação de uma Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA) – sem esquecer do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) que entrou em vigor em 1994 entre Canadá, Estados Unidos e México – aumentaram a hegemonia dos EUA e enfraqueceram a soberania dos países latino-americanos. Contrapõe-se a eles o Mercado Comum do Sul (Mercosul), assinado em 1991 e posto em vigor em 1994 e composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, como uma tentativa de estabelecer uma força contra-hegemônica a partir da integração comercial. “Vinte anos depois do início da reforma neoliberal, a dependência de nossos países com o exterior e em particular com os Estados Unidos, é maior do que nunca” (DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 2008, p. 70).

2.3.11 América Latina hoje

Diante da crise hegemônica, provocada pela combinação entre condições internacionais e esgotamento do neoliberalismo, forma-se um quadro desolador em todo o continente. Segundo dados da CEPAL, a pobreza atinge 198 milhões de latino-americanos em 2007. A indigência, 73 milhões. Esses dados representam, respectivamente, 34,1% e 12,6% da

⁵ As privatizações foram derrotadas em plebiscito em 1992 por 72% dos uruguaios.

população. O índice de desemprego, em 2008, é de 7,5%. No ano 2000, estudos do Banco Mundial e da CEPAL mostravam a América Latina e Caribe como a região com maior desigualdade social (DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 2008). “Nos países latino-americanos, a hegemonia do mercado está rompendo os laços da solidariedade e fazendo em pedaços o tecido social comunitário” (GALEANO, 2007, p. 18). A falta de oportunidades induz à violência, ao roubo, à mendicância, à prostituição. O resultado é uma taxa de homicídios seis vezes maior que a média mundial. No Rio de Janeiro, mata-se cinco vezes mais gente do que em Nova York (GALEANO, 2007).

As vitórias de Hugo Chávez na Venezuela, de Lula no Brasil e de Lucio Gutiérrez no Equador são expressão desse “mar de crises” por que passa o continente. A Venezuela não colocou efetivamente em prática um plano neoliberal, em função de uma manifestação contrária – Caracazo – a um plano anunciado por Carlos Andrés Pérez, em 1989. A “farra do petróleo” vivida pelas elites, que desperdiçavam seu alto preço, fez crescer a figura de Hugo Chávez, que “triunfou com o voto dos marginalizados socialmente e dos críticos dos partidos tradicionais, conseguiu aprovar por plebiscito uma nova Constituição, reformou os órgãos da Justiça e obteve maioria parlamentar” (SADER, 2007, p. 124). Ele aumentou o preço do petróleo e promoveu políticas sociais. Sofreu diversas sabotagens, entre elas uma tentativa de golpe em 2002, com apoio dos EUA e da mídia local. O estilo irônico de Galeano (2006, p. 50) denuncia: “Chávez tocou nos intocáveis. Os intocáveis, donos dos meios de comunicação e de quase todo o resto, puseram-se a bradar aos céus. Com toda liberdade, denunciaram o extermínio da liberdade”. Sua política, chamada de bolivarianismo, fez escola na Bolívia, onde foi eleito o presidente indígena Evo Morales, e no Equador, com a vitória de Rafael Correa. Nesses dois países, junto com o Peru, há uma forte presença de movimentos de massas de origem rural e indígena.

O Brasil é avaliado por Emir Sader (2007) como o elo mais frágil da América Latina na virada do século. Está atrasado em desenvolvimento socioeconômico e em forças políticas e é o país com pior distribuição de renda, além de ainda não ter resolvido a questão agrária. Essa situação já vinha de muitos anos e favoreceu o fortalecimento do PT e de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em um fortalecimento da esquerda em geral. A eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical e metalúrgico, é a primeira de um presidente de esquerda no país, que é o primeiro também a propor um rompimento com o modelo neoliberal. “A América Latina na hora de Lula significa o acerto de contas da esquerda latino-americana com sua própria trajetória ao longo dos últimos anos” (SADER, 2007, p. 127).

A virada do século carregou a América Latina para um cenário de globalização, em que um país depende cada vez mais da conjuntura internacional para tomar suas decisões, as quais têm reflexos muito mais amplos. O Brasil assumiu o papel de liderança nas negociações do continente com o resto do mundo, integrando cada vez mais grupos de cooperação internacionais, como o G-20 ou os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo dos grandes emergentes). Em contradição com a falta de crença da população nas instituições da democracia apontada por Galeano (2006), a América Latina foi tomada por valores democráticos como nunca antes, o que explica a enorme reação ao golpe que destituiu o presidente eleito de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009. Nas últimas duas décadas, o continente viu emergirem movimentos sociais alternativos e assumirem governos de esquerda em quase toda a região, representando uma nova agenda, geralmente baseada nas demandas da maioria, e que se divide em dois grandes grupos.

Também há uma diversidade entre os modelos de governo no continente. Existe a iniciativa da União das Nações Sul Americanas (Unasul), que é recente e tenta promover uma integração a partir de uma ótica predominantemente brasileira. Existe a Aliança Bolivariana das Américas (Alba), que é uma integração que reúne Venezuela, Bolívia, Cuba, Equador e que traz uma outra perspectiva (BAVA, 2009, p. 6).

A crise que começou nos Estados Unidos em 2007 e tomou caráter mundial instantaneamente encontrou uma América Latina fortalecida. Baseada na especulação, a recessão econômica teve início no setor imobiliário, em função da inadimplência gerada pela venda de títulos hipotecários *subprime* – que contêm um risco maior que o de clientes com classificação melhor de crédito, mas compensado por taxas de retorno mais altas (FOLHA ONLINE, 2009). O pânico chegou em 2007, quando quebraram algumas gigantes do setor, estendendo-se, em seguida, para os bancos. A quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2007, marca a entrada no período negro da crise.

A recessão gerou desemprego – o número de desempregados nos EUA chegou a 2,6 milhões em 2008, maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial – em todas as regiões.

Países de dimensões médias e grandes e já bastante industrializados e urbanizados, como o México, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile foram alcançados pela crise de modo semelhante ao Brasil: fuga de divisas, queda das exportações e do crédito externo, contaminação pelo pânico dos bancos privados nacionais, que também cortaram o crédito e aumentaram os juros cobrados; em consequência o mercado interno se contraiu, acarretando a baixa da produção e o aumento do desemprego (SINGER, 2008).

Países menores, especialmente do Caribe, foram atingidos mais diretamente por causa da dependência das importações. Na América Latina, uma das consequências mais profundas

foi o aumento da pobreza. O colapso econômico interrompeu seis anos de crescimento contínuo na região. Durante esse período, cerca de 37 milhões de pessoas saíram da pobreza.

A concentração de riqueza e as desigualdades que fazem da sociedade latino-americana uma democracia apenas aparente relacionam-se diretamente com a concentração dos meios de comunicação em tão poucas mãos, como estudado no primeiro capítulo. A retomada histórica da formação do povo latino-americano permite proceder à análise de conteúdo dos veículos de comunicação para se inferir se esse povo está efetivamente sendo representado em toda a sua complexidade.

3 O QUE DIZEM OS JORNAIS

Nesse capítulo é feita a análise do conteúdo das sete edições dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Antes, faz-se uma breve introdução aos jornais utilizados, apresentando-se uma síntese histórica e discorrendo-se um pouco sobre a respectiva linha editorial da cada veículo.

A seguir, procede-se a uma descrição do material selecionado (*corpus* da pesquisa), juntamente com a explicitação da metodologia utilizada no trabalho. Parte-se finalmente para a análise de conteúdo, realizada de forma quantitativa e qualitativa. A primeira apresenta a distribuição dos textos nos jornais, dos espaços destinados ao tema, baseada em dados estatísticos observados. A partir desses dados e com base em categorias de análise estabelecidas durante a leitura do material, é possibilitada a inferência sobre a representação de América Latina desenvolvida pelos veículos.

3.1 SOBRE A FOLHA DE S.PAULO

A *Folha de S.Paulo* começou sua trajetória no ano de 1921, pelas mãos de Olival Costa e Pedro Cunha. Ainda era apenas *Folha*, o nome de um grupo pelo qual passariam vários jornais. O vespertino *Folha da Noite* foi o primeiro, seguido pelo matutino *Folha da Manhã*, em 1925. Na década de 1930, já controlados por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, defendiam os interesses dos produtores cafeeiros paulistas. A *Folha da Tarde* foi lançada em 1949, por iniciativa do novo dono, o jornalista José Nabantino Ramos. A tríade tornou-se um único veículo em 1960, com a criação da *Folha de S.Paulo*, cuja linha editorial identificava-se com interesses das classes médias urbanas. Dois anos depois, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram a empresa, em dificuldades financeiras, e a reorganizaram, para em seguida aparelharem-na, em um processo que durou até 1974.

O primeiro projeto editorial da *Folha* foi concebido em 1978, em tempos de abertura política. A liderança como o diário de maior circulação no país veio em 1986 e se mantém até hoje, segundo o site do grupo¹ – a tiragem média de 2008 foi de 302 mil exemplares diários em dias de semana e 365 mil aos domingos. A grande circulação da *Folha* não a torna automaticamente um jornal de âmbito nacional. Mas entende-se nesse estudo que é o veículo que melhor representa a grande imprensa brasileira, pela abrangência que tem e pela capacidade de influenciar no agendamento dos demais meios de comunicação. O Manual de

¹ <http://www.folha.com.br>

Redação do grupo atribui-lhe uma “repercussão nacional” (2006, p. 37), ainda que perceba-se nele uma postura elitista.

É inegável que a visão moderna de jornalismo contribuiu para se chegar a esse status. Esse é um dos pontos de sustentação do Projeto Folha, descrito no seu Manual de Redação (2006, p.10). O objetivo é “produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário”, que pretende oferecer ao leitor “uma visão atual, crítica e útil, mas também clara, complexa e original dos fatos” (p.19). O jornalista José Arbex Jr. trata desse projeto editorial a partir de uma contextualização política do período, de expansão do neoliberalismo e redemocratização, em que se exigia a definição de novos caminhos para a imprensa nacional. “O Projeto Folha, sinteticamente, significou a adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial” (ARBEX JR., 2001, p. 141). Ou seja, o objetivo, segundo o autor, era gerar lucros, o que transformou a notícia em mercadoria, extinguindo a polarização da redação em ideologias fortes de esquerda ou direita. A própria adoção de um manual seria uma forma de industrializar a produção da notícia.

O autor identifica um paradoxo na nova postura editorial da *Folha*, que aparecia para a sociedade “como porta-voz da democracia, ao mesmo tempo em que, internamente, praticava uma política autoritária de rígido controle industrial e tecnológico” (ARBEX JR., 2001, p. 144). Essa seria uma estratégia que propiciou o salto que o Manual de Redação do jornal refere, de ampliação da tiragem e conquista da liderança, o qual passa pelo apoio decidido à campanha pelas Diretas Já, em 1984. Apoio que o jornal descreve como defesa da democracia e que Arbex Jr. sustenta tratar-se de uma estratégia mercadológica de “sedução do leitor”. Foi essa política que fez com que a *Folha* se diferenciasse do seu principal adversário, *O Estado de S.Paulo*, mais conservador, e assumisse a ponta na disputa nacional de mercado.

A utilização de normas de indústria no jornalismo insere-se em um contexto mais amplo de globalização, também levantado por Arbex Jr. Ele utiliza o exemplo da cobertura da revolução sandinista na Nicarágua para explicitar de que forma essa situação atinge a produção de notícias no jornal. A *Folha de S.Paulo*, segundo o pesquisador, tratou o regime como uma revolução “anacrônica, atrasada” (ARBEX JR., 2001, p. 175), o que seria parte de um consenso fabricado pela mídia norte-americana, tendo em vista que o jornal utilizava muitas matérias de agências de notícias. “A mídia nacional, incluindo a própria *FSP*, adotou uma linha colonizada e provinciana, limitada a refletir a percepção da mídia americana” (ARBEX JR., 2001, p. 190), como reflexo da vinculação das elites brasileiras, ideológica ou economicamente, aos centros de produção cultural da Europa e dos Estados Unidos.

Refletir sobre o Brasil passa pelo entendimento de que o país “faz parte geográfica e culturalmente do hemisfério latino-americano” e pela utilização de “parâmetros e critérios que

não necessariamente refletissem o consenso internacional” (ARBEX JR., 2001, p. 202). A *Folha de S.Paulo*, portanto, pratica um jornalismo definido por um consenso internacional no tratamento de questões exteriores ao Brasil – ou de inserção do país em um contexto global –, incluindo a América Latina. Trata-se de uma opção editorial tomada pelo jornal.

3.2 SOBRE O GLOBO

O jornal *O Globo* foi criado em 1925 por Irineu Marinho com o objetivo de atender o povo carioca, um vespertino sem pretensões iniciais de se tornar referência nacional. Surgiu como um veículo noticioso em tempos em que os jornais adotavam uma postura claramente partidária. Sua primeira edição circulou com 12 páginas e uma tiragem de 33.435 exemplares. Com a morte de Irineu, em 21 de agosto de 1925, o filho Roberto Marinho herdou o periódico 21 dias depois de sua fundação, mas só foi assumi-lo em 1931. Durante esse período, acompanhou o dia-a-dia do jornal, de forma que, quando o assumiu, tinha domínio sobre o fazer jornalístico e participava ativamente de todo o processo de produção das notícias, desde reuniões de pauta até a apuração de matérias. Roberto Marinho acreditava que as notícias principais deveriam estar na capa ou na página 3, em um jornal que priorizava as editorias de Política, Sociedade e Cidade. Colocou em prática “um estilo empresarial ousado, que resultou na construção de um império de comunicação que cresceu ininterruptamente por sete décadas” (MATTOS, 2005, p. 268).

Apesar da propagada postura apartidária, *O Globo* integrou a lista dos veículos que fizeram oposição ao governo de Getúlio Vargas, a ponto de ter sua circulação impedida pela população no dia do suicídio do presidente, em 1954. A Juscelino Kubitschek, a oposição foi moderada. Roberto Marinho recebeu do presidente a sua primeira concessão para um canal de TV, em 1957. Jânio Quadros recebeu o seu apoio, dado também a João Goulart, mas apenas no início do governo. Depois passou a conspirar contra ele e contribuiu com o golpe militar que o destituiu, em 1964.

Na década de 1940, *O Globo* havia perdido espaço no mercado para o *Jornal do Brasil*, mas retomou a liderança com força duas décadas depois: “Com o regime militar, houve fragorosa recuperação” (BARBOSA, 2008, p. 131). Foi na década de 1960 que as Organizações Globo entraram em uma nova fase, de crescimento acelerado, até tornar-se um império que fatura anualmente US\$ 6,1 bilhões, segundo dados de 2005 da revista *IstoÉ Dinheiro*. Foi lançada em 1965 a Rede Globo de Televisão, carro-chefe do grupo. A criação da Globo se deu baseada em corrupção, graças à proximidade com o governo ditatorial, o que permitiu que o grupo constituísse um monopólio da comunicação no Brasil – a Rede Globo de Televisão chegou a controlar 70% da audiência (KUCINSKI, 2005).

De acordo com o professor Edgard Rebouças (2005), a Rede Globo de Televisão trabalhou para expandir seu império para fora do Brasil, mas deu as costas para os países vizinhos. Ela nunca deu importância para a América Latina nem como mercado nem na produção de conteúdo: poucas foram as pautas sobre o continente ao qual o Brasil pertence. A ideia da emissora, na década de 1960, era implantar uma rede de TV nos moldes norte-americanos da NBC e da ABC. Para isso, assinou um contrato secreto com o grupo Time-Life para a inauguração do canal de TV, que repassou dinheiro para o grupo. Houve uma tentativa de apuração do caso, através da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), encerrada pelo governo militar em 1967.

A ajuda fornecida pela ditadura para as Organizações Globo não veio de graça. O grupo exerceu um papel importante para o regime, contribuindo para esconder seu caráter cruel e fazendo ampla divulgação do governo. Tornou-se uma organização chapa-branca (BARBOSA, 2008). Não foi à toa que nesse período a Globo conquistou seu poderio nos meios de comunicação brasileiros, o que favoreceu também o jornal, participante ativo dessa troca de favores. O poder atingiu diretamente o dono do grupo. Em 2003, a revista *Forbes* incluía Roberto Marinho na lista dos homens mais ricos do mundo, com uma fortuna pessoal de 1 bilhão de dólares. Para chegar a esse ponto, a contribuição não veio apenas do governo militar: “o grupo dos Marinho sempre esteve próximo do poder político, beneficiando-se da situação privilegiada que lhe ajudou a construir e dominar o setor das comunicações” (MATTOS, 2005, p. 271).

O jornal *O Globo* pertence à Infoglobo Comunicações Ltda., uma das partes da Unidade de Mídia Impressa e Rádio das Organizações Globo. Ao lado dele, figuram ainda a Agência Globo, a Globo Online e os jornais *Extra*, *Diário de S. Paulo* e *Valor Econômico*, este último em parceria com o grupo Folha.

Durante 24 anos *O Globo* teve o mesmo diretor de redação, o jornalista Evandro Carlos de Andrade. “Foi ele quem profissionalizou a redação e tornou o jornal competitivo: contratou profissionais, organizou as faixas salariais, lançou a edição de Domingo – dia em que o *Jornal do Brasil* reinava absoluto –, adquiriu máquinas *off-set*, reformou graficamente o jornal – inclusive com a introdução de cores – e partiu para a conquista dos anunciantes” (BARBOSA, 2008, p.131). A introdução do *off-set* se deu em 1978, e a redação foi informatizada em 1986.

O Globo tornou-se matutino nos anos 1970. Na década de 1990, integrou-se ao Grupo de Diários da América, uma organização que funciona como uma agência de notícias continental. Através da GDA, é possível acessar conteúdo de 11 jornais latino-americanos.

“De acordo com o Instituto de Verificação de Circulação (IVC), em 2003 *O Globo* figurava como o segundo maior jornal brasileiro em circulação paga, com uma tiragem

auditada de 253.410 exemplares, perdendo apenas para a *Folha de S.Paulo*" (MATTOS, 2005, p. 276). O jornal é o líder em circulação no Rio de Janeiro. Ao contrário do caráter popular que pregava na sua fundação, *O Globo* tem posição de liderança hoje nas classes A e B, o que define seu público-leitor e, em consequência, sua linha editorial.

3.3 METODOLOGIA

A escolha do tema deu-se por critérios subjetivos de proximidade com o assunto. Os métodos utilizados para a realização do estudo constituem uma tentativa de afastar o excesso de subjetividade do resultado final, ainda que se saiba que a objetividade não é plenamente alcançável, e por mais que este trabalho não venha a fornecer respostas definitivas. Antes, pretende-se suscitar um questionamento sobre o papel da imprensa, aqui tendo como foco a realidade latino-americana. Os procedimentos escolhidos para efetuar essa pesquisa são a análise de conteúdo e a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica concernente ao assunto estudado tem como objetivo sustentar as argumentações defendidas. É um primeiro passo para estruturar o desenvolvimento do trabalho. A partir da pesquisa, torna-se possível definir uma abrangência mais específica dos temas estudados, simultaneamente com o desenvolvimento de um embasamento teórico a partir da leitura de autores que já trataram do assunto.

Pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões (STUMPF, 2005, p. 51).

Essa bibliografia encontra-se implícita na realização do trabalho desde a definição do objeto de pesquisa, que pode sofrer modificações a partir da descoberta de novas informações, influenciando nas decisões sobre recortes a serem estudados. É uma etapa importante no processo porque amplia o horizonte do pesquisador a partir do conhecimento da visão de autores diversos sobre o tema.

Esta investigação trabalha com a pesquisa bibliográfica desde a sua elaboração, mas a utiliza como principal procedimento metodológico na explicitação da função do jornalismo em seu âmbito social, juntamente com o estudo da evolução do jornalismo internacional; na elaboração de uma definição de América Latina e de um conceito de latinidade que signifique uma identidade comum aos países pertencentes à região e suas respectivas populações; na

contextualização histórica do continente, necessária para a compreensão da atuação do jornalismo na sua representação. Também é utilizada como base para a análise dos jornais trabalhados, na medida em que fornece dados sobre a história dos veículos e sua forma de atuação. Nesse sentido, pois, a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo se interpenetram para propiciar a obtenção de resultados mais ricos.

O estudo da representação de América Latina pela grande mídia brasileira requer, além da pesquisa bibliográfica, uma análise do conteúdo manifesto na imprensa. A forma que pareceu mais adequada para atingir esse objetivo foi realizar uma análise de conteúdo, como justificada por Gil (199, p. 165): “O grande volume de material produzido pelos meios de comunicação de massa e a criação de técnicas para sua quantificação determinam o desenvolvimento da análise de conteúdo”. A fundamentação teórica é dada por Bardin (1979, p. 31), para quem “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que não é, de acordo com a autora, um instrumento, mas “um leque de apetrechos”. Bardin (1979, p. 36) cita Berelson: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. A partir dessa explicação, é possível inferir que a análise de conteúdo é um método quantitativo, na medida em que descreve a comunicação, mas também qualitativo, quando o interpreta.

A opção por circunscrever a análise ao período de uma semana deve-se à grande quantidade de material veiculado. A observação do *corpus* foi determinante na definição do período, já que se supunha inicialmente uma quantidade menor de matérias sobre América Latina nos grandes jornais, o que não se confirmou na fase exploratória. Essa etapa inicial da pesquisa é o que Bardin denomina de “pré-análise”, o contato inicial com o material estudado.

A partir da definição do tamanho do *corpus*, de sete edições, foi possível passar à efetivação dos procedimentos metódicos. Após a pré-análise já referida, a análise propriamente dita, que “não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas”, segundo Bardin (1979, p. 101), e que passa por outras duas fases, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A exploração é uma fase longa e cansativa, que consiste em “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente calculadas” (BARDIN, 1979, p. 101).

A terceira e última fase do processo de análise é a interpretação dos fatos, fundamental por dar sentido ao trabalho realizado anteriormente. Se a interpretação não é possível sem que antes as informações tenham sido exploradas, a obtenção dos dados não tem significado sem uma avaliação dos resultados obtidos, no que uma fase complementa a outra e todas se tornam indispensáveis para atingir o objetivo.

Para realizar a interpretação, faz-se mister organizar o material recolhido, através de

quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. [...] O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos (BARDIN, 1979, p. 101).

Obtida a sustentação dos dados através da análise de conteúdo, pode-se interpretá-los e tirar conclusões que satisfaçam o objetivo geral da pesquisa, qual seja identificar a representação de América Latina operada por dois dos maiores jornais da chamada grande imprensa brasileira.

3.4 DESCRIÇÃO DO MATERIAL

A pesquisa incide sobre sete edições dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, veiculadas no período de 26 de outubro a 1º de novembro de 2009. Dessa forma, abrangem-se todos os dias da semana, com uma farta quantidade de material para análise. A escolha da semana para a coleta do material de estudo foi aleatória. Tomou-se o cuidado, entretanto, de evitar período em que algum assunto relacionado à América Latina estivesse muito em voga. O objetivo, com isso, era ter um resultado mais fiel da representação cotidiana da região nos dois jornais.

Como o objetivo é inferir qual é a representação de América Latina nesses dois representantes da grande imprensa em situações normais, optou-se por um período de análise em que não houvesse um fato de relevância internacional. Pouco antes do período estudado, por exemplo, discutia-se enfaticamente a posição do Brasil e dos Estados Unidos diante do golpe militar ocorrido em Honduras. Como o presidente deposto solicitasse – e obtivesse – asilo na embaixada brasileira em sua terceira tentativa de retornar ao país, de onde fora expulso com o golpe, a repercussão do fato nos jornais brasileiros foi grande. Ainda notam-se, no período analisado, ecos desse acontecimento, mesmo já transcorrido mais de um mês.

Durante o período selecionado para o estudo dos jornais, destacam-se as eleições presidenciais no Uruguai, um fato relevante politicamente, e está ainda muito em voga a repercussão da crise de Honduras. Mas optou-se por permanecer com esse *corpus* por dois motivos: primeiro porque uma semana sem acontecimentos de maior impacto em um continente de mais de 30 países seria difícil de ser encontrada, e uma busca feita dessa maneira tornaria o estudo artificial; segundo, porque as eleições no Uruguai têm um caráter de relevância prioritariamente nacional, dentro daquele país.

Por necessidade de delineamento e por escassez de tempo, optou-se por trabalhar apenas com textos do gênero informativo², excluindo-se tudo o que se enquadra na categoria Opinião.

3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Primeiramente, procedeu-se a uma leitura flutuante das edições selecionadas para análise. Nesse momento, identificou-se o espaço dedicado ao tema e o destaque a ele concedido. Foram lidas todas as matérias que fizessem referência a países latino-americanos e identificadas as que usavam o termo América Latina. O assunto tratado também foi observado, assim como a quantidade de matérias referentes a nações latino-americanas dentro da editoria de Mundo³ dos jornais.

Nesse momento foi possível verificar quais países e temas têm mais destaque nos jornais brasileiros. As matérias foram separadas pelo país a que faziam referência de forma prioritária, que era o assunto pautado. Notou-se que há grande quantidade de matérias sobre a América do Sul e um número muito reduzido relativo à América Central e à América do Norte. Honduras é exceção devido ao golpe de Estado impetrado no país no dia 28 de junho de 2009 e posterior asilo do presidente deposto Manuel Zelaya na embaixada brasileira no país, no dia 22 de setembro⁴. Cuba também aparece com destaque. Com base no referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores, pode-se afirmar que o grande espaço dedicado à ilha deve-se a sua política de enfrentamento da hegemonia capitalista globalizante, que tem como referência os Estados Unidos da América. Nesse sentido, Cuba é uma situação especial, que mereceria uma análise apenas para ela.

Foi surpresa, nessa leitura inicial, o espaço dedicado ao continente, maior do que o esperado. Além da América Latina, mereceram destaque os conflitos no Oriente Médio, as relações com os Estados Unidos da América, e pequenas matérias sobre países europeus.

A análise está estruturada em três partes. A primeira aborda o espaço dedicado à América Latina em ambos os jornais. O objetivo não é compará-los, mas estabelecer uma visão mais ampla da imprensa brasileira com relação ao continente. Em seguida, verifica-se o

² A classificação dos gêneros adotada aqui é a de José Marques de Melo (1985), segundo a qual os textos jornalísticos dividem-se em duas categorias: informativos e opinativos. Como tipos informativos estão a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista. Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta seriam do gênero opinativo.

³ Intitulada “Mundo” na *Folha de S. Paulo* e “O Mundo” n’*O Globo*.

⁴ Até o encerramento deste trabalho, o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, continuava asilado na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

conteúdo das matérias. Primeiramente, observa-se a utilização do termo “América Latina” nos textos e, depois, a visão da matéria como um todo, com relação à integração dos países da região. A última parte analisa a natureza das fontes utilizadas nas matérias que fazem referência ao continente em *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

Por uma questão de organização, devido à quantidade de matérias analisadas e a impossibilidade de se montar tabelas com as informações dos dois jornais simultaneamente, em muitos casos são apresentadas tabelas de cada um em separado, mas elas são analisadas conjuntamente. Em alguns casos, foram usados gráficos, por apresentarem melhor visualização dos dados ali contidos. Mas nem sempre os gráficos permitem que se apresentem todas as informações observadas, então as tabelas mostram-se como uma ferramenta mais útil. Os gráficos e tabelas são apresentadas ao longo das seções, com a devida análise.

3.5.1 Distribuição de espaço

a) Número de páginas e matérias

Tabela 1 – Folha de S.Paulo

Folha de S.Paulo	26/out	27/out	28/out	29/out	30/out	31/out	01/nov	Total
Número de páginas do caderno principal	16	16	16	20	24	20	18	130
Número de páginas em Mundo	4	4	3	4	7	7	3	32
Número de matérias em Mundo	6	8	11	10	10	9	6	60
Número de matérias de América Latina em Mundo	3	4	4	5	5	5	1	27
Número de matérias de América Latina no jornal	3	9	6	8	6	9	2	43

Tabela 2 – O Globo

O Globo	26/out	27/out	28/out	29/out	30/out	31/out	01/nov	Total
Número de páginas do caderno principal	20	30	34	36	38	34	52	244
Número de páginas em Mundo	2	2	2	2	2	3	3	16
Número de matérias em Mundo (incluindo notas)	6	6	9	6	8	8	7	50
Número de matérias de América Latina em Mundo	3	3	2	2	2	4	1	17
Número de matérias de América Latina no jornal	4	4	5	8	7	6	2	36

Tabela 3 – Total de matérias dos dois jornais

Total	26/out	27/out	28/out	29/out	30/out	31/out	01/nov	Total
Número de matérias em Mundo	12	14	20	16	18	17	13	110
Número de matérias de América Latina em Mundo	6	7	6	7	7	9	2	44
Número de matérias de América Latina no jornal	7	13	11	16	13	15	4	79

Essa primeira visão da distribuição espacial das matérias permite tirar algumas conclusões sobre a relevância dedicada à editoria de internacional e ao tema América Latina. Nota-se, pelo número de páginas de Mundo, que os jornais têm enfoques diferenciados. Como descrito no início do capítulo, *O Globo* nasceu como um jornal popular, voltado para os assuntos da cidade do Rio de Janeiro. Embora tenha crescido e hoje ostente uma auto-classificação de veículo de abrangência nacional, ainda conserva uma característica mais local que a *Folha de S.Paulo*. Mas os dois jornais apresentam quantidades semelhantes de matérias de América Latina fora da editoria, o que permite a afirmação de que dedicam bastante espaço a matérias internacionais.

Com relação especificamente ao tema tratado neste trabalho, chama a atenção a quantidade elevada de matérias referentes à América Latina dentro da editoria de Mundo. Na maioria das edições, quase metade dos textos publicados refere-se ao continente. Conclui-se daí que se atribui uma importância maior aos países do continente ao qual o Brasil pertence do que às outras regiões do mundo. A forma com que os países são tratados não está em discussão no momento, mas é abordada nas seções subsequentes. O que fica claro aqui é que se valoriza a região de pertencimento do Brasil, em uma nítida escolha de proximidade como valor-notícia preponderante.

b) Chamadas na capa

Número de chamadas na capa nas sete edições

Tabela 4

	Folha de S.Paulo	O Globo	Total
Chamadas de internacional	85	76	161
Chamadas de América Latina	6	7	13
Edições com chamada de AL	5	5	10
Manchetes	1 (Honduras)	0	1
Chamadas na página 2	0	6	6

Total de chamadas por região

Gráfico 1 – Folha de S.Paulo

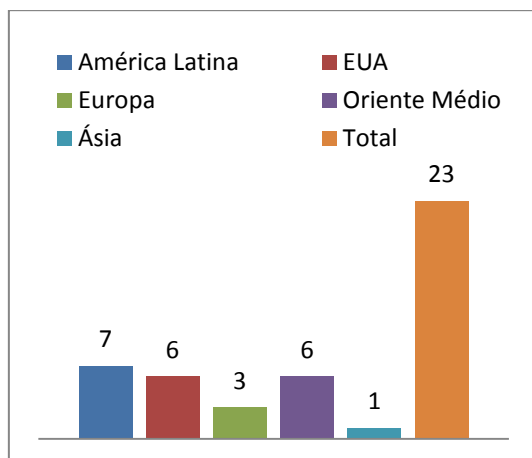
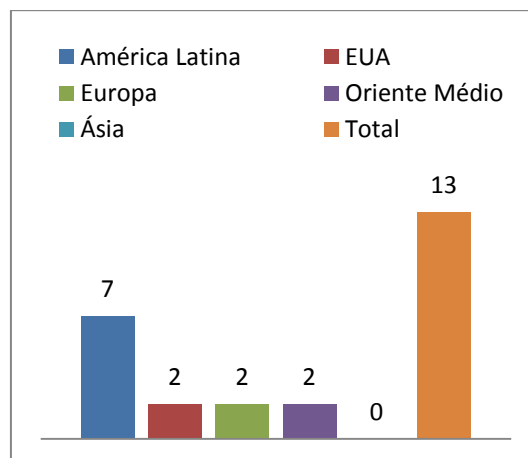


Gráfico 2 – O Globo



Essa seção vem confirmar o que já foi observado pela análise da quantidade de matérias. Das sete edições dos jornais analisados, cinco de cada um deles continham pelo menos uma chamada na capa para países latino-americanos. Em uma edição da *Folha de S.Paulo*, Honduras foi a manchete principal do veículo, o que demonstra uma grande valorização do continente como pauta por parte da imprensa brasileira. Na capa, encontram-se as notícias que o jornal considera mais importantes naquele dia, às quais o público teria mais interesse. No caso da *Folha de S.Paulo* e *d'O Globo*, tratam-se de veículos no formato standard, de páginas amplas, com espaço para muitas chamadas. Ainda assim, a referência à América Latina na capa demonstra uma preocupação com o que está mais próximo do leitor e uma valorização do continente.

c) Número de matérias por país

Tabela 5

	Folha de S.Paulo	O Globo	Total
Honduras	9	8	17
Só Argentina	5	5	10
Só Venezuela	5	5	10
Só Uruguai	5	3	8
Cuba	3	4	7
Só Colômbia	5	1	6
Venezuela e Colômbia	3	2	5
Uruguai e Argentina	0	3	3
Vários países	1	2	3
América do Sul	2	1	3
México	2	0	2
América Latina	1	1	2
Uruguai e Paraguai	0	1	1
Haiti	1	0	1
Nicarágua	1	0	1
Total de matérias	43	36	79

Essa seção escancara ainda mais a decisão de proximidade como valor principal na escolha das pautas internacionais dos dois jornais brasileiros. A grande exceção é Honduras, não apenas porque vive um momento de crise institucional muito grande, mas porque tem a participação direta do Brasil no processo. Conta também, pois, com o atributo da proximidade.

Com relação aos outros países, confirma-se a prioridade a pautas sul-americanas, em detrimento das que envolvem América Central ou do Norte. No número total de matérias, aparecem a Argentina e a Venezuela empatadas na segunda posição, logo atrás de Honduras. Durante a semana de análise, o Congresso brasileiro votava a aceitação da entrada da Venezuela no Mercosul, o que levou o país a essa posição.

A Argentina, no entanto, não teve nenhum acontecimento de maior destaque. Encontra-se ali por sua proximidade geográfica e comercial com o Brasil e pela posição de liderança cultural que já ocupou no continente, em uma clara identificação do país com valores europeus. O Brasil historicamente valoriza a cultura que é imposta à América Latina, e isso é expresso pelos jornais.

É possível inferir, a partir do estudo feito nos capítulos anteriores, que é dado maior destaque aos países mais desenvolvidos do continente. Da leitura dessa tabela, fica a

impressão de que os jornais brasileiros privilegiam os países mais próximos ao Brasil, seja geográfica ou culturalmente, e que assumem alguma liderança política, econômica ou cultural.

d) Utilização de agências internacionais

Gráfico 3 – Folha de S.Paulo

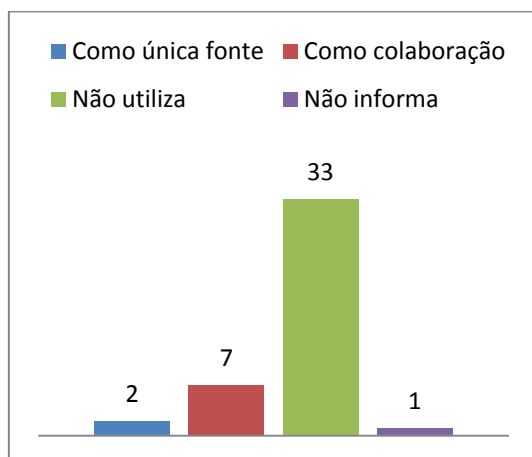
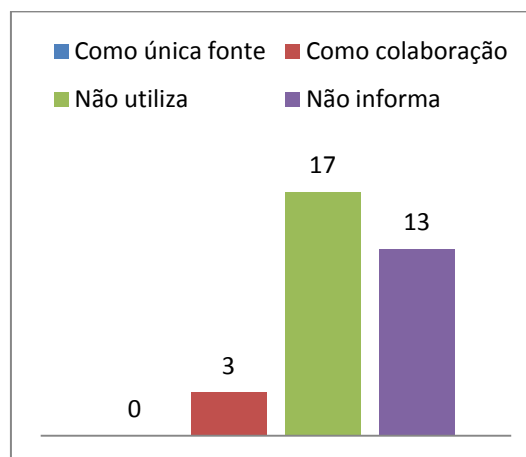


Gráfico 4 – O Globo



A quantidade de matérias que utiliza agências de notícias internacionais como única fonte é muito pequena, nos dois jornais. Esse dado pode levar à conclusão de que a imprensa brasileira preocupa-se em produzir jornalismo de qualidade para o leitor fazendo sua própria captação. Diante de um momento de crise econômica aguda, essa constatação foi uma surpresa na realização do trabalho, pois se pode supor que os veículos estariam preocupados em cortar gastos. No jornal O Globo⁵, não se observou nenhuma matéria baseada apenas em agências. É possível que o material recebido do exterior pelos veículos influencie na escolha da pauta, para que o repórter posteriormente a apure e redija. Entretanto, esse aspecto do processo não pode ser apreendido apenas com a leitura e análise do conteúdo manifesto nos jornais.

⁵ Diante do baixo índice de utilização de agências internacionais, poder-se-ia supor que o jornal não informa sempre que as usa. Nas matérias assinadas, este trabalho parte do pressuposto de que, se não há indicação da utilização de agências, elas foram realizadas apenas pelo profissional que a assinou. Optou-se por não considerar a possibilidade de o jornal não informar a existência de outra fonte de informações, por se considerar uma postura antiética e da qual não se tem provas nem sequer motivo de suspeita. Nas matérias não assinadas, optou-se, então, por avisar apenas que o jornal não informou se agências internacionais foram utilizadas.

e) Origem das matérias

Por país

Tabela 6

Cidades referidas	Folha de S.Paulo	O Globo	Total
São Paulo	13	1	14
Brasília	5	8	13
Tegucigalpa	6	4	10
Washington (correspondente)	6	3	9
Buenos Aires (correspondente)	3	3	6
Caracas	2	3	5
El Tigre (Venezuela)	3	2	5
Nova York (correspondente)	3	1	4
Montevideú	2	2	4
Caxambu (MG)	2	2	4
Santiago del Estero (Argentina)	-	2	2
Rio de Janeiro	1	1	2
Madri	-	1	1
Miami	-	1	1
Londres	-	1	1
Bogotá	-	1	1
Passo Fundo	1	-	1
Não informa	4	9	13

Por região

Gráfico 5 – Folha de S.Paulo

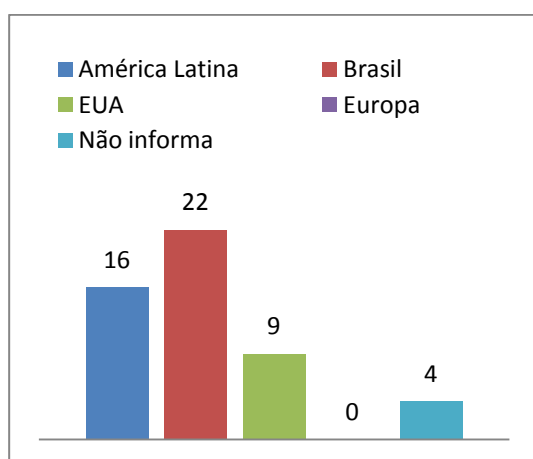


Gráfico 6 – O Globo

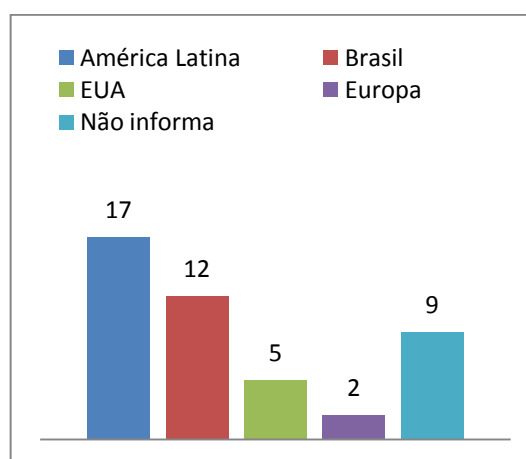
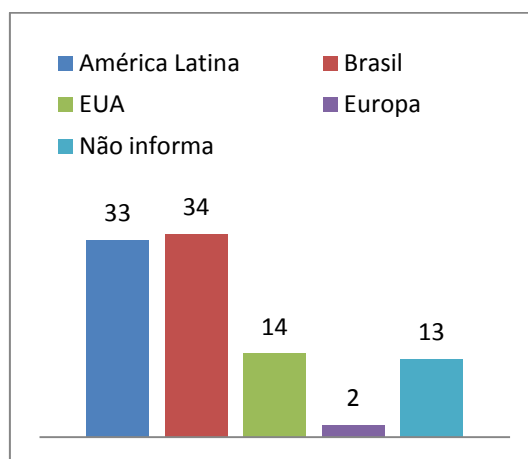


Gráfico 7 – Total



Trata-se, aqui, do local onde as matérias foram apuradas e de onde são enviadas, sempre que o jornal fornece essa informação. Nota-se uma ligeira vantagem do Brasil sobre a América Latina, nos gráficos que apresentam todos os países do continente conjuntamente. A grande maioria desses textos foi feita na redação, segundo os dados dos jornais. As matérias realizadas fora do Brasil nem sempre apresentam correspondência entre o país tratado e o país assinado. Ou seja, um texto sobre Honduras pode ter sido feito por um enviado especial a El Tigre, na Venezuela, por exemplo.

Apesar de a maioria das matérias ter origem latino-americana, é elevado o número de textos de correspondentes nos Estados Unidos. Nas matérias de Cuba não há menção a Havana ou outra cidade da ilha. Uma delas é assinada do Brasil e as outras de Washington, Nova York e Miami. Da leitura da tabela que mostra todos os países discriminados, percebe-se que apenas Tegucigalpa foi origem de mais matérias que Washington. Quando os dados estão agrupados, a análise contrapõe um continente inteiro em um campo (América Latina) a um único país hegemônico em outro campo (Estados Unidos). Ou seja, é uma comparação desigual, que só faz explicitar ainda mais a preponderância norte-americana. Nota-se, então, que o número de matérias produzidas nos EUA é muito elevado, tendo em vista que seu conteúdo é a América Latina. Pela leitura das matérias analisadas, observa-se que *Folha de S.Paulo* e *O Globo* têm um correspondente na região, em Buenos Aires, e dois correspondentes em um único país, os Estados Unidos, em Washington e Nova York.

Esse dado mostra a representação de uma visão imperialista e colonizante, posto que vinda de fora, do país que se tornou a única grande potência mundial com o fim da União Soviética e o desaparecimento da alternativa socialista. País que se sobressaiu por sua intervenção política e econômica no resto do mundo, com especial destaque para a América Latina, vista como um “quintal” (LOPEZ, 1989), como descrito no capítulo 2. Escrever sobre

América Latina a partir dos Estados Unidos é mostrar o enfoque do país norte-americano sobre os temas tratados. Os textos feitos no Brasil ou por correspondentes e enviados a países dentro do continente podem também apresentar um enfoque imperialista, tendo em vista que não é apenas o ambiente que influencia no resultado da matéria. Mas confirmar se isso de fato acontece dependeria de uma pesquisa mais detalhada, caso a caso, enquanto que o fato de os textos serem enviados de fora por si só já caracteriza uma preferência pela visão norte-americana: o país foi escolhido como origem prioritária das matérias pelos jornais.

A partir da constatação de que é muito elevada a quantidade de matérias enviadas dos Estados Unidos, infere-se que falta compromisso com o interesse da população latino-americana, notadamente com os oprimidos, por serem os que mais sofreram – e sofrem – com a história de colonização e imperialismo que o continente registra.

3.5.2 Conteúdo das matérias

a) Utilização do termo América Latina

Gráfico 8 – Folha de S.Paulo

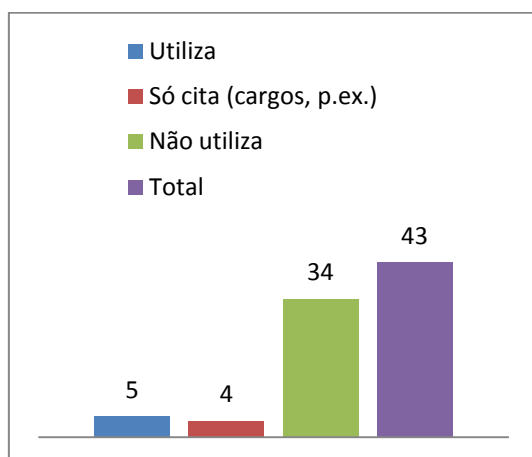
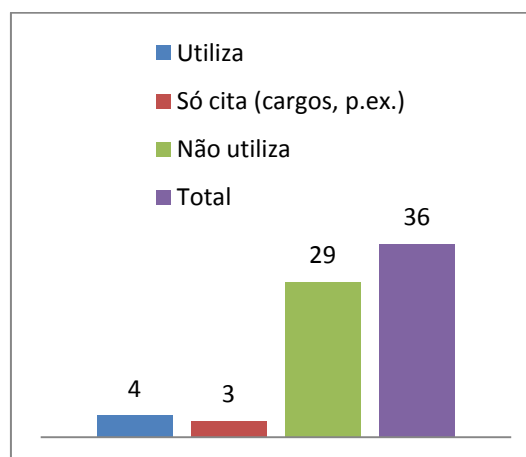


Gráfico 9 – O Globo



Partindo-se para a análise do conteúdo das matérias publicadas, o primeiro ponto observado foi a quantidade de vezes em que o termo América Latina apareceu nos textos. A coluna em azul dá conta das referências imbuídas de significado, que falam realmente no continente e discorrem, mesmo que pouco, a respeito. Em alguns casos, o termo é apenas citado rapidamente. Um exemplo é quando refere-se a uma fonte cujo cargo é “assessor da Casa Branca para a América Latina”⁶.

⁶ Matéria sobre Honduras na página 33 do jornal *O Globo* do dia 30 de outubro.

A quase nula utilização do termo América Latina pressupõe uma visão não integrada, que não é de região. Os países são bastante retratados, por sua proximidade com o Brasil, mas sem a visão continental, de pertencimento a uma mesma cultura, de compartilhamento das mesmas dificuldades e de busca por soluções conjuntas. Falar pouco no continente como tal demonstra uma visão fechada de países isolados do seu contexto.

b) Visão quanto à integração regional

Número de matérias por país

Tabela 7 – Folha de S.Paulo

Folha de S.Paulo	Visão regional	Visão local *	Relação com EUA	Relação com Europa
Honduras	4	4	7	-
Uruguai	1	5	-	-
Venezuela e Colômbia	-	3	-	-
Só Colômbia	1	1	4	-
Argentina	-	5	-	-
Cuba	1	-	2	-
Só Venezuela	5	1	-	-
Haiti	-	1	-	-
Nicarágua	-	1	-	-
México	1	1	-	-
Vários países	-	1	-	-
América do Sul	1	1	1	1
América Latina	-	1	-	-
Total	14	25	14	1

* Interna do país ou relação com país (es) da região, mas com visão local, não regional

Tabela 8 – O Globo

O Globo	Visão regional	Visão local *	Relação com EUA	Inserção em contexto mundial
Honduras	2	5	2	-
Só Uruguai	-	3	-	-
Venezuela e Colômbia	1	1	-	-
Só Colômbia	-	-	1	-
Só Argentina	-	5	-	-
Uruguai e Argentina	-	3	-	-
Uruguai e Paraguai	1	-	-	-
Cuba	-	2	2	-
Só Venezuela	4	1	-	-
Vários países	1	1	-	1
América do Sul	1	-	-	-
América Latina	-	1	-	-
Total	10	22	5	1

* Interna do país ou relação com país (es) da região, mas com visão local, não regional

Número total de matérias

Gráfico 10 – Folha de S.Paulo

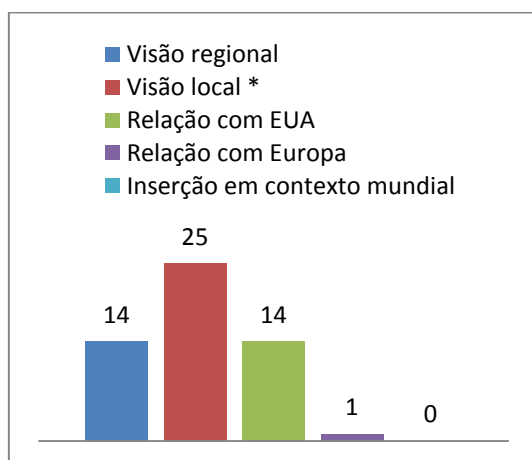
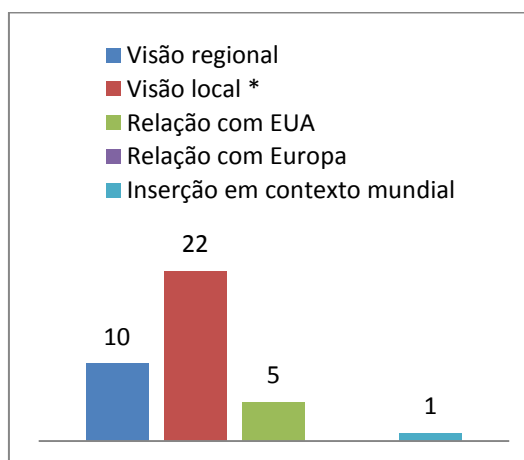
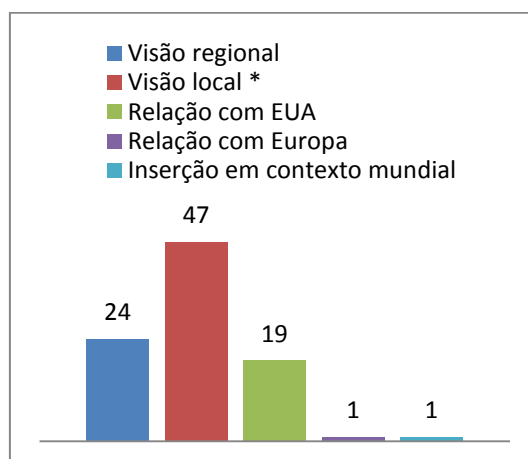


Gráfico 11 – O Globo



* Interna do país ou relação com país (es) da região, mas com visão local, não regional

Gráfico 12 - Total



* Interna do país ou relação com país (es) da região, mas com visão local, não regional

A cobertura de América Latina realizada por esses dois jornais da grande imprensa brasileira, de um modo geral, trata dos países vizinhos de forma isolada de seu contexto continental. Vale ressaltar que o índice representativo de matérias que apresentam uma visão regional está inflado pelos textos que tratam da votação no Congresso brasileiro da entrada da Venezuela no Mercosul. Considera-se, então, esse número artificial.

Como já foi possível inferir na seção anterior, que trata da rara utilização do termo América Latina nos textos dos jornais, confirma-se aqui a impressão de que os países não são vistos como pertencentes a uma região, com a qual compartilham problemas e de cuja união poderiam se utilizar para estabelecer uma integração e buscar soluções. A visão de um continente integrado não interessa às oligarquias que ainda tomam conta da grande mídia brasileira. A integração representa mudança política, que reflete em transformações sociais. Acredita-se que a elite conservadora não quer que o *status quo* seja alterado. Unir os interesses latino-americanos em contraposição aos estadunidenses é confrontar um modelo de desenvolvimento imposto de cima para baixo e propor alternativas mais democráticas.

O Brasil desenvolve uma política de integração regional sustentada nesses princípios, de identificação com os vizinhos do sul. Na medida em que os jornais ignoram essa política, eles demonstram representar interesses das classes altas e dos Estados Unidos, como nação hegemônica. Representam, pois, uma visão elitista, que não respeita o interesse público, função principal do jornalismo, e atendem a interesses específicos de classe. Conclui-se desses dados que a imprensa brasileira não traz uma visão de cidadania, na medida em que ignora a possibilidade de os brasileiros se enxergarem como pertencentes a um contexto mais amplo de luta por uma sociedade mais igualitária, com menos distâncias entre os países e entre as classes e, conseqüentemente, mais democrática.

3.5.3 Fontes

a) Posicionamento ideológico das fontes

A primeira parte desta seção trata do posicionamento ideológico das fontes, a partir do que o texto revela, e não de conhecimento prévio de identificação do entrevistado com determinada ideologia. Identifica-se a quantidade de pessoas entrevistadas que mantêm uma postura política identificada com os governos dos países pautados e dos que os opõem⁷. Há fontes nitidamente neutras, que são utilizadas geralmente para interpretar a situação política em questão. E existem outras que, a partir do que é informado nas matérias, é impossível discernir um posicionamento ideológico. Alguns textos, ainda, não contêm fontes.

Nota-se que a grande maioria das matérias envolve política, normalmente de forma direta, outras indiretamente, mas são raros os casos que absolutamente não tratam do assunto. Esse fato em si já é característico de uma opção editorial compartilhada pelos dois jornais da grande imprensa brasileira. Poucas são as situações em que a cultura dos povos é retratada. Os temas considerados relevantes pelos veículos são política e economia.

Fontes em matérias de países classificados como de esquerda radical

Tabela 9 – Folha de S.Paulo

Folha de S.Paulo	De apoio ao governo	De oposição ao governo	Neutras	Não é possível apreender	Matérias sem fonte
Venezuela	7	14	2	2	-
Cuba	3	3	1	1	-
Total	10	17	3	3	-

Tabela 10 – O Globo

O Globo	De apoio ao governo	De oposição ao governo	Neutras	Não é possível apreender	Matérias sem fonte
Venezuela	8	14	1	2	1
Cuba	-	4	1	1	-
Total	8	18	2	3	1

⁷ As matérias que tratam de Venezuela e Colômbia foram incluídas em ambos os casos, ou seja, suas fontes foram consideradas na tabela dos países de esquerda radical e na dos países de direita.

Fontes em matérias de países classificados como de esquerda moderada⁸

Tabela 11 – Folha de S.Paulo

Folha de S.Paulo	De apoio ao governo	De oposição ao governo	Neutras
Uruguai	6	6	9
Argentina	5	3	3
Nicarágua	-	1	-
Total	11	10	12

Tabela 12 – O Globo

O Globo	De apoio ao governo	De oposição ao governo	Neutras	Matérias que não falam de política	Matérias sem fontes
Uruguai	4	3	4	-	1
Argentina ⁹	2	3	2	2	-
Uruguai e Argentina	-	-	-	3	-
Uruguai e Paraguai	2	-	-	-	-
Total	8	6	6	5	1

Fontes em matérias de países classificados como de direita

Tabela 13 – Folha de S.Paulo

Folha de S.Paulo	De apoio ao governo	De oposição ao governo	Neutras	Matérias sem fontes
Colômbia	16	11	8	-
Haiti	-	-	-	1
México	-	-	2	-
Total	16	11	10	1

Tabela 14 – O Globo

O Globo	De apoio ao governo	De oposição ao governo	Neutras	Matérias sem fontes
Colômbia	3	2	1	1

⁸ No caso da eleição do Uruguai, é tido como governista quem apoia José Mujica. Seus opositores, independente do partido, estão enquadrados como oposição ao governo, já que Mujica é o candidato governista.

⁹ Há uma matéria referente à Argentina no jornal *O Globo* que não se enquadra em nenhuma dessas classificações. Ela trata da popularidade de Lula na Argentina, de forma que as duas fontes utilizadas referem-se ao presidente brasileiro, e nem fazem oposição nem defendem o governo argentino. Uma é favorável a Lula e uma é contrária.

Fontes em matérias com visão regional¹⁰

Tabela 15 – Folha de S.Paulo

Folha de S.Paulo	De apoio a governos de esquerda	De apoio a governos de direita	Neutras
América do Sul	-	-	8
América Latina	-	-	5
Vários países	-	-	1
Total	-	-	14

Tabela 16 – O Globo

O Globo	De apoio a governos de esquerda	De apoio a governos de direita	Neutras	Matérias que não falam de política	Matérias sem fontes
América do Sul	-	-	3	1	-
América Latina	-	-	-	-	-
Vários países	-	-	3	-	1
Total	-	-	6	1	1

A denominação de esquerda moderada e esquerda radical é apropriada de Emir Sader (2009). É ele também quem trata melhor a questão da posição dos países latino-americanos em relação à integração regional. Para o autor, a linha principal de divisão dos países do continente não se encontra no caráter da esquerda que chegou ao poder em muitas nações. “A linha divisória fundamental é aquela que separa os países que assinaram tratados de livre comércio com os Estados Unidos e os que privilegiam os processos de integração regional” (SADER, 2009, p. 154).

Pela divisão estabelecida por esse autor, tanto os países apresentados aqui como de esquerda radical como os de esquerda moderada enquadram-se na política de privilégio à integração regional, enquanto os países ditos de direita dão preferência a tratados bilaterais com os norte-americanos. Partindo dessa concepção, considerou-se a divisão relevante, pois, a partir dela, é possível inferir se a matéria sustenta uma visão integrada do continente, através do apoio a governos de esquerda, ou se ela privilegia uma posição de relação bilateral com os Estados Unidos, o que é representado pelo apoio a governos de direita. A esquerda radical e a

¹⁰ É feita uma distinção entre matérias que tratam de vários países e matérias que tratam do continente. No primeiro caso, os países são citados isoladamente, ou em relação entre si. É a mesma situação de matérias sobre Venezuela e Colômbia, por exemplo, só que com um número maior de nações citadas, o que inviabilizaria sua classificação. De qualquer forma, julga-se que ela é desnecessária para o cumprimento dos objetivos do presente trabalho.

moderada foram mantidas em tabelas separadas por ter-se notado uma diferença grande no tratamento que lhes é dedicado pelos jornais.

No entanto, essa diferença não aparece de forma tão gritante nas matérias que não falam de países isoladamente, mas do continente como um todo ou de vários países em conjunto. Nesses casos, foi feita uma divisão apenas entre esquerda e direita, por se mostrar desnecessário um desmembramento maior em uma tabela dedicada a tão poucas matérias.

Nos países de esquerda moderada, nota-se um equilíbrio na escolha das fontes de governo e de oposição. As diferenças mais gritantes são notadas nos casos de posições políticas mais extremas. Nos países de esquerda radical, a quantidade de fontes de oposição supera em grande número as de governo. Já nos países de direita essa situação se inverte, o que demonstra uma postura direitista e radicalmente oposta aos governos mais radicais de esquerda, justamente os que adotam uma posição de maior enfrentamento à assimilação ideológica sofrida pela América Latina ao longo de sua história através de políticas colonialistas e imperialistas.

Nesse sentido, fica clara uma postura ainda muito submissa a interesses estrangeiros por parte dos dois jornais representativos da grande imprensa brasileira. Apesar de ceder um grande espaço para a América Latina em suas páginas, a forma com que isso é feito contribui para perpetuar uma posição de desigualdade. Ainda que a imprensa não atue diretamente na transformação da sociedade, ela representa pontos de vista. Quanto mais visões os jornais traduzem em suas páginas, mais democráticos eles são. Quando os veículos privilegiam determinadas posições políticas, eles comprometem-se com essas posições, o que leva a crer que a grande imprensa brasileira concorda com uma postura mais à direita no que diz respeito à América Latina. Essa postura caracteriza-se, como já explicitado, por uma defesa de acordos bilaterais com os Estados Unidos em contraposição à integração regional entre os países latino-americanos. É a ideia de conservação da situação político-econômica tal qual ela sempre se mostrou, subordinada aos interesses exteriores e desigual.

b) Venezuela e sua entrada no Mercosul:

Gráfico 13 – Folha de S.Paulo

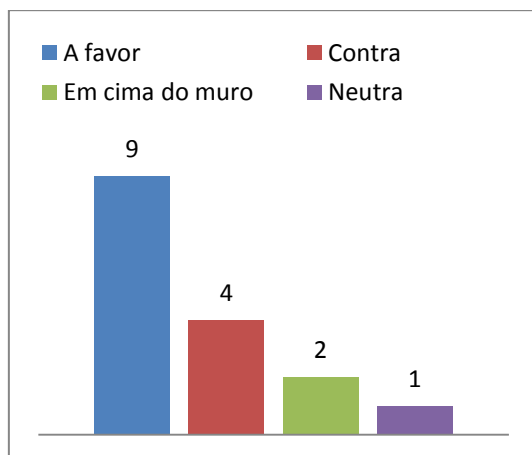


Gráfico 14 – O Globo

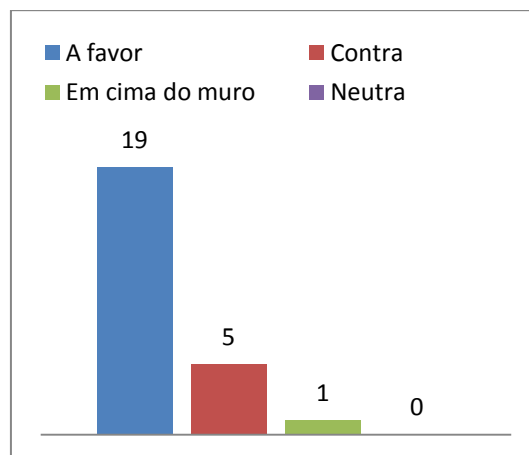
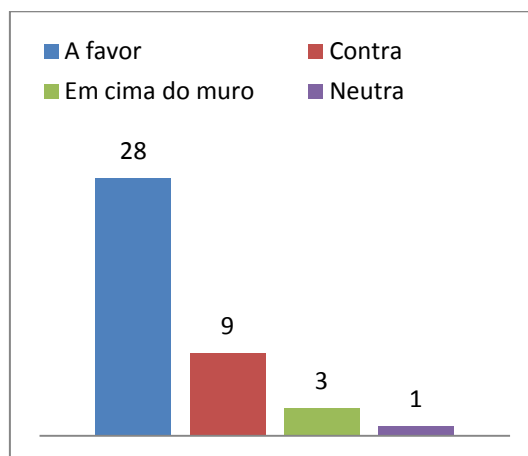


Gráfico 15 - Total



Em cinco matérias de cada veículo concernentes à entrada da Venezuela no Mercosul, é possível avaliar que há uma postura contraditória da imprensa com relação à integração regional. Ao mesmo tempo em que privilegiam posições políticas de direita, contrárias à integração regional como ferramenta principal da política internacional latino-americana, favorecem a escolha de fontes que defendem a entrada da Venezuela no Mercosul. Essa atitude fortaleceria as relações comerciais entre países da região, integrando-os em um bloco econômico mais fortalecido para se opor ao imperialismo estrangeiro.

No entanto, deve-se fazer a ressalva que grande parte dessas fontes, ainda que defenda a entrada da Venezuela no Mercosul, faz oposição ao governo de Hugo Chávez, como demonstrado na seção anterior.

c) Honduras

Origem das fontes

Gráfico 16 – Folha de S.Paulo

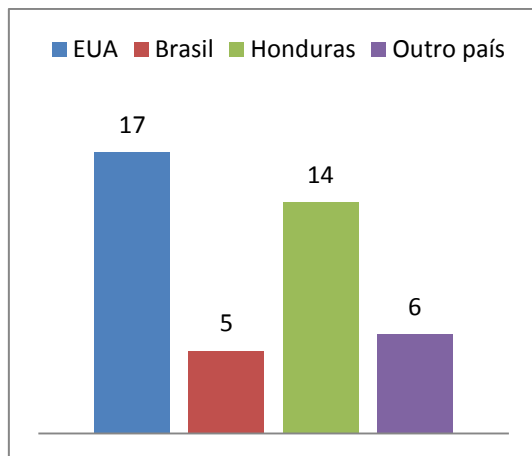


Gráfico 17 – O Globo

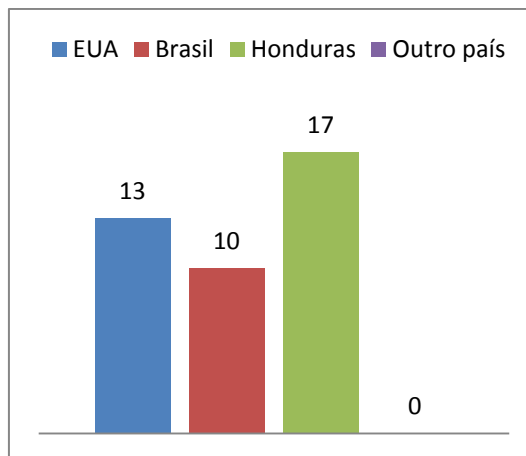
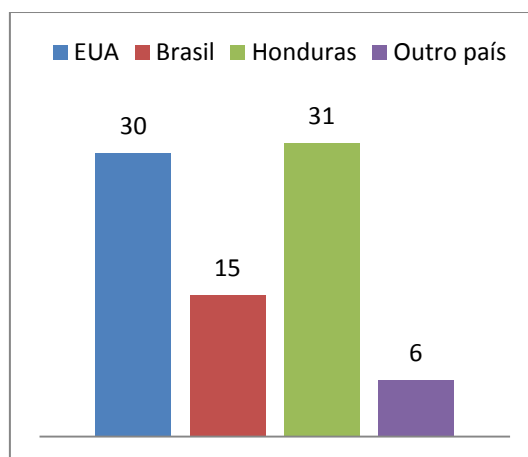


Gráfico 18 - Total



Enfoque da matéria

Gráfico 19 – Folha de S.Paulo

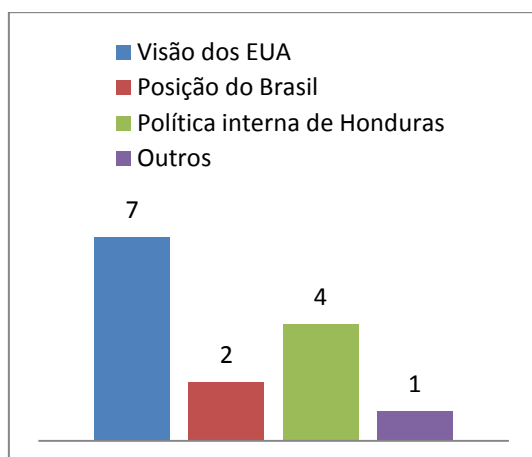


Gráfico 20 – O Globo

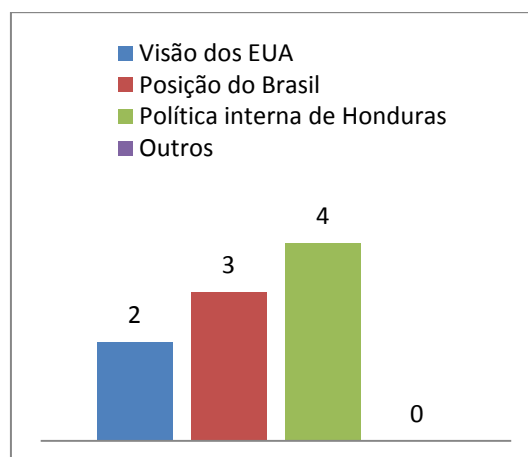
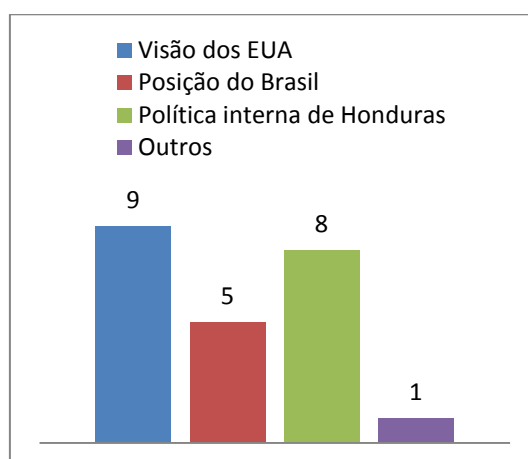


Gráfico 21 - Total



É praticamente consenso internacional, com relação à crise institucional vivida por Honduras, que o Brasil desenvolve papel estratégico fundamental no restabelecimento da democracia naquele país. A postura diplomática do governo brasileiro, ao conceder asilo ao presidente deposto, Manuel Zelaya, mudou os rumos das estratégias políticas adotadas por ambos os lados envolvidos na crise, quais sejam o presidente destituído de suas funções por um golpe de Estado e o que assumiu em seu lugar, Roberto Micheletti. No entanto, o que se vê na imprensa brasileira é uma preferência por fontes estadunidenses na maioria dos casos em que elas não são hondurenhas. No caso da *Folha de S.Paulo*, elas chegam a aparecer em maior quantidade do que as do próprio país, situação da qual *O Globo* não se distancia muito.

Esses dados denotam uma opção editorial da mídia brasileira de tratar a América Latina ainda como um quintal norte-americano, em que as decisões políticas daqui são

tomadas pelos Estados Unidos ou, no mínimo, devem ter o seu aval. Não apenas a escolha das fontes leva a essa conclusão, mas o enfoque principal das matérias. Isso fica evidente principalmente no jornal paulista, em que 78% das matérias têm como enfoque, principal ou secundário, a visão dos EUA sobre a crise hondurenha, contra 44% de textos que tratam da política interna do país e 22% a respeito da ação brasileira no caso, que demonstraria uma visão mais regional, de integração latino-americana.

d) Natureza das fontes

Gráfico 22 – Folha de S.Paulo

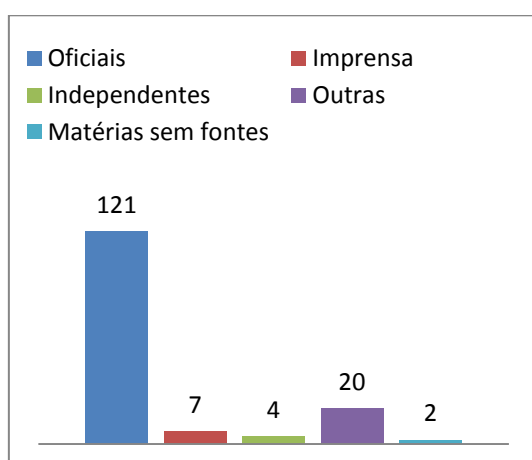


Gráfico 23 – O Globo

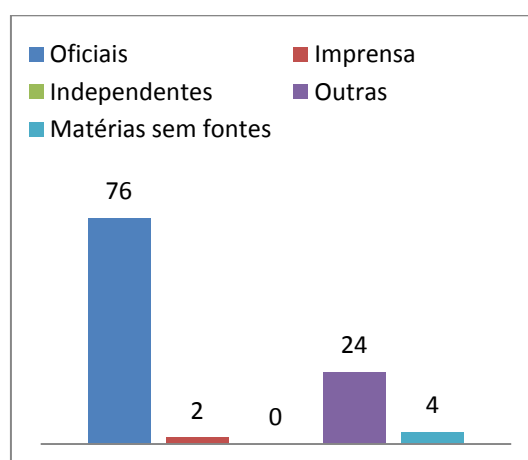
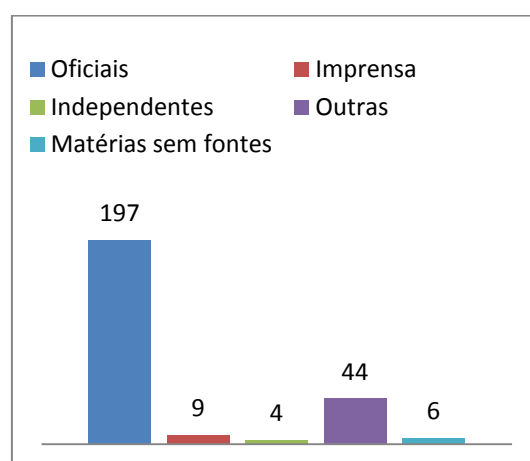


Gráfico 24 - Total



A qualificação das fontes foi feita com base na classificação de Nilson Lage (2008). O autor classifica-as em três tipos: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias; c) testemunhas e *experts*. Além dessas, ainda admite a possibilidade de se usar a imprensa como fonte. Optou-se por uma simplificação dessa classificação, sem que ela

perdesse suas propriedades. No primeiro caso, enquadram-se as fontes oficiais e oficiosas em um mesmo grupo, ainda que as oficiosas praticamente não apareçam nas matérias analisadas. Oficiais são as fontes que representam o Estado, instituições e empresas e organizações, como sindicatos, associações etc., de acordo com Lage (2008). As independentes são, ainda segundo o autor, as desvinculadas de relação de poder ou interesse específico no assunto. Em “Outras”, estão enquadrados os *experts* (no caso de especialistas abalizados para dar opinião sobre determinados temas, por exemplo) ou os que têm ligação direta com o tema da matéria, as testemunhas (um exemplo são os familiares de vítimas de assassinato ou sequestro na Venezuela). A imprensa como fonte recebe uma classificação à parte e, por fim, algumas matérias mais curtas não apresentam nenhuma fonte.

“Fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder” (LAGE, 2008, p.63). Apesar desse alerta do jornalista e pesquisador, os veículos brasileiros baseiam-se quase que exclusivamente nas fontes oficiais nas matérias sobre América Latina, de acordo com a observação das edições selecionadas. Isso faz com que os poderosos, de acordo com Schudson (apud TRAQUINA, 2001), definam o enquadramento a ser dado ao relato.

Essa constatação é das mais preocupantes de todas as realizadas por este trabalho. Ela mostra que o jornalismo brasileiro é, em sua essência, antidemocrático quando trata de América Latina. As fontes oficiais não são representativas das populações latino-americanas, em seus anseios sociais, em suas estratégias políticas, em sua vida cultural. Elas representam apenas a ideologia burguesa, que despolitiza a notícia e fecha o espaço para os pobres, segundo Marques de Melo. Os dados são alarmantes porque mostram que a imprensa no Brasil contribui para a representação de uma visão que quer manter o *status quo*, que não tem interesse em transformações sociais, que pertence a uma elite que detém o poder. Os destituídos de poder não têm acesso aos meios de comunicação que dominam o mercado brasileiro do jornalismo. Os jornais mais vendidos no Brasil não atendem ao direito constitucional de expressão dos cidadãos, não valorizam a cidadania.

Dessa forma, a história da América Latina, que carrega tanta repressão e aviltamento em suas páginas, permanece sendo contada pelos poderosos. Se daqui a 50 anos um pesquisador quiser estudar o continente no final da década de 2000 a partir dos principais meios de comunicação da época, ele deparar-se-á com uma leitura semelhante à realizada por um pesquisador hoje com jornais da década de 1960. Os textos mudaram muito, mas sua essência continua sendo a de narrar a história através da ótica dos vencedores, dos que detêm o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teórico da forma como a América Latina é representada pela grande imprensa brasileira deve basear-se em duas questões principais. Foi dessa forma que se optou por estruturar a presente monografia, dividindo-a nitidamente entre o estudo do jornalismo e o da América Latina, baseados em pesquisa bibliográfica. Somente a partir desses dois referenciais é que se poderia partir para a análise de conteúdo de *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Nesse sentido, procedeu-se a uma contextualização do jornalismo tendo como foco principal a finalidade da profissão. A pergunta que se colocou desde o princípio foi “para que se faz jornalismo?” e, mais importante, para quem. Somente com essas respostas em mãos poder-se-ia inferir se os referidos veículos de comunicação cumprem com esse objetivo de bem informar em suas notícias de América Latina.

Para tanto, utilizou-se o paradigma de notícia como construção da realidade. Com a ideia de que o repórter produz conteúdo para o meio em que trabalha a partir de suas concepções de mundo, chega-se à conclusão de que ele constrói em cada matéria uma notícia que reflete o seu ponto de vista, com todas as influências que sua história de vida lhe forneceu na formação de sua forma de pensar. Com base nisso e na função social do jornalismo, partiu-se para um estudo da formação da mídia no Brasil, para compreender quais são os jogos de interesses que permeiam o noticiário no país, calcados na concentração dos meios de comunicação em um número muito reduzido de mãos.

Em seguida, estudou-se a história do jornalismo internacional, partindo dos seus primórdios e focando no caso brasileiro. Verificou-se que ele compartilha da disputa de interesses que orienta a forma com que são constituídos os veículos no país, de maneira ainda mais agravada pelas influências externas oriundas de pressões diretas aos meios de comunicação – como no caso da Globo, que recebeu dinheiro de um grupo norte-americano quando da criação de seu canal de televisão – ou de estruturas ideológicas de dominação, que podem ocorrer através do envio de informações pelas agências de notícias. Informações essas também construídas por repórteres, que possuem sua própria noção do continente, mas uma noção formada fora dele, uma visão externa.

A segunda parte do trabalho foi dedicada a uma retomada histórica da América Latina, passando pela formação do conceito de latinidade que une tantos países em uma única denominação. Estudar desde os antecedentes da colonização europeia na América até os dias atuais forneceu a compreensão da complexidade do continente, que envolve um grande número de etnias e a passagem por processos de transformações sociais com características próprias. Sem essa base, seria impossível entender de que população está-se falando quando

se faz referência aos latino-americanos. Por isso, foi necessário estudar a formação indígena da região e a subordinação dessas populações a interesses externos. As lutas enfrentadas para superar essa dominação e superar os obstáculos. O estudo que já foi realizado com respeito a esse tema também contribuiu na formação de um entendimento do continente em todos os seus aspectos. Foi necessária essa base para avaliar a quais segmentos da sociedade os jornais estudados nesta monografia referiam-se e de que forma.

O estudo da escolha das fontes mostrou-se fundamental nessa avaliação, aparecendo como uma forma de legitimar uma visão de América Latina oficial, elitizada. Traquina (2001) esclareceu as condições de dependência dos repórteres em relação às fontes oficiais que o noticiário brasileiro enfrenta, o que se apresenta como reflexo da proximidade do jornalista com o poder. E que, por outro lado, traduz-se no conteúdo dos jornais pela definição do enquadramento das notícias, realizada pelos poderosos, que se tornam “definidores primários” e utilizam as notícias como uma ferramenta a seu favor (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2001).

As críticas de Bucci (2000) e Kucinski (1998) a esse modelo, que, segundo eles, conduz à subtração da ética no exercício da profissão e à “mesmice jornalística”, encontram respaldo na de Marques de Melo (2006), de que a ideologia burguesa predomina nas notícias por conta dessa restrição na escolha de fontes ligadas à estrutura de poder. A análise de conteúdo referendou essa noção, com a constatação de que o número de fontes oficiais utilizadas nas matérias de América Latina nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* é incomparavelmente superior às outras, correspondendo a 75,77% do total. De acordo com Bucci (2009), conclui-se que o jornalismo brasileiro afasta os pobres da notícia e exclui a sua representatividade na construção de matérias referentes ao continente, baseadas na ideologia de mercado.

Note-se que os jornais escolhidos não foram tomados como síntese de uma visão da grande imprensa como um todo, mas apenas como uma amostra representativa dos principais veículos de comunicação. A quantidade de matérias voltadas de alguma forma para a América Latina surpreendeu já na primeira fase de análise, o que fez com que se optasse pela redução do *corpus* da pesquisa, inicialmente previsto em duas semanas de edições diárias e posteriormente diminuído para apenas sete edições. Esse *corpus* mostrou-se suficiente para atender aos objetivos da pesquisa, já que continha 79 matérias a serem analisadas.

No entanto, a quantidade elevada de material, que conduziu a uma suposição de que o continente era bastante valorizado no jornalismo brasileiro, escondia a constatação de que essas notícias eram pouco representativas da realidade do continente como um todo. Na sua grande maioria, os textos tratavam apenas de questões internas de cada país, sem considerar a integração regional na construção da realidade que faziam. Essa situação é agravada a partir

da análise das matérias que focam na relação dos países com os Estados Unidos. Os textos que privilegiavam essa relação bilateral com a potência do Norte apareceram quase em mesma quantidade que as matérias que consideravam os países latino-americanos como parte de um contexto de integração regional. Os índices são ainda mais alarmantes quando considerado apenas o caso de Honduras. Sem matérias com enfoque na integração com a América Latina, aparecia um número maior de textos que partiam da visão dos Estados Unidos sobre os acontecimentos naquele país do que os que enfocavam nas questões internas de Honduras.

O baixo índice de utilização de agências internacionais de notícias também foi surpreendente. Porém sua faceta preocupante, que seria a consolidação de uma visão externa de América Latina, aparece de outras formas. Dos textos que não foram produzidos no Brasil, apenas Tegucigalpa aparece na frente de Washington como origem das matérias publicadas. Ou seja, ao escrever dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, os repórteres enxergam a região a partir de um ponto de vista norte-americano muito mais do que regional.

Estudos futuros poderão aprofundar essas questões ampliando a pesquisa para outros países da região. Uma análise comparativa dos principais jornais latino-americanos daria uma visão bastante ampla e detalhada da constituição do jornalismo no continente, em suas características comuns e naquelas divergentes, e escancararia os erros que fossem cometidos por uns em contraposição aos acertos de outros. Uma análise integrada de todo o continente seria crucial para a compreensão do processo de consolidação da identidade latino-americana.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ARBEX JR., José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 2.ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BARBOSA, Gabriel Collares. Roberto Marinho, jornalista-empresário: o homem e o mito. In: MARQUES DE MELO, José (coord.). **Imprensa brasileira: personagens que fizeram história**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. v.3.
- CEPAL. **Base de datos y publicaciones estadísticas**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/estadisticas/bases/>> Acesso em: 28 out. 2009.
- BAVA, Silvio Caccia. As mudanças estão acontecendo na América Latina. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-line**, São Leopoldo, n. 292, ano IX, 11 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1242076331.0444pdf.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2009.
- Biblioteca virtual da América Latina. Disponível em: <<http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/index.php?lang=pt>> Acesso em: 08 nov. 2009.
- BRANDALISE, Carla. A ideia e a concepção de “latinidade” nas Américas: a disputa entre as nações. In: ORO, Ari Pedro (org.). **Latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Atualizada até a emenda constitucional nº 57, de 18/12/2008. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONG's**. São Paulo, Contexto, 2009
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**. São Paulo: Summus, 2008.
- DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Repensar a teoria do desenvolvimento. In: SADER Emir (coord. editorial). **Cadernos de pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Expressão Popular / Clacso, 2008.

DONOS DA MÍDIA. **Os grupos nacionais**. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/grupos>> Acesso em: 27 set. 2009.

ENTENDA a evolução da crise que atinge a economia dos EUA. **Folha Online**, São Paulo, 03 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498060.shtml>>. Acesso em 24 out. 2009.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp / Imprensa oficial do Estado, 2001.

FOLHA DE S.PAULO. Manual de redação. São Paulo: Publifolha, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América (que ainda não houve)**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Ser como eles**. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

GALEANO, Eduardo. **O teatro do bem e do mal**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa na América Latina**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

INDEX MUNDI. **Expectativa de vida no nascimento**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/map/?v=30>> Acesso em: 03 out. 2009.

INDEX MUNDI. **Mortalidade infantil**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/map/?v=29>> Acesso em: 23 out. 2009

INDEX MUNDI. **Taxa de desemprego**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=74&r=xx&l=pt>> Acesso em: 23 out. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. Rio de Janeiro: 2002.

JAGUARIBE, Hélio. **Crises e alternativas da América Latina**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo: UNESP, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Apresentação. In: GOMES, Pedro Gilberto; BRITTOS, Valério Cruz (orgs.). **Comunicação e governabilidade na América Latina**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LEHMANN, Henri. **As civilizações pré-colombianas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LIMA, Venício A. de. **Em defesa da propriedade cruzada**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=534IPB001>> Acesso em: 28 set. 2009.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

MALLMANN, Maria Izabel. **Os ganhos da década perdida**: democracia e diplomacia regional na América Latina. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. In: SADER Emir (coord. editorial). **Cadernos de pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Expressão Popular / Clacso, 2008.

MARQUES DE MELO, José. Classificação dos gêneros. In: _____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MARTÍ, José. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MATTOS, Sérgio. As organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

MORAES, Dênis de. Mídia e indústrias culturais na América Latina. In: GOMES, Pedro Gilberto; BRITTOS, Valério Cruz (orgs.). **Comunicação e governabilidade na América Latina**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

REBOUÇAS, Edgard. América Latina: um território pouco explorado e ameaçador para a TV Globo. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SADER, Emir. **A vingança da história**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Theotonio dos. A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio. et al. **A dependência político-econômica da América Latina**. São Paulo: Loyola, 1976.

SINGER, Paul. **A América Latina na crise mundial**. 2008. Disponível em: <<http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/05/22/a-america-latina-na-crise-mundial-paul-singer/>> Acesso em: 24 out. 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004. v.1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2008. v.2.

UNIVERSIA KNOWLEDGE WHARTON. **Aumento da pobreza na América Latina: sequela mais ingrata da crise**. Disponível em: <<http://www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=printArticle&ID=1763&language=Portuguese>> Acesso em: 24 out. 2009.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; SADER, Emir (org.). **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. v. 1. Porto: Afrontamento, 1990.

WASSERMAN, Cláudia. Editorial. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 18, p. 5-16, dez. 2003.

WASSERMAN, Cláudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

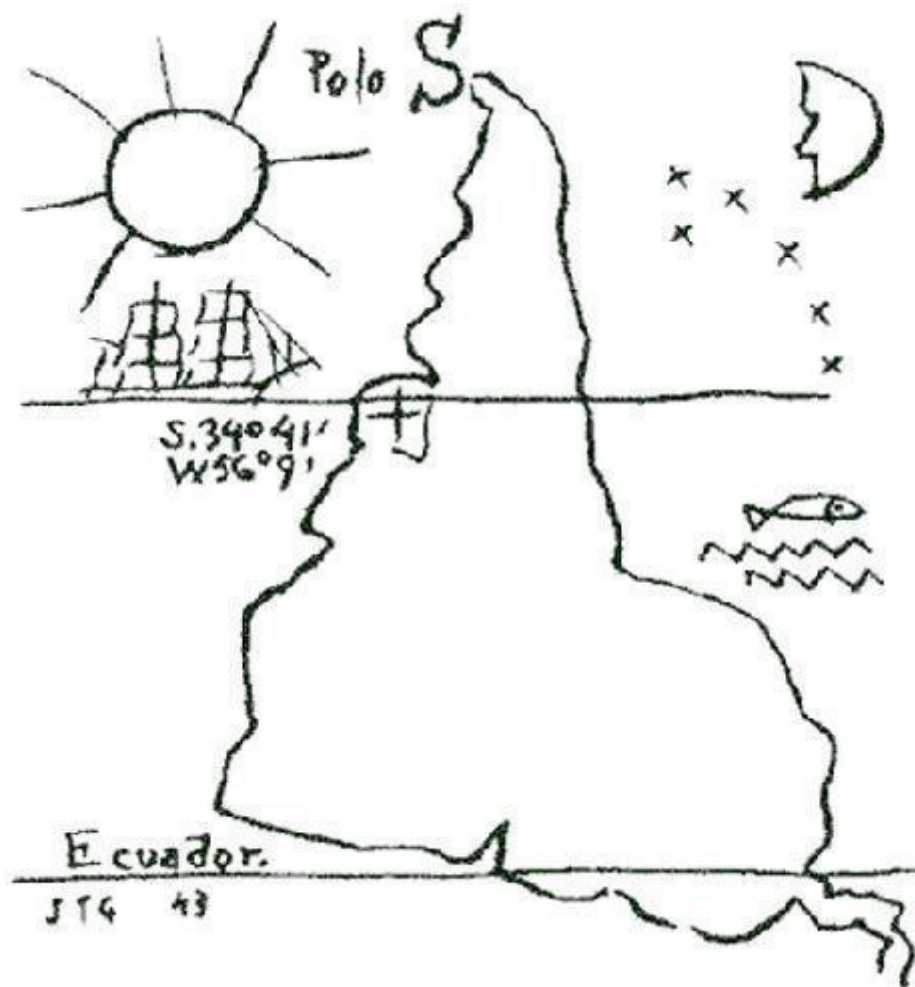
WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ANEXOS

1 MAPA DA AMÉRICA LATINA



2 "AMÉRICA DEL SUR", DE JOAQUÍN TORRES GARCÍA



3.1 CHAMADAS NA CAPA

3.1.1 FOLHA DE S.PAULO

26/10/2009

Índice de votação no Uruguai chega a 90%

SILVANA ARANTES
ENVIADA ESPECIAL A MONTEVIDÉU

Grande entusiasmo popular —o índice de votação rondava os 90% uma hora e meia antes do fim da votação— marcou o primeiro turno da eleição no Uruguai.

Havia um permanente suspense sobre o resultado, que não era conhecido até o início da noite. As últimas pesquisas de opinião indicavam um segundo turno entre o candidato governista, José Mujica, e o opositor Luis Alberto Lacalle. **Pág. A12**

27/10/2009

Alan Diaz/Associated Press

mundo >>
Irmã mais nova
de Fidel Castro
diz ter sido
espiã da CIA
Pág. A13

esporte
Em Atibaia,
jogadores do
Palmeiras se
defendem
Pág. D1



Juanita Castro, 76

30/10/2009

Comissão do Senado aprova Venezuela no Mercosul

Após 12 meses de discussão na Comissão de Relações Exteriores do Senado, o governo conseguiu aprovar a entrada da Venezuela no Mercosul. Não houve ressalva ao protocolo assinado pelos presidentes Lula e Hugo Chávez. Na próxima semana, o plenário deve dar a posição final sobre o tema.

Os Congressos de Argentina e Uruguai já aprovaram a adesão. Além do brasileiro, falta o do Paraguai. Pág. A4

31/10/2009

FOLHA DE S. PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

SÁBADO 31 DE OUTUBRO DE 2009
ANO 46 N.º 20.411

EDIÇÃO NACIONAL, CONCLUÍDA ÀS 21H32 • R\$4,50

Avião cai no AM com 11 a bordo; 9 sobrevivem

Doze pessoas sobreviveram à queda de um motorista da Fregata Aérea Brasileira, na manhã de quinta, na selva amazônica. Os outros dois ocupantes, um militar e um funcionário da Força, estavam desaparecidos até ontem à noite.

O avião, que decolava do Cruzeiro do Sul (AC) com destino a Tabatinga (AM), fez pouso forçado no rio Ituzi (AM). Os sobreviventes foram ajudados por índios da tribo Matis 12 horas depois do acidente, cuja causa ainda é desconhecida. Pág. A4, C3

Ginasta Daiane dos Santos é pega em teste antidoping

A Federação Internacional de Ginástica afirmou que Daiane dos Santos, 26, campêã mundial em 2003, foi pega em teste antidoping feito de surpresa em julho.

O exame detectou um diurético que mascara substâncias proibidas. A atleta estava fora de competição. Para seu clube, ela, por isso, não poderia ter sido submetida ao teste. O Código Mundial Antidoping, porém, não prevê isenção. Pág. C1 e C2

Contas públicas têm pior saldo em 8 anos com gastos da União

A queda na arrecadação e o aumento nos gastos da União levaram as contas públicas a registrarem o pior resultado para um mês de setembro em oito anos, com déficit de R\$ 57 bilhões.

Os números mostram que o governo está cada vez mais distante de cumprir as metas de redução da dívida pública em 2009. Pág. B3

Estatual paga por defesa de acusados de desviar verba

A Eletrobras pagou R\$ 1 milhão para defender um diretor e dois ex-diretores acusados de desviar verba pública. Para o Ministério Público, o pagamento é "inconstitucional". A estatal diz estar respaldada por seu estatuto, e seu advogado alega que os servidores não cometeram irregularidade. Pág. A6

BICHOS exigem cuidados, energia e responsabilidade de seus donos

Ilustrada Diálogos com BORGES ganham edição completa no Brasil Pág. B2

ATMOSFERA Pág. C2
TEMPERATURA MÉDIA DIÁRIA
CURITIBA 20,4°C
SÃO PAULO 22,3°C
LUA NOVA

ENTRENTESÃO NO PAGER
00011 00011
00011 00011
00011 00011



Sobreviventes da queda do avião da FAB nas selvas amazônicas foram levados a hospital em Cruzeiro do Sul (AC), de onde a aeronave decolou

Congresso decidirá sobre volta de Zelaya ao poder

Acordo sai após 4 meses de crise; se derrotado, deposto promete 'lutar'

Após quatro meses de crise em Honduras, o governo golpista e Manuel Zelaya Borge chegaram a um acordo para que o Congresso decida se o presidente deposto volta ao poder. Em caso de aprovação, ele reassumirá até quinta.

O texto, assinado após a chegada de comissão dos EUA liderada pelo embaixador nomeado para o Brasil, Thomas Shannon, prevê um "governo de reconciliação". As eleições continuarão marcadas para 20 de novembro.

Para convencer os golpistas a aceitarem o acordo, os enviados americanos arrastaram Israel para o regime e arrastar as sanções econômicas envolvidas. De cada US\$ 10 de economia hondurenha, US\$ 7 vão aos EUA.

Em entrevista a Fabiano Matos Soares, Zelaya disse que a decisão do Legislativo é sobre "a restituição da democracia" e prometeu continuar "lutando" se o Congresso não agir. O presidente Luis Zelaya. Pág. A4



30 BRINCANDO NOS CAMPOS DO SENHOR
Copresidentes Lula e Hugo Chávez em uma sessão de oração em Tigris, na Venezuela; Chávez disse que Lula chegou como Cristo anunciando Evangelho, após aprovação de entrada no Mercosul Pág. A4

CIÊNCIAS
Situação no país só se resolveu quando os EUA interferiram

A rigor, a única atividade brasileira no território em Honduras foi passar o diaz que sua embaixada serviu de residência para Zelaya. Tudo o mais foi apertar o "enter" de um programa que todos saíram, da condenação ao golpe às sanções aos golpistas. A situação só se resolveu quando os Estados Unidos chamaram golpista e golpista ao fogo. Pág. A4

EDITORIAIS Pág. A2
Lula "Solução americana", macabro e a cordões de fumaça em Honduras e 'Progresso no LTU'

3.1.2 O GLOBO

26/10/2009

Boca de urna dá 2º turno no Uruguai

• Pesquisas de boca de urna indicavam ontem à noite que os candidatos José Mujica, da Frente Ampla, e Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional, se enfrentariam em segundo turno na disputa pela Presidência do Uruguai. Página 19

27/10/2009

Uruguai: direita mais forte para o 2º turno

• A direita uruguaia conseguiu triplo êxito nas eleições: forçou um segundo turno para presidente, manteve a lei de anistia aos militares acusados de violações de direitos humanos e viu renascer o Partido Colorado.

Página 24 e editorial
“Exemplo uruguaio”

27/10/2009

Infidelidades

Juanita Castro foi agente da CIA de 61 a 63

AP/Arquivo

● A irmã de Fidel e Raúl Castro, que há 50 anos governam a ilha comunista de Cuba, revelou que trabalhou para a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA. Juanita Castro disse que foi agente dos americanos de 1961 a 1963, após se desiludir com os rumos do governo de Fidel, que ela acusa de trair a revolução. No exílio desde 1964, Juanita disse que foi recrutada pela então embaixatriz brasileira em Havana, Virgínia Leição da Cunha, que a abrigara em 1958. **Página 24**



JUANITA EM Miami: "Fidel traiu a revolução"

30/10/2009

Venezuela está com o pé no Mercosul

● A base governista rejeitou o relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que vetava a Venezuela no Mercosul. Depois, conseguiu aprovar por 12 votos a cinco o texto do senador Romero Jucá (PMDB-RO) autorizando a entrada no bloco. O projeto vai a plenário. **Página 31**

31/10/2009

EUA obtêm acordo em Honduras

• Sob pressão dos EUA e após quatro meses de impasse, o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, e seu substituto interino, Roberto Micheletti, chegaram a um acordo para pôr fim à crise no país. O Congresso decidirá se Zelaya volta ao poder. **Páginas 26 e 27 e [Míriam Leitão](#)**

Chávez: ‘Lula veio como Jesus Cristo’

• Feliz com o sinal verde para que a Venezuela ingresse no Mercosul — a aprovação foi em comissão no Senado mas vai a plenário —, Hugo Chávez comparou Lula a Jesus Cristo e defendeu o seu terceiro mandato: “Só faltou o cabelo comprido”, disse, no encontro dos dois em Caracas. **[Página 25](#)**



Em outubro, a candidatura de Fernando Lugo foi a mais votada nas eleições gerais do Paraguai. Ele foi eleito depois de vencer um processo eleitoral em 2008, mas sua administração...

Uruguaios que vivem no exterior votam em massa

A campanha se viu por um período com o candidato aplaudido em todos os lugares. A maioria dos votos de fora do país, em especial de fora do Uruguai, se deu em favor de Tabaré Vázquez. Segundo o Ministério do Interior, que fez o recenseamento, mais de 1 milhão de uruguaios vivem no exterior. A maioria deles mora em Espanha, Argentina, Chile, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, México, Brasil, Canadá e Reino Unido. Segundo o Ministério do Interior, em 2008, 700 mil uruguaios votaram em eleições locais em seu país natal. Em 2009, esse número chegou a 1,2 milhão de uruguaios no exterior. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que votaram em 2009 eram homens, com uma idade média de 45 anos. A maioria dos votantes que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa.

Alta presença e indefinição marcam eleição no Uruguai

Boicote de uma indica 2º turno, mas governista Frente Amplia não descarta vitória

Candidato governista, José Mujica, é favorito, embora seja considerado o mais radical dos candidatos.

DEPARTAMENTO

Uruguai

Em 2009, a eleição que deve ser realizada em 15 de novembro de 2010, a Frente Amplia, liderada por José Mujica, é considerada a favorita. Mujica é considerado o candidato mais radical da Frente Amplia. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa.

DEPARTAMENTO

Uruguai

Em 2009, a eleição que deve ser realizada em 15 de novembro de 2010, a Frente Amplia, liderada por José Mujica, é considerada a favorita. Mujica é considerado o candidato mais radical da Frente Amplia. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa.

DEPARTAMENTO

Uruguai

Em 2009, a eleição que deve ser realizada em 15 de novembro de 2010, a Frente Amplia, liderada por José Mujica, é considerada a favorita. Mujica é considerado o candidato mais radical da Frente Amplia. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa. Segundo o Ministério do Interior, a maioria dos uruguaios que vivem no exterior são de origem italiana, espanhola e portuguesa.

DEPARTAMENTO

Uruguai

O URUGUAI VOTA

Falta de unidade política no Uruguai, mas o país deve votar em 15 de novembro de 2010.

GOVERNISTA

FRENTE AMPLIA

DEPARTAMENTO

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Uruguai

Fim de anistia a ditadura divide população

DEPARTAMENTO

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela



Um grupo de pessoas, algumas em uniformes militares, recebem ajuda em uma área afetada por conflitos.

Venezuela encontra 10 corpos de grupo colombiano sumido

DEPARTAMENTO

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Venezuela

Mujica começa 2º turno uruguaio no ataque

Governista critica referências de adversário a 'dedo de Deus na eleição'; candidato a vice diz que pleito é plebiscito entre gestões

Opositorista Luis Alberto Lacalle mantém o silêncio enquanto espera receber apoio do partido de terceiro colocado no primeiro turno

SILVANA RAMALHO
BRASÍLIA

Critica de um lado, silêncio de outro. Foi assim o dia seguinte à eleição dos dois candidatos que disputarão o segundo turno da corrida presidencial no Uruguai, segundo o resultado da votação de domingo.

José Mujica, da governista Frente Ampla (esquerda), que obteve 47,49% dos votos, apoiou as declarações pessimistas de seu adversário, Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional (centro-direita), que teve 28,5% dos votos.

Lacalle havia dito que o resultado da eleição foi "previdencial". Arsenio Rodríguez, companheiro de Mujica, ex-pártilheiro do grupo Tupamaros, que já foi dissolvido, viu sua reputação, sugerir que uma eleição em que o povo define os destinos da nação possa ter o "dedo de Deus". Mujica disse que a afirmação de Lacalle expressa um retrocesso e compareceu a uma reunião do partido apenas por uma questão de formalidade.

O candidato do tradicional Partido Nacional foi inferior ao das eleições de 2004, era que a Frente Ampla venceu no primeiro turno, dizendo o presidente Tabaré Vázquez, o primeiro superdote a chegar a Presidência uruguaia. Pelas regras eleitorais uruguaia, o presidente é eleito por maioria absoluta de votos — deve obter 50% mais um do restante, incluindo os brancos anulados. No segundo turno, o Partido Nacional ficou com 34,3% dos votos.

A queda do Partido Nacional levou a maioria dos analistas políticos uruguaia a considerá-lo como grande vencedor do pleito de domingo e também tradicional Partido Colorado, que fez o caminho inverso — recuperou-se de anteriores 19,5%, em 2004, para atingir 16,6%, com a candidatura de Pedro Bordaberry.

O papel de Bordaberry na última passagem a ser considerada crucial, com a intenção de obter 50% mais um dos votos.

ferir votos para Lacalle. No domingo, ele anunciou apoio ao candidato "puro" ao candidato opositor. O Partido Colorado disse amanhã qual será sua situação no segundo turno.

O Partido Independente, que teve 2,44% dos votos, decidiu não apoiar nenhum dos dois candidatos, para não comprometer sua "neutralidade", segundo declarou o candidato a presidente pelo sigla Pablo Miras.

A estratégia a ser adotada nesta fase da campanha pelas duas competidoras ainda não está clara. "Não podemos mudar a face de nossa mensagem no segundo turno", afirmou Mujica, no domingo à noite, quando reconheceu o segundo turno. Porém, ele se equivocou de falar sobre a estratégia de campanha. "Sou um homem de coragem coletiva. Perdi o tempo discutindo isso com meus companheiros antes."

A ELEIÇÃO NO URUGUAI

Presidente para os próximos 5 anos será escolhido em 2º turno, no dia 29 de novembro



Frente Ampla fica perto de manter maioria

SILVANA RAMALHO
BRASÍLIA

A nova composição do Congresso uruguaio permanece indefinida após as eleições do último domingo, com hegemonia da esquerda Frente Ampla, do presidente Tabaré Vázquez e do candidato José Mujica, manter a maioria nas duas Câmaras legislativas.

A maioria depende da contagem final dos chamados "votos observados". São votos dados por líderes dos partidos e membros que, impedidos pelo trabalho de se deslocarem até suas zonas eleitorais, depositaram o voto em outras seções. A validação desses votos depende da ratificação da Corte Eleitoral. Há cerca de 52 mil "votos observados" a serem ainda analisados e computados.

Pelo sistema eleitoral uruguaio, o eleitor vota em listas partidárias, portanto, no mesmo partido para presidente e legisladores. No entanto, a forma de cálculo dos votos é diferente. No caso do presidente, a vitória se dá por maioria absoluta — contra-se todos os votos anulados, incluindo brancos e nulos. Para ganhar em primeiro turno, um candidato deve

obter 50% mais um dos votos.

Para a composição do Congresso são contabilizados apenas o voto válido, descartando-se do cálculo que contém o Congresso os votos brancos e nulos.

A Câmara de Deputados uruguaia tem 90 cadeiras, e o Senado, 30. Nas eleições de 2004, a Frente Ampla obteve maioria absoluta — 51 deputados e 16 senadores. Como o vice-presidente da República acurrido a Presidência do Senado, os votos governistas na casa chegaram a 17.

Nestas eleições, a Frente Ampla já garantiu 23 assentos no Senado e 44 na Câmara. Em ambos os casos, está a um congressista da maioria absoluta, que pode obter após a contagem dos "votos observados".

No governo Vázquez, os partidos de oposição acusaram o Executivo de neutralidade, usufruindo de sua maioria absoluta para se recusar a negociar. Na véspera do encerramento da campanha, Mujica propôs a uma reunião multipartidária em temas essenciais — a oposição recusou, por interpretar o gesto como uma jogada

eleitoral, e não uma intenção verdadeira.

Plebiscito

Paralelamente às eleições presidenciais e legislativas, o Uruguai realizou dois plebiscitos no último domingo, ambos impulsionados com o apoio da Frente Ampla e com resultado negativo para o partido.

O plebiscito que propunha a anulação da lei de anistia de 1985 a militares que cometeram crimes durante a ditadura (1973-1985) foi rejeitado por 52,64% do eleitorado.

A proposta de autorizar o voto por correspondência do eleitor uruguaio residente no exterior teve o respaldo de 60% dos votantes.

Mujica avaliou que "a causa fundamental desse resultado" foi o fato de "os plebiscitos terem ficado associados pela disputa política [pela Presidência], além de uma certa confusão no marco das ideias sobre o voto no exterior".

Leia a coluna de Opinião sobre eleições uruguaia

www.fda.com.br/092996

OBRAS ACELERADAS

FASCINATION PENTHOUSE

Penthouses de 229, 190 e 148m²
4 + 3 suítes • Living e Terrço com pé-direito duplo.
Apenas 2 Torres em mais de 0,006ha com muita capta e lazer.

Coberturas Duplex™
a partir de 228m² e 8 vagas.

• Quadra de Tênis • Quadra de Squash • Piscina externa e interna
• Fitness by Reebok • Spa Urbano L'OCCITANE™

VISITE DECORADO - RUA EDSON, 889
Na melhor quadra do Campo da, site a Rua Cravinho de Souza e Bairro de Jacqui.
Informações: (11) 3080-1000 - www.ribeiraocoracao.com.br

Desenvolvido pela Brookfield
Desenvolvido e construído por
Desenvolvido e construído por

FERNANDES ALMEIDA
Arquitetos

Brookfield
Incorporações

TISHMAN SPYER

Irmã de Fidel Castro revela em livro que colaborou com a CIA

Juanita afirma que não traiu irmão, mas sim foi traída por ele, junto com milhares de cubanos que lutaram por revolução

Segundo cubana, foi mulher de embaixador brasileiro quem a apresentou, nos anos 60, a membro da agência de inteligência

JUANITA CASTRO

Juanita Castro, uma das irmãs mais novas de Fidel Castro, revelou em livro lançado ontem nos EUA que colaborou com a CIA nos anos 60 e que foi apresentada a um dos agentes por meio de Virginia Leão da Cunha, mulher do embaixador do Brasil em Cuba na época, Vasco Leão da Cunha.

No livro de memórias "Fidel e Eu, meus amigos — a história secreta", Juanita diz que se sentiu traída pelo irmão. Ela apoiou a revolução no começo, mas afirma que depois se distanciou com as situações tomadas pelo irmão poder.

"Os meninos por trás de Fidel ao aceitar renunciar-me como o irmão? Não, por uma simples razão: eu não o trai. Eu me trair. Ele traiu os milhares que sofreram e lutaram pela revolução que nos ofereceu, a que era generosa e justa e tratai com a desonestidade para Cuba e que, como ele prometeu, seria do cubano quanto ao palmeiras."

Juanita conheceu Virginia em 1958, quando ficou durante três meses na Embaixada do Brasil em Cuba como ajudante política durante o governo de Filadelfo Estiada. Na época, ela

colaborou com o Movimento Revolucionário de 26 de Julho. No período, ela se tomara amiga, e Juanita só saiu de lá em janeiro de 1959, pouco depois de Estiada deixar o país. A embaixada abrigou também outros ativistas que estavam contra a ditadura de Estiada.

Logo após a tomada da baía dos Porcos, em 1961, a tentativa frustrada de invadir o sul de Cuba por forças de exilados cubanos com o apoio americano, o relacionamento entre Juanita e Fidel começou a ficar sensível. A época, Juanita já havia alagado uma casa que hospedava pessoas interessadas em sair do país. Ela tinha uma sala de hospedagem que tinha ficado administrada uma casa de hóspedes. Ali, providenciava passaportes e evitava que boa parte dos perigosos dos viajantes fossem conhecidos.

Virginia chamou então Juanita para uma visita e contou que o presidente João Goulart tinha dado ao marido a tarefa de se tornar embaixador na antiga União Soviética.

"Ficou pensando muito em suas atividades. (...) Tudo isso me levou a te entregar uma mensagem de um amigo que conhecerei em trabalho e que quer te ajudar". A partir daí, as duas combateram um encontro no México com um representante da CIA, que se apresentou como Henrique. Após esse encontro ele descreveu que o nome de combate era Tony Sierra e que ele tinha vivido infiltrado

em Cuba, onde se passou por uma jogadora de carromos com o nome de Frank Shovera.

Ela relata que a única condição imposta para ajudar era que não queria se envolver em atividades violentas contra os irmãos ou contra funcionários do regime. Ouviu como resposta que suas tarefas envolviam ao proteger e mover os agentes em segurança. Na época, a CIA tinha planos de matar Fidel.

A partir do encontro, Juanita começou a enviar informações para a agência CIA no país por meio de um rádio de ondas curtas. Como codinome de Duetto, levou mensagens, discursos e respostas informações. O livro relata que, no meio de uma reunião, o carro quebrou na estrada e ela foi obrigada pelo próprio Fidel, que passava emocionalmente ruim.

O livro afirma ainda que Juanita passou informações aos EUA sobre missões soviéticas que estavam sendo instaladas na ilha e que a cada dia mais gente da União Soviética chegava ao país. A partir disso Juanita em Cuba enviou um rádio com um dos momentos de maior tensão da Guerra Fria.

Juanita deixou Cuba em 1964, após a morte de Raúl de que sua atividade se tornara muito descoberta. Ela foi para Miami.

No livro, Juanita deixa clara a distinção no relacionamento com os irmãos. Raúl é descrito como um homem mais sensível e emotivo, e Fidel, como agitado, inteligente e insensível.



Juanita Castro, irmã de Fidel Castro, em Miami (EUA), em 2008



Diplomata-chefe para região vai ser enviado pelos EUA a Honduras

Thomas Shea não chegará amanhã a Tegucigalpa para tentar resolver impasse em negociações

FALANDO COM O BRASIL

Os Estados Unidos enviarão amanhã a Honduras o secretário-geral para o hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, para pressionar o governo hondurenho, de Roberto Micheletti, a aceitar um acordo para a restituição do presidente deposto, Manuel Zelaya, segundo fontes diplomáticas da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Washington.

A chegada do principal diplomata dos EUA para a América Latina faz parte de uma estratégia diplomática para destravar as negociações entre os dois lados, interrompidas formalmente na sexta-feira.

Hoje, também estarão em Tegucigalpa o boliviano Víctor Rico, secretário de Assuntos Políticos da OEA, e o chileno John Burt, enviado da entidade que na sexta-feira pressionou Zelaya a renunciar junto com Micheletti.

A pedido de Raúl, presidente de "ofensiva" por Zelaya, contrária com a linha da OEA, que exige a restituição do presidente deposto em 28 de junho. O chanceler hondurenho no fim de semana — oficialmente, a sua substituição ocorreu porque ele tinha de se apresentar do país por problemas familiares.

O anúncio do envio da missão americana, feita pela secretaria de Estado, Hillary Clinton, em telefonemas a Zelaya e Micheletti, provocou a ruptura das negociações, ainda que de maneira informal.

Antes disso, os delegados de Zelaya se encontraram com ele na embaixada brasileira

em uma nova proposta do governo interno, mas o seu conteúdo não foi divulgado.

Fontes diplomáticas que acompanham as negociações acreditam que um acordo possa sair ainda hoje, para que seja caracterizado como uma negociação "autônoma", alcançada antes da visita da comissão americana.

O impasse gira em torno de que inicialmente haja a autorização de analisar um eventual acordo. Micheletti quer que seja a Corte Suprema, que já negou a restituição de Zelaya, era facultado tomar a decisão.

Zelaya prefere o Congresso, onde mais de metade dos deputados está disputando a reeleição em 29 de novembro. O presidente deposto prevê que sua volta será aprovada só se o parlamento tiver tomado o plebiscito, que também se eleger o novo presidente, não seja reconhecido pela comunidade internacional.

Caso um acordo seja alcançado nesta semana, deve chegar na sexta a Tegucigalpa o secretário-geral da OEA, o também chileno José Miguel Insulza.

Sobrinho de Micheletti

Enzo Micheletti, 26, sobrinho do presidente interno, foi morto a tiros no centro, informações locais.

O jovem, que não tem envolvimento político, foi encontrado com tiros no peito e na cabeça e com mãos amarradas. Ninguém foi preso, mas a polícia descartou inicialmente que o crime estivesse ligado a crise política do país.

Colaboração: **BRUNO VIANA** do Washington

PACTO MILITAR

EUA aprovam US\$ 46 mi para base colombiana

DAREDAÇÃO

O Congresso dos EUA aprovou o envio de US\$ 46 milhões (R\$ 79 milhões) para melhorias na base aérea colombiana de Palanquero. A 180 km de Bogotá, a base é a principal unidade do acordo militar entre Colômbia e EUA, que dará a Washington acesso a sete instalações militares colombianas.

A verba está condicionada à assinatura do acordo, que está em fase final de análise na Colômbia.

Com agências internacionais

Bogotá diz que firma na sexta pacto com EUA

Previsão é do ministro da Defesa colombiano; acordo permite a Washington uso de ao menos seis bases militares na Colômbia

Acordo foi alvo de ferozes críticas por parte de países sul-americanos; presidente Uribe assinará texto sem pedir aval do Congresso

DAREDAÇÃO

Após meses enfrentando a oposição de seus vizinhos, a Colômbia deverá assinar nesta sexta-feira o polêmico acordo que permite aos EUA acesso a sete bases militares no território do país sul-americano, afirmou ontem em Washington o ministro da Defesa colombiano, Gabriel Silva.

O ministro disse que Bogotá assina um processo "muito maduro" de negociação do acordo e que o texto não oferece "novidades" — simplesmente formaliza a cooperação de segurança regional que Colômbia e EUA já possuem.

A assinatura será firmada após o governo colombiano receber — e ignorar — as recomendações de seu Conselho de Estado, órgão máximo do Judiciário cujas determinações têm caráter não vinculante. O conselho se mostrou favorável ao texto do acordo para votação no Congresso colombiano, considerando que ele vai além de uma simples extensão da cooperação já existente com Washington.

Também se espera adequar as províncias de militares americanos no território aos padrões internacionais de segurança. O presidente Álvaro Uribe, porém, já fez análise os pontos de segurança. Não defendeu a decisão de manter o texto fora

do Congresso durante entrevista coletiva em Washington ontem: "Não é um espírito, e sim uma opção", e o Executivo já estava decidido a seguir com a assinatura, disse.

Críticos ao que Uribe, diante das eleições gerais do ano que vem, não quis adiar a oficialização do pacto com os EUA ao Congresso, sobretudo devido ao risco de transição complicada, como ocorreu recentemente com o projeto para convocar um referendo para permitir a segunda reeleição do presidente, ainda pendente de aprovação judicial. A oposição mesmo alguns setores marxistas manifestaram preocupações com a soberania da Colômbia sob o acordo nos últimos meses. A análise pelos congressistas poderia adiar o início das operações sob o pacto para meados de 2010.

Com relação à iminência, Silva preferiu não comentar. Para os EUA, a questão não é negociável.

O pacto será firmado após a volta de Silva ao país e deverá contar com a presença do em-

baixador americano na Colômbia, William Rowland.

Tenores

Silva repetiu ontem o mantra de Bogotá sobre o acordo: disse que os objetivos são mutuamente benéficos, para lutar contra o narcotráfico. As palavras foram usadas para aplacar a desconfiança de países vizinhos, incluindo o Brasil, que pediram inutilmente desde agosto garantias formais de que o uso das bases não extrapolaria fronteiras colombianas.

Repórteres da revista colombiana "Caracol" na semana passada diz que estaria incluído no texto final do acordo, no entanto, mencionou a norma da ONU que proíbe a não intervenção em outros países.

Em encontro com Uribe em São Paulo na semana passada, o presidente Luis Inácio Lula da Silva reiterou que toda a negociação trabalhava "para encontrar uma solução" diante do pacto. Mas Lula não tomou mais tempo e afirmou confiar nas palavras de Uribe e do presidente americano, Barack Obama, que garantem que as bases visam apenas a segurança interna da Colômbia.

Além disso, o acordo tem fortes implicações na presença regional de Washington: oferece uma compensação pela perda da base de Manizales, no Equador, depois que Dumbo decidiu não renovar a permissão para sua utilização pelos EUA.

A presença na assinatura se deve também ao encerramento do uso dessas bases — entre as que incluem as operações de drogas — e ao aproveitamento do novo fortalecimento de atividades.

Com agências internacionais

Não há nada de novo [no acordo a ser firmado]. Ele não tem conotação geopolítica nem estratégica, só responde ao que queremos colombianos, que é mais segurança

GABRIEL SILVA
Ministro da Defesa da Colômbia

Exército desconfia de americanos na Amazônia

DAREDAÇÃO CARACAS

Além de desconfiar da soberania da Amazônia, o Exército brasileiro se preocupa com a possibilidade de "grandes do mundo" (ou seja, potências mais ricas), em incorporar a doutrina do Exército colombiano e o fim das operações de segurança na fronteira sul-americana na vizinha Colômbia quanto a atividades dos indígenas da região.

Essa é uma das conclusões que podem ser tiradas da reunião do Grupo de Trabalho sobre Forças Armadas, Estado e Sociedade, no primeiro dia do encontro anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais, em Caracas (VzC).

Com agências internacionais

Exército, a estratégia de segurança nacional da Guerra Fria.

Ele contou que várias vezes, em conversas com oficiais brasileiros nos Estados do Vietnã, ouviu menção ao fato de que as forças militares americanas "já estão na Amazônia", uma referência ao Plano Colombiano de Combate ao Narcotráfico e à Segurança, iniciado em 2002 e que passa agora a uma nova fase, com o acordo a ser firmado para o uso pelas EUA, de bases colombianas.

A "estratégia de resistência" montada pelos militares para o caso de ameaça à região, especialmente no Vietnã, não é diferente das estratégias antigas da época do anticomunismo, como o vietnamita Ho Chi Minh, mesmo a guerra dos colonizadores franceses nos anos 50.

No mesmo grupo, Thiago Moreira de Souza Rodrigues, da UFF (Universidade Federal Fluminense), apresentou pesquisas em campo sobre o questionário que a chamada "guerra de



O ministro da Defesa colombiano, Gabriel Silva, em Washington

O ACORDO COLÔMBIA-EUA

Segundo reportagem da revista colombiana "Caracol"



Instalações e comando

Os EUA posicionam sete bases e comandos em território colombiano. O acordo prevê a instalação de sete bases militares e sete comandos militares. O acordo prevê a instalação de sete bases militares e sete comandos militares.

Terrorismo

Fatores chave do LEP de 2004, do Conselho de Segurança da ONU, são de fato do Estado de exceção, a exceção é a exceção.

Com agências internacionais

Caracas diz ter detido espões colombianos

DAREDAÇÃO

Um dia após protestar contra supostas atividades de espionagem pela Colômbia em sua território, a Venezuela anunciou ontem a prisão de um militar colombiano em Caracas, a agência de inteligência do país.

O capitão colombiano foi atribuído ainda mais se já tivesse relações bilaterais, "congruente" pela Venezuela em julho — após o acordo pela Colômbia de tratativas com os EUA para o uso de bases em seu território por americanos.

Segundo Caracas, os detidos foram flagrados em "tentativa de espionagem" e terão que enfrentar "os tribunais venezuelanos".

"Nesta situação não grave e não, demonstrando o plano de desestabilização contra o nosso governo, o povo, e a democracia", disse Caracas.

Na Colômbia, o DHS esteve envolvido neste ano em mais de um caso de espionagem flagrada — de operações, magistrados e autoridades —, levando a detidos e a prisão de um militar colombiano em Caracas de que vier o caso acusado na fronteira entre o grupo de colombianos sequestrados há duas semanas.

A Venezuela afirmou se manter a "confiança interna" do tratado. Já o colombiano Álvaro Uribe disse decorrer do "terrorismo internacional".

Também no fim de semana, Chávez chegou a chamar o ministro da Defesa do Brasil, Gabriel Silva, de "estruturado mental" por dizer que o país é hoje rotas de narcotráfico, porém de polítrônica a qualificação.

Com agências internacionais

28/10/2009, página A12



O vencedor do primeiro turno da eleição uruguaia, José Mujica

Maioria no Congresso é triunfo de Mujica

Com vitória legislativa praticamente assegurada no Uruguai, governista associará rival à instabilidade

THIAGO GUIMARÃES
DIREÇÃO

Com a manutenção da maioria no Congresso uruguaio pela governista Frente Ampla (esquerda), o predomínio legislativo será a principal arma do ex-guerrilheiro José Mujica, candidato do presidente Tabaré Vázquez, no segundo turno da eleição presidencial, no fim do mês que vem.

Para analistas consultados pela Folha, Mujica, 74, buscará associar a eventual gestão do rival e ex-presidente Luis Alberto Lacalle (1990-1995), do Partido Nacional (centro-direita), a um quadro de instabilidade, pela falta de maioria parla-

mentar da sigla opositora. No último domingo, Mujica venceu o primeiro turno das eleições com 48,16% dos votos, contra 28,94% de Lacalle. A Frente Ampla conseguiu 50 dos 99 deputados e 16 dos 30 senadores, resultado que ainda será confirmado após o cômputo de quem votou fora de suas seções eleitorais.

Mas como os chamados "votos observados" tendem a confirmar a votação geral, não devem alterar a vitória da Frente Ampla no Congresso. "Mujica dirá que uma gestão Lacalle será débil, sem governabilidade", diz Daniel Chasqueti, da Universidade da República.

Mesmo com maioria gover-

nará personalizar a campanha, contrapondo sua experiência como presidente a um suposto despreparo de Mujica, um ex-radical que vive até hoje como pequeno fazendeiro. "O Partido Nacional vai fugir do confronto partidário", afirma Juan Doyenart, da Interconsult.

Mesmo com maioria governista, o Congresso sob Vázquez (2005-2009) modificou 30% das leis enviadas pelo Executivo, contra um índice de 12% no período 1995-2004, com governos do Partido Colorado. Para Chasqueti, isso mostra que a busca de acordos dentro da própria Frente Ampla foi mais custosa do que no passado.

No pleito de 29 de novembro, Mujica e Lacalle também confrontarão posições sobre temas regionais. Embora ambos defendam a permanência uruguaia no Mercosul, o opositor quer mais liberdade para negociar acordos fora do bloco. "Lacalle não quer avançar na institucionalização do Mercosul. Não acredita, por exemplo, no Parlamento do bloco. Já Mujica crê que esse é o caminho, aproximando-se da posição brasileira", diz Chasqueti.

Para Gerardo Caetano, da Universidade da República, Mujica buscará ainda reforçar a ideia de continuidade com a gestão Vázquez, aprovada por 60% dos uruguaios.

COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

28/10/2009, página A13

Apoio de EUA a pleito sem Zelaya racharia a região, diz Amorim

Comitiva americana liderada por Thomas Shannon chega hoje a Tegucigalpa para tentar pôr fim à crise hondurenha

Ontem, paleo vice-ministro do governo Micheletti foi sequestrado, em onda de crimes que atingiu pessoas próximas a regime golpista

FLAVIA MARHERO
INVESTIGADORA GERAL DA
PARANAMATACOMUNICAÇÃO
INVESTIGADORA DA TELEGRAMA

Na véspera da chegada da comitiva americana à cidade polo secretário-geral do Estado para o hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, para tentar resolver a crise em Honduras, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, prevê entre um cenário "histórico" para Honduras caso as eleições gerais de 29 de novembro ocorram sem que o presidente deposto Manuel Zelaya e os golpistas cheguem a perceber um acordo.

O reconhecimento do resultado eleitoral mesmo que a votação ocorra sob o presidente interno Roberto Micheletti é apoiado pela oposição republicana nos EUA e ganha adeptos também no governo Obama. Nesse caso, ventila-se que alguns próximos dos EUA, como Peru, Panamá e Colômbia, poderiam seguir Washington.

Para Amorim, se isso ocorrer, "vai haver um racha na região. [Seria uma situação] muito ruim, e acho que os americanos sabem disso. Claro que

há existe uma direita muito conservadora, que pode ter outras ideias. Se sucedessem, a região vai ficar muito dividida. Não são vamos reconhecer. Muitos outros não vão reconhecer", contrasta.

Segundo o chanceler, a eventual legitimação da eleição sob o golpista teria efeito negativo especialmente sobre a América Central, onde "existe uma enorme preocupação de que isso [o golpe] possa até servir de exemplo".

O ministro voltou a defender que, ao abrigar Zelaya em sua embaixada em Tegucigalpa, o Brasil provocou uma especulação para uma saída negociada.

"Eu não vou discutir a política de Zelaya, isso não interessa. Aqui porque essas coisas não caíram como pedras", disse, em relação ao argumento dos golpistas de que Zelaya estaria tentando impedir a reeleição, votada pela Constituição. "Na época do Jango [João Goulart] foi o 3964, derrubado pelo militar, mas não gente como presidente jurídico. Ah, porque a reforma agrária na terra das esquadras é inconstitucional".

Sequestrado
O pai do vice-ministro da Defesa do governo interno de Honduras foi sequestrado ontem de manhã em Tegucigalpa, elevando para três o número de crimes com suspeita de motivação política nos últimos dias.

O empresário e ex-dirigente do Partido Liberal Alfredo Jalil, 61, pai do Cabo Jalil, foi sequestrado ontem quando saiu de sua casa, para teatro de classe alta. A polícia não informou se o crime tem motivação política, mas a mulher de Alfredo, Gloria, em declarações a jornalistas locais, acusou Zelaya de "crimes" no passado, quando possivelmente depositou que "votaria" a favor do empreendimento.

No domingo à noite, Elio Micheletti, 25, sobrinho do possivelmente interno, foi encontrado morto e com tiras amarradas à cabeça e ao peito e ao tronco amarradas. A polícia inicialmente descartou relações entre o crime e a crise política.

No terceiro caso, democratas realizaram a tiro, na noite de domingo, o coronel Concepción Amador. Mas centenas ficaram revoltados com o fato de haverem tanto Micheletti como o comandante das Forças Armadas, general Romeo Viquez, que não discutiram motivação política no crime.

Honduras é o país mais violento da América Central, principalmente pela situação de gangues transnacionais e por ser rota do tráfico de cocaína colombiana para o México e os EUA. No ano passado, a taxa de homicídios chegou a 58 por 100 mil habitantes, segundo estudo da Nippon Utsunomiya.

28/10/2009, página A13

NICARÁGUA

Oposição a Ortega busca lei contra reeleição

DAEFE

A oposição nicaragüense apresentou ontem um projeto de lei no Congresso para anular sentença da Corte Suprema que, na semana passada, abriu o caminho para que o presidente Daniel Ortega possa concorrer à reeleição.

A oposição, que tem maioria no Congresso, alega que o Judiciário extrapolou suas funções, já que só o Legislativo pode mudar a Constituição.

Pleito hondurenho racha Congresso dos EUA

No dia da chegada de enviado americano a Tegucigalpa, democratas escrevem carta pedindo a Obama que não reconheça eleição

Thomas Shannon pede a Zelaya que retorne as negociações com golpistas, rompida desde sexta, para tentar pôr fim a crise no país

SERGIO CAVALLA
CORRESPONDENTE
SARAH HONIGSMANN
REDAÇÃO EM WASHINGTON

O reconhecimento do resultado das eleições presidenciais hondurenhas de novembro pelo governo dos EUA se avizora de Manuel Zelaya ao poder tem o potencial de dividir não só o país, como disse ontem à Folha o chanceler brasileiro Celso Amorim. O tema já divide o Congresso americano, que luta para influenciar Barack Obama na questão.

Nos últimos dias, os democratas ressaltaram a rejeição dos sufrágios das repúblicas de dominar a agenda para a região. Outros, já representantes (deputados federais) democratas manifestaram apoio e animado ao presidente pedindo em termos claros que o país não aceite a legitimidade do pleito.

"A grande maioria de nossos votantes na região, incluindo Brasil e México, indicou claramente que não vai reconhecer os resultados das eleições realizadas sob o regime golpista", escrevem os representantes. "Esta na hora de este governo se juntar ao crescente consenso brasileiro e internacional e declarar sem ambiguidade que as eleições organizadas por um governo não democrático, que tem negado a seus críticos os direitos de expressão, de reunião e de agir, não podem e não serão consideradas livres por nosso governo."

Pouco antes, os democratas mais graduados em relações com o Senado e da Câmara mandaram carta à Biblioteca Legal do Congresso contestando o status de estado divulgado por aquela entidade, no qual a Supremacia de Zelaya é parcialmente justificada nos termos da Constituição hondurenha.

A entidade é um braço apartadado do Congresso e tem a missão de pesquisar e dar base legal para as políticas, o relatório que pediram vem sendo usado como argumento para os republicanos que apoiam o regime de Roberto Micheletti.

Animado pelo senador John Kerry e o representante Howard Berman, a carta aponta uma falha no status, pede que a biblioteca recuse o do-

carmento e o corte. "O relatório, que está contrituado para a crise política que ainda desafia Honduras, contém erros factuais e é baseado numa análise legal falha, que tem sendo refutada por especialistas nos EUA, na Organização dos Estados Americanos e em Honduras", escreve a carta.

A divulgação dos documentos acontece no momento em que a delegação diplomática mais graduada já enviada por Washington para a crise chegou a Tegucigalpa para mais um esforço de negociação. A carta é composta por Thomas Shannon, número 1 da Chancelaria para a América Latina e embaixador indicado por Obama para o Brasil, seu vice, Craig Kelly, e o funcionário mais graduado da Casa Branca para a região, Dan Restrepo, do Conselho de Segurança Nacional.

A confirmação do nome de Shannon para o posto no Brasil, assim como a do seu sucessor no cargo atual, Arturo Merlino, está sendo bloqueada pelo senador republicano Jim DeMint, da Carolina do Sul. O político disse que retirará o bloqueio se o governo americano se comprometer publicamente a reconhecer o resultado das eleições.

Em Honduras
Era reunião ontem com Zelaya

na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, Shannon pediu que as negociações com o governo interno, interrompidas desde sexta-feira, fossem retomadas por meio de diálogo.

Zelaya disse que está disposto a retomar o diálogo desde que haja assinatura do acordo alcançado entre os negociadores para pôr fim à crise política no país. Tanto se de uma alusão a uma possível oferta de Micheletti, feita informalmente no domingo, de evitar o acordo sem a assinatura das duas partes para ser aprovado ou não pelo Congresso hondurenho.

Shannon também perguntou qual seria o futuro de Zelaya caso não houvesse um acordo para a sua restituição, e o presidente disse que se expatriaria, aguardando o veredito da Corte Internacional de Justiça em Haia.

Shannon destacou a importância de ser dar declaração. Na sequência, se cruzaria na Cam Presidencial com Micheletti, que antecedeu disse que se recusava a discutir a restituição de Zelaya como americano.

Em entrevista após o encontro, Zelaya disse que Shannon reiterou as posições do governo americano de reconhecer o como presidente e de que o país não consideraria válida as eleições sem sua restituição.

Ele disse que Micheletti se recusava a voltar ao EUA, mas não "voluntariamente".



Thomas Shannon e Manuel Zelaya se encontram em Tegucigalpa

Golpistas vão à corte de Haia contra o Brasil

REDAÇÃO

O governo golpista de Honduras apresentou ontem um pedido de abertura de processo na Corte Internacional de Justiça, em Haia (Holanda), contra o que chama de "ingerência brasileira em assuntos internos" do país, dando a presença do presidente deposto, Manuel Zelaya, na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

O pedido foi feito apesar de o governo interno não ser reconhecido pela comunidade internacional nem por organizações multilaterais - incluindo a ONU e a corte de Haia, que é o tribunal máximo desse organismo.

Frente ao Brasil, a ação nem sequer será aceita. "O governo golpista não pode entrar com um pedido de início de ação, mas mesmo caso a corte deva aplicar o princípio da legitimidade ativa [e reconhecer o] ", afirmou um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores.

Zelaya está abrigado na embaixada brasileira desde que retornou a Honduras, em 21 de setembro último. Ao ser informado sobre o pedido, ele disse ontem à tarde ao enviado do Hemanth e Honduras Lina de Ruiz, que, na condição de "presidente legítimo", enviou uma carta a corte de Haia pedindo o processo contra o Brasil.

Mas o chanceler do governo golpista, Carlos López, insistiu em dizer que a presença de Zelaya na embaixada e sua clamorosa "insurgência" representam ingerência por parte dos brasileiros.

A chancelaria golpista indaga em nota que poderia surgir em Haia uma indagação do governo brasileiro. De acordo com o comunicado, após brasileira "transparência e desenvolvimento pacífico do processo eleitoral" do país.

O feriado só é curto para quem fica a pé.

R\$ 39,90 - 4 dias por dia

10x para quem não gosta de dirigir

Localiza www.localiza.com

Alugue um carro da Localiza.

Reservas 24h 0800 979 2800 www.localiza.com

Plano de tarifas e condições de aluguel em: www.localiza.com.br. Localiza é uma marca registrada da Localiza Rent a Car. Localiza é uma empresa de aluguel de veículos. Localiza é uma empresa de aluguel de veículos. Localiza é uma empresa de aluguel de veículos.

29/10/2009, página A14

Embargo dos EUA a Cuba é condenado na ONU

Resolução que propõe o fim da medida é aprovada por 187 votos contra 3, um recorde para a questão

JANAINA LAGE
DE NOVA YORK

A Assembleia Geral da ONU condenou ontem o embargo americano contra Cuba por 187 votos a 3, além de 2 abstenções, num ritual que acontece anualmente e não tem nenhum efeito prático. O que chamou atenção, porém, foi a dura troca de acusações entre os representantes de Washington e Havana, quando os países sinalizam um lento degelo das relações.

Este é o 18º ano consecutivo que o assunto é discutido na ONU, e, na primeira votação sob Barack Obama —que renovou no mês passado a legislação de embargo por mais um ano—, a rejeição ao embargo foi recorde. Somente dois países apoiaram os EUA: Israel e Palau. As duas abstenções foram de Micronésia e Ilhas Marshall.

No plenário, o chanceler de Cuba, Bruno Rodríguez, afirmou que o embargo representa crime de genocídio “eticamente inaceitável”. “Desde a eleição de Obama não houve qualquer mudança no bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba. Continua sendo uma política absurda”, disse.

A embaixadora dos EUA na ONU, Susan Rice, disse que o discurso cubano parecia ter saído da Guerra Fria. “O uso do termo diminui o sofrimento



Chanceler cubano, Bruno Rodríguez, discursando na sede da ONU

das vítimas de genocídio ao redor do mundo.” Rice destacou que Obama iniciou um novo capítulo na relação entre os países, mas que o embargo é uma discussão bilateral.

Ela citou medidas adotadas neste ano, como o fim das restrições de viagens e de limites

de remessas para o país (válidas só para os cubanos-americanos) e a discussão bilateral para retomar serviço postal direto.

Rice chamou as medidas de passos iniciais, e reiterou que um avanço nas relações entre Cuba e EUA depende, principalmente, de mudanças na ilha

em relação a direitos humanos.

A agência Associated Press, o chanceler cubano se disse “um pouco surpreso” com a dureza das palavras iniciais de Rice. “Ela é uma pessoa articulada, decente, como o presidente Obama. Nós os respeitamos por isso”, disse, também mais ameno do que no plenário.

Rodríguez voltou a dizer que Cuba está pronta para conversar com os EUA “em qualquer nível”. Disse que o governo comunista está satisfeito com o andamento das conversas iniciadas com os EUA sobre imigração e com a retomada do correio direto entre os países.

O chanceler afirmou que esperava resposta americana para a proposta de Havana de retomar as conversas bilaterais sobre combate ao tráfico de drogas e terrorismo.

Na Espanha, Cuba enviou outro recado aos americanos. Alejandro Galiano, embaixador de Cuba em Madri, disse ao jornal “El País” que a ilha não precisa de intermediários nas discussões com os EUA.

A declaração veio após a divulgação de que Obama pediu ao presidente do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, que mandasse, por meio de seu chanceler, o seguinte recado aos irmãos Castro: “Se vocês não dão passos, um pouco posso dá-los”.

29/10/2009, página A14

AMÉRICAS

Para Jobim, bloqueio a Havana afeta elo dos EUA com a região

DAREDAÇÃO

O ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, considerou ontem que o embargo econômico imposto pelos EUA a Cuba provoca a desconfiança da América do Sul e condiciona a relação da região com Washington.

“A visão que se tem dos EUA na América do Sul está condicionada por Cuba”, disse o ministro brasileiro ao jornal espanhol “El País”.

Para Jobim, nem a reativação da Quarta Frota Naval

dos EUA, em 2008, para atuar no Atlântico Sul, nem o acordo para aumentar a presença militar americana na Colômbia, que será firmado amanhã, preocupam o Brasil.

Assim, o ministro da Defesa volta a usar tom mais ameno do que o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o da Chancelaria brasileira para analisar a presença militar americana na região. Lula cobra transparência no acordo militar entre Colômbia e EUA e já manifestou desconforto quanto à Quarta Frota.

29/10/2009, página A14

FRONTEIRA TENSA

Bogotá diz que Chávez rejeitou ajuda para investigar mortes

DA REDAÇÃO

O governo da Colômbia afirmou ontem que o governo Hugo Chávez rejeitou a ajuda oferecida por Bogotá para investigar a morte de ao menos oito colombianos, um venezuelano e um peruano em Táchira, Estado fronteiro venezuelano.

As dez vítimas, cujos corpos foram encontrados no sábado, haviam sido capturadas com outras duas pessoas em 11 de outubro na Colômbia. Ontem, a polícia vene-

zuelana afirmou ter achado mais um corpo, que pode ser de um dos sequestrados ainda desaparecidos.

O caso gerou nova rusga entre Bogotá e Caracas.

Ontem, o governo Álvaro Uribe voltou a dizer que não tem conhecimento sobre agentes de inteligência do país presos por Chávez — a detenção foi divulgada pela Venezuela anteontem. Para Felipe Muñoz, diretor do órgão de inteligência colombiano, "o mais importante" é esclarecer o caso de Táchira.

29/10/2009, página A16

Diplomacia presidencial do Brasil é vital para a região, dizem analistas

Para especialistas, diversidade política e assimetrias econômicas impõem papel de coordenação ao Brasil

CLAUDIA ANTUNES
REPÓRTER ESPECIAL DO GLOBO (RIO)

A diversidade de sistemas políticos e as assimetrias econômicas na América do Sul aumentam a importância da diplomacia presidencial brasileira para a gestão de conflitos na região, de natureza econômica ou comercial ou política.

Isso representará um desafio para o presidente eleito em 2010, depois de 16 anos em que os ocupantes do Palácio — Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva — se sentiram à vontade em tomar a frente de iniciativas regionais.

Essa foi um dos pontos ressaltados no painel sobre integração sul-americana realizado ontem no encontro anual da Anpecc (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), em Campinas (MG).

"A fragmentação política cria demanda por liderança, e Lula tem cumprido esse papel. Um presidente mais retratado não responde ao tema", disse Alexsandro Vaz, da UnB. Maria Regina Soares de Lima, do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio), lembrou que a linguagem da diplomacia presidencial é "exercitar os elementos mais corporativos da política externa", favorecendo a resolução de disputas.

Vaz, Lima e mais dois especialistas traçaram panorama da integração regional que pode ser visto como um copo meio cheio ou meio vazio e destacaram duas fases: uma que vai de meados dos anos 60, quando foi criado o Mercosul, até 1997, e outra desde então.

Na primeira, coincidente com a redemocratização dos países que passaram por ditaduras militares, havia relativa homogeneidade política e econômica. Na segunda, a partir da crise asiática, houve abertura de forças no poder em 12 países e projetos econômicos divergentes.

No mesmo tempo, se aproximou a integração regional de diversificação das parcerias comerciais, com os Estados Unidos permanecendo importantes e o aumento das trocas com a China. "Essa diversidade é complexa quando se pensa numa integração segundo o modelo da União Europeia. Mas integração 'light' não é problema", disse Lima.

Ela propôs que a posição do Brasil, que responde por 50% da economia sul-americana e dispõe de cerca de 20% de suas exportações à região, seja pensada não como de liderança cil-

lica, mas como um "exercício de tarefa de coordenação", com uma estratégia eficiente para cada problema.

"Pode-se pensar o caso do Banco do Sul, em que a proposta venezuelana foi rejeitada a interesses brasileiros, como um exercício de liderança conciliadora, enquanto o Conselho Sul-Americano de Defesa seria uma tentativa de liderança intelectual", afirmou.

Maria Cristina D'Araújo, da PUC-RJ, questionou se a liderança brasileira seria de fato uma necessidade ou era "uma trapaça que se repete de forma pouco crítica", relegando a segundo plano problemas internos e graves na área social.

Os outros debatedores concordaram que antigas ambições sobre projetos de integração na América do Sul — como o projeto Mercosul ou a IIRSA, iniciativa de conexão da infraestrutura regional lançada em 2000 — acabaram sendo rejeitadas. Mas disseram que, para isso, não são os "minutos que cobrem hoje do Brasil um papel maléfico".

"A exigência em relação ao Brasil é que ele se torne o 'paradeiro' [Brasil] da região. Há reconhecimento da importância, ainda que sob a forma de luta contra o imperialismo" em países como Bolívia ou Paraguai", disse Tullio Vigorelli, da Unesp.

Ele lembrou das resistências no Brasil a pagar pelo custo da liderança. "As elites têm dúvidas sobre a integração", disse. "A questão", argumentou Lima, "é que estamos dentro da região. Não podemos sair fora, colocar o Brasil na Europa".



O Brasil sempre foi ambíguo sobre a integração sul-americana. Aumentamos os elementos estruturais que favorecem essa ambiguidade, mas cresceu também a vontade de coordenação

MAN ARRIAGAS/AGÊNCIA DE LIMA
OBRIGADO A SER BRITÂNICO/UNION OFFICIALS E
FOTOGRÁFIA DO GLOBO

Há o mantra de que o Brasil precisa ocupar seu lugar no mundo. Mas essa visão acaba relegando a segundo plano os problemas internos

MAN ARRIAGAS/AGÊNCIA DE LIMA
OBRIGADO A SER BRITÂNICO



Reunião de dirigentes do Partido Colorado, com Pedro Bordaberry (dedo em risco), que declara seu apoio à candidatura de La Cella

Rivais históricos se unem contra Mujica no Uruguai

Terceiro nas eleições, Partido Colorado anuncia apoio a candidato do Partido Nacional

Para Pedro Bordaberry, Luis Alberto Lacalle representa um "compromisso claro e inequívoco de respeito à Constituição e às leis"

TRIUNFO CUMPRIMAS: BASTARDEO

Rivais desde o século 19, os dois partidos tradicionais do Uruguai—Colorado Nacional (Frente) e Partido Colorado (oposição), no segundo turno das eleições presidenciais, em 14 de novembro. Bordaberry colocou nas eleições do último domingo, com 34,9% dos votos, o Partido Colorado, enquanto o atual presidente Luis Alberto Lacalle (1990-2005), do Partido Nacional, que obteve 28,0% no primeiro turno, longe dos 44,16% do ex-parlamentar José Mujica, candidato do presidente Fabrice Kuczynski.

"A concentração de poder em partidos e pessoas não contribui ao equilíbrio democrático e republicano", disse a Folha o colado Pedro Bordaberry, 44, terceiro colocado no pleito presidencial, em referência à recente renúncia, pelo governo, da maioria absoluta ao

Congresso. "Não é bom que Mujica tenha tanto poder."

Filho do ex-ditador Juan María Bordaberry (1972-1985), o colado disse que o liberal Lacalle representa um "compromisso claro com a Constituição, as leis e a tolerância". Citou entrevista recente de Mujica em que o candidato se-

gundo anunciou sua saída. O discurso de Bordaberry antecede a renúncia de Lacalle no segundo turno, assessor o desfecho verbal de Mujica à falta de preparo para o cargo e defender a vitória de branco e colorados como forma de equilíbrio no Poder no país.

"Não há nenhuma obrigação de governar para todos, então para uma fração", afirmou, antes o senador Gustavo Penabaz, novo chefe da campanha de Lacalle, ao jornal "El País".

A direita atual repete, em papéis invertidos, o misto da eleição presidencial de 2000, quando Lacalle, então terceiro colocado, apoiou o colorado Jorge Batlle no segundo turno contra o atual presidente Tabaré Vázquez. A União Conservadora conseguiu vencer a disputa no primeiro turno, e Batlle venceu com 54% dos votos.

Nesta eleição, contudo, no confronto de 19 de outubro, o colado de branco e color-

dos no primeiro turno não apoiou a Frente Ampla. Da a importância do posicionamento no segundo turno de partidos menores, como o Independente (2,7% dos votos). "O papel desses partidos está claro", afirmou o sociólogo Eduardo Borzese, da Facultad.

Antes das eleições, o Partido Independente anunciou que se juntaria ao atual em um eventual segundo turno. Após a confirmação da nova votação, ainda não se pronunciou.

Juan Borzese, o apoio dos colorados torcerá o resultado disputado, mas não haverá transferência direta de votos da direita para Lacalle. "Há uma falta menor que deve votar em Mujica ou em branco".

O apoio do Partido Colorado também significa o respeito daquele que foi considerado um dos grandes vencedores da eleição, por ter sido de 30,5% na eleição de 2004 para 16,6% no pleito de domingo. Para os dois próximos, ainda pouco de 8 para 5 senadores e de 10 para 17 deputados.

Borzese é jovem, com discurso mais conciliador, e captivo na eleição votou milên-

do a ser protagonista na política uruguaia, o candidato colorado disse que seu apoio se restringe à declaração de partido. Admitiu que não participou de atos de campanha com Lacalle e que não houve acordo para participação em um eventual governo branco. "Por isso decidimos não fazer personalização do destino".

Na campanha de Mujica, a União dos rivais foi escolhida com "tranquilidade", conforme um coordenador que pediu para não ser identificado.

A estratégia do candidato governista será evitar declarações políticas na reta final de campanha e acionar com participação no governo aos partidos de oposição que integram a Frente Ampla.

Segundo analistas, Mujica também buscará capturar a maioria no Congresso, permitindo assegurar, mediante um eventual governo de Lacalle, a sua permanência.

O resultado final das eleições ainda será confirmado após o fechamento do prazo para a entrega de seus votos. Entre os chamados "votos observados", que tendem a ser votados a votação geral. A campanha recorre a estratégias e outros os candidatos planejam viagens políticas.

Cristina envia ao Congresso projeto de reforma eleitoral na Argentina

Texto, criticado como manobra pró-Kirchner, determina primárias abertas

SILVANA ARANTES DE BUENOS AIRES

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, enviou ontem ao Congresso projeto de lei que redefine as regras eleitorais do país. Segundo o governo, os eixos da reforma são "a democratização da representação política, a transparência e a equidade eleitoral". Setores da oposição vislumbram na iniciativa o propósito de pavimentar a candidatura do ex-presidente e marido de Cristina, Néstor Kirchner, à eleição presidencial de 2011.

Ontem, vieram-se no centro de Buenos Aires cartazes com a inscrição "Kirchner 2011", assinados por associações civis alinhadas ao kirchnerismo. O ex-presidente enfrenta dissidências internas em seu partido, o peronista PJ, pelo qual diversos de seus adversários almejam se candidatar à Presidência.

O projeto de lei de Cristina

impõe eleições primárias abertas—todo o eleitorado é obrigado a votar—para definir os candidatos a presidente, a deputado federal e a senador. As primárias devem ser simultâneas para todas as siglas.

Mudam também as regras de financiamento às campanhas eleitorais. A propaganda eleitoral na TV passa a ser gratuita, com veto à compra de espaços publicitários por partidos e candidatos. A distribuição do tempo na TV prevê que metade se divida entre todas as siglas. Os outros 50% são distribuídos proporcionalmente à votação das siglas na eleição anterior. A Argentina possui hoje 33 partidos de abrangência nacional.

Ao apresentar o projeto, Cristina afirmou que "em épocas absolutamente midiáticas, quem conta com mais fundos e recursos tem maiores possibilidades. A lei tem o objetivo de garantir igualdade no espaço dos meios audiovisuais".

A aprovação da lei exige maioria absoluta na Câmara e no Senado. Assim como no trâmite da Lei de Serviços Audiovisuais, o governo pretende que a votação do projeto ocorra antes que o Congresso passe a ter maioria opositora, em dezembro, com a posse dos legisladores eleitos em junho passado.

Prevendo que, após a renovação do Congresso, Cristina lance mão do veto presidencial para neutralizar decisões do Legislativo desfavoráveis ao governo, a oposição ensaiou acordo para convocar referendo popular às leis. Pela legislação argentina, leis aprovadas em referendo não podem ser alvo de veto.

Líderes opositores convidou ao ato de assinatura do projeto de lei não compareceram sob a justificativa de que não avalizariam um texto cujo conteúdo desconhecem. O ministro do Interior, Florencio Randazzo, classificou a negativa como "desrespeito à mandataria".

Foto: AFP/Contrasto

EUA recuam de apoio incondicional a Zelaya

Enviado de Obama diz que comunidade internacional deve aceitar solução doméstica para crise hondurenha, seja ela qual for

'Não se trata de a OEA tentar impor uma solução; para serem duradoras e pacíficas, as soluções têm de vir dos hondurenhos', diz Shannon

SERGIO DÁVILA DE WASHINGTON

Para destravar as negociações em torno da crise hondurenha, os EUA recuam de sua posição inicial em relação ao golpe naquele país, de que a volta ao poder do presidente deposto, Manuel Zelaya, é pré-requisito para que o resultado das eleições presidenciais do fim de novembro seja aceito. Agora, a diplomacia obamista defende um enfoque que chamou de "pragmático", afirma que a solução para a crise deve ser doméstica e pede que a comunidade internacional a respeite, seja ela qual for.

Os últimos pontos foram ditos ontem pelo secretário-assistente para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, que se encontra em Tegucigalpa em delegação enviada por Barack Obama. O diplomata participou de videoconferência com jornalistas em Washington. Até a conclusão desta edição, os negociadores de ambos os lados do conflito seguem reunidos em Honduras, e a pedido deles a equipe americana decidiu prolongar até hoje sua estada.

Indagado pela Folha sobre se os EUA continuavam de acordo com o grupo de países



Oswaldo Rivas/Reuters

» **COTIDIANO HONDURENHO** Manifestante favorável a Manuel Zelaya, chuta lata de gás lacrimogêneo disparada pela polícia para dispersar protesto ontem na capital Tegucigalpa, onde representantes do governo americano realizavam reuniões ontem para tentar negociar o fim da crise

da região liderados por Brasil e México para os quais a volta de Zelaya ao poder é pré-requisito para a validade do pleito, Shannon respondeu que o time americano estava focado agora no acordo. "No nosso ponto de vista, a comunidade internacional não pode discutir com o que os hondurenhos decidirem

deles próprios", disse o diplomata. "Temos de respeitar a habilidade de os hondurenhos de chegarem a um acordo dentro do diálogo nacional."

Citando a Carta Democrática da OEA (Organização dos Estados Americanos), com base na qual o regime golpista foi suspenso da entidade, o diplomata

disse que nesse momento "procura-se um caminho para respeitar esses princípios de maneira pragmática, que reconheça a realidade".

"Em outras palavras", afirmou, "não se trata da OEA e da comunidade internacional tentarem impor uma solução. Nós já vimos isso falhar em outros

lugares, sabemos que, para ser duradoras e pacíficas, as soluções têm de ser enraizadas em solo hondurenho". Indagado se essa guinada pragmática não encorajaria outros grupos da região a patrocinarem golpes de Estado, o número 1 do Departamento de Estado para a América Latina discordou.

"Ainda estamos num momento em que podemos passar uma mensagem forte para a comunidade internacional de que golpes não serão tolerados e de que países como Honduras têm capacidade de resolver esse tipo de problema", afirmou. Mais adiante, indagado novamente sobre se com isso os EUA não estavam recuando de sua posição inicial, o diplomata americano disse que não.

"A questão da restituição [de Zelaya] tem sido central não só para os EUA, mas para toda a comunidade internacional", afirmou. "Mas reconhecemos que estamos operando num ambiente em que, no fim das contas, os hondurenhos é que terão de tomar sua decisão. Vale notar que os negociadores representam ambos os lados dessa disputa e que eles estão confeccionando um acordo em torno da restituição que, acreditamos, será bem-sucedido."

A guinada do principal ator da crise, o único com poder verdadeiro de pressionar por uma solução, tem a capacidade de levar a crise doméstica a um fim, mas abre espaço para que outra crise tome lugar, desta vez entre a comunidade latino-americana. Em reunião na OEA na quarta, o representante brasileiro, Ruy Casaes, voltou a mostrar preocupação com a realização das eleições presidenciais hondurenhas no dia 29, dizendo que "é um tempo extremamente curto" para que sejam transparentes.



A presidente do Chile, Michelle Bachelet, recebe Cristina Kirchner na sede do governo em Santiago

Cristina Kirchner lança subsídio para filhos de desempregados

Programa prevê US\$ 47 mensais condicionados a matrícula escolar e vacinação

SILVANA ALAMANTE CORREIA OLIVEIRA

Com índices baixos de aprovação entre a classe média, o governo da Argentina lançou ontem um pacote assistencial de 9,9 bilhões de pesos (US\$ 2,6 bilhões) direcionado a crianças e adolescentes cujos pais sofrem de desemprego ou não mercado informal de trabalho.

Com a medida, a presidente Cristina Kirchner reduz o abismo com os setores mais pobres da sociedade, entre os quais o respeito ao governo é menor. Estima-se que 4 milhões de crianças e adolescentes estejam aptas a receber o benefício.

Cuparão direito a 180 pesos mensais (US\$ 47) por filho menor de 18 anos ou portador de deficiência, até um máximo de cinco dependentes. Nos moldes de Bolsa Família brasileiro, o pagamento do benefício

será condicionado ao cumprimento da carteira de vacinação e da matrícula escolar.

A operação classificou a iniciativa como assistencial e de servir ao aspecto objetivo do qual Kirchner — Cristina e seu marido e ex-presidente, Néstor Kirchner (2003-2007) — de vencer a eleição presidencial de 2011.

A fonte de financiamento do programa também foi questionada — os recursos dos fundos de previdência privada obrigatória, estimados em 2008 sob fortes críticas da oposição. Incorporados ao caixa estatal, os recursos vêm financiando projetos do governo.

Embora o anúncio tenha sido criticado pela oposição, iniciou-se como a standard inteira vilhada sendo reivindicada por lideranças movidas ao kirchnerismo e pela Igreja Católica, que atribuiu a expressão "su-

bsídio da pobreza" para definir a atuação do país.

Antes disso, quando Cristina estava no Congresso seu projeto de reforma política adversária política disseram que havia problemas mais urgentes no país, como a atenção a crianças e adolescentes pobres.

Outra, Cristina pediu a "colaboração de todos, sem exceção, inválidos ou desqualificados, mas com ideias que possam ser postas em prática" para "realizar a distribuição de renda da Argentina".

O programa assistencial lançado ontem é o segundo grande investimento que Cristina lançou, em menos de três meses, para a erradicação da pobreza. Define a ação como uma resposta ao neoliberalismo da era Carlos Menem (1989-1995). Em agosto, anunciou o investimento de US\$ 400 milhões na geração de 100 mil empregos.

30/10/2009, página A14

Uribe prescinde de Congresso e fecha hoje pacto com EUA

Países assinam em Bogotá acordo militar bilateral, que envolve uso de 6 bases e causou desconfiança em vizinhos

Decisão de evitar votação no Parlamento ignora parecer do órgão jurídico oficial e foi criticada pelas duas principais siglas opositoras

Internacional

Em reunião com os presidentes da Câmara e do Senado, o governo da Colômbia ratificou ontem que o acordo que dará aos EUA, se caso a se menos seis instalações militares no país não precisa passar pelo Congresso. O tratado deve ser assinado hoje, em Bogotá.

A decisão do governo conservador de Álvaro Uribe foi criticada pelos opositores do Partido Liberal, controlista, e Polo Democrático Alternativo, esquerdistas, porque contraria a recomendação feita, na semana passada, pelo Conselho de Estado, órgão do Judiciário cujas determinações têm caráter não vinculante.

Ao deixar do Congresso, Uribe consegue evitar transação por meio de uma complicação que poderia deixar a assinatura do acordo para as vésperas das eleições presidenciais do ano que vem.

O Conselho se mostrou firme no sentido do acordo para votação no Congresso colombiano, considerando que ele é uma questão alérgica extensiva da cooperação já existente com Washington.

O órgão também argumenta que o acordo —que provo-

cou rejeição de Venezuela e Equador e posição de ambiguidade do Brasil— deve passar pelo Senado para cumprir o que determina o artigo 172 da Constituição. A norma diz que é prerrogativa do Senado “permitir o trânsito de tropas estrangeiras pelo território da República”.

Ontem, ao fim da reunião na Chancelaria colombiana, o presidente da Câmara, o governista Edgar Gómez, apresentou a justificativa do governo para prescindir da aprovação do Legislativo: “O acordo não afeta a neutralidade do Estado [colombiano]; não implica o trânsito de tropas; não contempla a passagem de pessoal militar com finalidade ofensiva”.

Gómez explicou que as operações conjuntas feitas por EUA e Colômbia visam a



O acordo [que permite a presença de militares americanos em bases da Colômbia] não afeta a neutralidade do Estado [colombiano]; não implica o trânsito de tropas; não contempla a passagem de pessoal militar com finalidade ofensiva

Estados Unidos
em visita de trabalho ao território

domésticos.

Segundo a imprensa colombiana, o Conselho de Estado sustenta que o novo tratado passasse pelo Senado porque, em sua interpretação, a atracagem de um navio militar americano em uma base naval colombiana, por exemplo, configuraria trânsito de tropas estrangeiras.

Visita ao Comando Sul

Além do chanceler Jaime Bermúdez, participou do encontro com os parlamentares o ministro do Interior e da Justiça Fabio Valencia. Em uma reunião participaram o ministro da Defesa, Gabriel Silva, mas ele esteve ontem nas instalações do Comando Sul dos EUA, devido ao feriado que recai na América Latina, em Miami, onde assinou memorandos de cooperação e treinamento militar.

O embaixador dos EUA na Colômbia, William Brownfield, disse que, por exigência legal, a Casa Branca enviara o acordo assinado às comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara americana.

Ja o governo Uribe promete disponibilizar o texto, para tentar dissipar a desconfiança na região. Também com esse objetivo, o país fechou ao texto final, segundo reportagem da revista colombiana “Carabó”, menções a normas da ONU que pregam a não intervenção em outros países.

Colômbia fecha bases para

30/10/2009, página A14

Chávez culpa Bogotá por crimes em seu país

SIMONE IGLESIAS
ENVIADA ESPECIAL A CARACAS

Em mais uma demonstração do relacionamento tenso que mantém com a Colômbia, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, responsabilizou o país de Álvaro Uribe pela violência em seu país.

Ao lembrar a morte de ao menos dez pessoas —um venezuelano, um peruano e oito colombianos— por um grupo armado em Estado venezuelano na fronteira com a Colômbia, na semana passada, Chávez questionou: “De onde são [os grupos armados]? A maioria da Colômbia”. E continuou: “De onde vêm assassinos? Da Colômbia. Sequestros, assaltos, coisas que não aconteciam na Venezuela”, afirmou em um discurso de três horas em evento pelo primeiro aniversário do

satélite Simón Bolívar, em parceria com o governo chinês.

As vítimas foram sequestradas em território colombiano enquanto jogavam futebol. A polícia venezuelana diz ter indícios de que o crime foi cometido por paramilitares —que se rearticularam na Colômbia em escala menor do que nos anos 90. Os parentes das vítimas negam o vínculo, e Bogotá alega que Caracas rejeita ajuda para as investigações.

Horas antes, o governo venezuelano divulgou o que considerava “provas irrefutáveis” da existência de uma “grande operação de espionagem” orquestrada pela Colômbia contra Venezuela, Equador e Cuba. Caracas acusou a CIA de financiar a atividade.

A Venezuela anunciou ter prendido nesta semana três supostos colombianos, mas o go-

verno Álvaro Uribe nega.

Obama

Chávez aproveitou o longo discurso para criticar os EUA e o presidente Barack Obama. Disse que o americano não deveria ter recebido o Prêmio Nobel da Paz. Chávez disse que jamais aceitaria a premiação. “Eu não teria recebido por questão de ética”, disse e acrescentou que está disposto a conversar com Obama “e com o diabo se necessário” para que haja paz na Colômbia.

O venezuelano disse saber que não vai ficar para sempre no poder e pediu à população que não deixe sua oposição chegar ao governo. “É uma questão de vida e de morte que essa burguesia cheia de ódio nunca volte a governar.”

Com agências internacionais

EUA fazem Zelaya e golpistas fecharem pacto

Partes assinam acordo que prevê que Congresso vote sobre restituição de presidente deposto em 28 de junho ao cargo

ALTO MANDO MILITAR
Comandante em chefe do Exército, general Romeo Acosta, em uma reunião com o presidente Zelaya em Tegucigalpa, Honduras, em 2009. Acosta foi deposto em 28 de junho.

Após mais de quatro meses de crise política, o presidente Zelaya e o general Romeo Acosta, comandante em chefe do Exército, fecharam um acordo que prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.



Partes do acordo assinado em Tegucigalpa, Honduras, em 28 de junho. Zelaya e Acosta assinaram o acordo que prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho.

HONDURAS
O presidente Zelaya e o general Romeo Acosta assinaram o acordo que prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho.

DESAFIO
A restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho é um desafio para o Congresso, que deve votar sobre a proposta.

Acosta assinou o acordo com Zelaya em Tegucigalpa, Honduras, em 28 de junho. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta. O acordo também prevê a restituição de Acosta ao cargo de comandante em chefe do Exército.

O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta. O acordo também prevê a restituição de Acosta ao cargo de comandante em chefe do Exército.

O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta. O acordo também prevê a restituição de Acosta ao cargo de comandante em chefe do Exército.

O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta. O acordo também prevê a restituição de Acosta ao cargo de comandante em chefe do Exército.

O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta. O acordo também prevê a restituição de Acosta ao cargo de comandante em chefe do Exército.

Ameaça de mais sanções econômicas americanas desata o nó

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.



Nome do homem em uma reunião com o presidente Zelaya em Tegucigalpa, Honduras, em 2009.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

Sanções econômicas americanas desata o nó da crise política em Honduras. O acordo prevê a restituição de Zelaya ao cargo de presidente da Honduras em 28 de junho, caso o Congresso votar a favor da proposta.

'Se Congresso disser não, seguirei lutando'

Em entrevista à Folha após assinatura de acordo, Zelaya diz que 'apenas povo', que o elegeu, pode retirar o seu cargo

Em entrevista à Folha após assinatura de acordo, Zelaya diz que 'apenas povo', que o elegeu, pode retirar o seu cargo



Zelaya em entrevista à Folha após assinatura de acordo. Zelaya diz que 'apenas povo', que o elegeu, pode retirar o seu cargo

Manuel Zelaya Rosales, presidente da Honduras, afirmou em entrevista à Folha de São Paulo que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Manuel Zelaya Rosales, presidente da Honduras, afirmou em entrevista à Folha de São Paulo que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

OS NAVIOS DA CVC ESTÃO MUITO BARATOS

Aproveite o dólar baixo e as promoções da CVC.

Os navios da CVC são os únicos que incluem refeições e bebidas a bordo com sistema tudo incluído. E ainda as criações viflam grátis.

Cruzeiro de 4 dias
Saída 14 de dezembro
A partir de **10x 58 reais**

Comida e bebidas a bordo com sistema tudo incluído. E ainda as criações viflam grátis.

Navio	Partida	Retorno	Preço
Albatroz	14/12	18/12	10x 58
Albatroz	21/12	25/12	10x 58
Albatroz	28/12	01/01	10x 58
Albatroz	04/01	08/01	10x 58
Albatroz	11/01	15/01	10x 58
Albatroz	18/01	22/01	10x 58
Albatroz	25/01	29/01	10x 58
Albatroz	01/02	05/02	10x 58
Albatroz	08/02	12/02	10x 58
Albatroz	15/02	19/02	10x 58
Albatroz	22/02	26/02	10x 58
Albatroz	29/02	03/03	10x 58
Albatroz	06/03	10/03	10x 58
Albatroz	13/03	17/03	10x 58
Albatroz	20/03	24/03	10x 58
Albatroz	27/03	31/03	10x 58
Albatroz	03/04	07/04	10x 58
Albatroz	10/04	14/04	10x 58
Albatroz	17/04	21/04	10x 58
Albatroz	24/04	28/04	10x 58
Albatroz	01/05	05/05	10x 58
Albatroz	08/05	12/05	10x 58
Albatroz	15/05	19/05	10x 58
Albatroz	22/05	26/05	10x 58
Albatroz	29/05	02/06	10x 58
Albatroz	05/06	09/06	10x 58
Albatroz	12/06	16/06	10x 58
Albatroz	19/06	23/06	10x 58
Albatroz	26/06	30/06	10x 58
Albatroz	03/07	07/07	10x 58
Albatroz	10/07	14/07	10x 58
Albatroz	17/07	21/07	10x 58
Albatroz	24/07	28/07	10x 58
Albatroz	31/07	04/08	10x 58
Albatroz	07/08	11/08	10x 58
Albatroz	14/08	18/08	10x 58
Albatroz	21/08	25/08	10x 58
Albatroz	28/08	01/09	10x 58
Albatroz	04/09	08/09	10x 58
Albatroz	11/09	15/09	10x 58
Albatroz	18/09	22/09	10x 58
Albatroz	25/09	29/09	10x 58
Albatroz	02/10	06/10	10x 58
Albatroz	09/10	13/10	10x 58
Albatroz	16/10	20/10	10x 58
Albatroz	23/10	27/10	10x 58
Albatroz	30/10	03/11	10x 58
Albatroz	06/11	10/11	10x 58
Albatroz	13/11	17/11	10x 58
Albatroz	20/11	24/11	10x 58
Albatroz	27/11	01/12	10x 58
Albatroz	04/12	08/12	10x 58
Albatroz	11/12	15/12	10x 58
Albatroz	18/12	22/12	10x 58
Albatroz	25/12	29/12	10x 58
Albatroz	01/01	05/01	10x 58
Albatroz	08/01	12/01	10x 58
Albatroz	15/01	19/01	10x 58
Albatroz	22/01	26/01	10x 58
Albatroz	29/01	02/02	10x 58
Albatroz	05/02	09/02	10x 58
Albatroz	12/02	16/02	10x 58
Albatroz	19/02	23/02	10x 58
Albatroz	26/02	01/03	10x 58
Albatroz	05/03	09/03	10x 58
Albatroz	12/03	16/03	10x 58
Albatroz	19/03	23/03	10x 58
Albatroz	26/03	30/03	10x 58
Albatroz	02/04	06/04	10x 58
Albatroz	09/04	13/04	10x 58
Albatroz	16/04	20/04	10x 58
Albatroz	23/04	27/04	10x 58
Albatroz	30/04	04/05	10x 58
Albatroz	07/05	11/05	10x 58
Albatroz	14/05	18/05	10x 58
Albatroz	21/05	25/05	10x 58
Albatroz	28/05	01/06	10x 58
Albatroz	04/06	08/06	10x 58
Albatroz	11/06	15/06	10x 58
Albatroz	18/06	22/06	10x 58
Albatroz	25/06	29/06	10x 58
Albatroz	02/07	06/07	10x 58
Albatroz	09/07	13/07	10x 58
Albatroz	16/07	20/07	10x 58
Albatroz	23/07	27/07	10x 58
Albatroz	30/07	03/08	10x 58
Albatroz	06/08	10/08	10x 58
Albatroz	13/08	17/08	10x 58
Albatroz	20/08	24/08	10x 58
Albatroz	27/08	31/08	10x 58
Albatroz	03/09	07/09	10x 58
Albatroz	10/09	14/09	10x 58
Albatroz	17/09	21/09	10x 58
Albatroz	24/09	28/09	10x 58
Albatroz	01/10	05/10	10x 58
Albatroz	08/10	12/10	10x 58
Albatroz	15/10	19/10	10x 58
Albatroz	22/10	26/10	10x 58
Albatroz	29/10	02/11	10x 58
Albatroz	05/11	09/11	10x 58
Albatroz	12/11	16/11	10x 58
Albatroz	19/11	23/11	10x 58
Albatroz	26/11	30/11	10x 58
Albatroz	03/12	06/12	10x 58
Albatroz	10/12	13/12	10x 58
Albatroz	17/12	20/12	10x 58
Albatroz	24/12	27/12	10x 58
Albatroz	31/12	03/01	10x 58

Reserve o seu lugar no navio da CVC e aproveite o dólar baixo para viajar.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

Zelaya afirmou que se o Congresso disser não ao acordo de paz assinado com o ex-governador de facto, ele seguirá lutando. Zelaya disse que o único caminho para a paz é através do diálogo e que ele seguirá lutando até que o povo de Honduras decida sobre o futuro do país.

'Desfecho é aprendizado para todos', diz Lula

Em visita oficial à Venezuela, presidente brasileiro afirma que resultado da crise hondurenha 'terminou sendo bom'

Não podemos dizer que as Américas voltaram à época das convenas', diz Chávez; reação internacional a pacto foi de aprovação unânime

DEMOCRACIAS

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem na Venezuela que ele e o colega Hugo Chávez ficaram satisfeitos com o acordo proposto pelos EUA ao ex-governador deposto e exilado de Honduras, que debata no mês do Congresso do país o retorno ao cargo de Manuel Zelaya.

Tanto o brasileiro como o venezuelano se declararam "amigos da democracia".

Lula disse que, assim como Chávez, espera que o país volte à normalidade e que todos para que o Congresso local decida a favor de Zelaya, para que ele possa prosseguir o país até as eleições do dia 29 de novembro.

"Terminou sendo um resultado bom. É acho que o que ocorreu em Honduras acaba sendo um aprendizado para todos nós, que amamos a democracia", afirmou o brasileiro.

Antes de embarcar de volta ao Brasil, Lula ainda disse que o país fez o que qualquer democracia faz. "Nem o [líder chileno] Augusto Pinochet (1973-1990) teve coragem de fazer qualquer coisa contra a Embaixada de Chile". Lula afirmou ainda não acreditar em desarmamento do acordo.

"O [presidente interino Roberto] Micheletti descobriu que não é possível governar contra a vontade da maioria. Já é difícil governar quando tudo está afundado".

Para Chávez, o acordo é um passo importante para estabelecer a Democracia no país.



Presidente e oposita, Roberto Micheletti, recebe-se após anunciar acordo com Zelaya no Palácio Presidencial, em Tegucigalpa

"Mas, que amamos a democracia, não podemos dizer que as Américas voltaram à época das convenas", afirmou.

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, disse que teria sido "muito triste" se um acordo não tivesse sido firmado. Segundo ele, o pacto restaura o que todos os governos da América do Sul desejavam — o poder ao presidente Zelaya — e, sobretudo, restitui a democracia.

"Teria sido muito triste se não tivéssemos sido capazes de

fazer isso. Ainda existem alguns aspectos, mas estamos muito otimistas", disse Amorim.

O chanceler elogiou o decreto do governo dos EUA de enviar a Venezuela o diplomata Thomas Shannon, indicado por Barack Obama para assumir a embaixada americana em Brasília, e disse: "Esse acordo não está escrito no Brasil não tivesse aberto as portas [da embaixada] a Zelaya". Disse ainda que a visita de Zelaya à embaixada brasileira em Tegucigalpa era "histórica".

Nos últimos dias, Shannon esteve em paradas de contato com o colega Antônio Patriota, novo secretário-geral da Embaixada Americana em Tegucigalpa.

Antes disso, segundo a Folha aprou, Amorim telefonou para Patriota e fez o seguinte pedido: "Fale pro Shannon não sair de lá [Honduras] enquanto não resolver esse abacaxi".

Reações ao mundo
O secretário-geral da ONU,

Ban Ki-moon, disse que o acordo firmado por Honduras "foi caminho da plena restauração democrática". A ONU condenou o golpe nos primeiros dias após a deposição de Zelaya.

Já o secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) — que suspendeu Honduras — José Miguel Insulza, que chegou a tomar parte das negociações por um entendimento em Honduras, disse que "se cumpriu de bom-fé, o acordo resolveu a crise".

Terminou sendo um resultado bom. É acho que o que ocorreu em Honduras acaba sendo um aprendizado para todos nós, que amamos a democracia. Micheletti descobriu que não dá para governar contra a maioria. Já é difícil com tudo a favor

LUÍZ INÁCIO LULU DA SILVA
em visita de trabalho

Não podemos deixar que as Américas voltem à época das convenas

HUGO CHÁVEZ
em visita de trabalho

Teria sido muito triste se não tivéssemos sido capazes de fazer isso. Ainda faltam alguns aspectos, mas estamos muito confiantes

CELSO AMORIM
à visita de trabalho

Já o presidente da Costa Rica embaixador da primeira rodada de negociações entre golpistas e opositores Oscar Arias, se disse muito feliz pelo acordo e pediu o sistema internacional a reconhecer o acordo.

O mediador Felipe Calderón defendeu que o acordo seja posto em prática "em breve" e pediu a "reintegração [do país] ao sistema internacional". A União Europeia e países como França e Espanha assinalam a "abertura do caminho para a volta da ordem constitucional".

Situação da embaixada ainda preocupa OEA

WASHINGTON

O secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), o chileno José Miguel Insulza, se lamentou ontem em Washington, perto da sede (1820 de Brasília) para onde se havia dirigido a um acordo de Tegucigalpa.

Embora sua missão ainda se diga ou não para o presidente da Costa Rica, Óscar Arias, autor do chamado Acordo de San José, que foi o ponto de partida para o tratado celebrado ontem. Decidiu deixar o Nobel da Paz de 2007.

Insulza contou sua história longe mais longe, em três de manhã que omissa para (re)instalar na capital americana, do qual foi o primeiro.

"O acordo era certo, me disseram, mas já foi certo outras vezes, então não há surpresa", disse ele. "Demorei mais do que esperávamos, mas não é uma nova etapa", disse o

secretário-geral da OEA.

Agora, Insulza tem de lidar com dois representantes interessados para fazer parte do comitê que verificará se os itens do acordo estão sendo cumpridos.

Mandará também a missão eleitoral da OEA que atuará como observadora do pleito de 29 de novembro. "Certamente dentro de 40 dias para isso, mas faremos um mês".

Por fim, há que convocar uma assembleia geral da entidade para decidir pela reintegração de Honduras à OEA — o golpe de 28 de junho motivou a suspensão do país centro-americano do grupo.

Na reunião do Conselho Permanente da entidade, que ocorreu na tarde de ontem, o representante da Colômbia sugeriu que a reintegração acontecesse em Honduras, em solenidade com a presença de Manuel Zelaya e Roberto Micheletti. Mas a proposta encontrou

resistência.

Pela manhã, o secretário-geral disse que estava preocupado com a situação da Embaixada do Brasil e que levanta a preocupação à reunião de tarde. "A situação da embaixada não está contemplada no cronograma do acordo, e isso me preocupa", disse Insulza à Folha.

Preocupação semelhante demonstrou o secretário-geral do Estado dos EUA para o hemisfério Ocidental, Thomas Shannon.

"Neste momento, o acordo não se refere ao status do presidente Zelaya dentro de Honduras, mas esse é obviamente um ponto de diálogo que nos e o regime 'de facto' queremos ter", disse o diplomata, durante teleconferência ontem. "É óbvio que o status dele deverá ser normalizado de alguma maneira e que o regime 'de facto' deverá parar o assédio à embaixada brasileira." (R)

CDHU

Aviso de Seleção Pública

A Secretaria Estadual da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), em parceria com a Secretaria Estadual de Gestão Pública e a Caixa Econômica Federal, comunicam a todos os servidores públicos estaduais ativos a abertura do processo de seleção pública para a aquisição de 376 apartamentos construídos pela CDHU na zona sul da Capital. Os interessados devem se inscrever entre os dias 4 e 26 de novembro de 2009, exclusivamente pelo site www.cdhu.sp.gov.br.

O edital com todas as condições foi publicado neste

TENSÃO POLÍTICA

Premiê do Haiti é destituída pelo Senado

DA REUTERS

O presidente do Haiti, René Preval, foi forçado ontem a nomear um novo primeiro-ministro após a destituição da premiê Michèle Pierre-Louis pelo Senado, no mesmo dia.

Pierre-Louis, nomeada por Preval havia 14 meses, foi removida do cargo por 18 dos 29 senadores, via moção de censura à gestão da premiê na economia do empobrecido país. Ante questionamentos da Minustah (missão de estabilização da ONU liderada pelo Brasil) e temores de que o vácuo de poder destabilizasse o país, Preval chamou o ministro do Planejamento, Jean Max Bellerive (que ainda tem de passar pelo crivo do Legislativo), para o posto.

Pacto militar favorece EUA, avalia Justiça da Colômbia

Acordo é assinado em Bogotá; governo Uribe promete divulgar teor na semana que vem

Órgão jurídico independente afirma que tratado prevê que americanos decidirão ações, e colombianos "cooperarão"; tema preocupa vizinhos

FLAVIA MARRETO
CORRESPONDENTE

O governo da Colômbia e dos EUA assinaram ontem, numa cerimônia atípica em Bogotá, acordo que aumenta a presença militar americana em território colombiano. O texto foi considerado "desequilibrado" a favor de Washington e potencialmente violador da soberania colombiana pelo Conselho de Estado, o órgão jurídico consultivo máximo local.

O texto que permitirá aos EUA usarem pelo menos sete bases militares na Colômbia entra em vigor imediatamente, uma vez que os dois governos sustentam que o acordo é uma mera atualização de acordos anteriores e não necessita de aprovação por parte dos respectivos Congressos.

Essa não foi a opinião do Conselho de Estado da Colômbia, órgão independente de controle jurídico do governo cujas decisões não são vinculativas. Além de recomendar a submissão do texto ao Congresso, os ministros federais criticaram no texto assinado, quando foi divulgado ontem.

De acordo com cópia do parecer disponibilizado pelo jornal colombiano "El Espectador", o conselho sustenta que a diferença do que está em Bogotá e Washington, o texto do acordo permite que os EUA "determinem as atividades a realizar"



Oficiais dos EUA entre soldados na Chancelaria da Colômbia

no país, sendo a Colômbia apenas "cooperante".

O texto, que venceu votação apertada no Conselho de Estado, diz ainda que o acordo não determina "a forma e o âmbito" do uso que os EUA farão das instalações militares.

Os países vizinhos, Brasil incluído, manifestaram desconforto em relação tanto à abrangência das atividades militares americanas na Colômbia como em relação ao controle, em última instância, das futuras operações.

Outros, durante o contrato de assinatura, o chanceler colombiano, Jaime Bermúdez, ao enviar ao americano na Colômbia, Willam Brownfield, palavras a afirmar que o acordo respeitará as normas internacionais sobre não intervenção e integridade territorial de

terceiros países. Afirmaram também que as ações terão aprovação prévia de Bogotá.

Bermúdez prometeu divulgar o texto na semana que vem, e enviar carta de comunicação a todos os chanceleres da região. Já Brownfield disse que o acordo não remete às contagens de Reinos Eterno do Congresso colombiano.

Para o Conselho de Estado, o texto assinado ontem é muito frouxo e deve virar decisões importantes para ações posteriores. Menciona termos de implementação, mas não cita quais. O parecer cita um trecho que prevê que, no futuro, será estabelecido "um mecanismo de coordenação" para submeter o comando e a logística das operações autorizadas e entrar no Estado colombiano.

O texto considera, na página

31 do documento, que o procedimento de "trabalhar em banco privado" "constituiria uma real soberania da nação".

O analista de segurança colombiano Alfredo Rangel, próximo do governo Álvaro Uribe, defende o acordo como necessário e conveniente para a Colômbia. De qualquer forma, soldados armados sem equipamentos de guerra. Afirmas será inteligência e monitoramento.

Mas Adam Lincove, analista de América Latina do progressista Center for International Policy, de Washington, criticou o acordo pela falta de transparência e por violar a capacidade dos EUA de cobrar da Colômbia compatibilização com parâmetros de respeito aos direitos humanos.

"Obama falou de não parceria, de ouvir o que há de ser decidido aqui e depois, e agora, sem consultar ninguém, está aumentando rapidamente a presença militar na América do Sul. Isso coloca a confiança da região em risco de se quebra por completo", diz Lincove.

Chávez e Lula

Outros, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou que o acordo entre Colômbia e EUA tem de ser denunciado pelo Brasil e pela América do Sul porque se trata claramente de parte da estratégia de expansão militar dos EUA.

João Lula da Silva, que visitou a Venezuela ontem, Chávez afirmou que a "realidade de guerra" dos EUA está sendo instalada em sua fronteira.

Chávez e Lula

OS EUA NAS BASES COLOMBIANAS

Acordo bilateral assinado ontem não foi divulgado



DESEQUILIBRADO

Segundo Conselho de Estado, acordo é desequilibrado a favor dos EUA porque:

1. É um acordo desequilibrado para a Colômbia, o que não garante a soberania do país.
2. O acordo permite que os EUA usem as bases militares para atividades de inteligência e monitoramento.
3. O acordo permite que os EUA usem as bases militares para atividades de inteligência e monitoramento.
4. O acordo permite que os EUA usem as bases militares para atividades de inteligência e monitoramento.
5. O acordo permite que os EUA usem as bases militares para atividades de inteligência e monitoramento.

ONDE OS EUA ESTÃO NA REGIÃO, ALÉM DA COLÔMBIA



Fonte: Departamento de Defesa dos EUA

Congresso ameaça protelar voto sobre Zelaya

Bancada pró-Micheletti considera que acordo não prevê prazo para votação; governo de reconciliação pode ser instalado antes

Atualmente, Legislativo está em recesso para deputados fazerem campanha. Poder ainda quer consultar outras instâncias antes de decidir

FABIANO MALCORRANI
SERVIDOR PÚBLICO E JORNALISTA

Um dia depois da assinatura do acordo para a restituição de Manuel Zelaya, o presidente deposto e o governo anterior, de Roberto Micheletti, se aproximaram, porém com divergências sobre o prazo para a votação no Congresso e a instalação de um "governo de unidade e reconciliação nacional", prevista para a quinta-feira.

Deputados que apoiam Micheletti afirmam que o Congresso não está obrigado a votar a restituição de Zelaya até quinta-feira e defendem que a instalação de um novo governo, prevista no calendário do acordo, pode ser feita independentemente da volta do presidente deposto ao Executivo.

"O dia 5 é importante para constituir o governo de unidade, mas o acordo deixou claro que não se podia dar prazo ao Congresso", disse a Folha Hernán Velásquez, um dos quatro vice-presidentes da mesa diretora do Congresso.

Velásquez disse que "obviamente" a restituição de Zelaya não será votada antes da quinta-feira, já que o acordo nem sequer foi oficialmente apresentado ao Congresso, atualmente em recesso.

"É possível que a primeira reunião da mesa diretora seja na terça. Os deputados estão em campanha eleitoral, e segunda-feira é o Dia dos Pais", disse Velásquez, chefe de bancada do Partido Democrata-Cristão, cujos quatro deputados aprovaram a deposição de Zelaya, em 28 de junho.

"O Congresso oficialmente não cobriu o documento. Os

tem [jornalistas], não entregaram a nenhum membro da direção, porque o presidente não estava no Congresso."

Velásquez afirma que, depois da apresentação formal do documento, o Congresso "podrá a costura" da Corte Suprema de Justiça, do Ministério Público e da Procuradoria Geral da República.

A confirmação de um novo governo na próxima quinta-feira sem a volta de Zelaya é considerada irreversível pelo presidente deposto.

"O governo de unidade se faz em torno da sua restituição. Se não, estamos falando de uma terceira via", disse Carlos Reina, o principal assessor político de Zelaya, em diálogo a respeito da proposta de Micheletti de que ele e Zelaya renunciassem em favor de um terceiro nome.

"O Congresso tem de atender a solicitação antes da data estipulada. Do contrário, o acordo estará anulado."

Pelo ponto cinco do texto aprovado anteriormente, cabe ao Congresso decidir sobre a restituição de Zelaya, após consultar a "autoridade nacional". Opção não mencionada textualmente uma data limite.

Isso o calendário para o cumprimento do acordo, previsto no ponto nove, fala em "confirmação e instalação do governo de unidade e reconciliação nacional" até quinta-feira.

Enquanto o dia da votação não é marcado, Zelaya e Micheletti fazem críticas. O presidente deposto acusa o apoio da bancada do Partido Nacional, que inicialmente apoiou o governo anterior, e de parte do seu partido, o Liberal, majoritariamente pró-Micheletti.

Isso os apoiadores do governo anterior no Parlamento apontam em que o resultado da votação de 18 de junho se mantinha, "já que as condições jurídicas não mudaram", afirma Velásquez.



Colaboradores do canal de televisão e do partido de Manuel Zelaya, Porfirio Lobo, fazem campanha em Tegucigalpa após a saída

A COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO

Partido Nacional, do favor à restituição de Zelaya para decisão

Número de cadeiras no Congresso, por partido



128 é o total de cadeiras do Congresso hondurenho. 24 são pertencem ao partido de Zelaya

Abordagem do governo Obama no caso Honduras divide analistas

Quando visitou o México, para um encontro dos três líderes do continente norte-americano, o presidente Barack Obama pediu licença para responder a uma pergunta sobre a crise hondurenha que havia sido endossada a sua colega mexicana, Felipe Calderón. O Senador disse que queria se dirigir a um tipo de crítica que vinha sendo feito ao regime.

"O que eu quero dizer é que os EUA não interferem e o suficiente em Honduras não se mostram pessoas que dizem que não entramos em intervenção e que os países precisam cuidar dos seus assuntos internos, não se pode ter a sua intervenção", disse Obama na ocasião. "Tenho sido bem claro em minha opinião e o presidente [Manuel] Zelaya foi removido do poder. Seguramente, que houve um golpe, e que ele deve voltar, devemos cooperar com todos os organismos internacionais

respeitando suas mensagens." "Agora", concluiu Obama, "as duas mensagens críticas acham que é apropriado para nós de responder a uma mensagem que em qualquer outro contexto eles consideram inapropriado, então eu acho que isso indica que talvez haja alguma importância envolvida no enfoque das relações entre EUA e América Latina que certamente não vai girar ao redor do meu governo."

Passados dois meses depois reunião a quatro meses do golpe que derrubou Zelaya, com o impasse nas negociações mediadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), os EUA enviaram a Honduras sua equipe de diplomatas mais graduados para a região. Em 60 horas, conseguiram com que os representantes do líder deposto e do regime golpista celebrassem um acordo.

A ação americana segue o padrão clássico: de um lado, para matar a imagem do país na região, o presidente nem de-

EUA retomam concessão de visto a turistas

A Embaixada dos EUA em Tegucigalpa reiterou amanhã sua oposição de visto para não imigrantes, enquanto há mais de dois meses. Além disso, Washington analisa a melhor maneira de colaborar no processo eleitoral hondurenho para assegurar que as eleições presidenciais de 29 de novembro possam ser consideradas livres e justas tanto pelos locais como pela comunidade internacional.

As duas informações foram confirmadas no sábado a Folha por um porta-voz do Departamento de Estado e marcam o início da normalização das relações entre os dois países, na esteira do acordo assinado na sexta-feira. Ainda está sendo debatido quando serão suspensas outras medidas contra o regime golpista tomadas pelo governo Barack Obama.

As mais urgentes são as que cortavam assistência financeira para valor que, segundo alguns cálculos, chega a US\$ 30 milhões. Uma das hipóteses sendo analisadas é esperar que o Congresso hondurenho tome sua decisão sobre o destino de Manuel Zelaya para que então a Chancelaria americana anule a suspensão de bloqueio econômico.

Outra separação imediata do país na Organização dos Estados Americanos, que se aconteceu após assembleia com todos os países-membros. Ainda não há data para que isso ocorra em

ferindo a política de não intervenção; de outro, diante da fragorosa de entidades como a OEA e, principalmente na América Central e Caribe, da ausência de uma postura com o peso dos EUA. Acusou-o que a crise só se resolveria se Washington deixasse a pressão.

"A pergunta que o espírito socialista é: 'Por que o governo americano não faz uso há quatro meses?'" disse a Folha Julia Swag, especialista nas relações entre os EUA e a América Latina do influente Council on Foreign Relations. "A resposta é porque Obama quer se distanciar da imagem dos republicanos interventores que o antecederam e porque no momento ele tem fortalecido laços multilaterais como a OEA."

Deu certo? "Em termos", responde a Folha Eric Farnsworth, vice-presidente do Conselho das Américas. "Quando menos, porque prova que a OEA tem pouca habilidade de resolver esse tipo de crises sociais. Isso decorre de uma característica da entidade: a de que tem de haver consenso antes da ação." Para ele, há limites para o que pode ser feito nessa estrutura.

Dele discorda parcialmente o secretário-geral da entidade, José Miguel Insulza. "O realiternário tem limites que decorrem de um entendimento não tem", disse ele na sexta, em razão da reunião com jornalistas

qual a Folha participou. "Esta é uma clara a importância dos EUA no processo desde o princípio, mas o papel da OEA continua o mesmo, antes e depois."

O cenário adiante, no entanto, que "o mais difícil é colocar em acordo 34 países", referindo-se aos membros da OEA. De fato, durante o processo, um pelo menos uma sessão do Conselho Permanente da entidade, não houve consenso nem mesmo sobre o texto do documento que condenava as medidas de exceção tomadas pelo regime golpista, as quais todos condenaram.

Quanto a existência de uma nova potência regional, Eric Farnsworth acha que esse papel tende a ser do Brasil, além de que o novo protagonista de Brasília não se equiparará a Washington.

"A contribuição do Brasil será muito bem-vinda, mas em alguns casos ainda será necessária a visita do Departamento de Estado [americano] para as coisas começarem a andar

Abordagem do governo Obama no caso Honduras divide analistas

Quando visitou o México, para um encontro dos três líderes do continente norte-americano, o presidente Barack Obama pediu licença para responder a uma pergunta sobre a crise hondurenha que havia sido endossada a sua colega mexicana, Felipe Calderón. O Senador disse que queria se dirigir a um tipo de crítica que vinha sendo feito ao regime.

"O que eu quero dizer é que os EUA não interferem e o suficiente em Honduras não se mostram pessoas que dizem que não entramos em intervenção e que os países precisam cuidar dos seus assuntos internos, não se pode ter a sua intervenção", disse Obama na ocasião. "Tenho sido bem claro em minha opinião e o presidente [Manuel] Zelaya foi removido do poder. Seguramente, que houve um golpe, e que ele deve voltar, devemos cooperar com todos os organismos internacionais

respeitando suas mensagens." "Agora", concluiu Obama, "as duas mensagens críticas acham que é apropriado para nós de responder a uma mensagem que em qualquer outro contexto eles consideram inapropriado, então eu acho que isso indica que talvez haja alguma importância envolvida no enfoque das relações entre EUA e América Latina que certamente não vai girar ao redor do meu governo."

Passados dois meses depois reunião a quatro meses do golpe que derrubou Zelaya, com o impasse nas negociações mediadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), os EUA enviaram a Honduras sua equipe de diplomatas mais graduados para a região. Em 60 horas, conseguiram com que os representantes do líder deposto e do regime golpista celebrassem um acordo.

A ação americana segue o padrão clássico: de um lado, para matar a imagem do país na região, o presidente nem de-

A contribuição do Brasil será muito bem-vinda, mas em alguns casos ainda será necessária a visita do Departamento de Estado [americano] para as coisas começarem a andar

ferindo a política de não intervenção; de outro, diante da fragorosa de entidades como a OEA e, principalmente na América Central e Caribe, da ausência de uma postura com o peso dos EUA. Acusou-o que a crise só se resolveria se Washington deixasse a pressão.

"A pergunta que o espírito socialista é: 'Por que o governo americano não faz uso há quatro meses?'" disse a Folha Julia Swag, especialista nas relações entre os EUA e a América Latina do influente Council on Foreign Relations. "A resposta é porque Obama quer se distanciar da imagem dos republicanos interventores que o antecederam e porque no momento ele tem fortalecido laços multilaterais como a OEA."

Deu certo? "Em termos", responde a Folha Eric Farnsworth, vice-presidente do Conselho das Américas. "Quando menos, porque prova que a OEA tem pouca habilidade de resolver esse tipo de crises sociais. Isso decorre de uma característica da entidade: a de que tem de haver consenso antes da ação." Para ele, há limites para o que pode ser feito nessa estrutura.

Dele discorda parcialmente o secretário-geral da entidade, José Miguel Insulza. "O realiternário tem limites que decorrem de um entendimento não tem", disse ele na sexta, em razão da reunião com jornalistas

qual a Folha participou. "Esta é uma clara a importância dos EUA no processo desde o princípio, mas o papel da OEA continua o mesmo, antes e depois."

O cenário adiante, no entanto, que "o mais difícil é colocar em acordo 34 países", referindo-se aos membros da OEA. De fato, durante o processo, um pelo menos uma sessão do Conselho Permanente da entidade, não houve consenso nem mesmo sobre o texto do documento que condenava as medidas de exceção tomadas pelo regime golpista, as quais todos condenaram.

Quanto a existência de uma nova potência regional, Eric Farnsworth acha que esse papel tende a ser do Brasil, além de que o novo protagonista de Brasília não se equiparará a Washington.

"A contribuição do Brasil será muito bem-vinda, mas em alguns casos ainda será necessária a visita do Departamento de Estado [americano] para as coisas começarem a andar

Abordagem do governo Obama no caso Honduras divide analistas

Quando visitou o México, para um encontro dos três líderes do continente norte-americano, o presidente Barack Obama pediu licença para responder a uma pergunta sobre a crise hondurenha que havia sido endossada a sua colega mexicana, Felipe Calderón. O Senador disse que queria se dirigir a um tipo de crítica que vinha sendo feito ao regime.

"O que eu quero dizer é que os EUA não interferem e o suficiente em Honduras não se mostram pessoas que dizem que não entramos em intervenção e que os países precisam cuidar dos seus assuntos internos, não se pode ter a sua intervenção", disse Obama na ocasião. "Tenho sido bem claro em minha opinião e o presidente [Manuel] Zelaya foi removido do poder. Seguramente, que houve um golpe, e que ele deve voltar, devemos cooperar com todos os organismos internacionais

respeitando suas mensagens." "Agora", concluiu Obama, "as duas mensagens críticas acham que é apropriado para nós de responder a uma mensagem que em qualquer outro contexto eles consideram inapropriado, então eu acho que isso indica que talvez haja alguma importância envolvida no enfoque das relações entre EUA e América Latina que certamente não vai girar ao redor do meu governo."

Passados dois meses depois reunião a quatro meses do golpe que derrubou Zelaya, com o impasse nas negociações mediadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), os EUA enviaram a Honduras sua equipe de diplomatas mais graduados para a região. Em 60 horas, conseguiram com que os representantes do líder deposto e do regime golpista celebrassem um acordo.

A ação americana segue o padrão clássico: de um lado, para matar a imagem do país na região, o presidente nem de-

ferindo a política de não intervenção; de outro, diante da fragorosa de entidades como a OEA e, principalmente na América Central e Caribe, da ausência de uma postura com o peso dos EUA. Acusou-o que a crise só se resolveria se Washington deixasse a pressão.

"A pergunta que o espírito socialista é: 'Por que o governo americano não faz uso há quatro meses?'" disse a Folha Julia Swag, especialista nas relações entre os EUA e a América Latina do influente Council on Foreign Relations. "A resposta é porque Obama quer se distanciar da imagem dos republicanos interventores que o antecederam e porque no momento ele tem fortalecido laços multilaterais como a OEA."

Deu certo? "Em termos", responde a Folha Eric Farnsworth, vice-presidente do Conselho das Américas. "Quando menos, porque prova que a OEA tem pouca habilidade de resolver esse tipo de crises sociais. Isso decorre de uma característica da entidade: a de que tem de haver consenso antes da ação." Para ele, há limites para o que pode ser feito nessa estrutura.

Dele discorda parcialmente o secretário-geral da entidade, José Miguel Insulza. "O realiternário tem limites que decorrem de um entendimento não tem", disse ele na sexta, em razão da reunião com jornalistas

qual a Folha participou. "Esta é uma clara a importância dos EUA no processo desde o princípio, mas o papel da OEA continua o mesmo, antes e depois."

O cenário adiante, no entanto, que "o mais difícil é colocar em acordo 34 países", referindo-se aos membros da OEA. De fato, durante o processo, um pelo menos uma sessão do Conselho Permanente da entidade, não houve consenso nem mesmo sobre o texto do documento que condenava as medidas de exceção tomadas pelo regime golpista, as quais todos condenaram.

Quanto a existência de uma nova potência regional, Eric Farnsworth acha que esse papel tende a ser do Brasil, além de que o novo protagonista de Brasília não se equiparará a Washington.

Boca de urna põe Mujica e Lacalle no 2º turno

Ex-guerrilheiro chega perto dos 50%, mas disputa pela Presidência do Uruguai teria nova rodada em 29 de novembro

Aracina Riquardo
 Especialista em política

• **MONTÉVIDÉU.** Na sexta eleição presidencial consecutiva desde a redemocratização do país, em 1985, cerca de 25 milhões de uruguaios foram levados às urnas para elegerem o sucessor do presidente Tabaré Vázquez, primeiro chefe de Estado esquerdista da História do país. Segundo dados preliminares, divulgados por empresas de consultoria do país, o ex-guerrilheiro espanhol José "Pepe" Mujica, candidato da Frente Ampla, partido de governo, ficou em primeiro lugar, com 41% a 45% dos votos. Se este resultado for confirmado pela apuração oficial, o candidato esquerdista deverá disputar um segundo turno no fim de novembro com o conservador Luis Alberto Lacalle, do conservador Partido Nacional, que teria levado um segundo lugar, com 28% a 30% dos votos.

Esquerdista de que sociedade exige mais esforço
 Até as 21h, o cenário ainda era incerto. Mas, pouco antes das 22h, Mujica admitiu a realização de segundo turno.
 — A sociedade nos exige um pouco mais de esforço — disse o candidato da Frente Ampla.
 Pouco depois de encerrar a votação, na URU, as principais empresas de consultoria apontaram a possibilidade de que Mujica fosse eleito no primeiro turno (teriam necessitado 50% mais um dia eleitoral) ou os primeiros números transmitidos pelos meios de comunicação uruguaios a indicarem essa possibilidade.
 — O mais provável é que a eleição não seja definida hoje (ontem), a Frente Ampla está longe dos 50% — disse o diretor da empresa de consultoria Mori, Ignacio Grassano.
 Segundo ele, "também não podemos confirmar se a Frente vai preservar sua maioria parlamentar" (para isso seria necessária, no mínimo, 48% dos votos). Outras fontes renovadas na 59 câmara da Câmara e as 30 do Senado.

— Vamos esperar os resultados definitivos, mas hoje (ontem) ficou claro que a Frente Ampla é a primeira força política do país, de longe — declarou o candidato do governo, após discursar e trabalhar ao campo durante toda a tarde em sua chácara de Rancho del Cerro, a 18km de Montevideo.
 A maioria dos analistas locais acredita que Mujica será eleito presidente no segundo turno, marcado para o próximo dia 29 de novembro, e, com este provável cenário, sua fundamental para a Frente Ampla continuar contada com um Parlamento de maioria esquerdista. Nos últimos dias de campanha, o ex-guerrilheiro pregou um pacto aos demais partidos do país, para negociar acordos em áreas como educação, saúde, energia e meio ambiente,



JOSÉ MUJICA
 vota em Montevideo, segundo turno para o ex-guerrilheiro

mesmo sabendo que a Frente Ampla deveria continuar dominando o Congresso.
 Tinha de Mujica de empresas de consultoria Cilia indicaram, ainda, que era incerto o resultado do referendo sobre a vigência da Lei de Caducidade, aprovada pelo Parlamento em 1986 e ratificada em plebiscito popular em 89, que anistiou militares envolvidos em crimes da Malvinas (1975-1982).

— Há despolêmia foi defendido por Mujica e pela Frente Ampla, que também exigia mais de 50% dos votos para tirar o avanço de projetos na Justiça e o julgamento e co-

denação de militares que sequestraram, torturaram e assassinaram opositores do regime militar uruguio. Mas que se cinco anos de gestão de Vázquez, apesar da política foi decidido o ex-presidente Juan María Bordaberry (governante civil entre 1973 e 1985) e o ditador entre 1973 e 1985), acusado de ser um dos responsáveis pelo sequestro e desaparecimento dos congressistas Edimar Michelini e Hector Goitierrez Iturriz, e dos militares do movimento Tupamaros Rosario Barredo e William Whittling todos ocorridos em 1976.

Bordaberry comparece a prisão domiciliar e deverá ser julgado no próximo governo. Também sob a gestão de Vázquez foram processados oito militares e policiais que tinham participado do sequestro e assassinato do uruguio Adalberto Sosa, em 1976, na Argentina. Grima, o candidato do Partido Colorado e filho do esquerdista Bordaberry, terá levado um terceiro lugar com entre 17% e 18% dos votos. Os uruguaios também tiveram rechaçado nas urnas a possibilidade de que suas comarcações que moram no exterior possam votar por correio, como decidida a Frente Ampla.



LACALLE vota e discute, ex-candidato teve entre 28% a 30% dos votos

CORPO A CORPO

ALFONSO LESSA

'A Frente Ampla se consolidou'

• Na visão do analista político uruguio Alfonso Lessa, colunista do jornal "El País", a Frente Ampla se consolidou como a principal força política nacional nas eleições de ontem.
 O GLOBO: A Frente Ampla fez uma boa eleição? **ALFONSO LESSA:** Sim, foi uma boa eleição, mas não sei qual o primeiro turno. Quase 50% do país não de esquerda e os outros 50% estão divididos entre trinta partidos.
 • Se o candidato do governo obtiver 48% dos votos, Luis Lacalle deveria aceitar ou disputar o segundo turno? **LESSA:** Não, que combete o nome de Lacalle, não. Mesmo sabendo que provavelmente será derrotado no segundo turno, ele não vai abandonar o leito. Esta é uma situação inédita em nosso país. Muitos nos dizem sistema eleitoral há pouco tempo, a eleição seguinte, Tabaré Vázquez foi eleito no primeiro turno.



TABARÉ com um jovem eleito popularizado em sua

Saída por cima

Cartazes com a frase 'Tabaré 2014' já pedem a volta do presidente

• **MONTÉVIDÉU.** Como ocorreu com o ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos (2000-2006), que deixou o poder com mais de 80% de aprovação e grandes pressões para buscar a saída pacífica, um segundo mandato, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, está encerrando seus cinco anos de gestão com ampla aceitação dos eleitores de seu país. Outros, seguidores de Vázquez, colocaram cartazes com a legenda "Tabaré 2014" nas escolas e no chique de Estado votou, em Montevideo. Perguntado sobre a possibilidade de tentar uma futura reeleição, o presidente uruguio optou por uma resposta bem humorada.
 — Vouca ver se chegamos a 2014, quem manda é a história — disse Tabaré, de 69 anos, que é católico.
 O presidente disse sentir "uma grande alegria, uma emoção muito grande" pelo nível de respaldo a

seu governo, depois de cinco anos de gestão. Vázquez foi o primeiro presidente de esquerda da história do Uruguai. Seu partido, a Frente Ampla (uma grande coalizão de movimentos esquerdistas), foi fundado em 1971 e só conseguiu chegar ao poder após mais de 30 anos de atividade política, interrompida pela ditadura (1973-1985). Em sua primeira eleição, a Frente Ampla obteve apenas 18,3% dos votos. Sua presidência de 2005, a candidatura presidencial de Vázquez saiu vitoriosa com 50,45% dos votos, resultado histórico para a esquerda uruguia.
 Durante o atual governo, o país conseguiu superar a grave crise econômica que sofreu em 2002, em grande medida pelo contínuo das instituições sociais e econômicas que herdou da Argentina. Vázquez conseguiu reduzir a taxa de pobreza de 31,0% para 10,4% e a de desemprego de 13,1% para apenas 7,3%. (Javier Figueredo)

26/10/2009, página 19

Zapatero mandou recado de Obama para Cuba

Reportagem revela diálogo realizado dias antes de reunião de chanceler espanhol com Raúl Castro

• MADRI. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, teria pedido à Espanha que intercedesse junto a Cuba para que o governo da ilha acelere a implementação de reformas. A revelação partiu do jornal espanhol “El País”, em reportagem publicada ontem. Segundo o jornal, o pedido foi feito em 13 de outubro, quando Obama recebeu o presidente do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, para uma reunião na Casa Branca. Seis dias depois, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, viajou para Cuba e se encontrou com seu presidente, Raúl Castro.

“Que ele (Moratinos) diga

às autoridades cubanas que compreendemos que não é possível mudar as coisas de um dia para o outro. Mas, passados alguns anos, quando se olhar para trás, é preciso ficar claro que este foi o momento em que as mudanças começaram”, teria dito Obama, segundo as fontes do “El País”.

Já em 19 de outubro, depois de se reunir por quase três horas com Raúl Castro, Moratinos contou que o líder comunista havia reafirmado seu compromisso de implantar reformas econômicas e expressado o desejo de melhorar as relações com os Estados Unidos.

O governo espanhol não comentou a reportagem. ■

26/10/2009, página 19

Colombianos são mortos na fronteira com a Venezuela

• CARACAS. Pelo menos dez jogadores colombianos de futebol amador foram encontrados mortos após serem sequestrados no lado venezuelano da fronteira. Os atletas tinham ferimentos a bala. Um integrante da equipe sobreviveu e o paradeiro de outro é desconhecido.

A Colômbia ofereceu ajuda às autoridades venezuelanas para encontrar os assassinos. O crime, no entanto, deve tornar ainda mais tensa a relação entre os dois países, abaladas desde o anúncio da Colômbia de que autorizaria o uso de bases militares por tropas dos EUA. Na semana passada, o ministro da Defesa colombiano, Gabriel Silva, afirmou que o narcotráfico tem “tráfego livre” de aviões na Venezuela. O presidente Hugo Chávez rebateu a acusação chamando-o de “retardado mental”. ■

Irmã de Fidel era a 'agente Donna' da CIA

Em biografia, Juanita Castro conta que a mulher de embaixador brasileiro a convideou a colaborar com a agência em 1961

• MIAMI. Por anos, a CIA esteve infiltrada na família Castro. Esta semana, após dez anos de Fidel e Raúl, Juanita, sua irmã mais velha, revelou que ela mesma definiu como seu "segredo mais bem guardado": antes a serviço da agência americana contra o governo de seus irmãos em Cuba, ela se foi para o exílio, em 1964, ao México e em Miami. No domingo, Juanita disse numa entrevista que foi chamada a colaborar para a CIA por Virginia Lettice da Cunha, mulher do então embaixador brasileiro em Havana, Vasco Lettice da Cunha. É no livro "Fidel e Raúl, meus irmãos — A história secreta", lançado ontem em EJA e em alguns países hispanícos, com o título de sua vida dupla como "agente Donna".

Segredo foi mantido por quatro décadas

O segredo da relação de Juanita com o espionagem do Brasil Fidel teve sido guardado por seis décadas por 48 anos. De 1961 a 1964, ela conta que abrigou dissidentes em sua casa por ter se desentendido com a Revolução — que ela ajudava a arrecadar fundos — devido a violações de prisão, ilegalidades e condições de propriedade precárias. Quando se aliou à CIA, Juanita estava contrariando o irmão e o pai. A filha viu sua que falou com Fidel foi em 1963, no entanto da mãe, que a apoiava, e com Fidel em 1964.

No entrevista ao canal brasileiro de rede Univision, em Miami — onde se radicou e, até dois anos atrás, mantinha uma fazenda — Juanita falou a jornalista Maria Antonieta Collazo, autora do livro.

— Comecei a me desentender quando vi tanta injustiça. Tinha uma tradição de não que os subalternos, mas as condições viviam de cima, de Fidel, de Che, de Raúl — disse Juanita, hoje aos 75 anos, segundo o jornal "El País".

Ela narra ainda como foi chamada para trabalhar para a CIA por Virginia Lettice da Cunha,



Os irmãos Fidel e Raúl Castro, juntos, em 2004, a origem, Juanita, de seu livro "agente Donna" da CIA

mulher do então embaixador do Brasil em Havana, e, mais tarde, charroco brasileiro, Vasco Lettice da Cunha. Escota que o primeiro contato com a CIA se deu semanas após a invasão tentativa de agosto da Baía dos Porcos pela EJA. Juanita diz que ela e Virginia viajaram ao México em junho de 1961, separadamente, para se reunir com Tony Soria, um especialista sobre Cuba na agência, no Hotel Casaco Real. Certo primeiro para a viagem, Juanita alega que visitou a irmã Elena.

Segundo Juanita, Soria, de sobrenome Espinoza, era responsável pelo Projeto Cuba, a maior operação de CIA contra a ilha. Ele estava infiltrado em Cuba como jogador de casino. No entanto, ela lembra que se recusava ao espionagem. Ele garantiram que não participaria de atividades violentas contra o irmão. "Só sei meconos



JUANITA CASTRO, segredo mantido por 48 anos

por trair Fidel ao concordar em sair contra seus irmãos? Não, por um simples pedido ao não o trair. Ele me tratou, de no livro, "Três palavras dentro que sofrições e lamento por uma Revolução que ele ofereceu, ganhasse e

justa, e que trairia paz e democracia a Cuba".

A primeira missão da "agente Donna", seu codinome, teve ocorrido dias depois, quando ela regressou a Cuba trazendo uma lista de reservas de armas de munições para os homens da CIA na ilha. Depois, comunicou-se com a CIA por rádio numa visita a subúrbio de Havana "Maduroa Butterfly" sem os sinais usados pela agência para indicar que tinha novas informações para Juanita. Juanita deixou Cuba em 1964, após Raúl Castro lhe ter dito que havia uma investigação contra ela — sem dar detalhes, porém, de que o governo desconfiava de suas ligações com a CIA. Raúl a ajudou a preparar a viagem de volta ao México, onde Juanita escreveu um comunicado respondendo oficialmente com a Revolução. ■

'Mãe ajudou muitos asilados em casa'

Embaixador deu refúgio a Juanita em 1958

Ana Lúcia Rieger

• No livro "Fidel e Raúl, meus irmãos — A história secreta", Juanita Castro conta como Vasco Lettice da Cunha e sua mulher, Virginia, haviam oferecido asilo a muitos revolucionários durante a ditadura de Fulgencio Batista, derrubado por Fidel em 1959. Segundo Juanita, ela mesma foi acolhida pelo casal, que inicialmente simpatizava com o governo de Fidel, mas teria — assim como Juanita — se decepcionado com o passar do tempo. Vasco foi embaixador na representação diplomática brasileira em Havana entre 1956 e 1961.

Filha do casal, Isabel Gorgel Valente e condutora do GLOBO que a casa da família em Havana costumava abrigar revolucionários no período, mas disse não ter conhecimento da posterior participação de mãe no recrutamento de agentes para a CIA após Fidel tomar o poder. Isabel também proibiu não reconhecer a suposta decepção do casal com a Revolução.

— Na Revolução, fizemos muitos aliados em casa, incluindo Juanita, que passou um tempo. Mesmo ajudou muito, torcia pela Revolução, ajudou na mudança do governo e no que uma embaixatriz brasileira poderia fazer — disse Isabel, ao GLOBO.

Na entrevista que Juanita concedeu na noite de domingo à TV Univision para divulgar o livro e revelar seu segredo — que anunciara previamente como sendo "estreitamente" e "confiando impensavelmente" — a irmã de Fidel revelou como foi convidada para ser agente da CIA, fornecendo informações sobre o governo cubano aos EUA.

— Disse-me que me trariam em convite da CIA, (...) que tinham muitas informações para me contar e pedir. Perguntaram se estava disposta a correr esse risco. Fiquei meio chocada, mas disse que sim — afirmou Juanita à TV.

Em 1961, Vasco Lettice da Cunha retornou ao banimento e, em novembro daquele ano, quando o Brasil retirou suas relações diplomáticas com a União Soviética, foi nomeado embaixador em Moscou — e para lá foi enviado no começo de 1962.

Em janeiro de 1964 foi chamado a voltar ao Brasil e assumiu, logo após o golpe militar, o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Araceli também a parou da Saúde. Lettice da Cunha permaneceu no governo até janeiro de 1966. Durante sua gestão, o Brasil rompeu relações com Cuba, em 1964, e a política externa independente iniciada nos governos anteriores começou a ser desmontada.

Com algumas informações

Sobrinho de Micheletti é assassinado

Policia não relaciona execução do jovem à crise em Honduras

• TEGUSSIGALA. O corpo de um sobrinho do presidente em exercício de Honduras, Roberto Micheletti, foi encontrado no domingo em Choloma, localidade do norte do país, com as mãos atadas e marcas de tiros na cabeça e no peito, segundo autoridades. Coordenador regional do Movimento Fideles, Rafael Flores afirmou que a morte se tratou "evidentemente de uma execução".

Erno Guillermo Micheletti Erbenique, de 25 anos, desapareceu na sexta-feira. Seu corpo foi encontrado no lado de São Mateo Alexander Cavaretti, de 28 anos, também morto ontem. Portador da polícia, Orlan Carrero afirmou que as autoridades trabalham com diversas hipóteses sobre o crime, mas não há uma relação com a crise política que se deflagrou no país após o golpe que depôs Manuel Zelaya e levou Micheletti à Presidência.

Nem o crime de violência aparentemente não relacionado, também foi assassinado a três o coronel Concepción Jimenez, que já estava como portador das Forças Armadas do país. Sobre a situação política do país, Micheletti declarou ontem que o plano prioritário é marchar para novembro e uma "ajuda para a crise", e que Honduras está pronta para as eleições. O chefe de missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao país, John Riall, afirmou que as negociações pelo fim da crise não fracassaram, e que uma reunião final estaria próxima. ■

28/10/2009, página 24

Apagões atormentam venezuelanos

Chávez ordena medidas de economia de energia e diz que 'desperdício dos ricos' gera escassez

• CARACAS. Sentado sobre uma das maiores reservas de petróleo do planeta, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, está às voltas com um inusitado problema em seu país: racionamento de energia. E os constantes apagões têm levado manifestantes irados às portas da estatal de eletricidade, onde em protesto queimam suas contas e exibem aparelhos eletrodomésticos estragados pelo vaivém da energia.

O governo põe a culpa no El Niño, o fenômeno climático periódico no Oceano Pacífico que causa padrões climáticos irregulares — uma seca recorde, no caso venezuelano, baixando os níveis de água das hidrelétricas — e no aumento do consumo, sobretudo por parte dos mais ricos. Chávez advertiu que o desperdício de energia "é um crime" e domingo passado em seu programa "Aló, presidente" alertou os donos de shopping centers a pararem de gastar energia em excesso.

— Vão ter de comprar seus geradores, se não vou cortar a energia deles — ameaçou o presidente, que anunciou um plano de contingência para economizar energia e só em parte admite falhas do governo na manutenção e no planejamento do setor elétrico.

A oposição, no entanto, aponta tais problemas como a base da escassez de energia que o país atravessa agora.



MANIFESTANTES PROTESTAM em Caracas contra os frequentes apagões: oposição diz que governo não investiu o suficiente no setor

Desde 2004, o consumo de eletricidade subiu 25%, e os críticos do governo alegam que não foram feitos os investimentos necessários para acompanhar o crescimento da demanda. "A crise de eletricidade é filha legítima de Hugo Chávez. Não são necessários testes de DNA para prová-lo", acusou o jornalista Teodoro

Petkoff em seu diário "Tal Cual". O governo alega que gastou US\$ 16,5 bilhões no setor elétrico desde 2002, mas apenas dois de mais de 30 projetos foram completados, segundo dados disponíveis no site da empresa estatal de eletricidade.

A ira dos cidadãos com a situação já levou à formação de

organizações como o Comitê de Pessoas Afetadas pelos Apagões.

— Não há como negar que a ineficiência do governo causou esta crise — dispara a advogada Aixa López, que criou a associação após o nebulizador usado para tratar sua filha de 2 anos de asma ser desligado num apagão.

Segundo ela, antes das nacionalizações de companhias-chave do setor elétrico em 2007, o país não tinha passado por períodos graves de escassez de energia. Atualmente, aponta, blecautes ocorrem nos 24 estados venezuelanos, sendo que em oito deles a situação é mais séria, com ocorrência de três a cinco vezes por semana. ■

28/10/2009, página 29

Honduras: pai do vice-ministro é sequestrado

Estados Unidos vão enviar representante para negociar fim da crise

• TEGUCIGALPA. A cerca de um mês das eleições presidenciais de Honduras, marcadas para o próximo dia 29 de novembro, mais um ato de violência preocupou a população. Ontem, segundo a polícia local, foi sequestrado o pai do vice-ministro da Defesa do país, Gabo Jalil. O crime ocorreu um dia depois do anúncio do assassinato do sobrinho de Roberto Micheletti — que assumiu a Presidência após o golpe de Estado que há quatro meses derrubou Manuel Zelaya — e de um coronel.

A polícia não fez declarações adicionais sobre os crimes. De dentro da Embaixada do Brasil, onde está abrigado, Zelaya enviou condolências a Micheletti pela morte do sobrinho.

O empresário Alfredo Jalil Salomón, de 81 anos, foi retirado de seu carro por homens armados ao sair de casa. Sua mulher, Gloria Mejía de Jalil, atribuiu o sequestro à crise política.

— Isso não é delinquência comum — disse, segundo o jornal "La Prensa". — A meu amigo Manuel Zelaya, se estiver ouvindo, por favor, peça que o soltem.

Também ontem, foi anunciado que os EUA mandarão um enviado especial, Thomas Shannon, para negociar o fim da crise no país. A missão da OEA que havia deixado Honduras também deve regressar. ■

29/10/2009, página 31

Honduras aciona o Brasil na Corte Internacional de Haia

Governo Micheletti acusa país, que recebeu Zelaya na embaixada, de ingerência nos seus assuntos internos

Gilberto Scofield Jr.

Correspondente

● WASHINGTON. O governo interino de Honduras entrou ontem com um recurso na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, na Holanda, no qual acusa o Brasil de ingerência indevida nos seus assuntos internos. O Ministério do Exterior hondurenho afirmou que pode exigir uma indenização financeira do Brasil devido à presença do presidente deposto Manuel Zelaya na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa.

De acordo com o representante de Honduras na CIJ, Julio Rendón, o recurso é uma "solicitação para iniciar ações". O tribunal deverá decidir se aceita o recurso. Somente se fizer isso, o mérito deverá ser julgado.

Segundo uma nota divulgada pelo governo golpista hondurenho, a solicitação à CIJ contra o Brasil ocorre "por questões jurídicas relativas às situações diplomáticas e ao princípio de não intervenção nos assuntos que são da com-

petência interna do Estado".

O ministro do Exterior do governo golpista, Carlos López, disse que os "chamados à insurgência" de Zelaya são uma "ingerência nas atividades internas de Honduras".

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, minimizou a intenção do governo interino de Honduras, mencionando o assunto com ironia ao chegar num jantar com políticos do PP.

— O governo golpista deve explicações à comunidade internacional sobre o golpe antidemocrático. O Brasil não está interferindo em nada. O Brasil só acompanha o assunto. Nossa posição representa a nossa convicção de respeito aos direitos humanos, direito internacional e respeito ao que é estipulado sobre direito de abrigo. Não podemos levar a posição do governo golpista como consequente.

EUA enviam representantes para negociar solução

O governo interino de Honduras não foi reconhecido por nenhum país ou organização mul-

tilateral. O Conselho de Segurança da ONU chegou a aprovar uma resolução que condenou um ultimato dado pelos golpistas ao Brasil dias depois da chegada de Zelaya à embaixada.

Na primeira ação direta do governo dos EUA desde que Zelaya foi deposto, em 28 de junho, o secretário assistente para o Continente Americano do Departamento de Estado americano, Thomas Shannon, e o assessor da Casa Branca para a América Latina, Dan Restrepo, desembarcaram em Tegucigalpa com a missão de trazer de volta à mesa de negociações o presidente deposto e o presidente interino, Roberto Micheletti.

Diplomatas americanos se apressaram a dizer ontem que o país não foi para Tegucigalpa com uma "solução americana" e que a saída deve ser costurada pelos próprios hondurenhos. Mas, diante do que parece ser um impasse incontornável, Shannon e Restrepo querem que Zelaya e Micheletti trabalhem com um acordo que tenha como ponto central as eleições, consi-

deradas por muitos dentro e fora de Honduras como uma das opções menos traumáticas para que o país volte à normalidade.

Abrigado desde setembro na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, Zelaya havia dito na semana passada que as conversas com o governo golpista haviam fracassado por falta de disposição de Micheletti para recondução ao poder antes das eleições presidenciais, em novembro. A secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, ligou na sexta-feira para Zelaya e Micheletti avisando que o governo americano estava disposto a enviar suas duas mais altas autoridades sobre América Latina para o país.

— Neste momento, não há espaço para o reconhecimento de um resultado eleitoral num país dividido, mas se as partes concordarem com uma saída que ponha as eleições como ponto de partida para a legitimação de um novo governo, então será possível negociar com a comunidade internacional a aceitação do novo governo — diz um diplomata americano. ■



ZELAYA RECEBE, com seu chapéu na mãos, o americano Shannon

29/10/2009, página 31

NOTAS

- **ELEIÇÃO NO URUGUAI**
O Partido Colorado uruguaio oficializou ontem seu apoio ao candidato do Partido Nacional à presidência do país, Luis Lacalle. O conservador enfrentará o governista José Mujica no segundo turno, em 29 de novembro.

Brasil não crê em respaldo de Haia a Honduras

Sob pressão dos EUA, o diálogo é retomado. Equipe de Micheletti diz que aceita levar decisão sobre Zelaya ao Congresso

Eliane Oliveira e
Gilberto Scofield Jr.*

Correspondente*

• BRASÍLIA E WASHINGTON. O governo brasileiro acredita que a ação legal aberta contra o Brasil na Corte Internacional de Justiça de Haia, na Holanda, pelo governo interino de Honduras não terá amparo junto ao tribunal. Isto porque, segundo o Itamaraty, não há legitimidade na administração de Roberto Micheletti.

Um fato novo e avaliado como positivo pelo Itamaraty, ocorrido ontem, foi o comunicado da chanceler do governo deposto, Patrícia Rodas, encaminhando a Haia, à secretaria-geral da ONU e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas em defesa do Brasil. No texto, ela classificou de "absurdo jurídico" a ação contra o governo brasileiro. Ela lembrou que a Corte de Haia é um órgão das Nações Unidas que, por sua vez, teria condenado o golpe de Estado.

EUA aceitarão acordo sem Zelaya no poder

O governo Micheletti alega ingerência do Brasil em assuntos internos. A queixa, apresentada na quarta-feira, foi detalhada ontem. Nela, o governo interino acusa Zelaya de usar a Embaixada do Brasil como plataforma política, ameaçando a paz e or-



MANIFESTANTE PRO-ZELAYA, em Tegucigalpa: para Thomas Shannon, enviado dos EUA, falta vontade política para fechar um acordo

dem pública. E se vê no direito de pedir reparações por qualquer dano que resulte das ações do Brasil, de sua embaixada e de pessoas nela refugiadas.

Em Tegucigalpa, as equipes de Zelaya e Micheletti retomaram as negociações, um dia após a chegada da missão americana. No que parece ser um

primeiro reflexo da pressão dos EUA, um negociador de Micheletti disse que a comissão do governo interino aceitou o pedido de Zelaya para que o Congresso decida sobre a sua restituição. A decisão, se confirmada, abre caminho para um acordo.

— Só falta assiná-lo porque nós aceitamos que seja o Con-

gresso (quem decida), ou seja, a proposta de Zelaya — disse Arturo Corrales.

Os EUA, por sua vez, podem concordar com uma solução para a crise que não passe pela recondução de Zelaya ao poder. Thomas Shannon, secretário-assistente de Estado para o Continente Americano, afirmou que

os EUA continuam defendendo a volta de Zelaya ao poder. Mas deixou claro que, caso o acordo selado entre Zelaya e Micheletti seja do interesse das partes e dê legitimidade à eleição presidencial de novembro, ainda que não inclua a restituição do deposto, os americanos o apoiarão.

— Não viemos aqui para im-

por soluções, mas para facilitar um entendimento. A volta de Zelaya ao poder é o ponto principal que, até agora, vem impedindo um acordo. Se os dois lados concordarem em uma solução negociada alternativa que traga o país de volta à normalidade institucional e democrática, não vamos nos opor — disse Shannon, em videoconferência de Tegucigalpa, onde chegou na quarta-feira acompanhado do assessor da Casa Branca para a América Latina, Dan Restrepo.

O embaixador Ruy Casaes, representante do Brasil na OEA, diz que se for fechado um acordo em que o presidente deposto não seja reconduzido ao cargo, mas em que seus interesses sejam contemplados, dificilmente o Brasil ou qualquer outro país poderá se opor. Mas ele é cético sobre essa possibilidade.

Shannon é mais otimista e espera retomar hoje aos EUA com uma solução acertada. Ele afirmou que a mensagem dos EUA a Micheletti e Zelaya é: um acordo entre as partes facilita a aceitação internacional dos resultados da eleição. E advertiu que o tempo está se esgotando, pois só falta um mês para o pleito.

— A solução está sobre a mesa. Não é questão de proposta. É questão de vontade política. ■

Com agências internacionais

NOTAS

● **ESPIÕES NA VENEZUELA**
O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, anunciou ontem a prisão no país de três homens suspeitos de espionar para a Colômbia, e acusou os EUA de cumplicidade. Chávez condena o acordo que permitirá aos EUA usar bases militares colombianas.

Micheletti cede sob pressão dos EUA

Congresso hondurenho decidirá sobre volta de Zelaya à Presidência na próxima semana

Washington — O Congresso hondurenho decidiu nesta quarta-feira (26) apoiar a volta de Manuel Zelaya à Presidência do país, após o ex-presidente ter sido deposto em junho de 2009. A decisão foi tomada por uma maioria de 125 votos contra 100, com 105 votos em branco.

Zelaya foi deposto por um golpe liderado pelo então presidente Porfirio Lobo Soto, apoiado por militares e membros do Congresso. Desde então, Zelaya vive no exílio nos Estados Unidos.

A decisão do Congresso ocorre em meio a negociações com o governo dos Estados Unidos para a volta de Zelaya ao poder. O governo americano tem oferecido apoio financeiro e político para a restauração da democracia em Honduras.



Manifestantes em Tegucigalpa exigem a volta de Zelaya à Presidência.

Partidos tendem a aprovar restituição

O Congresso hondurenho está dividido em três partidos principais: a Frente Nacional (FN), o Partido Liberal (PL) e o Partido Democrático (PD). A maioria dos membros dos três partidos tende a apoiar a restituição de Zelaya.

Entretanto, há uma oposição dentro do PL, liderada por alguns membros que acreditam que a restituição de Zelaya poderia levar a instabilidade política no país.

Washington deita nos louros do acordo

Os Estados Unidos comemoram a decisão do Congresso hondurenho como um passo decisivo para a restauração da democracia no país. O Departamento de Estado americano afirmou que o acordo representa um compromisso sério com a justiça e a liberdade.

Washington promete continuar oferecendo apoio financeiro e técnico ao governo hondurenho para garantir a estabilidade política e econômica do país.

O fim do impasse

O acordo contém os seguintes pontos:

1. Restituição de Zelaya à Presidência.
2. Anulação das eleições presidenciais de 2009.
3. Anulação das eleições legislativas de 2009.
4. Anulação das eleições municipais de 2009.
5. Anulação das eleições locais de 2009.
6. Anulação das eleições locais de 2009.
7. Anulação das eleições locais de 2009.
8. Anulação das eleições locais de 2009.
9. Anulação das eleições locais de 2009.
10. Anulação das eleições locais de 2009.



O Congresso hondurenho

O Congresso hondurenho é composto por 128 membros, distribuídos entre os partidos FN, PL e PD. A decisão foi aprovada por uma maioria de 125 votos.

O Congresso também decidiu sobre a restituição de Zelaya à Presidência, o que representa um ponto crucial nas negociações com o governo americano.

Partido Nacional

O Partido Nacional (FN) é o maior partido do Congresso hondurenho. Seus membros tendem a apoiar a restituição de Zelaya.

Partido Liberal

O Partido Liberal (PL) é o segundo maior partido. Há uma divisão de opiniões entre seus membros sobre a restituição de Zelaya.

Partido Democrático

O Partido Democrático (PD) é o terceiro maior partido. Seus membros também tendem a apoiar a restituição de Zelaya.

Washington deita nos louros do acordo

Os Estados Unidos comemoram a decisão do Congresso hondurenho como um passo decisivo para a restauração da democracia no país. O Departamento de Estado americano afirmou que o acordo representa um compromisso sério com a justiça e a liberdade.

Washington promete continuar oferecendo apoio financeiro e técnico ao governo hondurenho para garantir a estabilidade política e econômica do país.

Washington deita nos louros do acordo

Os Estados Unidos comemoram a decisão do Congresso hondurenho como um passo decisivo para a restauração da democracia no país. O Departamento de Estado americano afirmou que o acordo representa um compromisso sério com a justiça e a liberdade.

Washington promete continuar oferecendo apoio financeiro e técnico ao governo hondurenho para garantir a estabilidade política e econômica do país.

Washington deita nos louros do acordo

Os Estados Unidos comemoram a decisão do Congresso hondurenho como um passo decisivo para a restauração da democracia no país. O Departamento de Estado americano afirmou que o acordo representa um compromisso sério com a justiça e a liberdade.

Washington promete continuar oferecendo apoio financeiro e técnico ao governo hondurenho para garantir a estabilidade política e econômica do país.

Washington deita nos louros do acordo

Os Estados Unidos comemoram a decisão do Congresso hondurenho como um passo decisivo para a restauração da democracia no país. O Departamento de Estado americano afirmou que o acordo representa um compromisso sério com a justiça e a liberdade.

Washington promete continuar oferecendo apoio financeiro e técnico ao governo hondurenho para garantir a estabilidade política e econômica do país.

Washington deita nos louros do acordo

Os Estados Unidos comemoram a decisão do Congresso hondurenho como um passo decisivo para a restauração da democracia no país. O Departamento de Estado americano afirmou que o acordo representa um compromisso sério com a justiça e a liberdade.

Washington promete continuar oferecendo apoio financeiro e técnico ao governo hondurenho para garantir a estabilidade política e econômica do país.

Lula festeja resolução de crise em Honduras

Possível fim do impasse dá início a debate entre especialistas sobre a postura da diplomacia brasileira no episódio

Ronaldo Galeão e
Bernardo Melo Franco*
*Versão especial

• EL TIGRE, Venezuela, e RFO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o Brasil participou de todo o processo que conduziu ao acordo em Honduras. Ele disse que a cooperação de que foi acusado agora enquanto ainda almeja o presidente interno do país.

— O que aconteceu na verdade foi que (Roberto) Micheletti descobriu que não é possível governar contra a vontade da maioria.

Lula lembra que Zelaya sempre foi tratado como hipótese na embaixada brasileira. Disse que o governo brasileiro agiu e constantemente se tomou sua posição e que qualquer punição democrática seria o mesmo.

— Ele (Zelaya) estava na época mas não tinha a devida legitimidade de lá. O Brasil fez muito bem ao tomar sua posição, em que prevaleceu a verdade.

Em resposta aos críticos da sua posição brasileira, afirmou:

— Não Pinchet teve coragem de fazer qualquer coisa contra a embaixada de Cuba, onde ficaram todos os soldados.

Tomar posição pró-Zelaya pode ter sido erro

O anúncio de Lula do impasse também indica uma vitória decisiva entre especialistas de política externa sobre a postura brasileira durante a crise.

No Brasil, o aparente fim do impasse se tornou o começo de análises de como foi a atuação da diplomacia brasileira durante a crise.

Roberto Alcázar, embaixador e ex-secretário-geral do Itamaraty e membro do conselho curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), considera que o Brasil errou e durante a resolução dos acontecimentos.

— A postura do Brasil foi correta na condenação à esquerda golpista como qual Zelaya foi re-



O PRESIDENTE DEPOSITO de Honduras, Manuel Zelaya, no centro, de chapéu, conversa com partidários a bordo do navio que pôde levá-lo de volta ao poder

tirado do poder, e também na insistência para a manutenção da democracia. Hoje, porém, uma postura desequilibrada diante dos acontecimentos da destituição. Hoje uma tentativa de realizar um referendo que viola a Constituição, que desde 1985 estabelece a estabilidade do país — avalia Alcázar —. Falta, portanto, equilíbrio ao se lidar com uma situação golpista e uma postura desigualizada pró-Zelaya. Fervoroso combatido quando foi feraz signatário dos dois lados.

O tema central na análise de todos foi a hesitação de Zelaya na embaixada brasileira, algo que se refletiu na história da política externa brasileira, e talvez até mudará sua percepção de posto que volta para sua casa, mas que se reflete dentro de uma embaixada estrangeira. Alcázar se descreveu o que chamou de "tonada de amido" da

representação diplomática, considerando o episódio uma "situação vexatória" para o Brasil.

Um dos mais críticos foi o coordenador brasileiro nos Estados Unidos, Roberto Araújo-Barbosa, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP.

— Não haveria problemas se a presença do presidente deposto tivesse sido humanitária. Ao permitir que ele usasse a embaixada como plataforma política de Zelaya, fez o processo de não neutralidade.

Diversos outros especialistas, no entanto, discordam. A cientista política e professora da PUC-RJ Maria Celina Soares D'Araújo afirma ter observado o episódio inicialmente com ceticismo, mas que sua visão foi mudando com o desenrolar

dos acontecimentos.

— Não pretendo comentar, porque não sei se o Brasil tinha estado agindo erradamente diplomática. Mas, com o passar do tempo, a iniciativa acabou por forçar uma negociação, criar um novo político. A ação do Brasil foi a conduta internacionalmente adequada.

Tullio Vigorelli, professor da Unesp e do IUPERJ, concordou.

— A presença do presidente deposto (na embaixada) obteve que houvesse uma negociação — afirma Vigorelli. — Sem avaliar a correção jurídica, o fato é que isso acelerou o processo.

A mesma lógica foi defendida por críticos pelo chanceler, Celso Amorim.

— Esse acordo não costuma ser o Brasil que se abre para o governo de Zelaya. Teria sido muito triste se não não tivesse sido capaz de fazer isso.

No debate sobre os efeitos da

postura brasileira sobre a sua imagem internacional também há avaliações divergentes. Celso D'Araújo, por exemplo, diz que o Brasil, no primeiro momento, "fez um erro", alertando que ainda é cedo para avaliar e também que há "questões nebulosas", como o que realmente aconteceu para Zelaya sair da embaixada brasileira. Já Alcázar afirma exatamente o oposto.

— Mas digo que houve uma perda irreparável, não foi uma crise de reparação global. Mas o Brasil não ficou bem na foto. Discordando da avaliação do presidente Lula, Celso e Alcázar concordam que a resolução da crise deve ser realizada nos EUA, não no Brasil. Celso ressalta que isso ocorre não por questões primárias, mas de 80% da economia de Honduras dependem dos EUA, levando em con-

ta, o ator que poderia "pressionar em termos políticos, econômicos, diplomáticos".

Alcázar, ao contrário, é bem mais ácido.

— O que acabou ocorrendo é que os Estados Unidos e que foram os mediadores.

Alcázar e Barbosa também consideram que a diplomacia brasileira se deixou levar por questões ideológicas.

— A América Central não é uma área de influência brasileira. Hoje um superintencimento deste poder de influência. Naquela região, a capacidade brasileira é reduzida — disse Roberto Barbosa. — Outra lição: A política externa não deve ter caráter político partidário. Deve se basear em interesses nacionais. Não tivemos nada que nos meter lá, não foi feito por proximidade com Chávez, que colocou Zelaya na porta da embaixada, e o Brasil acabou. O Brasil não tinha qualquer interesse nacional lá. Foi ideológico.

Críticas dentro do Conselho de Segurança da ONU

O papel de Chávez é mencionado por Celso D'Araújo, mas ele lembra que pouco depois de sua chegada à Embaixada do Brasil, Zelaya pediu de imediato o líder venezuelano.

Enquanto o Ministério das Relações Exteriores brasileiro ficou por várias vezes que além da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho de Segurança da ONU apoiou o Brasil. Alcázar afirma que esta última situação não ocorreu exatamente o que ocorreu.

— Houve um recurso apelo do ao Conselho de Segurança. Houve uma crítica da representação dos Estados Unidos, que ocupava a presidência no momento. O órgão criou uma comissão para avaliar questões de paz e resolução de conflitos. Isso é muito para quem quer entrar no Conselho de Segurança — diz Alcázar, que também defende a entrada do Brasil no Conselho e

Um diplomata que aposta no diálogo e na conciliação

Perfil moderado de Shannon serve de munição para direita barrar nomeação como embaixador no Brasil

José Meirelles Passos

• O avanço obtido por Thomas Shannon nas negociações em Honduras reforça o seu perfil de agente moderado da diplomacia americana que, nos últimos dois anos, por um lado amorteceu o ímpeto quase belicista dos falcos do governo de George W. Bush contra a Venezuela e, por outro, alinhavou uma reaproximação dos Estados Unidos com a Bolívia, depois de o presidente Evo Morales ter expulso do país o embaixador americano.

Mas, por ironia, é justamente o seu talento em arrefecer tensões e a sua disposição de apostar sempre no diálogo que o mantém há quase seis meses no limbo quanto à sua nomeação, pelo presidente Barack Obama, como o novo embaixador dos EUA no Brasil.

A extrema-direita do Partido Republicano está travando no Senado a indicação de Shannon, de 51 anos, para o cargo, por achar que ele é brando demais com governos de esquerda na América Latina. A crise em Honduras serviu para aquela ala reter o processo de votação no Congresso.

Jim DeMint, o senador que comanda o grupo, alega que tanto Shannon quanto Arturo Valenzuela, indicado por Obama para substituí-lo como secretário de Estado Adjunto para o Hemisfério Ocidental — e cuja nomeação também está retida — estão protegendo

um ditador, por terem defendido a volta de Manuel Zelaya ao poder.

Para o senador, o presidente interno Roberto Micheletti tinha o direito de expulsar Zelaya de Honduras, e os Estados Unidos deveriam apoiá-lo. Ele tem utilizado um argumento básico para justificar a atitude do grupo que conta, entre outros, com os parlamentares cubano-americanos Illeana Ros-Lehtinen e Mario Diaz-Ballart.

— Shannon e Valenzuela se apressaram em se opor ao império da lei em Honduras e querem forçar a volta ao poder lá de um ditador estilo (Hugo)

Chávez. Ambos exemplificam as táticas equivocadas e a mão pesada desse governo contra o povo hondurenho, associando-se aos que atropelam a liberdade.

Para Michael Schifter, vice-presidente do Inter-American Dialogue, a conquista de um acordo em Honduras não deverá servir, de imediato, para destravar as nomeações de Shannon e Valenzuela.

— Não acredito que os republicanos que apoiam o governo golpista de Micheletti, e que congelaram a indicação dos nomes no Senado, se satisficam com a conjuntura ainda incerta em Tegucigalpa, embora o acordo ajude, pelo menos em tese, a legitimar o resultado das eleições — disse Schifter.

COLABOROU Gilberto Scofield Jr, de Washington



SHANNON: ALVO dos falcos

31/10/2009, página 28

Uribe ignora Congresso em acordo com EUA

Governo colombiano assina tratado que permite tropas americanas em bases e diz que não precisa de validação parlamentar

BOGOTÁ. Apesar das críticas da oposição e das desconfianças de vários vizinhos sul-americanos, os governos da Colômbia e dos Estados Unidos assinaram ontem o acordo que permite a presença de soldados americanos em sete bases militares colombianas. Numa decisão polémica, o governo do presidente Álvaro Uribe não permitirá que o Congresso colombiano analise e ponha em votação o novo acordo internacional.

Uribe não esteve presente ontem à assinatura do acordo. Apenas os ministros do Exterior, Jaime Bermúdez, do Interior, Fabio Valencia, e da Defesa, Gabriel Silva, representaram o governo colombiano. Pelo lado americano, compareceu somente o embaixador dos Estados Unidos na Colômbia, William Brownfield.

— Afirmamos, com o acordo, que a Colômbia tem todo o interesse em derrotar o tráfico de drogas ilegais e o terrorismo. É que este é um acordo de cooperação técnica — afirmou Bermúdez.

Acordo será enviado para países da Unasul

Segundo o governo, o texto do acordo, porém, só será divulgado publicamente nos próximos dias. Segundo o Ministério do Exterior, o conteúdo também será enviado para todos os países que in-



JAIME BERMÚDEZ (segundo da esquerda para a direita) e William Brownfield assinam o tratado internacional

tegram a Unasul, o que inclui o Brasil.

Se houve uma grande e negativa repercussão entre vários governos da América do Sul quando foi anunciado que EUA e Colômbia preparavam um acordo para o uso das bases por militares americanos — e não apenas entre países com problemas diplomáticos com colombianos, como Venezuela e Equador, mas até entre governos

moderados, como Brasil e Chile — ontem foi a vez de haver reações dentro do território colombiano. Bermúdez disse que o tratado não precisa ser aprovado pelo Congresso.

— Não é um tratado internacional, mas um acordo simplificado — alegou o chanceler colombiano. — Há apenas obrigações contidas em tratados e convênios bilaterais e multilaterais, assinados pre-

viamente pela Colômbia.

Bermúdez chegou a afirmar que o procedimento nos Estados Unidos seria o mesmo. O americano William Brownfield, no entanto, disse que isso não é verdade.

— Depois de assinar um acordo executivo, temos a obrigação de passar o texto para o Congresso e, especificamente, para as comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Repre-



sentantes — explicou o embaixador americano, minutos depois das afirmações do chanceler colombiano.

Candidato opositor diz que, se eleito, ignorará acordo

Gustavo Petro, candidato à Presidência da República pelo partido Polo Democrático Alternativo, de esquerda, declarou ontem que a oposição a Uribe não enxerga qualquer validade jurídica no novo tra-

to entre seu país e os Estados Unidos. Ele declarou ontem que, se for eleito presidente nas próximas eleições, simplesmente ignorará a existência do acordo internacional.

— Não tem significado jurídico porque não foi aprovado pelo Congresso — criticou Petro. — Uribe assinou o tratado porque está subordinado completamente à estratégia geopolítica da extrema-direita dos Estados Unidos. ■

31/10/2009, página 28

Debate sem comunicação com blogueira cubana

Yoani Sánchez consegue apenas mandar um vídeo a participantes de encontro no GLOBO

Livia Brandão

• A cubana Yoani Sánchez, de 34 anos, tornou-se escritora de renome graças à internet e, se depender do governo de seu país, sua existência vai continuar sendo apenas virtual para o resto do mundo. Lançando com exclusividade no Brasil o livro "De Cuba com carinho" (Editora Contexto), Yoani teve o visto negado e não pôde estar presente na edição de Encontros O GLOBO dedicada a ela na última quinta-feira. Durante as duas horas do evento, que reuniu o deputado Fernando Gabeira (PV), o jornalista Carlos Alberto Teixeira (O GLOBO) e Pedro Dória ("O Estado de S. Paulo"), e Paulo Uebel, diretor-executivo do Instituto Millenium, sob mediação do jornalista Renato Galeno, do GLOBO, tentou-se em vão estabelecer contato telefônico com a blogueira.

Sem a participação da convidada, o debate caminhou para a discussão sobre a liberdade de expressão. De Yoani, apenas as histórias — muitas delas conta-



DEBATEDORES DISCUTEM a importância da blogueira cubana em encontro no auditório do GLOBO

das por Uebel, que conheceu a escritora pessoalmente em uma viagem recente a Cuba — e uma declaração em vídeo, em que ela agradece ao apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT) e Demóstenes Torres (DEM) e do ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso. Os três manifestaram recentemente seu apoio à blogueira e pediram a Cuba que permitisse sua vinda ao Brasil.

— Meu blog é uma forma de exorcismo da inércia coletiva aqui em Cuba, mas estou condenada à imobilidade — lamentou

no vídeo. — Espero um dia poder ir ao Brasil lançar um segundo livro. Um livro sobre uma realidade diferente, sobre outra Cuba — disse ela, eleita uma das cem pessoas mais influentes do mundo pela revista "Times".

Segundo Uebel, Yoani escre-

ve os textos que publica há dois anos em seu site Generación Y (www.dedecuba.com/generaciony) em um laptop, leva o material em um pendrive até uma lan house e grava os vídeos que divulga pela internet numa câmera digital — todos comprados com o dinheiro dos prêmios que ganhou mundo afora, quantias que recebe clandestinamente através de conhecidos que viajam até Cuba.

Para Gabeira, Yoani é exemplo de mobilização

Ao ser questionado por um espectador sobre o porquê de Yoani continuar em liberdade mesmo sendo perseguida pela ditadura, Uebel retomou às origens da fama da escritora. Para o deputado Fernando Gabeira, peça-chave da oposição durante a ditadura política brasileira, Yoani serve como exemplo para que a sociedade cubana se mobilize e busque seu caminho.

— Não adianta forçar a democracia de fora para dentro, à base de armas — finalizou. ■

Deputados de Zelaya dão prazo para votação

Partidários de presidente hondurenho deposto querem convocar sessão para amanhã. Mesa diz que voto não será antes de terça

• TEGUCIGALPA. Partidários do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, exigiram ontem que o Congresso do país convoque logo uma sessão para que seja votada sua volta ao poder. Um grupo de deputados deu como prazo final o dia de amanhã, dizendo que eles convocarão uma votação à revelia da direção do Congresso neste dia.

O deputado Javier Hall Polio afirmou que todos os deputados leais a Zelaya já estão na capital do país, Tegucigalpa, prontos

para votar. Ele deu à mesa do Congresso até as 14h de amanhã para iniciar a votação. Caso isso não ocorra, o grupo convocará uma sessão extraordinária para levar o presidente deposto de volta ao poder.

De acordo com o regulamento interno do Congresso hondurenho, é necessária a presença da metade mais um dos deputados para que se possa convocar uma sessão extraordinária.

O problema para os defensores de Zelaya é que o Partido Li-

beral conta com apenas 62 dos 128 parlamentares. Além disso, os liberais estão profundamente divididos na crise — uma prova disso é que o próprio presidente interino, Roberto Micheletti, que assumiu após o golpe que derrubou Zelaya, é membro do Partido Liberal.

Quem pode acabar definindo a questão é o Partido Nacional, que fazia oposição a Zelaya e, agora, a Micheletti. A legenda tem 55 deputados. Javier Hall Polio considera que, se uma par-

tida substancial dos nacionais se unirem aos partidários de Zelaya, seria possível realizar a votação amanhã.

— A participação deles é vital — disse Hall.

O secretário da mesa diretora do Congresso, Ramón Velázquez, porém, afirmou ontem que nada deverá ocorrer na Casa até terça-feira. Tecnicamente, cabe a ele fazer uma convocação para os deputados.

— Será terça-feira, porque estou em plena campanha para a

minha reeleição como congressista e, neste fim de semana, estou visitando meus simpatizantes em várias comunidades — disse Velázquez, membro do pequeno Partido Democrata Cristão. — Segunda-feira é Dia de Finados e devo comparecer a compromissos na minha região.

O texto do acordo ao qual chegaram a administração interina e o presidente deposto afirma que um governo de coalizão deve ser criado até quinta-feira, dia 5 de novembro,

mas não impõe uma data para o debate sobre a possível volta de Zelaya à Presidência.

Micheletti afirmou ontem que, até a decisão do Congresso, a situação de Zelaya permanece a mesma.

— A situação do senhor Zelaya continua sendo a de visitante na casa do Brasil — disse Micheletti. — Peço que a decisão a ser tomada pelo Congresso seja legal, e que não se permitam influências de nenhuma natureza de ninguém. ■

3.3 MATÉRIAS FORA DA EDITORIA DE MUNDO

3.3.1 FOLHA DE S.PAULO

27/10/2009, página A4

Governo já tem votos para pôr Venezuela no Mercosul

Dos 19 senadores da Comissão de Relações Exteriores, 11 são favoráveis à adesão

Definição do colegiado deve sair na quinta-feira, depois tem de passar pelo plenário da Casa; o Paraguai também ainda não dá cota a questão

ADEREZA MATIAS

ADRIANO CELINI

PARAGUAI, DE BRASÍLIA

O governo já tem os votos necessários na Comissão de Relações Exteriores do Senado para aprovar o ingresso da Venezuela no Mercosul. Dos 19 senadores que compõem o colegiado, 11 são favoráveis à adesão, todos pertencentes a partidos que apoiam o governo Lula.

A questão se transformou em um embate político que vem sendo travado no comando entre governistas e oposição e com desfecho marcado para depois de amanhã.

O senador Tasso Azeiteiro (PSB-CE) apresentou um relatório contrário à participação da Venezuela no bloco, texto que deve ser rejeitado por 11 a 7. Na sequência, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RJ), trará um substitutivo favorável, este sim com votos para ser aprovado.

A Folha ouviu na última semana os senadores da comissão, sendo que 10 afirmaram ser favoráveis à Venezuela e 7, contra (incluindo o presidente, que só vota em caso de empate).

Apenas dois não quiseram se manifestar: os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Marco Maciel (DEM-PE). A Folha apurou que Dornelles tende a votar a favor e Maciel, contra a adesão.

Dos aliados, só o senador Fernando Collor (PTE-AL) geralmente vota com a oposição. Como estão paralisados os votos dos demais governistas, a definição não fará diferença no placar favorável a Hugo Chávez, presidente da Venezuela.

Se não houver pedidos de adiamento, a votação na quinta-feira ocorrerá com a presença de Lula em Caracas.

Um dos argumentos usados pelos favoráveis à entrada do país no bloco é que a "Venezuela não é Chávez" e que o povo

A ENTRADA NO BLOCO

O que pode representar a Venezuela no Mercosul

COMO DEVEM VOTAR OS SENADORES

Parlamentares integram a Comissão de Relações Exteriores

- A FAVOR**
- Edardo Suplicy (PT-SP)
 - Antonio Valadares (PSB-CE)
 - Jairo Brito (PS-TO)
 - Edoardo (PS-AM)
 - Roberto Cavaliari (PSB-RJ)
 - Rodrigo Lages (PSDB-RJ)
 - Genildo Mesquita (PDS-AC)
 - Romero Jucá (PMDB-RJ)
 - Fábio Lemos (PDS-GO)
 - Paulo Dantas (PSB-RN)
 - Francisco Dornelles (PP-RJ)

- CONTRA**
- Eduardo Braga (DEM-AP)
 - Dimitrios Ivo (DEM-DF)
 - Paulinho Fortes (PSB-R)
 - Júlio Lacerda (PSDB-AL)
 - Flávio Ribeiro (PSDB-PA)
 - Fernando Collor (PTE-AL)
 - Mário Moretti (PSDB-RS)
 - Edson Assis (PSDB-SP)

OS INTERESSES DO BRASIL

- CONTRÁRIO**
- Venezuela para 7% das divisões que cresce e gera empregos, país que desvaloriza suas fortificações, cujo abate impede país produtor e sempre brasileiro.
- INTERVENÇÃO**
- O ingresso no Mercosul evita o isolamento da Venezuela, de maneira a não ser regulado internacionalmente pelo processo de industrialização.

OS ARGUMENTOS

- CONTRA**
- Chavez é um governo autoritário e intervencionista que se preocupa com a imprensa.
 - Favorece o intervencionismo, presidente sempre se intromete na economia do país.
 - Chavez já deu uma aprovação de 100% em 2008.
- A FAVOR**
- Brasil não pode perder a oportunidade de ampliar sua influência e que o melhor de Chávez como parceiro.
 - Brasil ocorre o país que quer os créditos para o setor aéreo brasileiro comercializado em 2002 - 10% do PIB brasileiro vem das exportações para a Venezuela.

* Não se sabe se o presidente da comissão de Relações Exteriores votará a favor ou contra.

Chavez pode ser punido por um presidente de ocasião. Para a oposição, além de perseguir opositores e a mídia, Chávez levou o povo ao voto de presidente, depois, Manuel Zelaya para Honduras, onde pediu abrigo à embaixada brasileira e está lá até hoje. "Mas uma vez, Chávez é responsável por a situação e o embargo ao governo brasileiro", diz Tasso Azeiteiro. Assinado em agosto de 2008.

o protocolo de adesão da Venezuela já foi ratificado pelos parlamentares de Argentina e Uruguai. Além do Brasil, só falta o Paraguai tomar a decisão. Em 30 anos de Mercosul, é o primeiro movimento desse tipo.

A entrada da Venezuela já foi aprovada na Câmara. Faltava ainda passar na comissão e no plenário do Senado.

A proximidade da eleição presidencial em 2010 contraindica a adesão, mas a presença da Venezuela no Mercosul, a oposição brasileira principalmente quando Chávez estiver no primeiro mandato de 60 dias, será Dilma Rousseff (PT), ministra da Casa Civil, indicada para suceder Lula.

No relatório, Tasso escreve que "há uma natural resistência política no comando do Brasil para que o relacionamento entre os dois países corra o risco de sofrer uma paralisia momentânea de ambos".

Tasso também expõe argumentos relacionados principalmente à falta de respeito aos princípios de democracia na Venezuela. Nesse ponto, a maioria dos senadores governistas concordou com o texto.

"Em alguns aspectos não há democracia, como na relação com a imprensa. Eu também fui contra a adoção de possibilidade de reeleição indefinida", disse Edardo Suplicy (PT-SP). "Eu voto a favor preocupado. Não gosto desse assunto de instauração de Chávez", completou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-CE).

Segundo dados oficiais, a Venezuela é hoje o país que mais contribuiu para o superávit da balança comercial brasileira. O comércio entre os países cresceu 88% nos últimos dez anos.

O voto não é à Venezuela, mas no seu atual governo, que tem mostrado que não irá para o sul, mas para a desestabilização do Mercosul", disse o senador Flávio Ribeiro (PSDB-RJ). "Neste momento, a Venezuela só tumultua o Mercosul", complementou o senador Edardo Inácio (PSDB-MG), presidente da comissão.

✉ LEMMA MAUGAS

27/10/2009, página A6

Rival político de Chávez quer país no bloco

Para prefeito de Caracas, ratificação do tratado permitirá que o Mercosul exija de venezuelano respeito às regras democráticas

Antonio Ledezma diz que a democracia na Venezuela vive um momento difícil, mas que é possível derrotar o presidente nas eleições

DA SUCESSORAL DE BRASÍLIA

Principal líder da oposição ao governo de Hugo Chávez, o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, 54, será ouvido hoje no Senado. Ele defende o ingresso da Venezuela no Mercosul, dizendo que seu país não pode ficar alijado da comunidade internacional.

FOLHA - Qual é a importância da Venezuela no Mercosul?

LEDEZMA - Não é só a importância do intercâmbio comercial: a incorporação vai permitir que essa organização [Mercosul] exija do governo venezuelano o respeito aos protocolos relacionados com as regras de ouro da democracia.

FOLHA - Acha que a crise em Honduras prejudicou a imagem da Venezuela com a oposição no Brasil?

LEDEZMA - Não creio que seja um elemento que tenha influenciado. Mas, sobre a postura do governo venezuelano em

Honduras, eu acho que temos de respeitar a autonomia dos povos. Não podemos usar a força armada em nenhum país para apoiar nenhuma decisão política. Há que deixar nas mãos de organismos como OEA e ONU.

FOLHA - O sr. acredita que existe democracia na Venezuela?

LEDEZMA - Nossa democracia vive um momento difícil. Isso tem a ver com a perda de autonomia dos poderes públicos. E por isso não queremos ficar alijados da comunidade internacional: os olhos do comentário devem estar abertos para a

Venezuela.

FOLHA - É possível vencer Chávez?

LEDEZMA - Não há nada impossível quando se trabalha com vontade e com princípios que nos animam e nos dão fortaleza. A maior prova disso foi minha vitória: eu ganhei de Chávez em Caracas.



O prefeito Antonio Ledezma durante entrevista para a Folha

27/10/2009, página B12

Clima e supersafra vão definir preço da soja

Chuva e antecipação da temporada de neve nos Estados Unidos atrasam a colheita; na América do Sul, chuvas retardam o plantio

Mas, se o clima ajudar, virá um segundo problema: uma supersafra mundial de 245 milhões de toneladas, que poderá derrubar os preços

MAURO ZAFALON
DIREÇÃO

A soja sempre ganha um tradicional componente de incerteza no segundo semestre: o chamado "mercado do clima". Primeiro, o setor fica atento a eventuais problemas na safra dos Estados Unidos. Em seguida, a preocupação se estende

ao plantio na América do Sul.

Esse "mercado de clima" está bastante acentuado neste ano. A safra dos EUA, o principal produtor, se arrasta e será uma das mais longas em 30 anos. Os empecilhos vão desde o excesso de chuva à antecipação da temporada de neve. Já na América do Sul, o plantio não evoluiu devido ao excesso de chuva.

Mas mesmo após resolvida a questão do plantio, outro problema preocupa os produtores. A região poderia sofrer os efeitos não de um "El Niño" clássico, que traria chuvas para a lavoura, mas os de um "El Niño

Modoki", que traria seca.

"Se esse novo modelo climático se confirmar, será uma péssima notícia para gaúchos e para paranaenses", diz Fernando Muraro, da Agência Rural. Ele lembra que essa região já sofreu forte quebra de produção em 2008/9, devido à seca.

Supersafra

Mas não é só o clima que preocupa os produtores, diz Muraro. A área mundial semeada com soja somará 101 milhões de hectares, promovendo uma safra recorde. Se as condições climáticas forem boas, o

volume colhido poderá atingir 245 milhões de toneladas.

Aí a preocupação passa a ser com os preços, já que os estoques mundiais seriam repostos e subiriam para 55,7 milhões de toneladas, o segundo maior volume da história.

A febre pela soja se deu porque os preços do produto estão bem mais favoráveis aos produtores do que os do milho, principal competidor da oleaginosa.

Os dados mais recentes do Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) mostram que após os EUA terem semeado 31 milhões de hectares, será a vez

de Brasil (22,5 milhões) e Argentina (19 milhões) aumentarem substancialmente a área.

Com tanta área semeada, os dados de safra tomam contornos de supersafra. Os EUA devem produzir 88,5 milhões de toneladas. Já o Brasil deverá atingir 64,7 milhões de toneladas, segundo a consultoria Céleres. No caso argentino, a supersafra iria para 53 milhões de toneladas, apurou a AgRural.

Uma das esperanças dos produtores para a sustentação dos preços é o apetite chinês. Neste mês, as importações chinesas deverão somar 2,34 milhões de

toneladas, o mesmo volume previsto para novembro, segundo a Reuters.

Evolução

Os números da AgRural, da Céleres e da Safra & Mercado indicam que um quinto da safra brasileira já foi semeado. Mato Grosso segue na dianteira, com 37%, segundo o Imaex (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária). No ano passado, estava em 30%.

Em algumas áreas do Estado, como Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sapezal, o plantio já atinge 70%, segundo o instituto.

27/10/2009, página C1

Armas entram por 17 'buracos' na fronteira

Armamentos percorrem aproximadamente 2.500 km em rodovias brasileiras até chegar aos traficantes no Rio de Janeiro

'A questão geográfica é um complicador', diz delegado da PF, custo de metralhadora antiaérea, capaz de derrubar aeronaves, chega a R\$ 60 mil

CLAUDIA ANTUNES
ITALO NOGUEIRA
SERGIO TORRES
DA SUCURSAL DO RIO

Por R\$ 60 mil, uma metralhadora antiaérea, capaz de derrubar helicópteros, comprada pelas facções criminosas, percorre até 2.500 km em rodovias brasileiras até chegar às favelas cariocas. De acordo com a polícia, as peças do arsenal do tráfico saem principalmente do Paraguai e da Bolívia.

Nos últimos anos, as rotas de entrada de armas pela fronteira até o Rio passaram a ser as mesmas do tráfico de drogas.

As mais conhecidas começam no Brasil pela cidade de Corumbá (MS), com a entrada feita de barco pelo Rio Paraguai, a partir da Bolívia, em Foz do Iguaçu e Guaira (PR), pelo Paraguai; e por Rondônia, na fronteira com a Bolívia.

De acordo com a PF (Polícia Federal), há no Brasil 17 pontos de entrada de armas nas fronteiras com Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Entre janeiro de 2007 e ago-

sto deste ano, 754 fuzis, metralhadoras e submetralhadoras — sendo 39 antiaéreas — foram apreendidas pela polícia do Rio, de acordo com o ISP (Instituto de Segurança Pública).

O arsenal representa 3% das armas apreendidas pela polícia no Rio. A estimativa é que desde 2000 a polícia retirou 3.500 armas de guerra do tráfico.

Corrida armamentista

As armas pesadas começaram a chegar ao Rio no final da década de 80, com a venda de cocaína nos morros, mais lucrativa do que a maconha. O Estado acompanhou a "corrida armamentista".

Em 95, a polícia comprou o primeiro lote de fuzis. Nos últimos dois anos, o governo empenhou ao menos R\$ 27,5 milhões do orçamento na compra de armas, aeronaves e cabines blindadas, segundo dados do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

"Se não tivermos paridade em armamento, não vamos fazer frente às armas que os traficantes têm", diz o subchefe da Polícia Civil do Rio, delegado Carlos Oliveira.

As armas contrabandeadas chegam em carros de passeio, caminhonetes e ônibus de linhas regulares interestaduais. O "mula" (condutor da carga)



geralmente leva até dez armas pesadas, pistolas e munição. Elas ficam escondidas em compartimentos dos veículos.

Grampo da Polícia Civil mostra Antônio Gonçalves, o Toni, acusado de negociar armas com traficantes, intermediando a venda de fuzis e de metralhadoras com criminosos do Comando Vermelho e um homem na Bolívia.

Ele comprou dez fuzis e dez pistolas a US\$ 86 mil (R\$ 147 mil). O material é repassado aos poucos para traficantes por cerca de R\$ 500 mil.

Toni também trouxe uma metralhadora .30. Segundo a polícia, a revendeu por R\$ 60 mil. Sua rota passou pelas cidades de Corumbá (MS), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e Uberlândia (MG), antes

de chegar ao Rio. Percorreu cerca de 2.500 km até ser entregue a traficantes do complexo do Alemão (zona norte).

"Temos 16 mil km de fronteira seca. A questão geográfica é um complicador. O tráfico de armas é 'formiguinha', aos poucos", diz Rafael Floriani, delegado da Divisão de Repressão ao Tráfico de Armas da PF. Segundo policiais e pesquisa-

Polícia do PR prende 279 por tráfico de drogas

DA AGÊNCIA FOLHA

A Polícia Civil do Paraná prendeu ontem 279 pessoas na região metropolitana de Curitiba e em outras cinco cidades do Estado por suposto envolvimento com o tráfico de drogas.

A operação, inédita no PR, teve a participação da Polícia Militar, da Polícia Federal, do Judiciário e do Ministério Público. Houve apreensão de 1,3 tonelada de maconha, 3,5 quilos de cocaína, crack, armas e veículos.

dos, os traficantes se armam principalmente para defender o território dos ataques da facção inimiga. Chefes do tráfico trocam entre si fuzis e metralhadoras para invasões como na semana passada, no morro dos Macacos. Quem perde um fuzil pode morrer.

Oliveira estima que há 60 fuzis no Complexo do Alemão, re-duto do Comando Vermelho.

27/10/2009, página E6

E6 ilustrada TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2009

Série investiga razões para colapso dos maias

Arqueólogo percorre América Central e tenta explicar o que aconteceu há 500 anos

Pesquisas básicas nos locais de presença máia no continente, de destruição do meio ambiente por ter levado ao fim da civilização

GUSTAVO VILLALBA
CORRESPONDENTE

Os deuses não eram antropomorfos, os maias não eram apenas cruéis, tampouco viviam em perfeita harmonia com a natureza, desenvolvendo matemática e escrita próprias para o período.

«O livro 'Apocalypse' (2006) escrito por Danial Dracik, não foi bem recebido aqui no México», diz Danial Dracik, arqueólogo e violonista de Jerga de Mel Gibson, uma das imagens recentes relacionadas ao tema.

Há outras mais atuais. Dracik é um arqueólogo que atua e apresenta o programa de televisão 'Explorando Meso'. A série, que estreia hoje à noite no canal pago History Channel, analisa e investiga quatro hipóteses para o colapso da civilização máia, em torno do ano 1000.

Não que ela tenha errado. A presença máia por toda a América Central é fundamental na investigação de Dracik. Ele visita locais onde hábitos peritum, entrevista folcloristas de ascendência indígena e visita casas onde as histórias antigas são contadas hoje.

«A cultura está viva em pequenas vilas. A forma como construíram a casa, a organização, a sustentabilidade e o sistema são fundamentais para entendermos os motivos do colapso», diz Dracik.

A pedra faz colar: já no

primeiro episódio, o arqueólogo percorre o México e nos apresenta o que restou das cidades e pirâmides maias. A arquitetura dos prédios está em sintonia com o conhecimento astronômico e urbanístico construído a partir das constelações e movimento do Sol.

Algumas construções da época que têm dezenas de metros de altura construíram tantos recursos naturais que podem ter devastado a natureza ao redor, tornando a vida impraticável nesses lugares. É exatamente essa a hipótese levantada por ele, sem deixar um alerta para o colapso da civilização: a destruição do ambiente levou ao fim da civilização.

Mas não se fim. «Apresentar a fazer isso [para explicar de qual material que se baseia as construções] com essas vilas», diz um homem que trabalha na preservação de uma pirâmide. Ele está montando uma escadaria que dá acesso para cima das pedras que vão servir de material de construção. O cenário não é bonito: os tocos de árvores que cercam a área dão contornos nítidos à primeira teoria.

Cada episódio explora uma hipótese: «A escassez de água e os sacrifícios rituais, a incapacidade produtiva da agricultura e da pesca e as epidemias foram outras causas possíveis», diz Dracik.

EXPLORANDO MESO

Quarta-feira, às 22h, no The History Channel. O programa investiga as razões do colapso



Daniel Dracik, o arqueólogo e apresentador de 'Explorando Meso'

28/10/2009, página A7

Oposição já admite apoiar ingresso da Venezuela em bloco

Relator, Tasso afirma que pode rever parecer de entrada daquele país no Mercosul, mas pede que governo adie votação de amanhã

Recua para ganhar tempo, pois bancada governista já tem votos para derrubar parecer do senador tucano, antes contrário à Venezuela

DA LUCCIANA CORRÊA/AGÊNCIA

Relator contrário à entrada da Venezuela no Mercosul, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) admite ontem rever seu parecer e votar favoravelmente à entrada do país governado por Hugo Chávez no bloco econômico composto por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Ele espera, porém, que o governo adie a votação marcada para amanhã na Comissão de Relações Exteriores.

A declaração veio ganhar tempo, pois a bancada governista já tem os votos necessários para derrubar o parecer do senador tucano. Como a Folha publicou ontem, o governo tem 11 votos, contra o oposição.

O presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acha difícil adiar a votação, mas acredita que um acordo para retardar a análise é possível.

Tasso abriu a possibilidade de negociação ontem durante o depoimento do pedido de Cármen Antônia Ledezma, a conselheira. Principal opositor de Chávez da Venezuela, ele disse ser a favor da entrada de seu país no Mercosul. Mas criticou

procedimentos que consideram antidemocráticos do governo do presidente venezuelano.

Ledezma pediu que o Brasil seja de Chávez respeito aos termos do protocolo do Tratado do Mercosul sobre defesa de democracia e direitos humanos, que prevê suspender e expulsar países-membros que não cumpram pré-requisitos democráticos. «Propõe que o Estado venezuelano se integre ao Mercosul, mas que o governo Chávez dê garantias de respeito ao protocolo», disse.

«Se adotarmos garantias concretas de que esse é o único de

modelo autoritário e precandidato não será feita, estou disposto a votar para que passamos direto a um acordo».

Dias Tasso, sobre a proposta. A ideia não tem efeito prático, segundo o coordenador do Brasil no Mercosul, Sérgio Assis. Para ele, como a Venezuela assinou o protocolo, acabou cumprido o que está escrito.

Apesar de ser aliado do governo, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), votou a afirmar que é contra o acordo com a Venezuela. «Não cobria a entrada pela violação da cláusula democrática».

Senado bloqueia salários de 503 funcionários

DA LUCCIANA CORRÊA/AGÊNCIA

O Senado decidiu bloquear os salários de 503 servidores da Casa que não responderam a um censo que busca identificar se existem funcionários fantasmas.

O prazo terminou a meia-noite de ontem, mas os servidores não responderam por completo o questionário ou nem sequer acessaram o sistema para fazê-lo.

Para o primeiro secretário do Senado, Henrique Feres (DEM-PI), esses funcionários podem ser não só fantasmas, mas estão fantasmas, uma vez que se recusam a fazer o cadastramento. Inicialmente ele iria cortar salários apenas dos 400 servidores que nem acessaram o sistema. No início da noite, porém, o senador mudou de ideia e aplicou a medida para aqueles que não concluíram suas respostas.

O bloqueio dos salários passa a valer a partir da publicação do boletim administrativo com a decisão, o que deve ocorrer hoje.

28/10/2009, página B12

TECNOLOGIA

PayPal quer Brasil como base da operação na América Latina

JULIOWIZIACK
DA REPORTAGEM LOCAL

O crescimento do comércio eletrônico no Brasil está levando o PayPal a se instalar no país. Adquirido pelo eBay, um dos maiores sites de negócios on-line do mundo, o PayPal presta serviços de pagamentos e transferências de valores pela internet, atuando como intermediário nas transações para que os clientes não precisem digitar seus dados bancários toda vez que efetuarem uma compra pela web.

Atualmente, 2 milhões de brasileiros já utilizam os serviços da companhia. Esse número, que representa 13% de todos os internautas que fazem compras pela rede no país, levou a direção do PayPal a escolher o Brasil como base de suas operações na América Latina.

“Vamos montar um escritório aqui, mas é um plano ainda sem prazo definido”, disse René Pelegero, diretor de Estratégia do PayPal, durante o E-Commerce Summit, conferência do setor encerrada ontem em São Paulo. “Não há como ficar alheio a esses números. E estamos falando de uma base de cliente adquirida sem que fizéssemos nada no país.”

Criado em 1999, o PayPal é uma companhia que permite transferência de dinheiro entre pessoas e empresas em

190 países e 29 moedas. Por isso, ele é usado principalmente em operações de compra e venda pela internet.

Por ele, o consumidor pode escolher a forma como pretende pagar, incluindo cartões de crédito, débito, boletos bancários, sem compartilhar informações financeiras. Isso porque só o PayPal passa a ter acesso aos dados, cadastrados e vinculados a uma conta de e-mail. No Brasil, o cadastramento acontece pelo site www.paypal.com/br.

Não por acaso, o faturamento global da companhia bateu em US\$ 16 bilhões no segundo trimestre deste ano, o equivalente a 10% de toda a receita do comércio eletrônico mundial no período. O sucesso desse negócio levou o eBay a adquirir o PayPal por US\$ 1,5 bilhão, em 2002.

Segundo Pelegero, o ritmo de crescimento do comércio eletrônico no Brasil também é um fator importante para a decisão do grupo. O PayPal considera dados de uma pesquisa feita pela VisaNet na América Latina. Em 2012, cenário mais distante, o comércio eletrônico estará movimentando US\$ 13 bilhões no país, registrando um crescimento de 21% ao ano. O valor será o dobro da marca obtida por México e Argentina. Hoje, estima-se que as vendas on-line movimentem R\$ 13 bilhões no Brasil.

29/10/2009, página E10

LITERATURA

GARCÍA MÁRQUEZ NÃO ESCREVE MAIS, DIZ BIÓGRAFO

O crítico inglês Gerald Martin, biógrafo do colombiano Gabriel García Márquez, disse que o escritor não produz mais. De acordo com Martin, pode ser que sejam publicadas coisas já conhecidas e não editadas, como o conto “Em Agosto nos Vemos”. “Ele diz que passa o tempo todo escrevendo, mas não creio que vá haver coisas novas”, afirmou o crítico, no México, ao lançar uma biografia de Márquez.

Comissão aprova Venezuela no Mercosul sem ressalvas

Texto contrário à adesão é rejeitado por 11 a 5; decisão vai a plenário na próxima semana

A VENEZUELA NO MERCOSUL

Como foi a votação no Conselho sobre a adesão à região sul-americana

- VOTARAM A FAVOR**
- Eduardo Duhalde (PS) (12)
 - Antônio Carlos Magalhães (PSDB) (12)
 - João Pinheiro (PMDB) (12)
 - Paulo Sérgio Passos (PSDB) (12)
 - Fernando Collor (PSDB) (12)
- VOTARAM CONTRA**
- José Sarney (PMDB) (5)
 - Paulo Roberto Costa (PSDB) (5)
 - José Alencar (PMDB) (5)

A VOTAÇÃO EM DETALHES



IMPACTOS COM O PAR DO MERCOSUL

- COM O PAR**
- Freixo se tornará o 3º maior produtor mundial de café verde, superando o Brasil e o Vietnã.
 - O Brasil é o maior produtor de café verde do mundo, com 2,5 milhões de toneladas por ano.
 - O Brasil é o maior produtor de café verde do mundo, com 2,5 milhões de toneladas por ano.
- COM O MERCOSUL**
- O Brasil é o maior produtor de café verde do mundo, com 2,5 milhões de toneladas por ano.
 - O Brasil é o maior produtor de café verde do mundo, com 2,5 milhões de toneladas por ano.

VENEZUELA NA BANCADA BRASILEIRA

País	Partido	Voto
Brazil	PSDB	12
Argentina	PSDB	12
Paraguay	PSDB	12
Uruguay	PSDB	12
Venezuela	PSDB	12
José Sarney	PMDB	5
Paulo Roberto Costa	PSDB	5
José Alencar	PMDB	5

Brasil que recebeu voto de coligação e que se uniu para o governo em 2003. Não há mais divergências sobre o processo de adesão.

ARTIGO DE OPINIÃO

Após 11 meses de discussões e negociações, o Conselho de Ministros do Mercosul aprovou a adesão da Venezuela ao bloco regional. A decisão foi tomada por unanimidade, com 12 votos a favor e 5 contra. O Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai votaram a favor, enquanto José Sarney, Paulo Roberto Costa e José Alencar votaram contra.

A Venezuela é o primeiro país a aderir ao Mercosul. A adesão permitirá que o país participe de todas as atividades do bloco, incluindo o comércio livre de bens e serviços, a circulação de pessoas e a integração econômica. A adesão também permitirá que a Venezuela participe de todas as atividades do bloco, incluindo o comércio livre de bens e serviços, a circulação de pessoas e a integração econômica.

Lula diz que não é Chávez, mas sim 'Alfonso Portillo'

Presidente Lula afirmou que não se compara ao líder venezuelano Hugo Chávez, mas sim ao ex-presidente peruano Alfonso Portillo. Lula fez essa declaração durante uma entrevista coletiva em Brasília.

Lula afirmou que não se compara ao líder venezuelano Hugo Chávez, mas sim ao ex-presidente peruano Alfonso Portillo. Lula fez essa declaração durante uma entrevista coletiva em Brasília.

SAÚDE

Interdição de hospital no RS faz grávidas darem à luz no Uruguai

ANNA CAROLINA CARDOSO
GUSTAVO HENNEMANN
DA AGÊNCIA FOLHA

Onze mulheres grávidas de Santana do Livramento (RS) tiveram de cruzar a fronteira com o Uruguai para dar à luz a seus bebês neste mês. A cidade de Rivera, separada da gaúcha por apenas por uma rua, se tornou a opção mais rápida para partos urgentes após a interdição da Santa Casa de Livramento, o único hospital público da cidade, de 84 mil habitantes.

Há 15 dias, uma equipe de fiscalização do Conselho Regional de Medicina decidiu interditar o hospital em razão da equipe médica sobrecarregada e por falta de manutenção em equipamentos. O hospital acumula dívidas de cerca R\$ 20 milhões.

Quem não consegue ser atendido no local é levado por ambulâncias para outros municípios do Estado e para Rivera, que recebe gestantes já em trabalho de parto.

Segundo o consulado brasileiro em Rivera, os filhos de brasileiros que nascem na cidade devem ser registrados em um cartório uruguaio. Consideradas brasileiras natas, as crianças terão também a cidadania uruguaia. Nas últimas semanas, cerca de 20 bebês foram registrados pelo órgão.

A situação obrigou o principal hospital da cidade uruguaia a contratar mais uma parteira.

Sem a Santa Casa, o atendimento de emergência na cidade gaúcha é realizado em um hospital particular, que não tem maternidade.

31/10/2009, página A4



Lula e Hugo Chávez visitam uma lavoura de soja no Projeto Agrícola Integral Socialista, em Itapeva, no Estado de Aracatuba

Chávez compara Lula a Jesus e prega permanência no poder

Venezuelano comemora aprovação preliminar de ingresso do país no Mercosul

Ao elogiar colega brasileiro, Chávez, no cargo de 99, disse não entender por que alguém aprovado por 80% precisa deixar o governo

SIMONE IGLESIAS
BRASÍLIA/AGÊNCIA UOL

A aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul pelo Conselho de Políticas Econômicas do Senado faz com que o venezuelano Hugo Chávez compare o atual presidente Lula a Jesus Cristo, por chegar ao seu cargo trazendo a informação.

Aprovando o envio da lei 13.041, que altera o texto da Constituição de 1988, para que o brasileiro deva permanecer no cargo, questionando por que alguém que detém 80% da aprovação precisa deixar o governo.

"Lula veio como Cristo anunciando o Evangelho. Se fez o cabelo comprido. O Evangelho significa boa nova", disse o presidente venezuelano, no poder desde fevereiro de 1999.

Chávez — que, no passado, já criticou o Senado pela demora em votar o ingresso do país no Mercosul — agradeceu os senadores brasileiros pela aprovação na comissão, ocorreu a votação, e afirmou acreditar que o Brasil em breve também aprovará a entrada.

No Brasil, a incorporação do país ao bloco ainda tem de passar pelo plenário do Senado.

Em seu discurso, Lula comemorou a decisão do Congresso brasileiro afirmando que houve uma "quebra de preconceito".

"Acho que o gesto do Senado brasileiro, ontem, foi um gesto gratificante, porque foi a quebra do preconceito (...). Então que daqui a uma semana, ou daqui a dez dias, não tenhamos discutido esse processo e a Venezuela será cada vez mais Mercosul", disse Lula, que citou o depoimento do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, ao Senado brasileiro. Opositor de Chávez, Ledezma criticou diretamente o governo da Venezuela, na ocasião, mas defendeu o ingresso do país.

"Isso foi extremamente importante. Certamente você [Chávez] conversou com ele

antes, mas aqueles que queriam utilizar o préférito como pretexto, não deu certo".

Caso se concretize, o ingresso da Venezuela no Mercosul não significa uma vitória pessoal, mas fortalecerá seu poder, disse Chávez. "Isso não é mais importante. A América do Sul se fortalece, você se fortalece, sobretudo os mais jovens".

Sobre a permanência de Lula no poder, Hugo Chávez pediu reflexão, questionando por que, se um presidente é bem avaliado, tem de deixar o cargo. Repetiu a indagação em relação ao presidente do Chile, Michelle Bachelet, que tem de mais de 80% de aprovação no país. "Faço a pergunta para buscar a resposta", disse.

A volta de Lula ao Brasil foi

atrasada, já que o Airbus presidencial, apelidado de "Aerolínea", apresenta defeito. A aeronave passou por reparos.

Curiosidade de honra

Muitos de seus filhos, Chávez recebeu Lula e a primeira Dama Rosalind (Cass Civil) para um jantar em hotel a 2.240 metros de altitude. Dilma, que se manteve em segundo plano em quase todos os eventos da viagem e antes de entrevistas e ser fotografada, foi a convidada de honra do jantar.

No evento, ao qual a imprensa não teve acesso, Chávez levou um bolo para comemorar o aniversário de Lula, ocorrido na terça-feira. O venezuelano chegou a comer um pedaço de bolo e "69 anos" do presidente brasileiro, que, na verdade, completou 64.

Outro, o venezuelano disse acreditar que Dilma, com sua trajetória, será aprovada presidente do Brasil. Segundo ele, é uma mulher que tem a cabeça "bem ordenada". "Creio nisso, pode ser melhor. Não me muito essas questões, mas é o que me dá uma certeza", disse, batendo no próprio peito.

Questionado sobre a possibilidade de a oposição ganhar as eleições presidenciais de 2010, o presidente venezuelano mudou o tom da entrevista aos jornalistas brasileiros. Afirmou que não se mete em questões internas e que os brasileiros só soberanos e não brasileiros.

Lula veio como Cristo anunciando o Evangelho. Se fez o cabelo comprido

A América do Sul se fortalece [a aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul], você se fortalece, sobretudo os mais jovens

HUGO CHÁVEZ
PRESIDENTE DA VENEZUELA

Acho que o gesto do Senado brasileiro foi um gesto gratificante, porque foi a quebra do preconceito

Penso que daqui a uma semana, ou dez dias, teremos definido esse processo e a Venezuela será cada vez mais Mercosul

LUIS INACIO LULA SILVA

31/10/2009, página B8

Argentina ataca embargo do Brasil a perecíveis

Frutas estragam antes de
liberação na fronteira do país

de associados

O ministro da Economia da Argentina, Amado Boudou, criticou ontem, em Buenos Aires, a forma como o Brasil pôs em prática sua decisão de aplicar, a partir deste mês, o sistema de licenças não automáticas a produtos "sensíveis" da pauta exportadora argentina, como trigo, frutas, sementes, leite e maquiagem.

"Sempre que a Argentina analisa alguma questão de comércio com o Brasil, trabalhamos com produtos não perecíveis para não gerar problemas a algum segmento da produção", disse o ministro, em entrevista a uma rádio.

O embaixador do Brasil na Argentina, Mauro Vieira, foi convocado nesta semana pelo governo Cristina Kirchner, para ouvir reclamação formal sobre o tema.

Em ocasião na terça passada, na chancelaria argentina, Vieira foi informado da preocupação com a eventual perda dos produtos perecíveis transportados em caminhões que estão estacionados na fronteira, aguardando a liberação das licenças não automáticas, que podem levar até 60 dias.

Nesse mesmo dia, o Brasil autorizou a passagem de parte dos caminhões com produtos perecíveis estacionados na fronteira — o que não significa uma volta a alguma medida protecionista, segundo fontes ligadas ao governo.

A Argentina impõe o sistema de licenciamento não automático a diversos produtos brasileiros, que totalizam 16% das exportações ao país vizinho. Empresários dos setores afetados reclamam que a Argentina adotou o passo depois de uma decisão da OMC para a liberação da licenças e que evita importações do Brasil enquanto eleva a China.

A medida brasileira é vista por boa parte do empresariado argentino como uma demonstração de falta de respeito do governo Lula a uma consequência inabilitada do governo argentino em negociações. Contudo, podem agrido Cristina que já para reverter rapidamente a situação.

"O improviso e as medidas desconcertadas em política comercial internacional às vezes voltam como um bumerangue contra a produção nacional", disse em nota a CREA (Confederação Rural Argentina), que calcula perdas expressivas para os produtores de soja, que tem 85% da colheita destinada à exportação ao Brasil.

Copyright 2009 Folha de São Paulo

31/10/2009, página E1

ilustrada

Tel. (11) 4262-2244 Fax: (11) 4262-2244
 Rua Vinte e Nove de Abril, 141
 São Paulo, SP - CEP: 01303-900
 Cód. Cad. Imp. 00.000.000-000-000-000

FOLHA DE S. PAULO
 SÁBADO, 24 DE OUTUBRO DE 2009 • E1

ARQUITETURA
**BENAL ABRE HOJE
 NO IBRAPUERA
 APÓS DESISTÊNCIA
 DE CURADOR**
 Pág. E3

LITERATURA
**NOBEL LE CLÉZIO
 TRAZ EXPERIÊNCIA
 DA FOME E DA
 GUERRA EM LIVRO**
 Pág. E4

Mostra exibe 'A Pita Branca', filme de Michael Haneke que ganhou a Palma de Ouro Pág. E6

PAPO COM

Borges



Jorge Luis Borges em biblioteca de Buenos Aires, em 1973

Saem no Brasil três volumes de diálogos entre o autor de 'O Aleph' e o jornalista argentino Osvaldo Ferrari, gravados entre 1984 e 1985, em Buenos Aires

SILVIA COLMERO
 ESPECIALIZADA

“O diálogo é um dos melhores hábitos do homem, inventado, como quase todas as coisas, pelos gregos. Ou seja, os gregos começaram a conversar, e continuaram desde então”, diz Jorge Luis Borges (1899-1986) ao discorrer sobre a qualidade literária do estado-pápio.

O tom é coloquial, as referências, como sempre em se tratando de um autor, eruditas. São azeitadas as tentativas de diálogo entre o escritor argentino e o jornalista Osvaldo Ferrari.

O conjunto é editado pela primeira vez na totalidade pela Haché, em três títulos, “Sobres e Sobres e Outros Diálogos”, “Sobres e Outros Diálogos” e “Sobres e Amizades e Outros Diálogos”.

Trata-se da transcrição dos mais de 90 diálogos que ambos mantiveram entre 1984 e 1985. Gravados, foram veiculados inicialmente pela Rádio Municipal de Buenos Aires. Depois, publicados no jornal “Tempo Argentino”.

“Borges já estava cego, e conversar sobre os temas que o interessavam ao longo da vida era algo que lhe dava muito prazer”, disse Ferrari, 61, o atormentado interlocutor, em entrevista à Folha, por telefonia.

Quando começaram, a proposta era sempre pagar Borges de surpresa. “O assunto era o que quer que fosse, na viagem, mas só na hora revelava. Se por acaso ele descobria antes, mudávamos”, conta.

Os dois se conheceram por meio de amigos em comum, os também escritores Silvina Ocampo e Adolfo Bioy Casares. Ferrari era, então, muito mais novo que Borges. Tinha entre 25 e 26 anos, e o maior de “O Aleph”, 64 e 65.

As entrevistas aconteceram na

biblioteca da casa do escritor, e o tom cortês e respeitoso permeava todo o papo.

Logo que Borges não estruturou os temas tratados. São, de modo geral, aqueles que habitam a obra do ficcionista latino-americano e literário.

Amostramos como se trata, porém, impressões pela ciência e pela objetividade. “Borges estava no momento máximo da inteligência. Tinha adquirido um imenso conhecimento e amadurecido, superado críticas e vitupérios. E como já estava cego há muito tempo, passava os dias em atividades de criação. Escrevera a resenha, pensava, dizia palavras”, diz Ferrari.

O jornalista argentino conta que, apesar de não ser o tema preferido de Borges, a política o interessava naquele momento de mudanças na Argentina. O país vive de uma emergência econômica militar (1976-1982), com a qual, a princípio, agrada-se Ferrari. Borges concordava.

“Ele dizia que um escritor podia equivocarse. Quando os

militares chegaram ao poder, teve esperança. Mas logo percebeu quando seria bom para o país e seu contemporâneo”.

Democracia

E como escritor se manifestava com relação à recém-instaurada democracia? “Borges amou-a. Queriu muito que o governo de Raúl Alfonsín desse certo”, afirma Ferrari.

Fica evidente nos livros a peculiar relação que Borges tinha com a Argentina. Em meio de uma passagem, refere-se ao povo do país como “européus no desterro”. A desconsideração com relação ao passado pró-militarista é grande.

Por outro lado, via o conditio de soldo eterno como algo positivo, principalmente para as artes, pois, assim, os argentinos poderiam ter o peso de antiguidades locais.

Já o modo apaixonado como se refere a outros escritores contemporâneos — alguns de fora da província de Buenos Aires, como o amparado Domingo Faustino Sarmiento, ou os que

se dedicaram a retratar os “ganchos” do interior, como Ricardo Güiraldes —, dá um claro que tanta intenção em investigar a identidade argentina além dos limites portenhos.

Ao falar de uma internacional, de viagem para dar palestras ou receber títulos, Borges mostra-se trêzido. “Não sei se minha obra merece essa atenção, ou acho que não, acredito que sou uma espécie de superação”, declara Ferrari.

Duases viagens, conta também anedotas curiosas, como as ocasiões em que foi questionado se eram reais algumas de suas criações como o Aleph ou Funes — o primeiro, um ponto que abarca toda a realidade do universo numa casa em uma rua específica de Buenos Aires, o segundo, um homem que tem memória infinita.

Diálogo com a vitiva

María Kodama é a vitiva de Borges e herdeira dos direitos autorais da obra do marido. Antes de aceitar a acusação de fazer mau uso do teor que lhe foi concedido, impedindo reedições biográficas.

Com Ferrari, não foi diferente. Tive uma disputa judicial, mas o jornalista ganhou. “Meus livros são livres, como queria o próprio Borges”, conta.

SOBRE O DIÁLOGO
 E OUTROS SOBRES, 2009

Autos e Fogos (Diálogo e Outros Diálogos)
 160 páginas
 Preço: R\$ 20,00 (p.p.)

SOBRE A FOLHA
 E OUTROS SOBRES, 2009

160 páginas
 Preço: R\$ 20,00 (p.p.)

SOBRE A MEMÓRIA
 E OUTROS SOBRES, 2009

160 páginas
 Preço: R\$ 20,00 (p.p.)

TRECHOS DOS DIÁLOGOS

cegueira

“Agora sou rto cego, mas quase estar cego não seja uma tristeza. Embora me baste pensar nos meus livros, tão próximos e tão longe de mim para, bom,

para esquecer-me. E chegou a pensar que se eu recuperasse a vista, não sairia desta casa e ficaria lendo todos os livros que tenho aqui, e que mal consigo, embora os conheça pela memória que me difíceis coisas”

pesados

“Acredito que o pesadelo tenha um labor especial que não se parece com o horror que sentimos na vigília, é que poderia ser, bem, possível ser uma prova de que o inferno existe, de que encontramos algo, mas além de toda experiência humana”

31/10/2009, página E7

Guillermo Arriaga diz em Passo Fundo que 'cinema é literatura'

Mexicano participou de 13ª Jornada de Literatura, que reuniu 22 mil pessoas

DO ENVIADO A PASSO FUNDO

Um dos mais tradicionais encontros de letras do país também se rendeu à tecnologia. A Jornada Nacional de Literatura, que acontece há 28 anos em Passo Fundo (RS), procurou seguir a onda internacional e escalou autores para discutir "Arte e Tecnologia" em sua 13ª edição, encerrada ontem.

Entre eles está o holandês Wim Veen (da Universidade de Delf), um discípulo de Pierre Lévy, defensor da ideia da inteligência coletiva na internet

(que também esteve em Passo Fundo às vésperas do evento), e a americana Emily Short (St. Olaf College, EUA), especialista em ficção interativa, que estuda o desenvolvimento dos games.

Mas a grande estrela do evento foi o roteirista e escritor mexicano Guillermo Arriaga, que acaba de se lançar na direção de longas com "Burning Plain" —que deve estreiar no Brasil em 4/12. Ele foi escalado para discutir cinema e literatura ("ambos são literatura"). À **Folha**, ele defendeu o trabalho autoral do roteirista, tema sensível que

motivou o rompimento com o diretor Alejandro González Iñárritu, seu parceiro nos sucessos "Amores Brutos", "Babel" e "21 Gramas".

O autor de livros infantis Pedro Bandeira foi homenageado. Cristovão Tezza, colunista da **Folha**, recebeu o 6º Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon, no valor de R\$ 100 mil, por seu romance "O Filho Eterno". Para a sessão de encerramento, ontem, estava programado show com Tom Zé. (MS)

O jornalista **MARCOS STRECKER** viajou a convite da 13ª Jornada Nacional de Literatura

01/11/2009, página E4

Argentina narra fantasia de casal gay

'O Menino Peixe', de Lucía Puenzo ('XXY'), conta saga de garotas entre Buenos Aires e vila do Paraguai

FERNANDA SABELLA
CORRESPONDENTE

Mistura de romance, mistério e fantasia, "O Menino Peixe" conta a saga de duas jovens que se envolvem em roubos e assassinatos, numa série de eventos tão bizarros que, no final das contas, o maior de seus problemas é serem namoradas e de classes sociais distintas.

Essa mistura é ideal para o "diretor" já estivo no primeiro longa da diretora argentina Lucía Puenzo, "XXY", destaque da Mostra de São Paulo do ano passado e premiado em festivais mundo afora (como em Cannes), sobre os conflitos de gênero na adolescência.

"A todo momento eu diria para as duas atrizes [de "O Menino Peixe"] que isso não era importante, pois elas são a história de um homem e uma mulher, tanto faz. Ela deveria viver o romance e mostrar bem natural e não fazer caso a questão do filme", diz Puenzo, 32, a **Folha**, por telefone.

Foi como em "XXY", quando a gente não mostra Alex [protagonista] sem roupa, que ela o que todo mundo quer, ver. Não gosto de sexualidade".

Puenzo volta a trabalhar com Inés Eiroa, 25, atriz de "XXY" e estreia em cenário na Argentina. Após o filme de Puenzo, ela já rodou outros dois, incluindo o longa com Luzmila Martí (La Mujer sin Cabeza) e Daniel Berman ("Nicho Viejo").

Em "O Menino Peixe", ela faz a garota de classe média alta Laila, empanada de demônios paraguaios La Guayí, que trabalha em sua casa em Buenos Aires. Elas têm planos de viajar juntas perto de um lago no Paraguai, mas um assassinato as separa e põe Laila numa viagem de descoberta no país vizinho.

É aqui que surge o momento fantástico, quando Laila encontra um dos segredos de sua amada, mas com consequências realistas e os efeitos especiais. A diretora admite que, na maioria dos gêneros, foi convencido de não fazer a edição.

"O mais difícil [de fazer o filme] foi achar sua identidade,



A atriz Inés Eiroa é Laila, em cena em lago no Paraguai, prevista a encerrar "O Menino Peixe"

um certo para a história, nesse encontro de gêneros. O filme navega por tons diferentes, mas acho que isso acabou virando parte de sua identidade".

A fotografia intercala cenas filmadas nas ruas de Buenos Aires com cenas quebra da vila paraguiana de Ypoh, em orla marítima.

Literatura

"O Menino Peixe" é baseado em um livro de estreia, lançado no Brasil neste ano pela Gryllus. Puenzo tinha entre 20 anos e, desde então, já publicou outros três livros. O quinto, "A Fúria da Lagosta", sobre os filhos de um argentino que leva um bônus à falência e foge de casa, sai no final do ano. Em romance, todos falam de jovens.

"É uma idade muito poderosa, quando tomamos decisões que vão nos definir para sempre, não apenas mais crianças, nem adultos", diz Puenzo.

Enquanto escreve roteiros para outros diretores e finaliza seu novo livro, Puenzo se prepara para rodar seu terceiro longa em 2010. Ainda sem título, a obra se passará numa cidade de setenta Paragaitas.

Crítica / "O Menino Peixe"

Excesso de temas diminui o impacto de boa trama

JOSE GERALDO COSTA
CORRESPONDENTE

"O Menino Peixe" é, antes de tudo, uma história de amor. Mas é um amor difícil, daqueles que não ossem dizer seu nome: é o romance entre Laila (Inés Eiroa), adolescente de classe média alta, filha de pai e La Guayí (Martina "Nicho", paraguiana de 20 anos que trabalha como doméstica para a família. Cômicas, apimentadas, as duas fazem colagem da casa para juntar dinheiro e fugir para o Paraguai, onde pretendem viver os sonhos de um lago. Os planos começam a desmoronar quando o pai de Laila é assassinado e as suspeitas recaem sobre Guayí, o que não frangi da cadeia social envolvida.

As relações e a trama policial a jovem diretora Lucía Puenzo e (filha de Laila Puenzo, de "A História Oficial") acree-

centa um herói desconhecido, uma lenda de origem vitoriana-guaraní, sobre um marinheiro que contou os segredos do ofício do lago Ypoh.

A narrativa não é nada linear e, a manobra do melhor cinema argentino, se temáticas sociais, éticas e políticas aparecem de modo indireto, diáspora, fragmentário.

O que estranha e um pouco o filme é um certo excesso de linhas de força, como sua estrutura que tenta falar de tudo ao mesmo tempo: tribu, luta de classes, prostituição, corrupção policial, sistema carcerário, cultura de massa (o pai de Guayí é ator de televisão no Paraguai). Mas a direção central acaba por prevalecer.

✶ O MENINO PEIXE

Quadrinho de 120 p., 16,90, 16/10/09
Cineclube de São Paulo
Avulso de 10,00

3.3.2 O GLOBO

26/10/2009, página 1 do Segundo Caderno

'Acho que sou brasileira e não sei'

• De perto Donatella Versace parece mais normal, ou melhor, menos estranha. É simpática e tem um forte sotaque italiano ao falar inglês. A enorme boca, possivelmente resultado de procedimentos estéticos, chama tanta atenção quanto os pés. A estilista italiana que comanda a poderosa Versace tem tornozelos grossos e exhibe pés espremidos num sapato peep toe de saltos vertiginosos. Ela é muito, muito magra. Os ombros são estreitos e o quadril chega a ser ainda menor. Num vestido justo e branco, ela recebeu O GLOBO no Copacabana Palace, enquanto fumava um Marlboro, aceso por isqueiro enfeitado de cristais.

Pela segunda vez no Brasil, a estilista veio ao Rio para participar do Fashion Rocks. Foi ao show-desfile, no sábado, e ao jantar beneficente, na sexta.

— Todos sempre dizem que a moda é global, mas a América do Sul fica um pouco esquecida pelos principais estilistas. Quando me propuseram vir ao Fashion Rocks, aceitei porque acho que devíamos vir à América Latina, especialmente ao Brasil, por-

que esse país é moda, é cor, é sexy.

A estilista pretende abrir uma loja no Rio e, após seu desfile, anteontem, levantou a hipótese de criar uma coleção inspirada na cidade.

— As brasileiras são conhecidas por serem sensuais e se vestirem de modo feminino. Também gosto de me vestir assim. Acho que sou brasileira e não sei.

Na curta visita, ela pegou sol na piscina do hotel, comprou biquínis brasileiros, passeou pela orla de Ipanema e pelas ruas Maria Quitéria e Garcia D'Ávila. Quer ir a Santa Teresa e conhecer o presidente Lula:

— Lula é interessante e é muito bom para o Brasil.

Apesar de estar maquiada na entrevista, fotos estão proibidas, assim como perguntas sobre cirurgia plástica. Donatella é vidrada em produtos de beleza e diz cuidar muito da pele, bronzeadíssima, e dos cabelos.

— Amo os cabelos das brasileiras. Soube que teve uma personagem com o meu cabelo numa novela (Suzana Vieira, em "Duas caras"). Adorei — disse, rindo. (Melina Dalboni)



DONATELLA quer conhecer Lula

27/10/2009, página 27

Fla inicia luta pelo bi na Liga

Time de basquete rubro-negro enfrenta o uruguaio Defensor, hoje, na Argentina



MARCELINHO ESTÂNCIO confirmado no Fla, pois sua punição só vale para amistosos

Colecionador de títulos na atual fase do basquete brasileiro, o Flamengo — campeão da Liga Sul-Americana, bicampeão nacional e tetracampeão estadual — começa hoje sua luta para tentar o bicampeonato da competição continental. Hoje, às 21h (horário de Brasília), o rubro-negro vai enfrentar o Defensor Sporting, do Uruguai, atual campeão sul-americano (competição diferente da Liga) pelo Grupo C da competição, em Santiago del Estero, na Argentina. Na mesma chave, também estão o time local do Quimsa e o Malvin, do Uruguai, que se enfrentam na segunda rodada, às 23h30m.

Amanhã, também às 21h, o Flamengo enfrentará o Malvin, ao passo que Quimsa e Defensor Sporting se enfrentam na partida de fundo. Por fim, na quinta-feira, às 23h30m de Brasília, no confronto que deverá ser o mais duro para o Flamengo, o time carioca vai jogar com o Quimsa, dono da casa. Na preliminar, se enfrentam Malvin e Defensor Sporting. Pelo regulamento, somente o primeiro colocado de cada um dos três grupos vai à final. Além disso, também se classifica para o quadrangular final o melhor segundo colocado entre as três chaves.

Técnico do Flamengo há quatro

temporadas, ao mesmo tempo em que prepara a equipe para a Liga e para a segunda edição do Novo Basquete Brasil (Campeonato Brasileiro), que começará em novembro, Paulo Chupeta lamenta a penúria técnica do Estadual, que não deu o ritmo de jogo adequado para a Liga.

— Para o time, era melhor treinar do que jogar o Estadual, se estivessem levando em conta a Liga e o Brasileiro. Os outros clubes grandes do Rio, como não conseguem montar equipes tão fortes quanto as nossas, simplesmente desistem. Sem Vasco, Fluminense e Botafogo, perde-se o glamour do Estadual — declarou. — Na cidade que vai ser sede das Olimpíadas, seria bom que as autoridades ajudassem os clubes de basquete.

Rival de hoje é base da seleção uruguaia

• No Estadual, o Flamengo obteve quatro vitórias muito fáceis, por mais de 50 pontos de vantagem.

— Ano passado, o time foi ganhando corpo no Brasileiro e na Liga, mas em 2009 estamos sentindo falta de jogos mais difíceis. Mas o grupo é experiente e deve saber administrar isso — afirmou Chupeta.

Sobre a Liga, o treinador sabe que o rival da estreia, o Defensor Spor-

ting, é base da seleção do Uruguai:

— Tem o País, que disputou a Copa América pelo Uruguai e dois americanos. É um adversário difícil.

No que diz respeito ao time rubro-negro, Chupeta está aliviado, pois o ala-armador Marcelinho, punido por envolvimento em confusão num torneio amistoso em Joinville, foi suspenso por cinco partidas amistosas, o que não irá atrapalhar o grupo em quaisquer competições oficiais.

— O Baby deixou o clube (foi para o Paulistano), e o Jefferson Williams está contundido e não vai jogar. Nossa base será Hélio, Duda, Marcelinho, Alirio ou Guilherme Teichmann, que chegou recentemente, e Coloneze. Trouxemos também o Dedê e o Victor Bocardo — explicou Chupeta.

A sede das finais da Liga não está escolhida, mas o Flamengo, que fez parceria com os administradores da Arena Multiuso, pode se candidatar a receber a fase decisiva.

A 14ª edição da Liga Sul-Americana conta com a participação de 12 clubes, sendo três brasileiros, o Flamengo, o Pitágora/Minas e o Universo/Brasília). Para a fase de classificação, os 12 times foram divididos em três grupos. Na segunda etapa, quatro equipes disputam o quadrangular final, sendo as equipes vencedoras dos grupos A, B e C, além do segundo colocado com melhor campanha nos três grupos. ■

Brasil cai para 82º em desigualdade de gênero

Diferenças no mercado de trabalho fazem país perder posições em ranking do Fórum Econômico. Islândia lidera

O desempenho dos países

OS OCEANOS			AMÉRICA LATINA			MUNDIAL		
País	Índice	Posição	País	Índice	Posição	País	Índice	Posição
Islândia	97,8	1º	Argentina	82,0	82º	Estados Unidos	92,0	10º
Países Baixos	97,7	2º	Brasil	82,0	82º	Reino Unido	91,5	15º
Coreia do Sul	97,6	3º	Chile	81,5	85º	França	91,0	20º
Canadá	97,5	4º	Colômbia	81,0	88º	Itália	90,5	25º
Estados Unidos	92,0	10º	Peru	80,5	90º	China	89,5	30º
Reino Unido	91,5	15º	Venezuela	80,0	92º	Índia	89,0	35º
França	91,0	20º	Equador	79,5	95º	Rússia	88,5	40º
Itália	90,5	25º	Paraguai	79,0	98º	Coreia do Sul	88,0	45º
China	89,5	30º	Uruguai	78,5	100º	Países Baixos	87,5	50º
Índia	89,0	35º	Costa Rica	78,0	102º	Coreia do Sul	87,0	55º
Rússia	88,5	40º	Uruguai	77,5	105º	Países Baixos	86,5	60º
Coreia do Sul	88,0	45º	Costa Rica	77,0	108º	Coreia do Sul	86,0	65º
Países Baixos	87,5	50º	Uruguai	76,5	110º	Países Baixos	85,5	70º
Coreia do Sul	87,0	55º	Costa Rica	76,0	112º	Coreia do Sul	85,0	75º
Países Baixos	86,5	60º	Uruguai	75,5	115º	Países Baixos	84,5	80º
Coreia do Sul	86,0	65º	Costa Rica	75,0	118º	Coreia do Sul	84,0	85º
Países Baixos	85,5	70º	Uruguai	74,5	120º	Países Baixos	83,5	90º
Coreia do Sul	85,0	75º	Costa Rica	74,0	122º	Coreia do Sul	83,0	95º
Países Baixos	84,5	80º	Uruguai	73,5	125º	Países Baixos	82,5	100º
Coreia do Sul	84,0	85º	Costa Rica	73,0	128º	Coreia do Sul	82,0	105º
Países Baixos	83,5	90º	Uruguai	72,5	130º	Países Baixos	81,5	110º
Coreia do Sul	83,0	95º	Costa Rica	72,0	132º	Coreia do Sul	81,0	115º
Países Baixos	82,5	100º	Uruguai	71,5	135º	Países Baixos	80,5	120º
Coreia do Sul	82,0	105º	Costa Rica	71,0	138º	Coreia do Sul	80,0	125º
Países Baixos	81,5	110º	Uruguai	70,5	140º	Países Baixos	79,5	130º
Coreia do Sul	81,0	115º	Costa Rica	70,0	142º	Coreia do Sul	79,0	135º
Países Baixos	80,5	120º	Uruguai	69,5	145º	Países Baixos	78,5	140º
Coreia do Sul	80,0	125º	Costa Rica	69,0	148º	Coreia do Sul	78,0	145º
Países Baixos	79,5	130º	Uruguai	68,5	150º	Países Baixos	77,5	150º
Coreia do Sul	79,0	135º	Costa Rica	68,0	152º	Coreia do Sul	77,0	155º
Países Baixos	78,5	140º	Uruguai	67,5	155º	Países Baixos	76,5	160º
Coreia do Sul	78,0	145º	Costa Rica	67,0	158º	Coreia do Sul	76,0	165º
Países Baixos	77,5	150º	Uruguai	66,5	160º	Países Baixos	75,5	170º
Coreia do Sul	77,0	155º	Costa Rica	66,0	162º	Coreia do Sul	75,0	175º
Países Baixos	76,5	160º	Uruguai	65,5	165º	Países Baixos	74,5	180º
Coreia do Sul	76,0	165º	Costa Rica	65,0	168º	Coreia do Sul	74,0	185º
Países Baixos	75,5	170º	Uruguai	64,5	170º	Países Baixos	73,5	190º
Coreia do Sul	75,0	175º	Costa Rica	64,0	172º	Coreia do Sul	73,0	195º
Países Baixos	74,5	180º	Uruguai	63,5	175º	Países Baixos	72,5	200º
Coreia do Sul	74,0	185º	Costa Rica	63,0	178º	Coreia do Sul	72,0	205º
Países Baixos	73,5	190º	Uruguai	62,5	180º	Países Baixos	71,5	210º
Coreia do Sul	73,0	195º	Costa Rica	62,0	182º	Coreia do Sul	71,0	215º
Países Baixos	72,5	200º	Uruguai	61,5	185º	Países Baixos	70,5	220º
Coreia do Sul	72,0	205º	Costa Rica	61,0	188º	Coreia do Sul	70,0	225º
Países Baixos	71,5	210º	Uruguai	60,5	190º	Países Baixos	69,5	230º
Coreia do Sul	71,0	215º	Costa Rica	60,0	192º	Coreia do Sul	69,0	235º
Países Baixos	70,5	220º	Uruguai	59,5	195º	Países Baixos	68,5	240º
Coreia do Sul	70,0	225º	Costa Rica	59,0	198º	Coreia do Sul	68,0	245º
Países Baixos	69,5	230º	Uruguai	58,5	200º	Países Baixos	67,5	250º
Coreia do Sul	69,0	235º	Costa Rica	58,0	202º	Coreia do Sul	67,0	255º
Países Baixos	68,5	240º	Uruguai	57,5	205º	Países Baixos	66,5	260º
Coreia do Sul	68,0	245º	Costa Rica	57,0	208º	Coreia do Sul	66,0	265º
Países Baixos	67,5	250º	Uruguai	56,5	210º	Países Baixos	65,5	270º
Coreia do Sul	67,0	255º	Costa Rica	56,0	212º	Coreia do Sul	65,0	275º
Países Baixos	66,5	260º	Uruguai	55,5	215º	Países Baixos	64,5	280º
Coreia do Sul	66,0	265º	Costa Rica	55,0	218º	Coreia do Sul	64,0	285º
Países Baixos	65,5	270º	Uruguai	54,5	220º	Países Baixos	63,5	290º
Coreia do Sul	65,0	275º	Costa Rica	54,0	222º	Coreia do Sul	63,0	295º
Países Baixos	64,5	280º	Uruguai	53,5	225º	Países Baixos	62,5	300º
Coreia do Sul	64,0	285º	Costa Rica	53,0	228º	Coreia do Sul	62,0	305º
Países Baixos	63,5	290º	Uruguai	52,5	230º	Países Baixos	61,5	310º
Coreia do Sul	63,0	295º	Costa Rica	52,0	232º	Coreia do Sul	61,0	315º
Países Baixos	62,5	300º	Uruguai	51,5	235º	Países Baixos	60,5	320º
Coreia do Sul	62,0	305º	Costa Rica	51,0	238º	Coreia do Sul	60,0	325º
Países Baixos	61,5	310º	Uruguai	50,5	240º	Países Baixos	59,5	330º
Coreia do Sul	61,0	315º	Costa Rica	50,0	242º	Coreia do Sul	59,0	335º
Países Baixos	60,5	320º	Uruguai	49,5	245º	Países Baixos	58,5	340º
Coreia do Sul	60,0	325º	Costa Rica	49,0	248º	Coreia do Sul	58,0	345º
Países Baixos	59,5	330º	Uruguai	48,5	250º	Países Baixos	57,5	350º
Coreia do Sul	59,0	335º	Costa Rica	48,0	252º	Coreia do Sul	57,0	355º
Países Baixos	58,5	340º	Uruguai	47,5	255º	Países Baixos	56,5	360º
Coreia do Sul	58,0	345º	Costa Rica	47,0	258º	Coreia do Sul	56,0	365º
Países Baixos	57,5	350º	Uruguai	46,5	260º	Países Baixos	55,5	370º
Coreia do Sul	57,0	355º	Costa Rica	46,0	262º	Coreia do Sul	55,0	375º
Países Baixos	56,5	360º	Uruguai	45,5	265º	Países Baixos	54,5	380º
Coreia do Sul	56,0	365º	Costa Rica	45,0	268º	Coreia do Sul	54,0	385º
Países Baixos	55,5	370º	Uruguai	44,5	270º	Países Baixos	53,5	390º
Coreia do Sul	55,0	375º	Costa Rica	44,0	272º	Coreia do Sul	53,0	395º
Países Baixos	54,5	380º	Uruguai	43,5	275º	Países Baixos	52,5	400º
Coreia do Sul	54,0	385º	Costa Rica	43,0	278º	Coreia do Sul	52,0	405º
Países Baixos	53,5	390º	Uruguai	42,5	280º	Países Baixos	51,5	410º
Coreia do Sul	53,0	395º	Costa Rica	42,0	282º	Coreia do Sul	51,0	415º
Países Baixos	52,5	400º	Uruguai	41,5	285º	Países Baixos	50,5	420º
Coreia do Sul	52,0	405º	Costa Rica	41,0	288º	Coreia do Sul	50,0	425º
Países Baixos	51,5	410º	Uruguai	40,5	290º	Países Baixos	49,5	430º
Coreia do Sul	51,0	415º	Costa Rica	40,0	292º	Coreia do Sul	49,0	435º
Países Baixos	50,5	420º	Uruguai	39,5	295º	Países Baixos	48,5	440º
Coreia do Sul	50,0	425º	Costa Rica	39,0	298º	Coreia do Sul	48,0	445º
Países Baixos	49,5	430º	Uruguai	38,5	300º	Países Baixos	47,5	450º
Coreia do Sul	49,0	435º	Costa Rica	38,0	302º	Coreia do Sul	47,0	455º
Países Baixos	48,5	440º	Uruguai	37,5	305º	Países Baixos	46,5	460º
Coreia do Sul	48,0	445º	Costa Rica	37,0	308º	Coreia do Sul	46,0	465º
Países Baixos	47,5	450º	Uruguai	36,5	310º	Países Baixos	45,5	470º
Coreia do Sul	47,0	455º	Costa Rica	36,0	312º	Coreia do Sul	45,0	475º
Países Baixos	46,5	460º	Uruguai	35,5	315º	Países Baixos	44,5	480º
Coreia do Sul	46,0	465º	Costa Rica	35,0	318º	Coreia do Sul	44,0	485º
Países Baixos	45,5	470º	Uruguai	34,5	320º	Países Baixos	43,5	490º
Coreia do Sul	45,0	475º	Costa Rica	34,0	322º	Coreia do Sul	43,0	495º
Países Baixos	44,5	480º	Uruguai	33,5	325º	Países Baixos	42,5	500º
Coreia do Sul	44,0	485º	Costa Rica	33,0	328º	Coreia do Sul	42,0	505º
Países Baixos	43,5	490º	Uruguai	32,5	330º	Países Baixos	41,5	510º
Coreia do Sul	43,0	495º	Costa Rica	32,0	332º	Coreia do Sul	41,0	515º
Países Baixos	42,5	500º	Uruguai	31,5	335º	Países Baixos	40,5	520º
Coreia do Sul	42,0	505º	Costa Rica	31,0	338º	Coreia do Sul	40,0	525º
Países Baixos	41,5	510º	Uruguai	30,5	340º	Países Baixos	39,5	530º
Coreia do Sul	41,0	515º	Costa Rica	30,0	342º	Coreia do Sul	39,0	535º
Países Baixos	40,5	520º	Uruguai	29,5	345º	Países Baixos	38,5	540º
Coreia do Sul	40,0	525º	Costa Rica	29,0	348º	Coreia do Sul	38,0	545º
Países Baixos	39,5	530º	Uruguai	28,5	350º	Países Baixos	37,5	550º
Coreia do Sul	39,0	535º	Costa Rica	28,0	352º	Coreia do Sul	37,0	555º
Países Baixos	38,5	540º	Uruguai	27,5	355º	Países Baixos	36,5	560º
Coreia do Sul	38,0	545º	Costa Rica	27,0	358º	Coreia do Sul	36,0	565º
Países Baixos	37,5	550º	Uruguai	26,5	360º	Países Baixos	35,5	570º
Coreia do Sul	37,0	555º	Costa Rica	26,0	362º	Coreia do Sul	35,0	575º
Países Baixos	36,5	560º	Uruguai	25,5	365º	Países Baixos	34,5	580º
Coreia do Sul	36,0	565º	Costa Rica	25,0	368º	Coreia do Sul	34,0	585º
Países Baixos	35,5	570º	Uruguai	24,5	370º	Países Baixos	33,5	590º
Coreia do Sul	35,0	575º	Costa Rica	24,0	372º	Coreia do Sul	33,0	595º
Países Baixos	34,5	580º	Uruguai	23,5	375º	Países Baixos	32,5	600º
Coreia do Sul	34,0	585º	Costa Rica	23,0	378º	Coreia do Sul	32,0	605º
Países Baixos	33,5	590º	Uruguai	22,5	380º	Países Baixos	31,5	610º
Coreia do Sul	33,0	595º	Costa Rica	22,0	382º	Coreia do Sul	31,0	615º
Países Baixos	32,5	600º	Uruguai	21,5	385º	Países Baixos	30,5	620º
Coreia do Sul	32,0	605º	Costa Rica	21,0	388º	Coreia do Sul	30,0	625º
Países Baixos	31,5	610º	Uruguai	20,5	390º	Países Baixos	29,5	630º
Coreia do Sul								

28/10/2009, página 31

Basquete***Fla enfrenta mais um time uruguaio na Liga: o Malvin***

Jogo de hoje é, em tese, o mais fácil pelo Grupo C do torneio

• SANTIAGO DEL ESTERO, Argentina. Mais um desafio aguarda ao camisa 10 Flamengo, que luta pelo bicampeonato da Liga Sul-Americana Masculina de Basquete, em Santiago del Estero, na Argentina. Depois de medir forças contra o Defensor Sporting na estreia, o time de Paulo Chupeta enfrenta o Malvin, hoje, às 21h (horário de Brasília), pelo Grupo C da competição.

Em tese, a partida deverá ser a mais fácil da fase, pois porque o Defensor é o atual campeão sul-americano e o Quimsa é a equipe da casa, que conta com o apoio do torcedor. As duas equipes fazem a partida de hoje, às 21h30m. O Malvin é formado por jogadores jovens, sendo dois argentinos como principais destaque. Pelo regulamento da Liga Sul-Americana, apenas o primeiro de cada um dos três grupos vai a fase final. A última vaga fica com o melhor segundo colocado entre as três chaves.

Para Paulo Chupeta, o Flamengo decidirá sua sorte amanhã, às 21h30m, contra o time uruguaio. Na preliminar, se enfrentam Malvin e Defensor Sporting.

— O Quimsa é o dono da casa, joga com a torcida, e por isso para nós a final da última Liga Sul-Americana. Ele se sobrepõe com o Hecman González, Tattaroli e sua ala americana. Tecnicamente, fazemos a deleção da vaga com ele — analisa o treinador.

Fla é um dos favoritos brasileiros na disputa

A 14ª edição da Liga Sul-Americana conta com a participação de 12 clubes, sendo três brasileiros, o Flamengo, o Pinogor/Winas e o Universo/Brasília. Para a fase de classificação, os 12 times foram divididos em três grupos.

O Flamengo disputará apenas a primeira fase em Santiago del Estero, onde conta com o ala-armador Marcelinho. Ele foi suspenso pelo STJ por participar de uma reunião em Jorvile, mas a punição só vale para amadores.

A expectativa da diretoria é criar um segundo rubro-negro na fase decisiva, caso a equipe se classifique. A exemplo do que fez no ano passado, o rubro-negro quer usar a Arena Malvin, na Barra da Tijera, como palco dos jogos decisivos. ■

29/10/2009, página 10 Papel das Forças Armadas divide cientistas políticos

Divergência é sobre como o Brasil deve exercer sua liderança na América do Sul

Maria Moraes*
Estratégia especial

• O CASAMENTO, Decretos sobre o papel das Forças Armadas no país e as implicações de liderança do Brasil na América do Sul esquentaram ontem os debates entre intelectuais reunidos no 33º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Curitiba. Para a cientista política Maria Moraes D'Ávila, da FUC-SP, o Brasil precisa primeiro arrumar a casa para, depois, exercer esse protagonismo local. Segundo ela, há um "momento" que exige o esboço dessa liderança:

— É uma visão de Brasil que acaba relegando os problemas internos. Isso me incomoda, o Brasil tem que exercer sua liderança, e a educação continua a mesma coisa, as pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais... O que pode liderar uma região se ele não é capaz de tratar bem seu povo! — questiona a pesquisadora.

Em ponto de vista estratégico, o Brasil, segundo ela, vem se equipando, mas as coisas feitas pela pauta de Dilma, a Venezuela e a Bolívia. E se desentendo de modernizar a modernização, como o do Chile. Apesar de ir que o país ainda não chegou a situação jurídica que países andinos, onde as Forças Armadas estão sendo usadas para "projetos políticos", a pesquisadora disse considerar preocupante que o país mantenha na Estratégia Nacional de Defesa o conceito de instigação como "luz da cidadania", como se ativistas fossem para um ataque inimigo.

— A Estratégia Nacional de Defesa aproxima o Brasil das países andinos e nos alinha de países como Argentina, Chile e Uruguai, que sofreram com ditaduras muito parecidas com as nossas, mas que estão vivendo um processo de subordinação dos militares a um sistema de

Defesa, que é civil — diz ela. — Há uma demanda muito grande, inclusive de partidos de esquerda, no sentido de colocar as Forças Armadas para fazer segurança, isso já é comum na Colômbia e na Venezuela. Não existe na Argentina e no Chile. A gente tem que debater isso.

— **"Estamos numa praça como de revoluções muito rápido"**

A cientista social Maria Regina Soares Lima, do IUPERJ, defende que o papel de liderança do Brasil é inevitável, mas que pode ser exercido tanto de forma coercitiva quanto cooperativa. Ela cita números para apoiar o crescimento do país na região: de 1980 a 1984, o PIB argentino era 27% do da América do Sul e brasileiro, 34%. Hoje, o PIB argentino corresponde a 15% e o brasileiro, a 58%.

— Certamente, a América do Sul sempre será pequena para o tamanho da economia brasileira — avalia a pesquisadora, ressaltando ser fundamental enfrentar estratégias públicas de liderança.

— Estamos em um processo de mudança social e política muito rápido. Por isso a política pública precisa refletir a transformação. A questão é ter vontade política de se integrar essas formas.

U cientista político Tullio Vigorelli, da Unesp, diz que o papel brasileiro é fundamental neste momento da América do Sul:

— Há uma mudança de atitude da sociedade sulamericana em relação ao Brasil. Isso se viu no desenvolvimento no governo (Fernando Henrique) Cardoso. Hoje, a conjuntura em relação ao Brasil que ele se torna um líder. Ainda que essa conjuntura tenha contradições e se manifeste em formas de luta contra o imperialismo brasileiro, caso do Bolívia, do Paraguai.

* A seguir segue a versão de Apoio

29/10/2009, página 25

Brasil vai retaliar Argentina e poderá ir à OMC

Vizinho exige visto de exportadores e governo brasileiro suspende licença automática. Caminhões param na fronteira

Gerardo Oca, César Oliveira e Juliana Figueiredo*

• BRASIL E BUENOS AIRES. O Brasil vai retaliar a Argentina e pode recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra barreiras impostas pelo país vizinho às exportações brasileiras de carne e madeira. A decisão foi tomada ontem pela Câmara de Comércio Exterior (Cacex). Para discutir a implementação Econômico do Itamaraty Carlos Mirón-Corvalán e medidas objetivas de exportações brasileiras a se discutem até o Conselho em Porto Alegre para obter o visto na própria praça de exportação.

Segundo ele, a decisão é está tomada. Faltam apenas decidir o item apropriado que pode ser a OMC ou o próprio Mercosul, que tem um Tribunal Arbitral. Além disso, o governo brasileiro aguarda as licenças automáticas na importação de uma série de produtos argentinos, especialmente alimentos e bebidas. A medida deteve cerca de 400 caminhões parados na fronteira entre os dois países, em Uruguai (UR) e levou o Ministério das Relações Exteriores argentino a convocar o embaixador do Brasil em Buenos Aires, Mauro Vitor, para dar explicações sobre a nova medida.

Uma alta fonte do governo argentino afirmou que a Casa Rosada considera as medidas adotadas pelo Brasil uma clara retaliação contra seu país.

— É uma medida assimétrica, porque nós avançamos com 23 itens de negociação, publicamos as medidas e o Chile, o Uruguai e eles (os brasileiros) fazem tudo sem consultar, anulando os pro-

tos que nós nos propúnhamos. Segundo a fonte, o Brasil recolheu produtos que afetam as economias regionais, como a da província de Neuquén, Mendoza, San Juan e Rio Negro. Os governadores das províncias argentinas prejudicadas estão se reunindo em várias vezes por dia com o Ministério das Relações Exteriores argentino, para pedir ajuda e esclarecer sua preocupação pela crise entre com o Brasil. A fonte acrescentou que a Argentina espera resolver os conflitos com o Brasil antes da próxima reunião de presidentes do Mercosul, marcada para a segunda quinzena de dezembro.

Embaxadores se trocam queixas em retaliação. Oca, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Miguel Jorge, afirmou que o governo espera que, com a exigência de licenças não automáticas nas importações de produtos argentinos o país vizinho volte a abrir sua medida protecionista que eles tomou e que afetam as exportações em torno de 17% das vendas brasileiras para a Argentina.

Na terça-feira passada, o embaixador brasileiro na Argentina se reuniu com o secretário de Comércio e Relações Econômicas Internacionais da chancelaria argentina, embaixador Alfredo Chiarini. Ambos trocaram queixas. Chiarini disse que o governo argentino está preocupado com a medida brasileira, sobretudo sua relação a mercadorias previstas em tratados de livre comércio com o Brasil. Já Vitor reiterou a manutenção do Brasil pelo não cumprimento do prazo estipulado pela OMC, de 15 dias para que o Brasil apresente uma proposta de negociação automática.



NOVO IMPASSE: Caminhões brasileiros em Uruguai (UR), após o Brasil suspender licenças automáticas

Lula quer a Venezuela no Mercosul

Governistas se mobilizam para aprovar hoje, no Senado, entrada de país no bloco

César Oliveira e Gerardo Oca*

• BRASIL. Por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desaburra hoje em Caracas para visita de dois dias, a uma governista se levantou para aprovar hoje o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A reunião está marcada para esta manhã, no Conselho de Relações Exteriores (CRE). O líder da Casa Rosada José María Fernández (FRENTE) apresentou voto em separado do relatório alertando que a participação de voto é preocupante, pela possibilidade "de um ato de hostilidade do Estado brasileiro contra seu país vizinho".

Apresentar um voto próprio, já há opção pelo contratório direto com o ministro da Justiça, o senador Tasso Azeiteiro (PSDB-CE). Ele não par-

ouber pela rejeição à entrada da Venezuela no bloco.

Segundo José, o indolentismo da Venezuela, a Venezuela não estaria pronta para cumprir as regras de integração econômica, industrial, política e estratégica do Brasil e do Mercosul. Ele disse que a medida é que o candidato aprova seu voto, que recomenda a suspensão da Venezuela suas quaisquer medidas.

— As críticas de oposição ao presidente Chávez não podem barrear a entrada do país no bloco. Incluir a Venezuela não é o resultado contra o Chávez. O Mercosul não levou democracia a Venezuela. O Brasil se inclina a Venezuela, mas precisa restringir suas atividades.

A oposição tentou, sem sucesso, adiar o assunto. Mas o governo mostrou sua posição. Na terça-feira, José María Fernández afirmou que poderia votar seu voto, se fossem

deixa o governo de Chávez de que se torna em vigência regulamento adotado por seu país. Oca, porém, disse quando vai para mudar sua posição.

Já o líder da oposição, que não se deve confundir o governo com o Estado.

Já o líder, em seu relatório, que não se deve confundir o governo com o Estado. Diz que o Norte e o Nordeste serão os mais beneficiados com a adesão à fronteira que a Venezuela é o socio principal destino das exportações brasileiras. Sobre democracia e direitos humanos naquele país, o líder afirmou que o ingresso no Mercosul só fortalecerá esses valores e diz ser equivocada o argumento de que, após a eleição de Chávez, a Venezuela vive uma democracia plena.

— Não há dúvida sobre a legitimidade do presidente Chávez", afirma José ao ministro,

comparando o Mercosul a uma escola. "O Mercosul pode ser entendido como uma escola que educa os alunos, com seus princípios, normas, regras e procedimentos. Mas os alunos têm de escola significa mantê-los matriculados na sociedade no futuro. Também para a sociedade internacionalmente".

O porta-voz da Presidência, Marcelo Bonzanich, disse que Lula tem convicção de que o Senado aprovará o ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele afirmou que o assunto será tema de viagem de Lula a Caracas, ao se reunir com Chávez.

Como parte da estratégia governista, o senador Fernando Collor (PTB-AL), que rejeita a oposição e voto, viajou e não vai votar. José disse contar também com o apoio do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e

29/10/2009, página 25

Lula quer a Venezuela no Mercosul

Governistas se mobilizam para aprovar hoje, no Senado, entrada de país no bloco

Eliane Oliveira e
Bernardo Mello Franco

• BRASÍLIA. Por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desembarca hoje em Caracas para visita de dois dias, a base governista no Senado não poupará esforços para aprovar hoje o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A sessão está marcada para esta manhã, na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O líder na Casa Romero Jucá (PMDB-RR) apresentará voto em separado ao do relatório alertando que a perspectiva de veto é preocupante, pois representaria "um ato de hostilidade do Estado brasileiro contra um país amigo".

Ao apresentar um texto próprio, Jucá optou pelo confronto direto com o relator da matéria, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele deu pare-

cer pela rejeição à entrada dos venezuelanos no bloco.

Segundo Jucá, o indeferimento da adesão da Venezuela acarretaria graves consequências para os interesses comerciais, industriais, políticos e estratégicos do Brasil e do Mercosul. Ele disse que a tendência é que a comissão aprove seu voto, que recomenda a aceitação da Venezuela sem qualquer ressalva:

— As críticas da oposição ao presidente Chávez não podem barrar a entrada do país no bloco. Isolar a Venezuela não é remédio contra o Chávez. O Muro de Berlim não levou democracia à Alemanha Oriental. Se isolarmos a Venezuela, eles podem restringir mais as liberdades.

A oposição tentou, até ontem, adiar a sessão. Mas o governo manteve sua posição. Na terça-feira, Jereissati admitiu que poderia rever seu voto, se fossem

dadas garantias de Chávez de que as normas em vigor na região serão cumpridas por seu país. Ontem, porém, ele disse que não vai mais mudar seu parecer.

Juca: não se deve confundir governo com Estado

Jucá afirma, em seu relatório, que não se deve confundir governos com Estados. Diz que o Norte e o Nordeste serão os mais beneficiados com a adesão e lembra que a Venezuela é o sexto principal destino das exportações brasileiras. Sobre democracia e direitos humanos naquele país, o líder afirma que o ingresso no Mercosul só fortalecerá esses valores e diz ser equivocado o argumento de que, antes da eleição de Chávez, a Venezuela vivia uma democracia plena.

"Não há dúvida sobre a legitimidade do presidente Chávez", afirma Jucá no relatório,

comparando o Mercosul a uma escola. "O Mercosul pode ser entendido como uma escola que educa os alunos, com seus princípios, normas, regras e procedimentos. Manter os alunos fora da escola significa mantê-los marginalizados da sociedade no futuro. Trazê-los para a escola é a única alternativa".

O porta-voz da Presidência, Marcelo Baumbach, disse que Lula tem confiança de que o Senado aprovará o ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele confirmou que o assunto será tema da viagem de Lula a Caracas, ao se reunir com Chávez.

Como parte da estratégia governista, o senador Fernando Collor (PTB-AL), que resistia a apoiar o texto, viajou e não vai votar. Jucá disse contar também com o aval do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). ■

29/10/2009, página 33

Fla faz jogo decisivo para ir à final da Liga

Equipe rubro-negra tem de vencer para se reabilitar de derrota na estreia na competição

• SANTIAGO DEL ESTERO, Argentina. Atual campeão da Liga Sul-Americana, bicampeão nacional e tetra estadual, o Flamengo fará hoje seu mais difícil compromisso pela primeira fase da Liga Sul-Americana de Basquete, em Santiago del Estero, na Argentina, ao enfrentar o Quimsa, dono da casa, às 23h de Brasília.

Até pela derrota na estreia para o Defensor Sporting, do Uruguai (82 a 68), o Flamengo necessita vencer para manter as chances de ir ao quadrangular final. Só passam à final o melhor de cada um dos três grupos e o melhor segundo colocado, formando o grupo de quatro finalistas.

O elenco rubro-negro sofre com os atrasos de três meses de salários e premiações do título da própria Liga Sul-Americana e do Nacional.

No Novo Basquete Brasil, o

Campeonato Nacional, o Flamengo vai estreiar no domingo, na Arena Multiuso, no Autódromo de Jacarepaguá, no próximo domingo, contra o Cetaf, do Espírito Santo. O rubro-negro, bicampeão brasileiro, se reforçou com Dedé, Guilherme Teichmann e Victor Bocardó, mas perdeu o pivô Baby, que foi para o Paulistano.

No feminino, Senegal e Mali foram as duas últimas seleção que se classificaram para o Mundial Adulto, de 23 de setembro a 3 de outubro de 2010, na República Tcheca. Os outros 14 países: República Tcheca (país sede); Estados Unidos (campeão olímpico); Brasil, Argentina e Canadá (Américas); Austrália (Oceania); e França, Rússia, Espanha, Bielorrússia e Grécia (Europa). O sorteio para o Campeonato Mundial será na República Tcheca, a 24 de novembro. ■

NOTAS

Maradona: AFA culpa imprensa

• Na defesa de Maradona que enviou à Fifa, a Associação do Futebol Argentino (AFA) culpa a imprensa pelas palavrões que o técnico falou após classificar a Argentina para a Copa de 2010. A entidade afirma que o treinador vinha sendo muito criticado pelos jornalistas e, por isso, estava sob “violento estado emocional”. Maradona pode ser suspenso por cinco jogos pela Fifa.

29/10/2009, página 2 do Segundo Caderno

Proibida de vir ao país, blogueira fala via vídeo

Evento da série Encontros O GLOBO debate censura a textos da cubana Yoani Sánchez

Impedida de deixar seu país para vir ao Brasil lançar seu livro “De Cuba com carinho” (Editora Contexto), a blogueira cubana Yoani Sánchez participará hoje do evento Encontros O GLOBO da única forma que lhe é possível: virtualmente. Yoani apresentará o livro aos leitores brasileiros através de um vídeo que será exibido durante o evento, que acontecerá no auditório do jornal (Rua Irineu Marinho 35) a partir de 19h. O debate reunirá o deputado Fernando Gabeira (PV), os jornalistas Carlos Alberto Teixeira (O GLOBO) e Pedro Dória (“O Estado de S. Paulo”), e Paulo Uebel, diretor-executivo do Instituto Millenium. A mediação será do jornalista Renato Galeno, do GLOBO.

A polêmica sobre a vinda de Yoani ao Brasil provocou a interferência do Senado e do Itamaraty. Em 21 de setembro, o senador Eduardo Suplicy (PT) discursou em plenário pedindo a liberação do visto da blogueira. Na mesma semana, o senador Demóstenes Torres (DEM) fez um convite oficial para que Yoani participasse de uma audiência pública no Congresso. A editora também tentou uma permissão de viagem para Yoani junto ao consulado cubano em São Paulo, mas não teve sucesso.

Esta foi a segunda vez neste mês em que o governo da ilha negou permissão de saída a Yoani. Ela já havia sido impedida de ir aos Estados Unidos receber o prêmio de jornalismo Maria Moors Cabot, oferecido pela Universidade de Columbia, no dia 14. No ano passado, ela também teve visto negado para ir a Madri receber o prêmio Ortega y Gasset de jornalismo.

Yoani critica perseguição do regime aos blogueiros

No início do mês, Yoani conversou com O GLOBO sobre o impasse e sobre a expansão da blogosfera cubana, que fez com que o governo bloqueasse o acesso a muitos sites e blogs pessoais na ilha.

— Infelizmente, o governo cubano tem um espectro muito limitado para classificar os cidadãos: ou se é revolucionário ou se é contrarrevolucionário. É muito difícil para o regime aceitar que os blogs são um fenômeno espontâneo, movido por jovens que querem apenas se expressar — disse Yoani na ocasião.

“De Cuba com carinho” é uma coletânea de textos publicados por Yoani em seu blog “Generación Y” (www.desdecuba.com/generaciony), reunidos especialmente para a edição brasileira. ■

Lula visitará 30 países só este ano

Ele ficará fora do Brasil por 81 dias no total

• BRASÍLIA. Até o fim de dezembro, Lula passará mais 13 dias fora do país, totalizando 81 dias no exterior em 2009. Neste ano, se concretizar a programação, terá ido a 30 países — quatro a mais que no ano passado, quando passou 70 dias longe do Brasil. Hoje, Lula está na Venezuela, onde se encontra com Hugo Chávez.

Semana que vem, em Londres, Lula participará de seminário do "Financial Times" e receberá o prêmio Chatham House Prize (por sua trajetória política e seu trabalho na redução das desigualdades). Está sendo articulado encontro com a rainha Elizabeth II, no Palácio de Buckingham, além de café com o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown.

AS VIAGENS DE LULA

ONDE LULA JÁ FOI

- | | |
|---------------------|--------------|
| 1 Bolívia | 19 França |
| 2 Venezuela | 20 Itália |
| 3 Estados Unidos | 21 Paraguai |
| 4 Chile | 22 Equador |
| 5 Catar | 23 Dinamarca |
| 6 Reino Unido | 24 Bélgica |
| 7 Trindade e Tobago | 25 Suécia |
| 8 Argentina | |
| 9 Arábia Saudita | |
| 10 China | |
| 11 Turquia | |
| 12 El Salvador | |
| 13 Guatemala | |
| 14 Costa Rica | |
| 15 Suíça | |
| 16 Rússia | |
| 17 Cazaquistão | |
| 18 Líbia | |

ONDE LULA IRÁ ATE O FIM DO ANO

- | |
|----------------|
| 26 Reino Unido |
| 27 Itália |
| 28 Portugal |
| 29 Ucrânia |
| 30 Alemanha* |
| 31 Peru |
| 32 Uruguai |
| 33 Dinamarca |

*Hamburgo e Berlim

Será a segunda visita de Lula ao Reino Unido este ano. Em abril, ele participou da reunião do G-20 (grupo de países ricos e emergentes) e foi recebido pela rainha e pelo primeiro-ministro. Também esteve mais de uma vez em outros países, especialmente na América do Sul.

Nos dias 15 e 16 de novembro, Lula deve ir a Roma, para o encontro do Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Em dezembro, a programação segue por Estoril, em Portugal, para a Cúpula Ibero-americana, além de visitas à Ucrânia e à Alemanha.

Antes do fim do ano, Lula tem programado encontro com o presidente Alan García, no Peru, e reunião do Mercosul, no Uruguai. Sua agenda reserva dois dias para a cúpula sobre clima em Copenhague, na Dinamarca. Mas o presidente só irá se outros líderes mundiais comparecerem. Es-

te ano, Lula recebeu 27 chefes de Estado, como o presidente da França, Nicolas Sarkozy, Gordon Brown e colegas da América Latina.

OLHO NA INTERNET
GALERIA As viagens de Lula em foto
globo.com.br/olho

'Alianças de Lula indicam populismo'

'Ele é mais popular na Argentina do que na Anpocs', brinca sociólogo portenho

Maiá Menezes

• CAXAMBU (MG). Ao traçar ontem o perfil dos sistemas partidários na América Latina e compará-los com modelos europeus e com o americano, o sociólogo Torcuato Di Tella, ex-ministro da Cultura argentino, afirmou que o populismo no governo Lula pode ser identificado em um ponto: nas alianças que ele buscou e consolidou desde o primeiro mandato. Durante conferência no último dia do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu, Torcuato afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é popular em seu país, mas fez a ressalva:

— Lula tem origem num sindicalismo do tipo americano, que busca resultados. Depois que chegou ao governo, fez acordo com partidos como o PMDB e com grupos religiosos (com o hoje PRB, do vice-presidente José Alencar, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus). Es-

sas alianças é que têm elementos populistas — disse o sociólogo, afirmando que os sindicatos ligados ao PT não são "atrelados ao Estado" como os do governo populista de Getúlio Vargas.

Para o ex-ministro, o presidente Lula tem características de um social-democrata, "mas não é um típico populista ou um típico social-democrata". Ele ressaltou que, apesar da observação em relação à aliança, gosta de Lula, assim como seus contemporâneos.

— Na Argentina, o pessoal adora o Lula. A esquerda se pergunta: por que não temos alguém como ele? Já a direita diz que o presidente brasileiro é alguém com quem se pode conversar. O Lula é mais popular na Argentina do que na Anpocs — provocou o sociólogo, diante das perguntas da plateia sobre as características populistas da gestão petista.

Em um dos debates que inauguraram o encontro, anteontem, o cientista político Luiz Werneck Vianna fez du-

ras críticas à gestão petista e a Lula, a quem chamou de "chefe carismático". Segundo ele, o Brasil está retomando o caminho do passado, do desenvolvimentismo, na contramão "de uma cidadania ampla". O que, para ele, "não é um bom presságio para a democracia brasileira".

Torcuato Di Tella falou ainda sobre as raízes do populismo nos países periféricos. Segundo ele, a tradição rural, que cria um tripé social formado por três pais — o pai de família, o padre e o patrão —, acaba influenciando na estrutura da sociedade, na hora em que as pessoas saem do campo para a cidade.

— Ao sair para a cidade, eles perdem os três pais. E aparecem os chamados "pais dos pobres", como aconteceu com Getúlio Vargas, (Juan Domingo) Peron, Hugo Chávez e Evo Morales — disse o sociólogo, sem citar Lula.

(*) A repórter viajou a convite da Anpocs

Comissão do Senado aprova Venezuela no Mercosul

Ingresso do país no bloco ainda vai a plenário, onde oposição promete travar projeto. Lula defende decisão

Clare Oliveira

• BRASIL, PARAGUAI E BLENOS AIRES. A Venezuela está muito próxima de ter seu ingresso no Mercosul aprovado pelo Congresso brasileiro. O atual, conforme prometido, a base governamental dos deputados e a oposição e maioria no Conselho de Relações Exteriores (CRE) do Senado, por 12 votos a 5 (e uma abstenção), o relatório do senador Paulo Sérgio (PSDB-CE), que se opunha à adoção venezuelana. Na sequência, por 12 a cinco, passou o voto do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-SC), autorizando a entrada do vizinho.

A decisão da Venezuela — segundo maior parceiro comercial do Brasil, com mais de US\$ 45 bilhões de comércio com o país — não é de sua aprovação, agora, pelo plenário do Senado. Nesse, a votação pelo governo chama a oposição porque se considera que não se pode aprovar a entrada de um novo país sem a aprovação do Senado. A votação pelo governo chama a oposição porque se considera que não se pode aprovar a entrada de um novo país sem a aprovação do Senado.

Adesão polêmica

COMO FOI O MERCOSUL COM O INGRESSO DA VENEZUELA

	SEN	CE
Deputados	324	412
PMDB	143	179
PSDB	20	20
PP	20	20
PT	20	20
PMDB-SC	20	20
PMDB-BA	20	20
PMDB-CE	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO	20	20
PMDB-SP	20	20
PMDB-TO	20	20
PMDB-AC	20	20
PMDB-AL	20	20
PMDB-AM	20	20
PMDB-AP	20	20
PMDB-DF	20	20
PMDB-ES	20	20
PMDB-MA	20	20
PMDB-PA	20	20
PMDB-PE	20	20
PMDB-PI	20	20
PMDB-RN	20	20
PMDB-RR	20	20
PMDB-RS	20	20
PMDB-RO		

30/10/2009, página 31

Sem diálogo, Brasil poderá ampliar retaliação a produtos argentinos

Governo estuda incluir itens sensíveis à economia do país vizinho

Eliane Oliveira e Gustavo Paul

• BRASÍLIA. O governo brasileiro poderá aumentar a relação de produtos argentinos que perderão o direito à liberação automática ao entrar no Brasil, caso a Argentina não altere a política de impor barreiras aos produtos nacionais. Segundo um técnico, esse ponto será colocado a negociadores argentinos e pode envolver setores importantes, como autopeças, peças industriais e de caminhão, além de equipamentos agrícolas. O governo já aplicou medidas para outros produtos sensíveis, como farinha de trigo, alho e vinhos, atendendo à “demanda de setores produtivos brasileiros”.

Por ora, o diálogo entre Brasil e Argentina está suspenso. Embora autoridades do país vizinho estejam tentando retomar as ne-

gociações com o governo brasileiro, a expectativa é que, sem um retrocesso nas medidas protecionistas tomadas pelas autoridades argentinas, o tema só voltará a ser tratado no mês que vem, em um encontro bilateral entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner.

A suspensão das licenças não automáticas a uma série de produtos importados da Argentina não significa que a liberação das mercadorias chegue a até 60 dias, prazo máximo estabelecido pela OMC, segundo técnicos envolvidos no assunto. Em diversos casos, afirmam, o processo tem levado em torno de uma semana. No entanto, a Argentina, que adota esse procedimento há um ano, retarda em até seis meses no desembarque de bens importados do Brasil. Isso leva o governo brasileiro a pensar em

uma ação contra o principal sócio do Mercosul junto à OMC.

Outro ponto que irrita o governo brasileiro é que, embora os argentinos estejam reduzindo as importações de produtos brasileiros, sobretudo manufaturados, o vizinho continua importando da China. A frequência com que a Argentina vem tomando medidas protecionistas tem aumentado. Na última quarta-feira, o principal sócio do Brasil no Mercosul impôs tarifa definitiva antidumping a talheres brasileiros. Recentemente, elevou em 50 itens a lista de produtos brasileiros sujeitos a licença não automática de importação. Outra pendência diz respeito à exigência de visto consular na aquisição de móveis do Brasil, o que levará as autoridades brasileiras ao Tribunal Arbitral do Mercosul. ■

31/10/2009, página 25

Feliz com decisão sobre Mercosul, Chávez compara Lula a Jesus Cristo

Presidente da Venezuela agradece Senado e defende 3º mandato para brasileiro

Bernardo Melo Franco
Especial para a

• EL TIENE (Venezuela) e BRASILIA. Satisfeito com a aprovação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul na última quinta-feira, pela Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, o líder venezuelano, Hugo Chávez, compareceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Jesus Cristo. Chávez justificou a referência pelo fato de Lula ter desmentado um crime cometido horas depois de conhecida a votação favorável.

— Lula veio como Cristo anunciando o evangelho. Só faltou o cabelo comprido — disse o presidente da Venezuela, em rápida entrevista no aeroporto de El Tague, enquanto aguardava a chegada de Lula.

A declaração de Chávez está em sintonia com a que Lula deu na semana passada. Em entrevista a "Folha de São Paulo", o presidente disse que, no Brasil, "há uma taxa de câmbio judas para fazer coalizão", assim aludindo ao ataque político que seu governo teve de fazer à mesa de Lula foi contestado pela Comissão Nacional dos Direitos do Brasil (CNDB).

Como esperado por Lula, o líder venezuelano agradeceu aos senadores brasileiros pelo apoio. Há cerca de um ano, Chávez chamou os senadores de "pequenos do império americano". — Sendo todos os senadores. Voto de política se concentra em território do Mercosul. Assim que se operarem devem reconhecer que é do interesse de todos que a Venezuela entre no Mercosul — disse Chávez.

Para Lula, houve uma "queda do processo". Lula, mais tarde, afirmou que o gesto do Senado foi "gêrfico". Em sua opinião, houve uma "queda do processo". Ele lembrou que, na última quarta-feira, o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, prometeu um desmentido aos senadores, defendendo a entrada da Venezuela no Mercosul. Ledezma disse que o governo deveria ser segredo com senadores. — Fomos que daqui a uma semana, ou daqui a dez dias, tomamos de láido esse processo e a Venezuela não poderia mais do Mercosul — declarou Lula, ignorando que o protocolo de adesão não está na pauta do Congresso de Furgal, onde o Legislativo não começa a discutir o tema.

Chávez aproveitou para comentar a tese de que seu partido deveria ser acido por alguma a decisão democrática do Brasil. — Somos um país com democracia plena, em plena liberdade de expressão. Que ninguém acredite neste conto do diabo. Chávez que paragona jornalista. Em Honduras, sim, há ditadura. Lá matam gente, perseguem jornalista e fecham canais, aqui (na Venezuela) não. O entusiasmo de Chávez era tamanho que ele até declarou um terceiro mandato para Lula. — Lamento que Lula não sei que no Brasil, muitos também, lamentam. Deixo a pro-



LUIZ Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez. "Temos um país com democracia plena e liberdade de expressão", disse o venezuelano

OPINIÃO CHANCE DE CORREÇÃO

* PENA QUE argumentos iniciais como o do comando "democrático" do governo Chávez e o de supostas vantagens para as exportações brasileiras — que continuaram a ser feitas com o seu Mercosul — tenham servido aos propósitos planaltinos de tentar proteger o caudillo abrigando-o no acordo de livre comércio.

MESMO QUE isso vá abalar o funcionamento do grupo, já em Brasília, por causa de divergências entre Brasil e Argentina.

QUE O erro seja revisto pelo plenário do Senado.

para ao ar: por que um presidente que está bem e tem 85% de popularidade tem que sair?

É veloz a fazer campanha para a renúncia da Casa Civil, Dilma Rousseff.

— Todos sabem o peso que Dilma tem. É a próxima presidente do Brasil, poderia aceitar. E o que se dá esse cenário. Ela é uma grande mulher, com a cabeça bem colocada.

Chávez e Lula foram vistos a El Tague, no interior da Venezuela, onde aguardavam a primeira colheita de soja do país. A Entropa pediu momentos para o plantio de novo mil hectares

“
Lula veio como Cristo anunciando o evangelho. Só faltou o cabelo comprido”

Hugo Chávez, aqui, sobre voto favorável do Senado à entrada da Venezuela no Mercosul

Se Jesus Cristo viesse para cá, e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão

Presidente Lula, sobre ataques políticos de seu governo, em entrevista a "Folha de São Paulo" publicada no dia 22 de setembro

em fazendas socialistas. A dupla foi recebida por milhares de visitantes pobres para fotos ao lado de uma colheita de soja.

O ingresso da Venezuela no Mercosul significará maior acesso de alimentos e, principalmente, produtos manufaturados para aquele país, com destaque para base de capital, setores via, sedes das cidades e eletrônicos, de acordo com técnicos do governo brasileiro e representantes do setor privado. Para o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Venezuela, José Francisco Marcondes, um dos grandes atraves-

tivos consiste no processo de industrialização daquele país.

— Apoiamos em um grande volume de importações de máquinas e equipamentos para permitir a criação de pequenas indústrias na Venezuela — disse Marcondes, que acompanhava a visita de Lula.

Venezuela adota o padrão de TV digital usado no Brasil. Por outro lado, a Venezuela terá mais acesso ao mercado brasileiro no que diz respeito a internet em geral, incluindo aplicativos e cinema. O estoque de investimento brasileiro no país vizinho é de cerca de US\$ 20 bilhões, com tribos para obras de infraestrutura.

— O Norte e o Nordeste do Brasil serão os grandes beneficiados — disse o presidente da Câmara.

Segundo técnicos do governo, a nova ou mais ampla relação de Chávez com o presidente colombiano Álvaro Uribe acabará ajudando o Brasil como fornecedor alternativo de produtos industrializados, responsáveis por 75% da pauta de exportações brasileiras ao mercado venezuelano. Em 2008, o Brasil teve com a Venezuela seu maior saldo comercial, de US\$ 4,5 bilhões, equivalente a quase o mesmo o saldo positivo obtido com os EUA (US\$ 1,8 bilhão).

Outras, Petrobras e PDVSA concluíram as negociações para a construção de empresas que vão construir e operar Refinaria Almirante e Lula (PE) a estatal brasileira tem 60% e a venezuelana, 40%. E a Venezuela adota o protocolo de adesão ao padrão japonês de TV digital — sancionou o Brasil.

COLABOROU Diana Oliveira

01/11/2009, página 45

Flamengo sobe a bola para sonho do tri

Equipe vem de eliminação na Liga Sul-Americana e está enfrentando problemas salariais

Clube e jogadores

* Dois dias depois de ser visto frustrado o acerto de ir a mais uma final da Liga Sul-Americana de Basquete, no período para o Quito, em Santiago del Estero, na Argentina, por 98 a 83, o Flamengo sobe a bola hoje, às 11h, na Arena Malhano, no Estádio de Jacarepaguá, em busca de mais um título para suas cores. Bicampeã brasileira, campeã da Liga Sul-Americana e tetracampeã, a equipe rubro-negra enfrenta o Vila Velha/Cesari/Caroato/UVW/PMV, as estranhas na segunda edição da Liga Novo Basquete Brasil.

Na luta pelo tri, já que em 2007 foi campeã do "antigo" Brasileiro, o Flamengo deverá ter muitos substitutos, como prevê o técnico Paulo Chupeta.

— O Flamengo é o atual bicampeão e é o time a ser batido neste campeonato — avalia, citando, por exemplo, que o Brasinha, vitórias últimas temporadas, se relaciona com Nenê e Guilherme Giovannini, e que Franca e Minas conquistaram o estragado. — Todas as equipes se relacionam, porque vão tentar acabar com nossa hegemonia.

Equipe corre risco de ter cinco desfalques na partida. O elenco está com três meses de salários atrasados, e pode ter desfalques. Leonardo, Fred, Leo, Jefferson, William, Wagner e Alirio, são Áridas.

— Começar a temporada com problemas e superávit é uma marca do grupo. Espero que os dirigentes de clube tenham para estas situações com carinho — de Chupeta.

Ainda sobre a estreia, ele teve que a equipe não o peso da despartante viagem a Santiago del Estero, Argentina.

— O maior problema nosso deve ser o cansaço. Levamos 15 horas de viagem para lá e quase 20 para voltar ao Rio — diz. — Mas o grupo está sempre unido. Vamos passar aos jogadores a necessidade de vitória desde o começo.

No elenco rubro-negro, Eiby veio para o Flamengo. Mas chegaram Guilherme Teichmann, Dede e Victor Baccarini.

— A base é Hiko, Duda, Marcelinho, Jefferson, William e Celso. Alirio, Wagner e Teichmann se relacionam com o pivô Fred e Leo com os arremessadores, e Dede com Marcelinho e Duda — diz o técnico.

Para o capitão Marcelinho, o rival de hoje se destaca, marca duro e joga em velocidade.

— Temos muitos problemas para este jogo, e conto com meu torcida, para conseguirmos bem — pede.

Cinco equipes disputam a Liga. O time segue até 21 de janeiro e o retorno termina em 4 de abril. Apenas os quatro primeiros têm vagas nas quartas-de-final. Do quinto ao 12º colocado disputarão sua classificação para as quatro vagas restantes. Os playoffs serão em melhor de cinco. As quartas de final começam dia 21 de abril, as semifinais, a 4 de maio e as finais, a 17 do mesmo mês. O Palmeiras entra na disputa, associado ao Araraquara, e o torneio deverá ter controle antidoping.

Nesta rodada São Paulo/Parabens e Universo/BBB/Financiera Brasil jogam às 10h (pelo Sport). Fechada às 11h: Osmar Amadio/Univille Jopville e Londrina. São José/Unimed/Vitae; Guarani Astartim/Vitória/Sulclube, Faelitaco/Amil x Piaçaguera/Minas, Palmeiras/Araraquara e Grêmio/Vitória/Esportivo e Vila Franca x Anis Basquet.



DUDA SOBE para entrar em partida pelo Flamengo no ano passado. Equipe vai lutar pelo tricolor